ISBN 978-85-61929-27-5

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS – SEPE
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONOMICOS E CARTOGRÁFICOS-IMESC
ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO BIOMA AMAZÔNICO (MA)

RELATÓRIOS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO ZEE - MA:

ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

INSTITUIÇÕES:

IMESC INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS
SEPE SECRETARIA DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
GOVERNO DO MARANHÃO GOVERNO DE TODOS NÓS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
FAPEAD
CPRM Serviço Geológico do Brasil
Embrapa
UFMA

SÃO LUÍS - MA
2019

GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO
Flávio Dino de Castro e Costa

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO
Carlos Orleans Brandão Júnior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
Luis Fernando Moura da Silva

PRESIDENTE DO INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS
Dionatan Silva Carvalho

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E CARTOGRÁFICOS
Josiel Ribeiro Ferreira

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS
Hiroshi Matsumoto

ORGANIZADORES DAS ATAS
Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias
Paulo Henrique de Aragão Catunda
Anny Karolyny Oliveira Portela
Allana Pereira Costa

EQUIPE DE APOIO TÉCNICO-ZEE
Florise Pereira Reis
Gisele Chrystina do Vale Martins
Hanna Mikaely Ribeiro Rocha
Jessica Suyane Sousa
Leticia Moura Ferreira
Raphaela Carvalho Pacheco

NORMALIZAÇÃO
Dyana Pereira

REVISÃO
Marília de Carvalho Cerveira

UNIVERSIDADES ESTADUAL DO MARANHÃO
Gustavo Pereira da Costa-Reitor
Walter Canales Sant'ana-Vice-Reitor
Zafira da Silva de Almeida-Pró-Reitora de Graduação – PROG
Rita de Maria Seabra Nogueira-Pró- -Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação – PPG Paulo Henrique Aragão Catunda-Pró- -Reitor
de Extensão e Assuntos Estudantis – PROEXAE
José Rômulo Travassos da Silva-Pró- -Reitor de Gestão de Pessoas – PROGEP
Antônio Roberto Coelho Serra-Pró- -Reitor de Planejamento e Administração – PROPLAD

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos Cartográficos-IMESC

Relatório das Audiências Públicas e de Comunicação Social do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Maranhão (ZEE) - Etapa Bioma Amazônico. Paulo Henrique de Aragão Catunda, Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias (organizadores). São Luís: Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos Cartográficos-IMESC, 2019.

252 p.

1. Bioma Amazônico. 2. Audiências públicas 3. Zoneamento Ecológico Econômico. 4. Maranhão. l. Título

CDU: 347.939 (047) (812.1)

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICOECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO PARA O BIOMA AMAZÔNICO

Os trabalhos associados ao ZEE-MA para o Bioma Amazônico não estão restritos apenas ao Sumário Executivo dos Diagnósticos Temáticos. A composição dos trabalhos envolve, ainda:

a) **Base de Dados em ambiente digital, com respectivo Caderno de Mapas -** corresponde a todos os bancos de dados temáticos e integrados, elaborados ou atualizados no âmbito do ZEE do Bioma Amazônico Maranhense. É composto por ambiente de arquivos para downloads (para que sejam lidos em ambiente SIG – Sistema de Informações Geográficas), e uma síntese dos mapas que compõem todos os temas do Diagnóstico executado;

b) **Prognóstico e Cenarização –** projeta a situação futura do território, delineando as expectativas para o desenvolvimento sustentável da área do Bioma Amazônico no Estado do Maranhão. Nesse produto, é adotada uma metodologia que inclui a construção de uma matriz morfológica de modelagem de variáveis ativas para o delineamento das possíveis ações e construções de políticas públicas a serem adotadas pelos Poderes Públicos, tendo como eixo vertical as incertezas críticas com respeito ao território, bem como as hipóteses ou estados alternativos com respeito a essas incertezas.

c) **Relatório de Zonificação do Território, com indicação das zonas territoriais e dos seus usos potenciais -** produto síntese de Ecologia de Paisagens com integração das bases naturais e ecológicas, da biodiversidade, das atividades humanas e institucionais, e das pressões de uso do território, que confluem para a definição geográfica de zonas, assim definidas pelas fragilidades e potencialidades. Apresenta, inclusive, indicação técnica de resolução de conflitos territoriais. Este produto antecedeu as audiências públicas e foi entregue juntamente com o **Prognóstico e Cenarização**.

d) **Audiências Públicas, com respectivos relatórios**. Segundo a Lei do Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/1999), a audiência

> pública propicia o debate público e pessoal por pessoas físicas ou representantes da sociedade civil, considerado *o interesse público de ver debatido tema cuja relevância ultrapassa as raias do processo administrativo e alcança a própria coletividade*. Cuida-se, no fundo, de modalidade de consulta pública, com a particularidade de se materializar por meio de debates orais em sessão previamente designada para esse fim. A oralidade, portanto, é seu traço marcante. Esse instrumento legal é considerado como um apoio à tomada de decisões por parte do Órgão Público que a convoca.

Destarte, as audiências públicas (com livre participação cidadã e de entidades ou órgãos que atuem no território avaliado) são o ápice do processo do Zoneamento Ecológico-Econômico do Bioma Amazônico no Estado do Maranhão. Nelas foram apresentados à população (e seus diversos segmentos formadores e constituintes), aos entes governamentais, não-governamentais e socioprodutivos, os resultados obtidos com os Diagnósticos Temáticos, Prognóstico e Cenarização, Base de Dados em ambiente digital, com respectivo Caderno de Mapas e Relatório de Zonificação. Esse conjunto de produtos foi contextualizado, objetivamente, e o ato discursivo demonstrou a todos os setores os reais cenários e prognósticos do espaço total analisado, com as possíveis políticas a serem adotadas para o planejamento e ordenamento do território para a década de 2020.

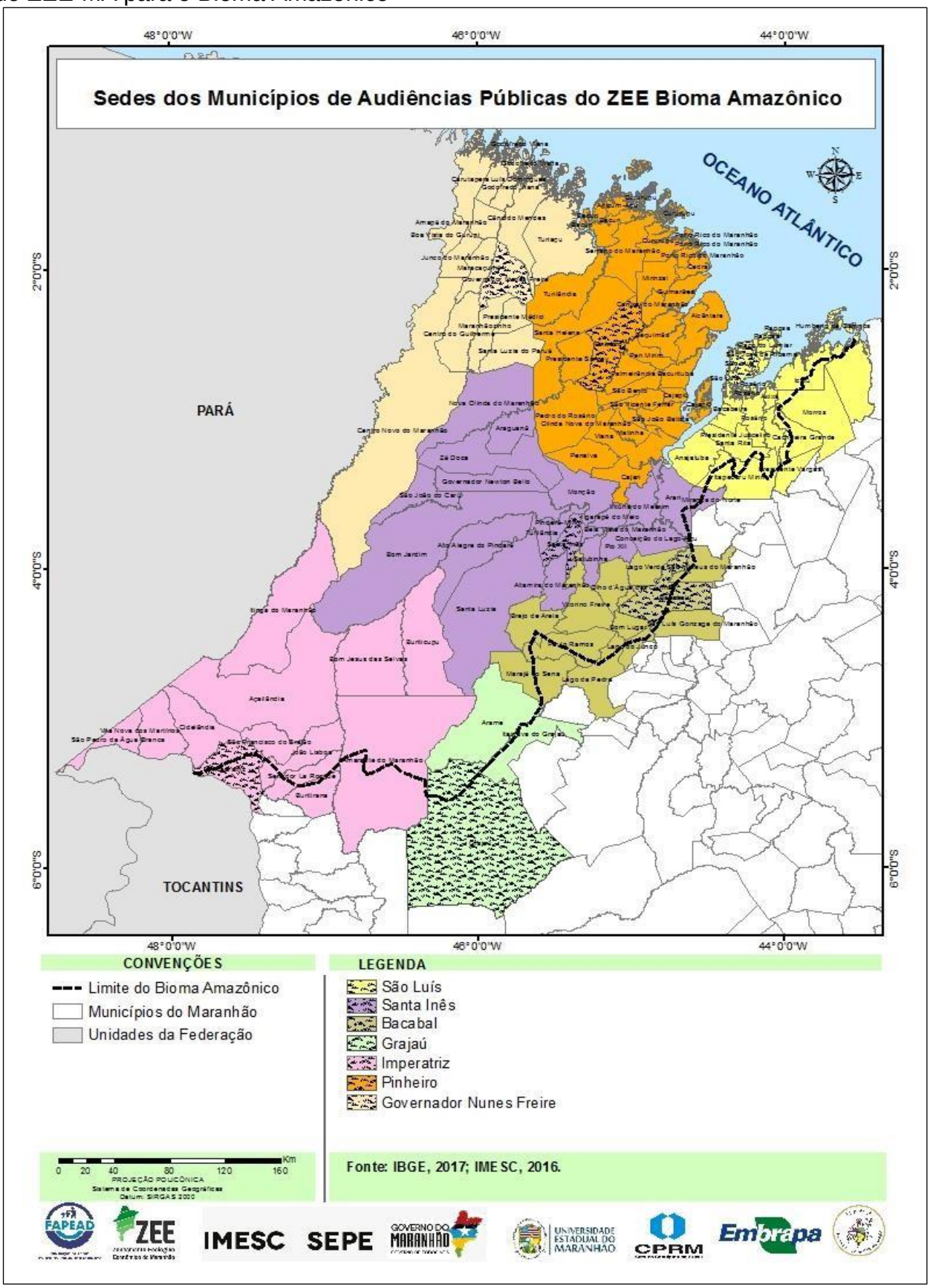
Esse instrumento é condição *sine qua non* para a validação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Bioma Amazônico no Estado do Maranhão. As audiências foram realizadas em sedes regionais distribuídas ao longo do território de trabalho (Figura 1). Ademais, a participação popular foi garantida e efetivada. Os órgãos e entidades, mapeados durante a Fase de Diagnóstico, foram convidados a participarem das audiências públicas nos municípios-sede que diretamente estavam relacionados às suas regiões de atuação.

Em observância à necessidade de expandir o número de audiências, em função da magnitude do espaço total de trabalhos, a coordenação e a equipe técnica do ZEE optaram por promover essas audiências em 07 (sete) municípios-sede: Imperatriz, Grajaú, Bacabal, Santa Inês, Governador Nunes Freire, Pinheiro e São Luís, envolvendo territórios de suas áreas de influência direta.

Após esse momento, houve a configuração de revisões do ZEE-MA para o Bioma Amazônico e elaboração de Atas de Audiências Públicas, bem como a

apresentação de minuta de lei a ser entregue ao Governador do Estado, que encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (ALEMA) para que sigam os trâmites legais para a transformação dos produtos, ora apresentados e discutidos, em lei estadual.

Figura 1 - Municípios-sede das audiências públicas que foram desenvolvidas no âmbito do ZEE-MA para o Bioma Amazônico



Fonte: Costa e Portela (2019)

Após a apresentação do Sumário Executivo dos Diagnósticos do ZEE-MA para o Bioma Amazônico, foram estabelecidas as datas de entrega de produtos, conforme disposto no Quadro 1.

Quadro 1 **-** Demonstrativo de datas de entrega dos próximos produtos do ZEE-MA

Nº	PRODUTO(S)	DATA	LOCAL SUGERIDO
01	**Base de Dados em ambiente digital, com respectivo Caderno de Mapas**	29/08/2019	Reitoria da Universidade Estadual do Maranhão
02	**Prognóstico e Cenarização**	02/10/2019	Auditório do Palácio Henrique de La Roque
03	**Relatório de Zonificação do Território, com indicação das zonas territoriais e dos seus usos potenciais**	02/10/2019	Auditório do Palácio Henrique de La Roque

No que tange ao planejamento para a execução de Audiências Públicas, a Secretaria de Estado de Programas Estratégicos (SEPE) e o IMESC (Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos) apresentaram à sociedade, no ato de entrega dos Produtos 02 e 03, em 02 de outubro de 2019, o edital de regulamentação das atividades (Apêndice 01), bem como as datas indicadas para a realização dessas audiências.

Como já informado, as audiências públicas foram desenvolvidas nos 07 (sete) municípios-sede por duas equipes, uma capitaneada pelo Prof. MSc. Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias (Pesquisador Sênior do ZEE-MA) e outra pelo Prof. Dr. Paulo Henrique de Aragão Catunda (Coordenador Executivo do ZEE-MA pela UEMA), ambas contaram com as participações de componentes de todas as equipes que trabalharam no ZEEMA para o Bioma Amazônico, tendo em vista que, em havendo a necessidade de discussões temáticas, os especialistas estavam presentes para facilitar o debate e realizar explanações técnicas.

O Prof. MSc. Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias foi responsável pelas atividades que ocorreram em Imperatriz, Grajaú e Bacabal (Setor Sul), conforme indicado no Quadro 2. Já o Coordenador Executivo do ZEEMA, Prof. Dr. Paulo Henrique de Aragão Catunda, conduziu os trabalhos em Santa Inês, Governador Nunes Freire e Pinheiro (Setor Norte), segundo indicado no Quadro 3. Para finalizar, ambas as equipes se reuniram, em São Luís (Quando 4), para a última Audiência Pública e, por conseguinte, fechamento da fase de validação.

Quadro 2 **-** Calendário de audiências públicas para validação do ZEE-MA para o Bioma Amazônico – Setor Sul, sob a condução do Prof. MSc. Luiz Jorge Dias

Nº	MUNICÍPIO	DATA	LOCAL
01	Imperatriz	16/10/2019	Auditório da UEMASUL
02	Grajaú	17/10/2019	Auditório da UFMA
03	Bacabal	18/10/2019	Auditório da UEMA

Quadro 3 - Calendário de audiências públicas para validação do ZEE-MA para o Bioma Amazônico – Setor Norte, sob a condução do Prof. Dr. Paulo Henrique de Aragão Catunda

Nº	MUNICÍPIO	DATA	LOCAL
01	Santa Inês	16/10/2019	Auditório do IFMA
02	Pinheiro	17/10/2019	Auditório do IFMA
03	Governador Nunes Freire	18/10/2019	Escola Municipal Hamilton Werneck

Quadro 4 - Calendário de audiência pública para validação do ZEE-MA para o Bioma Amazônico – São Luís

Nº	MUNICÍPIO	DATA	LOCAL
01	São Luís	21/10/2019	Auditório do Palácio Henrique de La Roque

Após a realização dos trabalhos descritos, as atas de Audiências Públicas (Apêndices 02 a 08) receberam colaborações por e-mail, que estão dispostas nos Anexos deste voluime. Por fim, todo o material constante do ZEE-MA para o Bioma Amazônico estará legalmente habilitado para, juntamente com a Minuta de Lei do Zoneamento Ecológico-Econômico para o Bioma Amazônico no Estado do Maranhão, ser entregue ao Governador do Estado.

Anexo A –
Portaria (Regulamentação das audiências)

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, no uso da competência delegada pelo Decreto nº 30.719, de 9 de abril de 2015, e tendo em vista o Ofício nº 1327/2019/GAB-SEMA, de 5 de setembro de 2019 (Processo nº 206374/2019-CC), da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais,

RESOLVE

Nomear os integrantes do quadro abaixo para os cargos em comissão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais:

NOME	CARGO	SÍMBOLO	VIGÊNCIA
CLAUCYO GOMES SA	Auxiliar de Serviços	DAI-1	01/08/2019
VINICIUS FERREIRA LIMA	Auxiliar de Serviços de Transportes Oficiais	DAI-1	01/09/2019

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 1º DE OUTUBRO DE 2019, 198º DA INDEPENDÊNCIA E 131º DA REPÚBLICA.

RAFAEL CARVALHO RIBEIRO
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, no uso da competência delegada pelo Decreto nº 30.719, de 9 de abril de 2015, e tendo em vista o Ofício nº 1366/2019/GAB-SEMA, de 13 de setembro de 2019 (Processo nº 206337/2019-CC), da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais,

RESOLVE

Nomear os integrantes do quadro abaixo para os cargos em comissão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais, devendo ser assim considerado a partir de 1º de outubro de 2019:

NOME	CARGO	SÍMBOLO
ARIVALDO COSTA DA SILVA	Auxiliar de Serviços de Transportes Oficiais	DAI-1
VINICIUS FERREIRA LIMA	Oficial de Gabinete	DAI-4
LARISSE NASCIMENTO QUEIROZ	Auxiliar de Serviços	DAI-1

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 1º DE OUTUBRO DE 2019, 198º DA INDEPENDÊNCIA E 131º DA REPÚBLICA.

RAFAEL CARVALHO RIBEIRO
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA, no uso da competência delegada pelo Decreto nº 30.719, de 9 de abril de 2015, e tendo em vista o Ofício nº 700/2019-GAB-SECMA, de 16 de setembro de 2019 (Processo nº 209607/2019-CC), da Secretaria de Estado da Cultura,

RESOLVE

Nomear JOSÉ RIBAMAR ALGARVES MENDES para o cargo em comissão de Auxiliar Técnico, Símbolo DAI-3, da Secretaria de Estado da Cultura, devendo ser assim considerado a partir de 16 de setembro de 2019.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 1º DE OUTUBRO DE 2019, 198º DA INDEPENDÊNCIA E 131º DA REPÚBLICA.

ANDERSON FLÁVIO LINDOSO SANTANA
Secretário de Estado da Cultura

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO, no uso da competência delegada pelo Decreto nº 30.719, de 9 de abril de 2015, e tendo em vista o Ofício nº 548/2019-GAB/SETUR, de 23 de setembro de 2019 (Processo nº 210761/2019-CC), da Secretaria de Estado do Turismo,

RESOLVE

Nomear LEANDRO ROBERTO PINHEIRO SILVA para o cargo em comissão de Auxiliar de Serviços III, Símbolo DAI-3, da Secretaria de Estado do Turismo, devendo ser assim considerado a partir de 1º de outubro de 2019.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 1º DE OUTUBRO DE 2019, 198º DA INDEPENDÊNCIA E 131º DA REPÚBLICA.

ANTONIO JOSÉ BITTENCOURT DE ALBUQUERQUE JÚNIOR
Secretário de Estado do Turismo

SECRETARIA DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

PORTARIA Nº 040, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.

Aprova o Regulamento das Audiências Públicas de consulta e discussão acerca do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão – Etapa Bioma Amazônico.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento das Audiências Públicas de consulta acerca do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão – Etapa Bioma Amazônico, na forma do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2ª As Audiências Públicas, regidas pelos princípios da transparência, publicidade, participação popular e informação, têm por objetivo oferecer ampla discussão e comunicação entre os vários setores da sociedade e as autoridades públicas, no que se refere à temática de Ordenamento Territorial, Ambiental e Socioprodutivo do Estado do Maranhão para o Bioma Amazônico.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LUIS FERNANDO SILVA
Secretário de Estado de Programas Estratégicos

PORTARIA 040, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019

ANEXO ÚNICO

REGULAMENTO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE CONSULTA PARA O ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

DOS OBJETIVOS

Art. 1° O presente Regulamento tem como objetivo estabelecer normas básicas para a realização das Audiências Públicas referentes ao Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão – Etapa Bioma Amazônico, visando contribuir para a ampla publicidade, transparência e direito de participação popular nas políticas públicas estaduais.

Art. 2° O propósito das Audiências Públicas é expor aos participantes e interessados o conteúdo do Zoneamento supracitado, para dirimir as dúvidas e recolher dos presentes críticas e sugestões a respeito dos documentos técnico-científicos disponíveis no endereço web http://www.zee.ma.gov.br/portal/relatorios

DAS AUDIÊNCIAS E CONSULTAS PÚBLICAS

Art. 3° A Secretaria de Estado de Programas Estratégicos (Sepe), por meio do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico e Cartográfico (Imesc), promoverá a realização das referidas Audiências Públicas.

Art. 4° As Audiências Públicas ocorrerão nas sedes dos municípios de Imperatriz, Grajaú, Bacabal, Santa Inês, Governador Nunes Freire, Pinheiro e São Luís, conforme Convocação, em local, dia e hora a serem divulgados na imprensa.

Art. 5° Além das oportunidades estabelecidas pelas Audiências Públicas estarão disponíveis no sítio do Imesc, endereço web http://www.imesc.ma.gov.br, as informações e indicações necessárias para que as instituições interessadas possam enviar carta de contribuição, via e-mail, pela rede mundial de computadores, ou por carta registrada dirigida ao Imesc, sob denominação "Contribuições da Instituição (nome da instituição) ao Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão – Etapa Bioma Amazônico", mediante envio do documento à sede do Imesc – Setor de Protocolo, situado à Avenida do Vale, lote 13, quadra 29, Edifício Zircônio, 1º andar, Renascença II, CEP: 65.075-820, São Luís-MA.

DA PUBLICIDADE E COORDENAÇÃO

Art. 6° Compete ao Presidente do Imesc, ou a servidor por ele designado, a coordenação dos trabalhos da Mesa Diretora das Audiências Públicas de apresentação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão – Etapa Bioma Amazônico.

Art.7º Durante as Audiências Públicas podem ser dirigidos ao Presidente da Mesa os documentos escritos e assinados pelos interessados acerca dos produtos em discussão que compõem o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão – Etapa Bioma Amazônico.

DO DIREITO DE COMPARECIMENTO E MANIFESTAÇÕES

Art. 8° As Audiências Públicas são abertas aos brasileiros e aos estrangeiros que tiverem interesse nas discussões acerca do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão – Etapa Bioma Amazônico, bem como os Segmentos da população, as Associações Civis, os Representantes dos Órgãos e instituições envolvidas ou interessadas nas temáticas nele inseridas.

DAS ATAS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 9° Compete ao Imesc incorporar aos estudos e processo do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão – Etapa Bioma Amazônico os Relatórios das Audiências Públicas, os quais devem constar as manifestações recebidas e toda documentação pertinente aos trabalhos.

Art. 10. As Atas das Audiências Públicas, as manifestações dos interessados e todas as intervenções apresentadas em Audiência Pública serão compiladas pela equipe técnica do Imesc.

DA REALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 11. Os Municípios escolhidos para realização das Audiências Públicas terão as datas, horários e locais divulgados, conforme Edital de Convocação, a ser publicado em separado deste Regulamento, em jornal de circulação estadual, bem como nos sítios eletrônicos da Sepe (http://sepe.ma.gov.br/) e do Imesc (http://www.imesc.ma.gov.br)

DA METODOLOGIA PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 12. A Metodologia a ser adotada nos trabalhos de realização das Audiências Públicas obedece às seguintes etapas:

§1º Ao Representante do Imesc competente abrir os trabalhos das Audiências Públicas compondo a Mesa.

§2º É facultado ao Presidente dos trabalhos chamar para compor a Mesa de Abertura dos Trabalhos os Representantes legais do Governo do Estado, dos Municípios, da Assembleia Legislativa, da Câmara de Vereadores, dos Ministérios Público Federal e Estadual, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Defensoria Pública, Institutos Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e/ou os Representantes de Entidades Civis presentes.

§3º Antes de iniciar os trabalhos, o Presidente convocará o servidor ou colaborador do Imesc para ocupar a função de Secretário da Audiência Pública, o qual fará a leitura do Regulamento da Audiência Pública e comunicará a existência de Livro de Presença no âmbito do local dos trabalhos.

§4º Em seguida, o presidente dos trabalhos fará a abertura das atividades prestando aos participantes e interessados as informações básicas referentes à legislação pertinente e demais aspectos que regulamentam a matéria, tornando-os cientes que se trata de uma Audiência Pública oficial prevista na Constituição Federal e na Constituição Estadual.

§5º Em seguida, informará que serão abertas, no momento certo, as inscrições para os debates e intervenções após as exposições do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão – Etapa Bioma Amazônico.

§6º O tempo para exposição do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão – Etapa Bioma Amazônico será uma hora, prorrogável a critério da Mesa Diretora da Audiência Pública.

§7º Após a exposição serão iniciados os debates e discussões, podendo haver um intervalo a ser definido pelo Presidente dos trabalhos, que será de no máximo 20 (vinte) minutos.

§8º Retomados os trabalhos, iniciar-se-á a fase dos debates e manifestações, pela ordem de inscrição, que serão encaminhadas à Mesa, primeiro serão lidas as perguntas escritas, que poderão ser em blocos de acordo com a semelhança de assuntos.

§9º Em seguida, informará que serão abertos os questionamentos orais, respeitando a ordem de inscrição em blocos de três a cinco perguntas, com tempo de 3 (três) minutos para cada intervenção.

§10. Terminadas as discussões e não havendo mais nenhum interessado em fazer uso da palavra, o Presidente dos trabalhos dará por encerrada a Audiência Pública, informando que a Sepe concederá o prazo de 05 (cinco) dias após a realização da última Audiência Pública para que qualquer interessado encaminhe qualquer documento ou expediente referente ao objeto exposto.

§11. Posteriormente, na presença dos participantes, o Presidente determinará que o Relator leia a Ata de Audiência, de forma resumida.

§12. O Presidente informará que toda a documentação, sugestões e contribuições encaminhadas à Mesa serão inseridas nos anexos do Relatório das Audiências Públicas, último produto do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão – Etapa Bioma Amazônico.

Art. 13. O presente Regulamento das Audiências Públicas do ZEE poderá sofrer alterações, desde que estejam de acordo com a legislação vigente e sejam publicadas nos mesmos meios de comunicação utilizados para a publicidade destas normas.

Art. 14. As opiniões, sugestões, críticas ou informações colhidas durante as Audiências Públicas terão caráter consultivo.

Art. 15. Todas as Audiências Públicas deverão ser realizadas em conformidade com o presente Regulamento.

LUIS FERNANDO SILVA
Secretário de Estado de Programas Estratégicos

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC

PORTARIA Nº 081/2019 GAB / IMESC, DE 26 DE SETEMBRO DE 2019.

Delega competência para acesso ao Painel de Vínculo do Sistema de Informações Gerenciais – SIGER do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE/MA.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS – IMESC, no uso de suas atribuições legais e, em vista do que dispões o § 2º do art. 3º da Portaria nº 360, de 3 de abril de 2019, do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão,

R E S O L V E:

Art. 1º – Fica delegado aos servidores abaixo a competência para acessar e incluir justificativas no Sistema de Informações Gerenciais – SIGER do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão– TCE/MA, especificamente o módulo Painel de Vínculos, para a consecução dos fins prevista na Portaria nº 360, de 3 de abril de 2019, do TCE/MA:

I – George Adriano de Oliveira Costa, Chefe da Assessoria Jurídica, ID 000010017/0;

II – Rogério de Araújo Lobato, Supervisor Administrativo Financeiro, ID 00009937/2;

III – Cláudia Regina Ferreira Ribeiro Birino, Chefe da Divisão de Recursos Humanos, ID 00009978/1.

Art. 2º A competência delegada por esta Portaria terá sua vigência limitada ao prazo de resposta concedido pelo TCE/MA.

Art. 3º Revoga-se a Portaria Nº 075 / 2019 GAB/IMESC, de 26 de Agosto de 2019.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se

DIONATAN SILVA CARVALHO
Presidente /IMESC

Anexo B -
ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

INFORMAÇÕES SOBRE A SESSÃO DE TRABALHO

LOCAL DE REALIZAÇÃO: Auditório da UEMASUL
PRESIDENTE DA SESSÃO DE TRABALHO: Dionatan Silva Carvalho
RESPONSÁVEL PELA APRESENTAÇÃO TÉCNICA: Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias
RELAÇÃO DE PARTICIPANTES: Em Anexo.
HORÁRIO DE INÍCIO: 08h e 46min
HORÁRIO DE TÉRMINO: 12h e 26min
TEMPO DE APRESENTAÇÃO TÉCNICA: 53min
TEMPO DE DISCUSSÃO E PATICIPAÇÃO POPULAR: 01h e 50min
RESPONSÁVEIS PELA LAVRATURA DA ATA: Allana Pereira Costa e Hanna Mikaely Ribeiro Rocha

PAUTA PREVISTA

Apresentação Técnica do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão – Etapa Bioma Amazônico

1) As Audiências Públicas no Contexto do ZEE-MA
2) Diagnósticos Temáticos
3) Base de Dados e Caderno de Mapas
4) Zonificação do Território
5) Prognósticos e Cenarização

DISCUSSÕES TEMÁTICAS

A mesa de abertura da audiência contou com a presença de: Dionatan Silva Carvalho, Presidente do IMESC; Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias, pesquisador sênior do ZEE-MA; Laio Maia, representando a Agência Executiva Metropolitana do Sudeste do Maranhão (AGEMSUL); Luís Fernando Silva, Secretário de Estado de Programas Estratégicos (SEPE); Elisabeth Nunes, Reitora da UEMASUL; Marcos Aurélio da S. Azevedo, Deputado Estadual e Paulo Sérgio Macedo, representante da Secretaria Extraodinária da Região Tocantina. A palavra inicial foi de Laio Maia que agradeceu a oportunidade e cumprimentou a mesa, ressaltando que é um momento único, principalmente para a classe produtora para que se possa discutir as informações e particularidades do ZEE e destacou que o Maranhão é o quarto estado a estar fazendo o ZEE e esse é o momento para que se possa discutir e construir ideias. Representando a Secretaria Extraodinária da Região Tocantina, Paulo Sérgio Macedo disse que se sente feliz pelo fato do Secretário Luís Fernando estar à frente da Secretaria de Programas Estratégios e destacou a importância do ZEE, uma vez que este trará investimentos para o Estado do Maranhão. Destacou, ainda, que Imperatriz se sente privilegiada por ser o portal da Amazônia e por estar abrindo as discussões a cerca do ZEE. Em seguida, o Presidente do IMESC, Dionatan Carvalho, em sua fala, evidenciou que ao final de cada etapa de trabalho do ZEE, foram feitos eventos com o intuito de divulgar os resultados para a sociedade em geral e ressaltou que a opinião dos presentes será de grande importância para a concretização dos trabalhos. Posteriormente, o Secretário Luís Fernando Silva ressaltou a importância do ZEE para o planejamento territorial do Estado, diminuição das desiguldades sociais, aumento para a produção econômica, inclusão social. Falou que o ZEE congrega todos os segmentos da sociedade, visando o desenvolvimento social e econômico do Estado e apresenta estudos produzidos pelos pesquisadores do Estado do Maranhão. Ademais, registrou a importância da participação da sociedade civil

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

para a construção/definição do projeto de Lei do ZEE, e com essa fala declarou aberta a audiência pública do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão. Posteriormente, foi realizada a leitura do Regimento das Audiências Públicas de Consulta do Zoneamento Ecológico-Econômico, Etapa Bioma Amazônia, pela cerimonialista Luciana Barros. Logo após, o Pesquisador Sênior Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias iniciou a apresentação dos resultados e fases de evolução dos trabalhos técnicos. Dessa forma, agradeceu a presença de todos e fez a apresentação do ZEE como documento técnico-científico de planejamento estratégico, utilizado para subsidiar todos os programas estaduais. Destacou para quem serve o ZEE; resgatou o marco histórico do ZEE no Brasil; citou alguns Decretos e Leis regulamentadoras dos documentos técnicos apresentados; destacou a estratégia da região (Bioma Amazônico Maranhense) em função dos recursos naturais ocorrentes e disponíveis; apresentou os quatros pilares que compõem o ZEE - proteção ambiental da natureza, desenvolvimento social e econômico, qualidade de vida da humanidade e conservação da biodiversidade; explicou, ainda, sobre a articulação executiva do ZEE e sobre o banco de dados produzido pelo ZEE que está disponível para consulta pública de toda a sociedade civil. Na discussão dos resultados e desenvolvimento dos trabalhos técnicos, ressaltou a escala de trabalho e ampliação da escala cartográfica para 1:250.000, o grau de detalhe apresentado na Cartografia elaborada, a partir dos mapas produzidos. Apresentou as etapas e produtos entregues do ZEE, no que se refere à base de dados, evidenciando a adequação do banco de dados produzidos para a elaboração de políticas ambientais, para tomada de decisão dos órgãos do Estado, tal como a SEMA. Na apresentação dos diagnósticos temáticos, o pesquisador esclareceu que, para fins de critérios na definição da categoria de análise geográfica do Bioma Amazônico, foram utilizados, em sua totalidade, os limites dos municípios que estão dentro do bioma. Destacou, em seguida, a quantidade dos trabalhos de campo, redefinição da malha hídrica e bacias hidrográficas, análises físico-químicas dos solos para o entendimento das fragilidades dos solos e para a classificação no que se refere à aptidão agrícola. Explanou a cerca da biodiversidade e aspectos jurídico-institucionais para os apontamentos de áreas protegidas e não protegidas; ressaltou as zonas de pressão de usos e zonificação; análise da cobertura vegetal e resultados dos índices de vegetação e usos e ocupação no território; ambos relacionados com as zonas de pressão de usos sobre o território e as áreas protegidas desse bioma. Ele evidenciou, em sua explanação, os resultados da suscetibilidade à lixiviação e erosão no território do bioma, relacionando-as com as ocorrências de tremores, fraturas e falhas geológicas. Deixou claro, também, a utilização de tais estudos para visualização dos potenciais e disponibilidade hídrica. Além disso, trouxe os apontamentos de vulnerabilidade social, a partir do capital humano, taxa de alfabetização, população “nem nem” e aspectos socioeconômicos de forma geral. Foi feita uma discusão do Zoneamento do Território, explicando cada zona definida a partir de pressão de usos, ativos e arranjos produtivos. Na concepção de cenários, explicou os segmentos utilizados que compõem as cenas atuais e os cenários prospectivos de médio e longo prazo, assim os caminhos que devem ser seguidos. Apresentou os cenários econômicos prospectivos e cada cenário projetado para o Bioma Amazônico, levando em consideração, não só o fator econômico, como também o social e ambiental. Ademais, evidenciou que os cenários elaborados apontam para a falta, nesse território, de geólogos, arqueólogos e metereologistas e destacou a elaboração, por parte da equipe de Climatologia, do calendário agrícola e de outras atividades econômicas. Em seguida, para a finalização da apresentação dos resultados dos trabalhos técnicos, foi realizada a apresentação dos fluxos dos trabalhos: o relatório de mobilização social, as audiências públicas, a apresentação da minuta de Lei e os trabalhos Legislativos. Adiante, foram abertas as dicussões para a contribuição do público presente para tirar as dúvidas, dar sugestões para os resultados dos diagnósticos do Bioma Amazônico Maranhense. Assim, como o direito dos técnicos darem respostas às consideraçõs colocadas pelo público participante. A Audiência Pública foi encerrada com as falas de Dionatan Carvalho que evidenciou a contribuição dos que estavam presentes e do pesquisador Sênior Luiz Jorge

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

Dias, dando apontamentos a cerca da não atribuição do ZEE para a definição de novas Unidades de Conservação em resposta ao Renan Chaves, destacando, além disso, o efetivo manejo de solos.

CONSIDERAÇÕES

Descrição	Responsável	Órgão / Vínculo
"Cumprimento a todos os presentes e comissão técnica que desenvolveu os trabalhos do ZEE, cumprimento aos acadêmicos dessa universidade e de outros presentes. Cumprimento aos produtores do SINRURAL que há mais de dois anos cobram e acompanham os trabalhos do ZEE. Temos representantes de comunidades indígenas e é muito importante que todos estejam aqui. Cumprimento o Secretário Luís Fernando, o professor Luiz Jorge, o presidente do Imesc, Dionatan Carvalho, e a todos do IMESC e UEMA. Darei apenas um testemunho da dedicação do Governo do Estado em priorizar esta discussão e a elaboração deste documento e observe que, se não fizesse, talvez não teriam tantas cobranças e um número de pessoas tão grande, porque não é todo mundo que tem conhecimento do que está acontecendo, não é todo mundo que vê a importância desta elaboração, de um plano que é fundamental para um desenvolvimento sustentável. Há aí demandas das mais diversas: da preservação, da produção. E não se poderia ter um critério, com seriedade, se fosse feito esse estudo com esse alcance que o governador Flávio Dino tem priorizado. Não são poucos os membros que estão dedicados a este projeto, o professor Luiz Jorge sonha todas as noites com este projeto porque são vários anos nessa jornada. Eu quero parabenizar vocês, parabenizar por ter iniciado por Imperatriz. Aqui na nossa região Tocantina dentro do Bioma Amazônico é onde mais se tem produção, então a demanda da região Tocantina é mais forte do que qualquer outra região. Vocês já estiveram aqui em vários outros momentos, ouvindo diversos segmentos e hoje é um dia tão especial e quero destacar projetos que foram elaborados por vários anos e que exatamente no dia de hoje estão iniciando um novo momento. Há pouco nós saíamos do	Marcos Aurélio da S. Azevedo	Deputado Estadual

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

auditório, eu, a reitora e o professor Expedito para irmos em uma outra sala onde, por vários anos, se inaugurou cursos. O mestrado foi programado, planejado junto à CAPES. Conseguiram o credenciamento e nesse momento acontece a aula inaugural do primeiro mestrado da UEMASUL, que é o mestrado em Letras, da mesma forma é este planejamento do ZEE. Eu já tenho acompanhado diversas ações, amanhã irei a Grajaú com vocês e eu quero ter o conhecimento pleno, porque na Assembleia nós teremos discussões, vamos ter debates com quem de repente tente complicar, e uma vez ouvindo a opinião de todos, nós vamos garantir as explicações necessárias. Eu sou o líder do maior bloco da Assembleia Legislativa que contém 26 deputados e nós vamos defender, uma vez que passe pelas audiências, que se elabore o Projeto de Lei, que chegue a casa. Nós vamos defender com veemência e garantir a aprovação ainda neste ano o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão. Parabéns, a todos vocês."		
"Bom dia a todos. Primeiramente, gostaria de parabenizar a todos os professores responsáveis por esse projeto. A gente já tinha feito várias solicitações em anos anteriores para que acontecesse o ZEE e isso para nós é muito importante. Para gente que está trabalhando com agro, a gente sabe da preocupação do empresário, agricultor ou pecuarista que quer fazer investimento na sua propriedade e que quer trazer desenvolvimento para a região, assim como outras empresas que estão querendo se instalar na região com projetos agropecuários, na área de produção de alimentação e nós precisamos de segurança na política e para que isso aconteça precisamos de garantia política. A nossa preocupação é exatamente essa, que a gente tenha zoneamento para dar um norte para isso. A minha pergunta é que imposições serão feitas em relação a área da Amazônia e a área de Cerrados? Serão mantidas as mesmas exigências que são feitas em outros estados? E para quem já está ocupando essas áreas, se vai abrir algum precedente para nós negociarmos, em relação a região Amazônia, a exigência de 80% da área de cobertura para quem ainda não desmatou, depois de 2008? Serão feitos os entendimentos para que se possa mudar essas áreas, essas exigências para que se consiga trazer mais produtividade para a região e ocupar essas áreas que nos restam para serem exploradas comercialmente? Muito obrigado."	Jairo Almeida dos Santos	Comerciante de Insumos Agrícolas e Representante da Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Imperatriz
"Bom dia! Hoje fico muito feliz porque nós estamos vendo aqui realmente uma aula de conhecimento que vocês desenvolveram nesse Maranhão, isso é muito importante para toda a cadeia produtiva e acho que o trabalho do nosso Deputado Marco Aurélio há três anos atrás quando nós fomos lá para saber o que estava sendo	Armelindo Ferrari	Presidente do Sindicato Rural de Imperatriz (SINRURAL)

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

feito e vocês começaram a fazer esse trabalho e hoje eu fico feliz em ver isso, mas de uma outra maneira, a classe produtora de modo geral tem uma pressão muito grande em relação ao que vai ser feito daqui para frente. Eu acredito que nós produtores rurais acreditamos que nós estamos passando uma fase no Maranhão muito diferente de muitos anos, que nós estamos hoje fazendo um ZEE e fazendo um novo código florestal do Maranhão junto e isso é muito importante para a cadeia produtiva de um modo geral. O Maranhão que ficou muito tempo parado nós pretendemos, nós produtores, dar uma alavancada nesse Maranhão e transformar ele em uma nova fronteira agrícola do Brasil, e para isso é claro com responsabilidade e com todas as condições que nós podemos fazer. Eu acho que uma das coisas mais importantes do Maranhão é o que nós estamos vivendo. O Maranhão tem uma aptidão de agricultura e de pecuária, nós somos um Estado onde vai ser muito difícil termos indústrias fortes, mas podemos ser mais fortes em termos de agricultura do Brasil e essa informação que vocês estão trazendo é muito importante neste levantamento que vocês fizeram. Não é só para o zoneamento, mas para toda a cadeia produtiva para se saber onde você pode produzir e isso é importante através da federação da agricultura, através do sindicato, abrir esse espaço para todos os produtores, para não darmos um tiro cego. O que estamos dando hoje é um tiro sem conhecimento e é muito importante isto que vocês estão fazendo e o que eu quero dizer para vocês que a preocupação número um da classe produtora é sobre essa área produtiva que nós podemos ter, não sei se podemos sair de 80 para 50 ou 80 para 30 ou de 80 para 20. Por que 50? Por que não 30? Por que não 40? Meus amigos eu acho que nós fazemos o Maranhão e vocês que fizeram esse levantamento têm hoje um conhecimento profundo em relação em que nós podemos transformar o Maranhão. A responsabilidade dos produtores é grande, mas a de vocês é maior ainda, porque vocês têm o poder do conhecimento e a sabedoria para nós vivermos uma nova década no Maranhão. Muito obrigado.”		
“Bom dia a todos! A questão do ZEE é uma luta muito longa e tenho a felicidade de compartilhar esse momento com Jessé Sabido Leite, nós fizemos comitivas, fomos a Brasília, fomos ao Senado sempre preocupados em fazer com que esse ZEE saísse. Parabéns ao governador Flávio Dino, ao Deputado Marco Aurélio que nos conduziu a ir até ao governador para que de fato o ZEE viesse a acontecer. Como Ferrari falou, e como Jairo também comentou, isso é o que nos preocupa, nós que somos, que formamos uma linha de produção, nós nos preocupamos porque precisamos que esse amparo saia e que esses índices de pobreza possam diminuir. Vimos o tamanho da	Guilherme Maia	Presidente da Associação Comercial e Engenheiro Agrônomo

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

responsabilidade social que tem a cidade de Imperatriz. A vulnerabilidade social que existe em todo o Bioma Amazônico fica restrito a pequenos municípios: três, quatro, cinco municípios. Olha os demais municípios como estão vulneráveis em termos de pobreza, então o que Ferrari acabou de falar, vocês que têm o conhecimento, sabem das potencialidades que aqui no Maranhão tem, as zonas com o potencial que temos na questão da produtividade por vir. Vai para os relatórios as amostras de solos para trazer referências das áreas produtivas e nós não podemos deixar que essas áreas com potencial econômico e produtivo fiquem fora do mercado para que o desenvolvimento ali não aconteça, porque nós sabemos que outros estados, dentro do estado do Bioma Amazônico, é difícil conseguir produtividade, conseguir produção a longo prazo para que a gente possa avançar e produzir riqueza. Vou ser bem específico para que a plateia conheça em síntese. Há dez anos atrás, na região de Açailândia e Buriticupu não se falava em agricultura, não se falava em agricultor, era só uma pecuária extensiva. Aí entrou a questão do eucalipto e fazendo um comparativo de dez anos atrás para o atual, hoje essa região é o segundo maior polo agricultor do Estado do Maranhão e se comparar com os demais estados da Federação, o potencial em termos de produtividade que nós temos dentro dessa região é bem superior aos demais estados da Federação, perdendo apenas para o estado do Paraná com pequena zona, como vocês o classificam. Então porque não podemos olhar para essa região com um olhar diferente, não só pela questão do bioma de 80, 50, mas porque nós não buscamos alternativas para que a gente avance e explore essa área com maior abrangência, para que esta região possa ser produtiva e gerar mais riquezas para que as regiões mais pobres possam ser beneficiadas com essa riqueza produzida nessa zona? Essa é a questão que vocês devem dar e que Marco Aurélio possa levar essas discussões para a Assembleia, sem poupar nada. Se pensando em um projeto múltiplo, produzir riquezas em bem comum. É isso que gostaria de expor, meus sentimentos pensando no bem comum de todos nós. Buscarmos soluções para todos nós para daqui a 20 e 30 anos. Darmos um novo passo para o Maranhão sair da pobreza e ser um grande Estado rico e sei do tamanho da potencialidade que nele existe. Outros estados do Nordeste e conheço todos eles, são estados tão pobres de recursos, pobres de solos, mas que produzem muito mais que nosso Estado. Quantos rios nós temos que não estavam catalogados? Se formos parar para colocar, hoje temos o potencial no subsolo, mananciais que podemos fazer uso de forma racional para que isso gere produção, porque nós temos muitos caminhos para percorrer. Do mesmo jeito que nós, com		

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

grande produtividade na região, por não podermos trabalhar com outros tipos de agricultura, fruticultura e outras alternativas para os assentamentos que hoje estão dentro do estado do Maranhão. Têm muitos assentamentos. Eu sou conhecedor que hoje em muitas áreas de assentamentos é muito dificil de se produzir por causa da logística. Não tem água, fizeram os projetos com culturas não adequadas para que as potencialidades possam ser aceitas. Aí tem a questão do êxodo rural. É isso. Para que possamos trabalhar de forma harmoniosa, a outra questão é que eu vou buscar nas amostras de solo para saber quais são os munícipios que estão disponívies para sugerir algumas outras questões. Muito obrigado!"		
"Bom dia a todos! Eu gostaria de parabenizar ao professor pela explanação que fez do trabalho, muito rico, queria voltar lá no Código Florestal. O Código Florestal cometeu um grande erro, deixou a conta da reserva só para a propriedade rural, isso foi triste, sendo que nós compomos só 13% do território nacional. Eu quando penso nisso me lembro, viu Ferrari, de audiências que passaram por aqui e ninguém bateu nessa tecla, até porque nós não tínhamos informações, mas hoje com a explanação do professor, acho que a gente pode se orientar muito bem e serve para esse exemplo, porque a nossa região está no Bioma Amazônico. Porém a Amazônia é um continente, nós estamos na pré-Amazônia e nossa região hoje é consolidada de 40 anos ou mais de exploração, então é importante levar em conta o que nós já temos feito e se for para nós preservarmos e termos que pagar reposição florestal do que nós usamos dessa terra, ninguém que vai ter condição de se regularizar. Você entendeu? Aí então, é interessante o seguinte, que a avaliação que é feita pelo seu aproveitamento. Não é isso? É importante que nós que somos uma região muito bem localizada, muito bem estratégica, e o potencial que nós temos aqui para as melhores empresas do ramo para agregar valores ao nosso produto, pensando no fator econômico para que se fizesse alguma coisa em mudança das questões do bioma. Entendeu? Essa é a minha colocação, meus parabéns! Muito obrigado!"	Jailton A. Oliveira	Pecuarista da Região de Açailândia e sociedade civil
"Eu vou falar um pouco sobre essas questões que foram levantadas e gostaria da contribuição dos demais. Sobre a questão que o Deputado Marco Aurélio falou, realmente é sonho coletivo, na verdade, é sonho porque nós pretendemos fazer com que isso se torne realidade, mas nessa discussão é importante colocar até uma percepção de que entre desenvolver um projeto e a efetivação do projeto, muita coisa pode acontecer no decorrer do caminho. Pode estar tudo muito bem construído, mas as coisas podem acontecer de uma forma diferenciada no meio do contexto, por isso foi estabelecido		

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

diferentes cenários. A perspectiva internacional é de crescimento da demanda por *commodities*? Sim ou não? Qual é a discussão? A gente fez duas discussões, um com cenário menos probabilístico que a demanda por *commodities* no cenário internacional diminua, como é caso dos insumos agrícolas. A partir dessa discussão, o que devemos fazer no território ou se nada for feito para onde nós caminharemos? A partir dessa discussão eu levo em consideração as outras contribuições que aconteceram aqui. O Zoneamento Ecológico-Econômico do bioma, em hipótese nenhuma, tem o desejo de congelar o território em termos de atividades. O que eu quero dizer com isso? O que nós temos que observar não é só a questão ambiental, a questão ambiental vem na frente, mas a questão social também tem de ser levada em consideração. Se a gente for olhar como foi o processo de ocupação desse território do Bioma Amazônico, quais são os usos que estão acontecendo no território, claro que existem determinadas pressões como foi colocada na fala do cerimonial no início. 40% do território mais de 60% da população, claro nós temos em peso a capital que está aqui, que representa em termos de 13% da população, mas ainda assim é um número significativo de pessoas residindo nesse território e essa população exerce determinadas atividades, em destaque para as atividades agrícolas e atividades industriais, ou seja, se formos olhar as atividades industriais, elas estão mais presentes inclusive no Bioma Amazônico. No Bioma Amazônico nós vamos ter atividade de geração de energia, não os grandes projetos como geração de energia eólica, nós temos alimentos, bebidas, produtos químicos. No Bioma Amazônico concentra-se a maior parte da atividade industrial e atividade agrícola, com destaque à pecuária que é uma atividade bastante significativa. Todas estas atividades que a gente observou e que estão sendo desenvolvidas aqui no território, utilizam determinados recursos naturais e essa utilização em termos de áreas, em termos de água, naturalmente, precisam ser levadas em consideração. Qualquer processo para estabelecer limites percentuais não pode gerar efeitos desestruturantes para o território. Digamos assim, desestruturantes que sejam no processo migratório. O que vai acontecer ao adotarmos medidas que não atendam aos desejos, aos anseios da população residente do território? Ao mesmo tempo, essa percepção tem que levar em consideração aos ativos ambientais presentes no território. Nós devemos fazer com que esses ativos ambientais sejam preservados, sejam utilizados de uma forma sustentável, os recursos hídricos sejam preservados. Então, essa discussão hoje aqui é para isso, as observações de vocês sobre o que nós devemos levar em consideração na nossa minuta de Lei.	Dionatan Silva Carvalho	Presidente do IMESC

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

Todas elas serão levadas em consideração e essa preocupação de vocês é preocupação legítima, é uma preocupação que nós como equipe técnica devemos levar para os acopladores de políticas públicas. Nós estamos em uma discussão técnica, mas essa discussão será levada para os formuladores de políticas públicas. O que eu quero dizer com isso? Existe uma Comissão, o professor Luiz Jorge destacou isso, que é a Comissão Estadual do ZEE, ou seja, o relatório técnico e o relatório das audiências formarão um material que deverá ser utilizado pela Comissão Estadual do ZEE, aí estamos falando de representantes de todos os segmentos da sociedade: governo, empresas, famílias e o terceiro setor, claro. Esse material será discutido e como estamos falando de representantes de determinado segmento da sociedade, esses representantes vão captar todos os anseios da sociedade, aí sim, nós vamos montar uma minuta de Lei e essa minuta de Lei será levada para Assembleia, em uma nova rodada de discussões para, aí sim, nós aprovarmos a Lei do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão. Então, essas etapas vão sim compor e todos os anseios de vocês, no relatório das audiências, serão incorporados, com certeza.”		
“Eu agradeço pelas colaborações: Ferrari, Guilherme, Jairo, Jailton e o Deputado Marco Aurélio. É interessante colocarmos o seguinte, como nosso presidente falou, todas as peças técnicas que devem subsidiar a legislação, ou melhor, a formatação de uma minuta de Lei, de uma proposta de Lei que confio que nós vamos entregar ao Governador do Estado. É essa proposta de Lei, que o governador do Estado encaminhará ao legislativo e chegando à presidência da Casa, ao deputado Othelino Neto, ele vai fazer a distribuição e dizer este deputado ou deputada será o relator. Depois nosso deputado pode explicar até melhor como é feito esse trâmite na Casa. Depois disso vai para as Comissões e a Assembleia também escutará nossos deputados e nossos representantes escutam também os segmentos. Essa proposta que iremos construir após as audiências públicas, representa um trabalho árduo que ocorrerá do dia 22 até o dia 30 para formatarmos toda essa peça legal, essa proposta de peça legal, que nós vamos sentar ali no dia 31 com a nossa Comissão para discutirmos. O que é interessante depois da audiência pública, depois da análise de relatórios técnicos, depois das contribuições FAEMA, FIEMA, FETAEMA, FETIEMA, SEMA, SEPE, IMESC, SAGRIMA, SAF, Secretaria de Indústria e Comércio e tem mais duas outras entidades e um órgão que agora não estou me lembrando. Nós todos vamos nos reunir com todos os nossos membros titulares e suplentes, vamos fazer essa discussão. Nós temos representantes na nossa Comissão Estadual: o professor César Viana, ele está conosco desde	Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias	Pesquisador Sênior do ZEE - MA

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

o começo dessa Comissão. Nós vamos escutar novamente os anseios que eles vão trazer e vamos formatar uma minuta que é conjunta com as audiências nesse momento, essa câmara, esse fórum técnico, só depois disso apresentaremos ao Governador do Estado. Mas os nossos nobres deputados também têm a liberdade de fazer suas sugestões, suas alterações, afinal de contas o trabalho legislativo é deles, nós apenas como executivos, através do nosso Governador Flávio Dino, encaminharemos uma peça que deverá ser analisada, que deverá ser incrementada e que poderá sofrer algumas alterações em virtude daquilo que nossos deputados assimilarem como sendo os anseios da população, anseios dos entes produtivos, anseios dos nossos segmentos relacionados à sociedade civil organizada, enfim nós temos essa representatividade também chegando em nossa Assembleia Legislativa. Como executivo, nós acabaremos todas as nossas atividades dia 8 de novembro e, a partir de então, nosso governador encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado e o presidente Othelino, juntamente com o Deputado Marco Aurélio e nossos outros deputados, que estão nesse grande bloco de 26 deputados, vão proporcionar que as discussões sigam também adiante e rápido, com serenidade, por isso nós temos também que acelerar nosso trabalho. Esse momento é importante, esse momento é crucial e eu acredito que assim a gente atende, nós atendemos de fato os anseios da população. Vejam, nós temos uma limitação não vou dizer política e técnica, mas temos uma limitação de ação, mas até onde for possível nós faremos. Nós estamos executando nosso trabalho do ponto de vista técnico, científico e do ponto de vista da articulação com bastante segurança, e disso não há nenhuma dúvida. Nosso presidente tem trabalhado diuturnamente junto como o nosso secretário Luiz Fernando, com autorização do nosso governador, para que nós possamos fazer história no Estado do Maranhão e nós aqui, hoje, estamos fazendo história, porque aqui estou com o segmento empresarial, com o segmento universitário, estou com representantes de comunidades indígenas, estou com representantes de ONGs, estou com a sociedade civil em geral debatendo a nossa próxima década, e isso é único. Estou com representantes do Legislativo Estadual, o Ministério Público. Eu tinha visto o doutor Sandro Bispa, não sei se ele ainda continua aqui, mas estava aqui, agora há pouco e até ao final da minha fala esteve presente. Nós envolvemos bastante a sociedade imperatrizense, estou vendo gente que é de Açailândia, estou vendo gente de toda nossa região, então essa audiência é representativa, por isso mesmo que esse registro de vocês é considerado. Muito obrigado!”		

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

"Bom dia, eu sou da Universidade Estadual do Maranhão e coordenei os trabalhos de solos, só respondendo à pergunta do Sindicato Rural sobre as amostras de solos coletadas, ao todo foram feitas mais de 350 observações, todas elas com análise. Todas elas têm coordenadas de localização e as análises serão colocadas nos relatórios e ficarão disponibilizadas para o acesso público."	Elienê Pontes de Araújo	Coordenadora do Eixo Temático de Pedologia do ZEE-MA.
"Até sobre essa questão, nós entregamos o sumário executivo, mas nós entregaremos todos os relatórios que geraram o sumário executivo para a sociedade também, como o professor Luiz Jorge falou, o eixo Jurídico-Institucional tem mais de 800 páginas, socioeconomia e assim sucessivamente. Nós vamos entregar todos esses relatórios que vão ficar no portal do ZEE e inclusive nós pretendemos, sob essa perspectiva de discussão técnica apresentar esses trabalhos de uma forma detalhada também para vários segmentos da sociedade. Nós fizemos o que era esperado destes produtos, que era gerar o sumário, mas nós iremos entregar também esses produtos que, digamos assim, foram os insumos do sumário executivo, que vão ficar à disposição para os senhores."	Dionatan Silva Carvalho	Presidente do IMESC
"Bom dia a todos, estou vendo aqui que a participação da sociedade civil está meia calada, está mais o lado dos empresários. Sou do PC e hoje trabalho com agricultura orgânica, estou há pouco tempo na região, 40 anos. Eu só vejo as coisas dando errado, mas vamos ver se as coisas agora dão certo, temos um Governador socialista, ele tem uma visão muito grande e muito boa. Aqui se falou algumas coisas que anotei, depois de setenta fica difícil de você falar ao vivo e a cores, então falou-se de qualidade de vida humana, proteção da natureza, segurança social, produção para o Estado, então eu vivi na época de 70, na zona rural do Rio de Janeiro, então eu acompanhei o projeto RADAM, avançamos com Zoneamento Ecológico Econômico, que já era uma garantia, agora eu falo o seguinte: o momento é agora, alguém aí falou, tem que garantir os três setores economia, sociedade e ambiente, nós temos uma indicação de um cenário talvez estúpido, porque a pobreza aumentando, o desordenamento urbano, falta de mão de obra qualificada na área rural principalmente. Saem formando muitos engenheiros agrônomos e zootecnistas, engenheiro florestal, não tem campo de trabalho e eu vejo que o êxodo rural é uma necessidade. O zoneamento vai ser feito, mas se não houver políticas públicas para encaixar economia, sociedade e proteção ambiental nesse ZEE, como nosso amigo falou, o equilíbrio, o desenvolvimento durável, não vamos chegar a lugar nenhum com esse Zoneamento Ecológico Econômico. Agora eu também pergunto aqui, as propostas que estão saindo daqui, que vão para a minuta, quem é que vai acompanhar em São Luís? Ela não vai	Paulo César da Silva	Professor aposentado, ambientalista e sociedade civil

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

ser eliminada por um Deputado, por um parlamentar? Se não vai ter nenhum documento impresso, assinado, autografado, até ser reconhecido firma, porque aqui falam blá blá, mas quando chegam lá eles mudam tudo. Eles fazem do jeito que querem, o Deputado sabe disso. O Marco Aurélio está sofrendo lá, aqui ele estava na moleza, na universidade curtindo, agora ele está ralando lá. Eu pergunto aí à mesa, à equipe de técnicos: o que for aprovado aqui na Região Tocantina vai ser mantido ou vai ficar só no blá blá. Desculpa a franqueza. Obrigado!"		
"Já deslumbrando a realização desse ZEE, com certeza a gente já fica animado. Animado e preocupado, animado porque finalmente vai sair e preocupado como ele vai sair. Acho que a gente poderia usar, estou falando da Comissão, usar a técnica do bom atirador, o bom atirador ele não mira quando o alvo está em movimento, ele não mira o alvo onde está, mas onde estará para acertar. A minha preocupação com a Comissão é que os dados, segundo os relatórios que eu li, são dados às vezes de 2006 e 2007, que não retratam sequer a situação presente, que dirá a situação que será daqui para frente. Acho que para gente acertar e acomodar, como disse o professor, bem essa gente que está na área rural e, diga-se de passagem, aprendi com vocês que o Maranhão é o maior Estado rural do Brasil de produção, a gente deveria atirar um pouquinho mais na frente para acertar, estou dizendo isso para assegurar que é uma preservação de uma região tão importante, tão fértil como a nossa, para ficar engessado em mais de 40%, é um grande prejuízo para o Estado. Muito obrigado."	Jessé G. Cutrim	Produtor rural de Imperatriz e sociedade civil
"Bom dia a todos e a todas, participei na época do Ministério do Meio Ambiente construindo um conjunto de políticas desenvolvidas para o Brasil inteiro e eu tenho algumas questões sobre o documento. Infelizmente tomei conhecimento desse ZEE há quinze dias atrás, um processo bem mais lento, mas antigo, mas soube em São Luís em uma ocasião de uma reunião com o Governo do Estado e rapidamente foi comentado que estava havendo esse processo de audiência e acabou que a gente não conseguiu se debruçar muito sobre esse documento, muito rico, profundo, importante, como todas as falas aqui colocaram. É um documento importante para indicar, como Jairo fez perguntas e levanta preocupação, onde eu posso atuar de forma para ter segurança a todo mundo. O Maranhão, como já foi colocado, é um Estado rico, riquíssimo, além do Cerrado e da Amazônia ainda temos um percentual de Caatinga também, não sei se nesses mapeamentos ainda existem, parece que 3% do Estado. Vários biomas, vários ecossistemas, várias transições também, solos muitos férteis, como várias pessoas já destacaram, acho que o desafio e a equação não é avançar no desmatamento, mesmo que no	Júlio Pinho	Engenheiro agrônomo, especialista em Educação ambiental e indianista, professor da UEMASUL e sociedade civil

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

Código Florestal autorizasse 100 % de corte raso, acho que nosso desafio é outro, é a gente conseguir ter produtividade com responsabilidade ambiental não por uma imposição legal, para dizer que um solo gera um hectare de milho, sei lá oito mil quilos, não sei quantos mil quilos e a gente pode até elevar esses índices, não afrontar mais áreas para poder promover o desenvolvimento, acho que a equação é essa. A universidade tem um papel fundamental nesse aspecto. O Guilherme Maia, que é engenheiro agrônomo, não se apresentou assim e é meu colega de área, sabe muito bem que o calcário chegou há muito pouco tempo nessa região, o cuidado com o solo, manejo, chegou muito faz pouco tempo. Na verdade, essa região, tem muito a se desenvolver, então o desafio. Queria chamar a atenção para gente refletir juntos e ter novos espaços para gente aprofundar melhor, mas como é que posso produzir mais em uma área menor e garantir a preservação ambiental? Efeitos de mudanças climáticas todo mundo está sofrendo. Há pouco eu estava em campo correndo para cá, sol infernal, queimada para todo lado, incêndios florestais para todo lado, fumaceira danada, como o estudo mesmo apresenta e o desafio do nosso cuidado com o meio ambiente que é para todos nós e para futuras gerações também. Sobre o documento, eu anotei algumas questões aqui, mais objetivas. Você falou em 25% de fragmentos entre Terras Indígenas, Unidades de Conservação. Você considerou o Estado todo ou só essa parte do bioma de 25%? E como chamou atenção fragmentada, então o estudo não trouxe nenhuma recomendação? Depois vamos tentar formular isso de uma forma mais técnica. Como a gente poderia construir a partir desses fragmentos que têm essa potência de preservação ambiental que são as Terras Indígenas e Unidades de Conservação? Como é que a gente potencializa esses fragmentos em forma de corredores para garantir um estado e um potencial maior de preservação e uso sustentável de recursos naturais? Essa é uma primeira questão. Sobre esse processo de consulta, eu achei muito frágil para as populações tradicionais, povos indígenas e comunidades tradicionais, que não têm tanto acesso, infelizmente, aos meios de internet e outros que temos no dia-a-dia que a gente utiliza. Achei muito frágil todo esse processo, queria registrar isso, principalmente para a SEDIHPOP que está aqui presente. Tendo uma Comissão do Estado instalada que poderia ter se debruçado sobre esse documento queria ter tido essa oportunidade, gostaria de deixar aqui registrado, para que a gente possa até dia 25 compor esse documento também. Algumas Terras Indígenas estão em processo de revisão de limites, não sei se vocês consideraram isso no documento. Cinco ou seis Terras Indígenas que estão em processo de revisão de limites. Eu		

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

não sei se nesse Zoneamento, na Zonificação vocês consideraram essas áreas a serem revisadas. E por fim, você falou no mosaico Araribóia, eu não tenho conhecimento desse mosaico, não sei se confundiu como o mosaico Gurupi e o Araribóia faz parte, mas se for mosaico Araribóia queria que colocasse um pouco sobre a composição desse mosaico, bem aqui pertinho da gente também, como está sendo previsto para essa região. Muito obrigado."		
"Bom dia a todos e a todas, eu sou do Centro de Trabalho Indianista (CTI), já atuo na região uns 40 anos com os povos indígenas, sobretudo, os povos Timbiras. Quero agradecer pela oportunidade de poder participar, mesmo que tão rápido, da construção desse zoneamento, infelizmente a gente ficou sabendo disso muito em cima, eu fiquei sabendo praticamente ontem, então a gente vai entrar e acessar o site e tem lá umas 700 páginas para ler e se possível dar uma contribuição mais efetiva, infelizmente. Vou fazer algumas perguntas bem objetivas, bem pontuais, para começar. Ah, sim! Também queria registrar que eu sinto falta da sociedade civil aqui. A gente tem aqui por exemplo uma maior organização das quebradeiras de coco nessa cidade e eu não vi ninguém aqui do CDC, eu não vi ninguém aqui do CPT, eu não vi ninguém sequer dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, então nós temos aqui uma organização essencialmente patronal, sou do tipo que participa, mas participo de outras organizações também, preciso de algo ser mais efetivo, mais democrático para a construção de um zoneamento tão importante de projeções futuras para o nosso Estado. As perguntas que eu tenho, quanto a isso registrar essa questão, porque vai ser tão rápido, porque nós vamos ter nove dias para construir tecnicamente uma contribuição para o zoneamento, já é dia 25. Eu queria entender essa velocidade toda para essa construção, se tem algum incremento que obriga que a gente aprove isso até o dia 15 de dezembro? Eu não sei, porque acho que isso é muito grave, essa construção do ZEE. Acho que precisa levar tempo sim e ter participação da sociedade sim, porque senão ele não vai conseguir ser efetivado lá nos campos. Outra questão: como está dividido o ZEE do Bioma Amazônico? Eu queria entender como vai ser o ZEE, por exemplo do Cerrado, se vocês têm um planejamento de como vai haver isso? Porque tem vários biomas que se interligam, é uma área de transição, a gente vai ter corredores, por exemplo, como o amigo Júnior falou? A gente vai ter um corredor que vocês preveem nesse zoneamento, ele é quebrado, o Canela-Guajajara. Ele é quebrado porque ele sai do bioma, mas aquele bioma dialoga, a biodiversidade dialoga, tem o parque do Mirador, então assim talvez essa divisão por biomas traga alguns problemas porque a gente tem que entender de formação de	Renan Chaves	Centro de Trabalho Indianista (CTI)

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

paisagem, de corredores, de ligação de fragmentos para conservar essa biodiversidade. Outro ponto também é sobre essa questão dos corredores, eu senti falta também dessa experiência dos corredores, que já existe uma discussão do mosaico Gurupi, por exemplo, então criar também um corredor ligando até aquela TI Alto do Pindaré, não vi no documento, se tiver no documento por favor digam, porque não tive tempo de ler o documento todo infelizmente. Estou dando uma contribuição, um pouco sem todo esse conhecimento do que foi produzido. Outra pergunta que queria fazer para vocês do corpo técnico, se vocês tiveram contato, por mais que tenha sido feita alguns anos atrás, sobre o Arco das Terras Indígenas, que é um corredor e talvez este zoneamento seja uma oportunidade e também é uma luta política porque você vai mexer com toda uma dinâmica consolidada ali de produtores, mas talvez seja o momento de fazer essa provocação sim e fazer esse debate, até para gente construir esse Estado com características evoluídas ecologicamente falando, dialogando com essas novas tendências, tendências não, com esses novos despeitos catastróficos do aquecimento global que vai afetar desde o sojeiro até o indígena. Eu também tenho previsão de criação de novas APPs que talvez seja necessário até para a construção desses corredores, de criar mais APPs ou Parques Estaduais, pelo menos indicações disso, da necessidade de criação de mais Áreas de Proteção para formalizar melhor esses corredores, para de repente fazer essa questão da biodiversidade. Teve uma coisa que achei um pouco estranha, foi a criação de gado de forma intensiva como uma atividade permitida na área de buffer, nas zonas tampão, os 10km. Achei um pouco estranho porque no mesmo documento que mostra que tem problema de erosão, também sugere permitir a criação de gado de forma intensiva, eu acho que talvez essas áreas de buffer, essas zonas tampões poderiam ser de gado extensivo, não só da soja, do eucalipto. Importante o zoneamento dessa produção que degrada mais o meio ambiente, se permitir que elas entrem em áreas de tampão, de proteção das APPs, das TIs, eu acho que isso não vai funcionar e até como foi falado aí a questão dos *commodities*, até a criação de gado que sei que é uma vocação da região, tem essa forma de falar, inclusive, só que este, na verdade, está na contramão dos diálogos contemporâneos, mas você tem a criação de gado como importante contribuinte no aquecimento global, não que a gente vai romper com essa produção, fazer uma mudança radical, mas o zoneamento também é um pensar em outras formas de gerar economia, porque a biodiversidade gera economia, gera emprego, a preservação do ambiente gera economia, gera emprego e a gente vê nas pesquisas que esses serão as rendas do futuro, na verdade cada		

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

vez mais. Também fala sobre Regularização Fundiária, acho que ela é o grande gargalo desse zoneamento, vamos fazer isso mudando a Regularização Fundiária, só que não fala de Reforma Agrária, por exemplo. Nós temos uns conflitos agrários muito densos aqui, também pelos meus conhecimentos não sei se o zoneamento é um instrumento adequado para isso, mas eu não vi citação nenhuma a isso, os problemas agrários oriundos, historicamente, dos conflitos por terras e se a gente diminuir o subdesenvolvimento da região, como bem fala o sumário, como bem fala o texto final, nós temos que investir em questões estruturantes, estruturais no nosso Estado, e uma delas é igualdade na distribuição de terra. Então era isso, a gente vai voltar para contribuir ao máximo. Muito obrigado."		
"Bom dia, eu vou tentar falar português, porque não sei muito bem falar português, mas vou tentar, mas se eu falar na minha língua vocês não vão me entender, eu vou tentar falar português. Arlete, sou do povo Krikati. Eu trabalho na associação do povo Timbira do Maranhão – Tocantins, aqui pude me apresentar hoje, pela primeira vez, e é muito importante essa reunião que eu venho participar pela primeira vez, mas ao mesmo tempo eu estou ouvindo vocês e na minha avaliação os indígenas estão cru ainda na fala que vocês estão falando desse projeto muito importante de vocês. Acho que vocês precisam fazer reunião com o povo indígena sim, porque eles precisam saber dessas coisas que vocês estão falando na palavra técnica de vocês, porque nós não temos palavra técnica, nós não conhece palavra técnica que vocês estão falando aqui. Como vem acontecendo esses projetos que quando ficar pronto, a gente fica sabendo, fica assanhado igual maribondo, quanto mais corre atrás, tem que fazer, porque o Governo do Estado não quer perder esse projeto e vai para frente e não escuta, a gente não é obedecido, a gente não é respeitado e por isso que eu vim para cobrar isso, porque eu estou sabendo dessa reunião ontem quatro horas da tarde. E eu disse: como é que eu vou lá? Ainda bem que eu tenho uma viagem para cá, para fazer consulta e vim para cá, eu nem fui fazer a consulta, eu estou aqui nessa reunião em nome do meu povo, todos do Maranhão. Porque esses que vocês estão citando Canela, Gavião, Krikati não sei como vocês estão olhando esse povo que moram no Cerrado, porque nós temos a desinclusão da Terra Krikati, nós temos mistura do povo Gavião, nós temos o problema dos Canelas da barragem e o governo não está nem olhando para isso e nem está reparando e nem fala. É só isso minha fala."	Arlete Bandeira	Indígena do Povo Indígena Krikati, Associação do povo Timbira Maranhão e Tocantins
"Bom dia, espero que a gente consiga esclarecer um pouquinho essa questão. Primeiro eu vou tentar falar, nós procuramos trabalhar com dados muito recentes, a base de dados que nós trabalhamos é de	Márcio de Aquino Elói	Pesuisador do ZEE- MA

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

1987 até 2016, portanto estão bem mais recentes, então são trinta anos de dados. Esses dados foram consistidos, foram tratados, são dados que estão catalogados em um inventário nas estações meteorológicas, portanto tanto aqui no Maranhão quanto em qualquer local, você pode ter acesso a esses dados. O trabalho técnico conseguiu fazer a unidade de fato, então, nesse trabalho, também é uma atitude diferencial do Zoneamento Ecológico Econômico do Maranhão em relação aos demais estados, a consideração dos aspectos. A gente abordou sim e eu estou falando com base na Climatologia, são dados de Climatologia e também vou falar sobre a questão da mudança climática. Então foi de 87 a 2016, o total foi de 62 pontos de dados em que 36 estão dentro do Bioma Amazônia, 26 adjacentes a este bioma, para que a gente tenha noção do entorno, desses 26, 18 estão no Bioma Cerrado que estão dentro do Estado do Maranhão, 3 estão no Estado do Tocantins e 5 no Estado do Pará. Então vocês viram, nós temos dados recentes. Com relação a este estudo, a gente considerou tanto o diagnóstico, o que nós estamos vivendo agora, como foi feito também o estudo, aonde a gente considera pontos secos, chuvosos e normais de forma diferenciada com base nesse banco de dados e foi feita uma análise também dos cenários, mostrando os pontos secos, chuvosos e normais de forma diferenciada. E nos cenários perspectivos e os prospectivos, a gente usou o quê? O futuro. Vamos cenarizar o futuro através do modelo de mudanças climáticas, o mesmo utilizado pelo INPE, e ele vai conduzir para quê? Para aspectos otimistas. Otimista, gente, é o seguinte: é você considerar que todos esses movimentos feitos no planeta, em termos de redução de emissão, vão ser levados a sério, então vai haver uma redução de gás metano, dióxido de carbono, então são cenários mais otimistas, são também aqui no Maranhão. Está havendo cenários que estão entre o otimista e o pessimista e também são mostrados. Hoje, o que nós podemos esperar, com base na continuação do aumento ou agravamento das emissões, são cenários mais pessimistas, então houve todo um cuidado. Então quais foram os dados que foram trabalhados: a precipitação fluvial para esse período de 87 a 2016, também a temperatura média do ar e os indicadores de seca, como o índice de aridez, os indicadores de processos erosivos que é o índice de erosividade das chuvas, o que as chuvas podem causar em termos de erosão, os indicadores de disponibilidade hídrica, como os dados de evapotranspiração que não é nada mais que a perda de água para a atmosfera, o excedente hídrico e a deficiência hídrica e, ainda, para o setor agropecuário, foi feito também os indicadores de riscos climáticos para a definição das épocas de plantios para as culturas sequeiras, ou seja, para as		Eixo de Climatologia

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

culturas que não são irrigadas, tudo isso foi trabalhado, gente. Então a gente tem a diferença do Maranhão em termos de Zoneamento Ecológico, falo com base de 20 anos como meteorologista. Eu vejo de forma muito apaixonada o que está sendo apresentado aqui, porque você vislumbra sua realidade, passando por todos os âmbitos que foram considerados. Você vê como que está sua realidade climática já que o clima reage e existe uma preocupação com as mudanças climáticas. Também você consegue perceber, de antemão, os cenários, mas não só cenários mais pessimistas, mas você também tem esse cenário de uma forma que entre o cenário pessimista e o otimista, você está no otimista, então o que você pode esperar no futuro com base em uma realidade mais pessimista, uma realidade dentro de uma manutenção do que está agora e de uma realidade mais pessimista e isso vai nortear futuras ações em vários aspectos e também vai permitir o crescimento sustentável do Estado do Maranhão. É isso que nós que trabalhamos com os aspectos da meteorologia acreditamos e que isso vocês não encontram em lugar nenhum do Brasil, esse nível de detalhamento não foi trabalhado nem no Acre ou Rio Grande do Sul. O Maranhão está sendo pioneiro nesse trabalho, então vocês podem se sentir orgulhosos e podem se sentir representados, se apropriar dessas informações e ver o que realmente existe e o que pode ser esperado com base nessas cenarizações. Então a gente está muito feliz com esse trabalho e houve todo um arcabouço, toda uma informação, vocês estão diante de dados reais, de domínio público, dados meteorológicos de domínio público, catalogados no inventário de estações do Brasil, então se você tiver, por exemplo, um pesquisador lá do Rio Grande do Sul que contesta nossa realidade, se ele tiver a mesma série histórica de 87 a 2016, usando a mesma metodologia, ele vai encontrar o mesmo resultado que nós aqui no Estado do Maranhão encontramos. Eu chego a acreditar que esse tratamento vai servir de suporte para outros Estados talvez se planejarem futuramente já que a realidade das mudanças climáticas é um implicador muito sério. Então, o que tenho que falar para vocês, fiquem muito tranquilos com relação a dados, também a aproximação da nossa realidade porque esses dados vêm desde 1987 até 2016, então está bem próximo, não há tanta defasagem com relação a 2019. Se tiver mais alguma outra dúvida, podem perguntar aqui que depois a gente pode esclarecer e também com o trabalho vocês vão ter acesso de como tudo isso foi trabalhado, assim como todos os outros temas do Zoneamento.”		
“Bom, eu gostaria de começar respondendo ao professor PC que fala da questão dos cenários críticos, êxodo rural e políticas públicas. Bom, aí eu venho fazendo uma relação que nosso amigo Jessé Leite	Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias	Pesquisador Sênior do ZEE - MA

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

fez sobre os dados da década passada, dados antigos de 2006, 2007, como é que posso fazer uma relação entre ambas? Primeiramente, o ZEE tem que conhecer também, além da cena atual de como é que se comporta o território e entender a evolução dele, por isso nós vamos buscar dados do IBGE do final dos anos 90, meados dos anos 2000. Nós fomos buscar dados do Censo Agropecuário de 2017 que foram publicados em 2018 e alguma coisa que está saindo agora em 2019, então nós conseguimos pegar esses dados para montar uma série histórica de como se comportaram as migrações, os fluxos, o êxodo rural, a diminuição das atividades no campo, conflitos, movimentos, climas. A gente pegou uma base de dados riquíssima, como o professor Elói colocou, para fazermos uma definição de uma coisa que o Estado do Maranhão até dia 02 de outubro não tinha, que é a situação de como era o comportamento pelo Código Florestal, como nós falamos, pegamos imagens de satélite de 2007, fizemos um tratamento, pegamos depois de 2017 para comparar, ou seja, nós precisamos fazer uma composição histórica. O planejamento é olharmos a cena atual, ter ideia do processo evolutivo para que nós possamos aplicar metodologias para buscar esses cenários, então por isso que a gente justifica dessa forma e, veja, sem termos essa integração de conhecimentos evolutivo e atuais, eu não consigo propor a formatação de políticas públicas, que depois evidentemente conduzirmos a elaboração, aplicação dessas políticas públicas ou cobrarmos essas políticas públicas, quer seja para o povo indígena Timbira, quer seja para o povo indígena Canela, quer seja para o produtor rural, quer seja para o industrial, quer seja para as zonas urbanas, então isso, na verdade, acaba consolidando todo um conjunto de pontos e civilidades de elaboração, execução e fiscalização e controle por parte da sociedade das políticas públicas. Os nossos amigos, Júlio e o Chaves, eu considero muito pertinentes essas observações que vocês colocaram, sobretudo, exigências feitas à proteção ambiental, tem uma coisa que é bem comum entre ambas as falas que é a questão das Áreas de Preservação Permanentes. O ZEE não pode, não deve criar Áreas de Preservação Permanentes, o que que é Área de Preservação Permanente? Margens de rios, cabeceiras de drenagens, áreas de nascentes, vertente e encosta de morros com mais de 45º de inclinação, nesse tipo de inclinação aqui não pode ser derrubado, não pode ser desmatado, não pode ser feito nada, não pode ser usado, a gente vai encontrar muito no vale do Pindaré, são áreas de manguezais, vegetação que recobre duna. A duna não é APP, o que é APP? É a vegetação que está em cima da duna. APP é vegetação, não é ambiente, então tem essa situação. Por que o Zoneamento não pode		

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

criar? Porque isto já está estabelecido pelo Código Florestal em vigor, Lei 12.651 de 2012, Artigo 4º ao 8º, porém nós fizemos mapas das Áreas Protegidas, que estão no relatório de Zonificação. Meu querido amigo, Marco Aurélio, não sei se você lembra, mas eu disse que nós temos 13 mil rios e as APPs desses rios, nós tínhamos uma indicação que só tinha 2800, mas encontramos 13 mil, nós mapeamos esses rios e aplicamos para cada setor dele o que é estabelecido pelo código florestal. Então, a gente viu o que era área de preservação de 30 metros está lá, o que era de preservação de 50 está lá, o que era área de 100, 200 e está estabelecido, está mapeado. Quem for baixar essas informações e for utilizar essas informações está lá e isso está descrito no nosso relatório de Zonificação. Vejam bem, um dos nossos principais problemas relacionados a recursos hídricos e à conservação da biodiversidade, é exatamente o aproveitamento dos corredores ecológicos naturais e o principal corredor ecológico natural que nós temos são os cursos d'água, rios e a vegetação beiradeira, vegetação de margem, uns chamam de mata de galeria outros de mata ciliar, outros mais técnicos chamam de mata ripária, eu prefiro chamar de mata beiradeira, mata de beira de rios. Então essas áreas são corredores que são protegidos por Lei, mas que infelizmente, no nosso processo de uso, pressões históricas, isso tem 70 anos gente, 70 anos de usos intensivos, essas APPs foram para o espaço. O próprio Código Florestal indica que são essas áreas para a recuperação e restauração e, nós indicamos no mapeamento que isso tem que ser potencializado. Fizemos alguns cálculos, esses cálculos em Ecologia da Paisagem, que é uma questão bem técnica, se isso for recomposto a gente agrega a biodiversidade de volta fazendo a ligação. Existe um mosaico Gurupi, existe um mosaico, para nós do ZEE, o mosaico Araribóia, mas que não envolve apenas a Araribóia, mas também todas as outras Terras Indígenas que depois vão se mosaicar, se juntar com as Terras Indígenas do Cerrado que chegam até Mirador, só que, nesse momento, nós não estamos indo em direção aos municípios que estão no Cerrado. Essa é uma discussão que vai ser capitaneada pelo nosso presidente, pelo nosso secretário Luiz Fernando, a partir de dezembro de 2019 e janeiro de 2020, que teremos 24 meses para a construção desse tipo de política pública, da mesma forma que nós estamos fazendo aqui, só que como o Cerrado é muito maior, embora tenha menos gente. São 200mil km², é a França todinha que temos aqui. Nós vamos fazer uma série de mobilização, minha amiga da Terra Indígena, Representante da Etnia Timbiras, minha amiga Arlete do povo Krikati, vocês são Cerrados, vocês serão visitados por nós quando nós estivermos em fase de elaboração dos Cerrados e vai começar, a		

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

partir de janeiro. Então vamos passar dois anos, então até que peço que a senhora deixe seu contato lá fora, para que a gente possa entrar em contato, conversar com vocês e meu amigo Chaves, meu amigo Júlio também, porque como vocês atuam para fora dos limites do bioma que seria no contexto do Cerrado que é a nossa próxima etapa é Cerrado e Caatinga, envolvendo já todo o Estado do Maranhão, já para finalizar tudo até dezembro de 21, para adentrarmos na questão política em 22. Vai ser fundamental para que nós possamos fazer essa interlocução com vocês, nós vamos ter equipes, pessoas de sensibilidade social, cultural, antropológica que vão fazer cena de trabalhos de planejamento com vocês, como fizemos com representantes da Terra Araribóia e outras Terras relacionadas com a etnia Guajajara. Fizemos um trabalho muito bom lá em Bacabal, em junho, por ocasião da semana de meio ambiente, fizemos um fórum de discussão, como fizemos na Baixada com os quilombolas, como fizemos com os pesquisadores na área do litoral, ali em Cururupu, Guimarães chegando até em Turiaçu, enfim, nós fomos atrás das populações tradicionais e quando chegarmos no Cerrado, vocês serão, por nós, visitados com toda a certeza. E só para finalizar sobre o corredor ecológico, o rio Pindaré é o rio que tem a maior densidade de drenagens, o que significa isso? Maior quantidade de cursos hídricos ou efêmeros, temporários, ou permanentes de todo o bioma Amazônico, se nós fizermos toda essa recomposição, digamos assim, isso está em nosso relatório de Zonificação, se nós fizermos esse adensamento de esforços para a recomposição e recuperação dessas APPs já tenho dois grandes blocos sendo ligados, porque tanto o que chamamos de bloco Araribóia quanto também o bloco Gurupi mosaicos, a gente não vê uma coisa só, vemos duas coisas diferentes, porque na fitogeografia, quer dizer na vegetação, nós temos áreas diferentes, na fauna nós temos áreas diferentes, no relevo nós temos áreas diferentes, então a gente acaba vendo que a natureza é diferente, a sociedade é diferente, a dinâmica cultural é diferente, mas nós temos um elemento de conexão natural que são quase 3 mil rios que compõem, no contexto da bacia do Pindaré, no seu alto e médio curso. Então, são questões que estão lá, que foram tratadas com carinho por toda a equipe técnica. Não sei se eu respondi essa questão de vocês. ”		
“Bom dia a todos, só para esclarecer o que consta no documento referente ao eixo Jurídico-Institucional, como o professor Luiz Jorge já mencionou, é um documento que chega à beira de 900 páginas e nele consta quatro temas que se referem à cartografia, que é onde diretamente a gente visualiza discussões jurídicas e as discussões legais das áreas institucionais. Quais são os planos, programas e	Aldrey Malheiros Neves de Oliveira	Pesquisadora do ZEE – MA Eixo Jurídico-Institucional

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

projetos partidos do governo tanto estadual quanto federal, que cabem nessas áreas institucionais? E as Instituições Públicas e Organizações Sociais da sociedade civil presentes nessas áreas institucionais? Ao todo foram sete áreas institucionais que constam como as Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Assentamentos, Quilombolas, Distritos Industriais, Área de Segurança Nacional e a Região de Retroportos. Referente às Terras Indígenas, nós discriminamos a situação de 17 TIs e segundo nosso levantamento que foi realizado no ano passado, em 2018, a TI de Governador ainda está em fase de estudo e duas delas ainda estão em processo de regularização, então na verdade são 14 terras que estão definidas dentro do levantamento que nós realizamos, mas a partir do questionamento partindo da plateia, vai ser uma coisa que vai ser considerado realmente dentro da situação atual, porque desde o ano passado até agora, deve ter ocorrido essas modificações. Outra questão interessante que eu queria só complementar também, é a questão da Reforma Agrária e Regularização Fundiária, só uma observação que dentro do planejamento do Estado, do Plano Plurianual, desde 2004 a gente vê que a representação da institucionalidade nesse campo vem representando cerca de 0,05%, até menos que isso, dentro de todo o planejamento do Estado. Então é uma questão realmente que precisa ser confrontada, enfrentada e que todos os agentes sociais devem estar realmente presentes e botarem na mesa todas essas demandas. O Renan Chaves menciona a questão dos Arcos das Terras Indígenas, bom esse documento não está inserido na discussão, mas como o objetivo da audiência é justamente incrementar todos os questionamentos que se realizou, então vai sim constar na minuta esse estudo e essas proposições dos arcos, nesse documento.”		
“Primeira coisa, eu lembro que, como falou o Luís Fernando, como falou Luiz Jorge, este processo do zoneamento que dura há dez anos, que de fato está acontecendo agora. Luís Fernando deixou claro que quando ele assumiu, ele assumiu o compromisso como uma pessoa extremamente experiente, nós sabemos que o Luís Fernando tem uma história, ele falou que já foi oito vezes secretário, isso é um recorde, nem o Deputado Marco Aurélio vai conseguir. Eu já fui três vezes, professor. Então, ninguém é escolhido oito vezes para tomar decisões se não tiver competência, então todos nós quando vimos o Luís Fernando assumir, nós tivemos plena convicção que ia concluir o trabalho que está sendo concluído nesse momento. Eu que sou muito atrás que já fui três vezes secretário e uma vez prefeito, estou assim lá pequenininho. Bem, do ponto de vista da equipe técnica, Luiz Jorge sabe dos grandes embates que nós tivemos durante a	César Viana	Presidente da FIEMA

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

execução, do levantamento e tal, mas tudo por motivos altos, mostra também o nível. O nível do Luiz Jorge é muito mais alto que o meu, então eu não tenho tal estatura intelectual, mas a gente participou de grandes debates e com muita satisfação nesse processo de conclusão desse trabalho. Eu vejo, eu vislumbro para 2020 uma nova realidade para o Estado do Maranhão, porque aquela sensação que tenho, nós passamos dois, três anos acumulando conhecimento, acumulando ciência para depois partir para uma experiência prática renovadora. Então, por exemplo, vamos pensar bem, foi aprovado agora recentemente pelo Congresso Nacional, está para ser sancionado pelo Presidente, a Medida Provisória Nº884 que vai definitivamente resolver o problema do CAR e do PRA, o Plano de Recuperação Ambiental, e vai mais ainda, deputado, porque muitos Estados inclusive aqui no Maranhão, criticamos porque não podemos fazer o projeto de recuperação ambiental, porque não tem determinação específica, pois simplesmente essa Medida Provisória diz o seguinte: o Estado que não tiver vai seguir o ritmo Federal, acabou-se, então esse é um passo gigantesco. O ZEE vai resolver o problema que é fundamental em qualquer processo do documento que é acabar com a insegurança jurídica nacional, aí fica 80%, aí fica 50%, o que é não 30%, vai acabar. É lógico que a gente pleiteia e torce para que seja 50%, que é para mim justo dentro do equilíbrio de produção e preservação, é o mínimo que o agricultor precisa para continuar a produzir e produzir bem nessa região, mas além da Medida Provisória 884 e do Código Florestal, a Universidade também está executando também o ZAMA que é o Zoneamento Agropecuário que também vamos discutir na região que tem um componente extremamente forte que foi feito pela área da Climatologia, um excelente trabalho feito pela equipe dele e é fundamental, o problema da vulnerabilidade do ponto de vista do relevo, então é outro passo importante. O Maranhão está com vinte anos que não tinha o Zoneamento Agropecuário, mas tem mais coisa ainda vai para a Assembleia também, talvez esse ano, o novo Código Florestal do Estado do Maranhão que está sendo discutido também nesse momento, então nós temos uma série de coisas novas que estão por vir que vai gerar um impacto na produção, que vai gerar um impacto na preservação, mas acima de tudo vai gerar um impacto extremamente forte na preservação, na conservação do meio. Eu acho que é um passo importante, acho que a gente discute muito a preservação excluindo produção, mas pouco se discute conservação, é fundamental que a gente não se preocupe apenas com preservação, mas se preocupe com as áreas de usos incluindo a conservação, principalmente com a conservação do solo, evitando		

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

erosão e outros processos, e conservação das águas. Esse trabalho de hidrologia, que eu vi no documento, aprimorou de forma extremamente forte o documento do IBGE, se você pegar um mapa hidrográfico da região feito pelo IBGE, e outro feito pelo ZEE, você vê assim um avanço espetacular. Então, parabéns para a toda equipe e outro especial que deixei para o final, queria parabenizar a equipe do NUGEO da UEMA. Eu comecei minha vida profissional fora do Maranhão, participei desse projeto de Irrigação do Nordeste do Cerrado Pernambuco e fui pedólogo, professor de solos muito tempo e me orgulho muito desse trabalho que foi feito agora pela equipe de pedologia, porque até então a base nossa de classificação do solo do Maranhão era do antigo projeto RADAM que tem 40 anos e esse aprimoramento é nível exploratório, que hoje nós temos um reconhecimento, dentro da universidade, que ainda não é o ideal, tem muita coisa a ser feita. Eu conversei com a Elienê, mas é um passo que foi feito é importante, parabéns para a equipe de pedologia, pelo estudo que fizeram de solo. Uma rápida análise da região, nós estamos em uma região que representa 30%, 30 e pouco por cento do Estado do Maranhão, agora do bioma Amazônico, segundo o IBGE, 26, 28%. Aí, se o Luiz Jorge não se incomodar, posso até complementar um pouco o que ele falou, que dentro daquela região do bioma, alguém perguntou que dentro do bioma Amazônia, na realidade você tem aqueles percentuais de 80%, 50%, mas o bioma tem um conceito bastante e tanto, e dentro do bioma há ainda áreas de Cerrado e, principalmente, dentro bioma baseado somente no estudo de pedologia, nós temos solos Gleissolos, hidromórficos lá na Baixada que é uma área inundada, tem regulamento legal próprio que está dentro da área do bioma, que representa uma população significativa, que tem uma previsão de proteção de manutenção de Reserva Legal diferente. Bem, embora a região represente 26, 30% do território do Estado do Maranhão, aqui está concentrado a maior população do Estado, a maior concentração demográfica está aqui, aqui não está apenas o maior rebanho bovino do Estado, aqui está o maior e melhor bovino do Estado, aqui em 26% da área, aqui essa região, só recentemente de dez anos para cá, passou a produzir o complexo soja e milho, você se lembra que a soja e milho começou em Balsas, depois foi para o Baixo Parnaíba, agora está aqui. Um dado importante é que a produção que começou cinco e seis aqui já é maior que o baixo Parnaíba e mais, ainda, a produtividade por área obtida aqui é compatível com as maiores propriedades do Brasil. Eu acho inclusive que aquela visão apocalíptica de que a Amazônia Legal é inválida, que não podia ter agricultura, que o Bioma Amazônico não podia ter agricultura, se você fizesse agricultura no		

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

Bioma Amazônico, na Amazônia Legal, isso ia virar uma salinização, ia virar uma desertificação, caiu um pouco por terra, porque você tem realmente áreas extremamente sensíveis, as calhas do rio Amazonas, mas as bordas do rio Amazonas. Há trinta anos atrás os grandes produtores de grãos do Brasil, eles não estavam no Sudeste e no Sul, ninguém pensava em produzir grãos e pecuária na Amazônia e você sabe que o Estado do Mato Grosso é 100% Amazônia Legal e é 50% Bioma Amazônia e é o maior produtor brasileiro de grão e é o maior produtor brasileiro de carne, então o que segura a balança comercial do Brasil é exatamente a área da Amazônia Legal. O sul do Pará vai dar um susto no Brasil inteiro com aumento na produção, o sul do Piauí que não está na Amazônia Legal, mas como tem menos restrições ambientais vai dar um salto de produção, que vai ultrapassar o Estado do Maranhão, por causa da maior parte das exigências ambientais, mas o fato curioso é o seguinte, nós estamos nessa região pré-Amazônia aqui, que essa região do Bioma Amazônico, que todas essas restrições são uma contradição, porque é a região mais produtiva e é a região que tem maior restrição ambiental, é a região que produz mais, é a região com a maior população, é a região que tem mais restrições, é a região que tem mais reservas a preservar, Unidades de Conservação e Terras Indígenas e que contraditoriamente é a que produz mais. Por quê? Está no estudo feito pelo NUGEO, porque aqui nós temos os melhores solos do Estado, você pega o mapa da região, vê essa área aqui do sul do bioma, Açailândia, Imperatriz, os solos são suaves ondulados, que estão associados aos Latossolos, são os piores solos, então você tem uma fase intermediária, que são os solos de uma área mais movimentada, são os solos chamados de Podzólicos ou os Argissolos, que serão excluídos no processo pelo problema de áreas de uso restrito para determinadas atividades, e depois tem os Plintossolos também como restrições e depois tem os Gleissolos com mais restrições, e depois você passa outro lado do Munim aí você tem um solo de formação quaternária, que chama de solos Quartzosos ou chama de Neossolos. Então, você vê que essa região do Sul tem um grande potencial, então tem que ter um carinho especial, tem que discutir como muita profundidade, muita clareza, a gente conta com o Deputado Marco Aurélio. Eu pessoalmente, como humilde técnico, me coloco à disposição, se possível para discutir na Assembleia, para trocar experiência e vamos com certeza fazer um grande ZEE, para o bem do Maranhão, vamos fazer o equilíbrio de produção e preservação, mas, acima de tudo, vamos começar um grande problema de conservação do solo e da água.”		

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

"Na questão legislativa que foi muito colocada, uma vez concluídas as audiências e o projeto de Lei que vai para a Assembleia, só deixar vocês claramente informados, esse projeto passará em média por três ou quatro comissões: Comissão da Justiça, Administrativa Pública, talvez Assuntos Municipais e Meio Ambiente, que não, necessariamente, precisam ter um interstício. Podem se alinhar e podem fazer a sessão conjunta, depois das audiências, depois vai ao plenário, é aprovado em dois turnos com interstício de três sessões e não há motivo de pressa. Outra coisa, se for a deliberação a partir das audiências, sinalizado consenso e não unanimidade, não dá para ter unanimidade, mas se for sinalizado consenso e passar para as audiências e, também, consenso com a posição do Governo através do estudo feito, nós garantiremos a aprovação nesses termos, sem que se altere na Assembleia. Lógico que todos são livres para colocarem emendas, modificando o texto, mas nós temos a maioria, não só nas Comissões, mas também no Plenário, mas se vier, também, alguma Emenda que venha contribuir para o projeto, certamente será acatada e a gente terá aprimorado, mas a partir dessas audiências e a partir do estudo sério que foi feito. Vou até passar aqui um testemunho, uma vez uma grande empresa que tem esse interesse na questão territorial me procurou e nem sabia que estava sendo elaborado o ZEE e eu disse: está sendo elaborado e, já tinha um bom tempo em andamento. Eu liguei para o IMESC para que recebessem os representantes dessa empresa, que demostraram um interesse em contribuir com doações de imagens via satélite e tudo para o IMESC que não aceitou a proposta para não perder a isenção, isso é muito importante, saiu mais caro, demorou mais, mas não se recebeu nenhum material externo, tudo foi realizado por vocês, com total isenção e isso traz uma segurança. O que for deliberado, o que for no consenso nas audiências e na posição do Estado, certamente será aprovado na Assembleia, pois nós temos a maioria lá para aprovar."	Marco Aurélio da S. Azevedo	Deputado Estadual
"Novamente sobre o Arco das Terras Indígenas, só para esclarecer essas discussões ambientais são antigas, tem várias contribuições de outros eventos semelhantes, esse arco sairia da TI Alto Turiaçu, ele se ligaria até o Parque do Mirador, dialogando com as terras das etnias Canelas e Porquinhos, então ele uniria duas bacias que a do Mearim e do Pindaré, talvez a gente tenta formular uma proposta para tentar encaixar. Quando eu falei sobre o ZEE formular novas APPs, eu acho que eu troquei, seria UCs, Unidades de Conservação, indicativos, acho que o ZEE pode indicar isso, porque estamos visando esse tipo de planejamento, grandes lucros do Estado do Maranhão, do Bioma Amazônico, estamos lidando com esses tipos	Júlio Pinho	Engenheiro agrônomo, especialista em Educação ambiental, indianista, professor da UEMASUL e sociedade civil

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

de planejamento, então esse planejamento pode ter proposta de médio e longo prazo, talvez esse indicativo de Unidades de Conservação seria interessante, até porque isso seria um instrumento para ver a questão do ordenamento territorial e talvez avançar. Então o que eu pude ler, é realmente um material muito denso, vocês têm uma pesquisa grandiosa, eu fiquei surpreso pela quantidade de informações que estavam sendo produzidas e, não estava sabendo de nada, mas enfim a gente confia no trabalho, acho que tem muita qualidade, eu não tenho qualificação técnica para entender a metade do que está ali, mas trazer questionamento é que sinto falta um pouco é do braço socioambiental, porque esses zoneamentos antes eram zoneamento socioambiental econômico, em alguns lugares, acho que São Paulo era assim antigamente, hoje está só ecológico-econômico, então sinto falta desse braço socioambiental para gente tentar entender a dinâmica dessas comunidades, como vai ser impactada, dependendo do que o ZEE fizer, talvez até impactada de forma negativa. O que eu também queria questionar que a gente precisaria de mais tempo para formular mais intervenções, mais contribuições, talvez o Poder Público consiga incentivar a formação de outras audiências através de movimentos sociais que temos aqui nessa região, acho que em todas as regiões que vocês vão fazer essa andada acho que seria interessante que o Poder Público incentivasse isso, eu também senti falta da presença da SEDIHPOP, como já foi falado, que faz essa interlocução, essa ponte, entre o Poder Público e os movimentos sociais e as mobilizações sociais e também da SEMA, em alguns dados que tivemos algumas dificuldades nos processos de alguns territórios que estão em ampliação e que a falta de diálogo entre as Secretariais Incra, Funai. A gente acaba se atropelando em algumas áreas que estão sobre disputas jurídicas, isso a gente vê em vários locais, o INCRA faz lá um assentamento em uma área que está em disputa há dez anos, ou seja, o próprio Estado gera conflito interno, no Estado brasileiro como um todo, então se der essa atenção de fazer esse fluxo de informações correrem entre outras organizações, era basicamente isso que eu queria falar.”		
“Levando em consideração, as contribuições que nós recebemos agora, professor César Viana colocou de uma forma bem acertada sobre o território. Eu gostaria de dizer, essa discussão do ZEE, todos os trabalhos que fomos desenvolvendo, mesmo que de maneira parcial, nós fomos apresentando para a sociedade para que pudesse ir se apoderando desses materiais construídos, inclusive nós tivemos um evento aqui em Julho, ocasião do EXPOIMP, nós apresentamos o diagnóstico, Sumário Executivo, porque fizemos essas coisas, e em cada uma das etapas fizemos questão de divulgar para que a	Dionatan Silva Carvalho	Presidente do IMESC

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

sociedade pudesse ir se apoderando e contribuindo para com o material. Na verdade, não é pressa, porque pressa tem o território, porque nós temos a obrigação e o compromisso de entregar esse produto, esse é o fundamento da discussão, com base nesse compromisso que foi delegado para o IMESC e o IMESC juntamente com as instituições parceiras UEMA, EMBRAPA, EMBRAPA Amazônia Oriental e EMBRAPA Cocais, UFMA, CPRM, essas instituições abraçaram essa causa e abraçaram o compromisso também, abraçaram o prazo que nos foi dado, e nós trabalhos diuturnamente, como o professor colocou, com o objetivo de entregar no prazo que acertamos com a sociedade, foi um compromisso que assumimos com a sociedade, pressa da sociedade e diante dessas questões nós trabalhamos com todos os diagnósticos de uma forma cenarizada, ou seja, ao mesmo tempo que estávamos construindo os diagnósticos, nós estávamos apontando em cada um deles, quais eram as perspectivas futuras com base na situação presente, isso falando de uma situação conjuntural e ao mesmo tempo estrutural. Nós estávamos olhando a situação presente, mas não só de uma forma de como ela estava se apresentando, porque se formos olhar, por exemplo, o Bioma Amazônico na situação presente a atividade industrial teve uma perda na capital, perdeu participação, mas isso é uma situação conjuntural, a realidade do Bioma Amazônico é que a intensidade e nível de atividade econômica é muito maior que o último ano do dado do PIB, assim como tivemos, por exemplo, no período recente um determinado fator climático que se apresentou e impactou diretamente no setor agropecuário. O setor agropecuário perdeu participação na economia, mas atualmente, em virtude desses dois últimos anos, considerando 2018 e 2019, ganhou peso econômico, recuperando sua participação na economia, ou seja, todas essas discussões que nós fizemos e essas discussões com todas essas instituições parceiras. Vale destacar isso, nós apresentamos para a sociedade, mas nós apresentamos com esse compromisso de fazer com que a sociedade participasse em cada um dos processos, como o professor Luiz Jorge mencionou, nós resolvemos fazer os eventos não só na capital, nós estivemos aqui e nós estivemos em eventos em outros municípios. A Anny participou diretamente dessas reuniões com a sociedade apresentando os produtos e esse momento aqui, hoje. A forma como construímos esse trabalho foi muito acertada, foi muito acertado porque o relatório técnico está bem construído, mas a discussão não se resume apenas a questões técnicas, como foi colocado. Pessoas estão residindo no território, as pressões que acontecem no meio ambiente são provocadas por questões de uso, ocupação, pela forma como o território foi construído, isso tem até		

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

uma questão que foi mencionada, porque naquela zona está sendo incentivada determinada atividade, no caso da agropecuária, não é necessariamente que está sendo incentivada, é dizer que naquela zona existe um determinado uso agropecuário, esse determinado uso já é consolidado no território e, dizer que, o solo é adequado para essa atividade é outra questão que deve ser considerada. Agora, o que vai ser tomado em termos de medidas para o território, é isso que estamos colocando aqui. Olha, é importante que essa atividade continue, claro que é, porque o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão deve levar em consideração a questão ecológica, questão econômica, mas de uma forma que ela seja estruturante para o território, não desestruturante, nós não podemos deixar que o Zoneamento Ecológico-Econômico gere enclaves para o território, seja na perspectiva de crescimento econômico, seja na perceptiva de desenvolvimento da qualidade de vida das pessoas. Todas essas questões têm que ser levadas em consideração. E reiterando que esse é o compromisso que nós assumimos, o compromisso diante dos anseios da sociedade nesse território, exatamente por isso iniciamos o Zoneamento Ecológico-Econômico, por determinação do Governador, nesse território, porque esse território aqui, há muito demandava que esse trabalho fosse oferecido para a sociedade, então foi com base nisso que priorizamos esse trabalho para o Bioma Amazônico e agora iremos avançar para o Cerrado e com certeza procuraremos os senhores, porque tenho muita certeza que vocês têm muito a contribuir para o Bioma Cerrado, certamente será valiosíssima a contribuição dos senhores.”		
“Renan, a questão da criação de Unidades de Conservação não é deslumbrada no contexto do ZEE. Por quê? Nós temos uma coisa chamada de áreas prioritárias para conservação, que são definidas lá pelo Ministério do Meio Ambiente, nós incorporamos isso para nosso contexto territorial e existe também um estudo que nós até mostramos os *hot spots*, pontos quentes, de ocorrência de fauna, de flora ameaçado de extinção, por exemplo, casa exatamente naquilo que nós temos de Unidades de Conservação e Terras Indígenas já existentes. O que nós precisamos, na verdade, não é criar novas áreas protegidas, o que nós precisamos é efetivar a proteção ambiental das áreas já existentes e garantir que essas áreas com suas áreas produtivas, como por exemplo os territórios Indígenas, tenham a segurança da proteção ao patrimônio da biodiversidade ali remanescentes, aí sim, os corredores ecológicos as conectam. Nós temos a zona costeira inteira do Bioma Amazônico, nós temos 94%, professor César Viana, a zona costeira maranhense é Unidade de Conservação. As áreas prioritárias que o Ministério do Meio Ambiente	Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias	Pesquisador Sênior do ZEE - MA

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

já definiu para a área costeira, são até poucas em relação aquilo que nós temos de áreas protegidas desde da década de 90. Agora, o que existe são APAS, Áreas de Proteção Ambiental, Reserva Extrativista, tem Parque Estadual Marinho, tem todas essas Unidades lá, agora o que precisa de fato são ações de manejo. Agora, o que precisamos cobrar são os planos de manejos da Secretaria de Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) para que de fato essas áreas possam ter usos adequados, porque a maior parte delas, com exceção do Parque Estadual Marinho do Parcel Manuel Luís, que é um recife de corais, todas outras são de usos mistos, sustentável, ou seja, a atividade econômica é permitida, da mesma forma que é permitida a presença de quilombola, da mesma forma que é permitido o ribeirinho pescador, o que quer que seja, nós temos, na verdade que intensificar a proteção nas áreas já existentes e para finalizar a minha fala nós temos por isso a necessidade urgente de, zoneamento que é política pública, isso ficou bem claro na fala de todos nós daqui da mesa. Do nosso presidente, da minha e de todos os colaboradores, dos 147 pesquisadores que diretamente apoiaram e escreveram o zoneamento, os nossos colaboradores da Comissão Estadual do Zoneamento, o nosso Deputado Marco Aurélio, os nossos amigos produtores, os nossos amigos da sociedade civil, nossos amigos da Universidade, enfim, é fato pacífico, nós temos uma política pública criada, uma política pública mãe, porque a partir dela nós vamos ter a criação de novas outras políticas para toda uma década, como o Secretário Luís Fernando falou: “Nós temos Política de Estado.” Qual é o Estado brasileiro, hoje, que tem política de Estado integrando ambiente, economia e sociedade, podem ter seus ZEE’s, mas não tem uma peça crucial, imparcial, como foi bem colocado pelo nosso Deputado Marco Aurélio, isenta de qualquer, não vou dizer de pressão, mas vou dizer de qualquer influência de esta ou aquela, de quaisquer segmentos, nós ouvimos todos, estivemos com o SINRURAL, estivemos com a FAEMA, estivemos com o SEBRAE, com a FIEMA, estivemos com a FETAEMA, estivemos com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, tivemos com indígenas, tivemos com embaixadoras, com a colônia dos pescadores. Aí Anny, é nosso apoio técnico do ZEE, a Allana e uma grande parte que trabalhou com esse tipo de contato. Allana lá atrás, o Cosme que nos ajudou bastante na cenarização, a Hanna que já entrou no final do processo, mas tem nos ajudado substancialmente, tem a Gisele que está lá fora no apoio, mas tem muitas outras pessoas que estão conosco nesse contexto. Então nós tivemos essa participação, esse apoio de vocês e, veja, eu posso dizer hoje que o Zoneamento, o Presidente Dionatan		

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

citou agora há pouco na fala dele, nós temos o diagnóstico que está na rua há três meses. Gente, se vocês imaginarem o que já chegou de contribuição, viu Deputado, da sociedade civil, segmento empresarial, segmento de trabalhadores, de comunidades, o que já chegou de colaboração e o que nós já concertamos: "Ah, o mapa aqui está errado"; "Olha isso aqui não está representando comunidades tais e tais, aqui não está representando assentamento em sua totalidade", fez com que a gente revisasse, hoje eu tenho um texto com as contribuições de vocês lá do dia 25. Lembre-se zee.ma@gmail.com é um canal aberto para o diálogo até o dia 25, para que nós possamos trazer essas informações, mas presidente, há três meses nós já estamos recebendo essas colaborações de vocês e queremos receber, de fato, tudo aquilo que vocês nos puderem enviar até o dia 25. Acho que o professor PC, já foi embora, eu deixei mesmo para o final, ele disse "Quem garante que a Assembleia Legislativa ou mesmo o Governo do Estado não vai mudar aquilo que foi discutido?". Rafael, por favor, levante esse material, isso é um gravador, desde a primeira fala, tudo está sendo registrado, todas as audiências têm gravadores, todas as audiências vão ter equipes registrando as Atas, isso vai ser colocado no processo, as gravações das falas dos senhores, das senhoras, das senhoritas e as assinaturas que estão sendo coletadas lá fora. A Ata não vai ser lavrada aqui, porque a gente não tem tempo, tem muita coisa para gente compilar, até porque a gente vai ter que ouvi os detalhes que estão aqui, por mais que a Ata seja objetiva, mas eu tenho que registrar a fala de todo mundo. Isso garanto, de fato. Ah, mas se tem alguma dúvida, o Legislador vai lá e pega as falas que vão estar registradas no *prendrive*, um não, vários *pendrive*s. *Pendrive* de Imperatriz, *pendrive* de Grajaú, *pendrive* de Santa Inês, *pendrive* das setes audiências, então nossos nobres Deputados vão ter de fato condição de saber se aquilo corresponde à realidade ou não. Quero mais uma vez agradecer a vocês."		

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

REGISTROS FOTOGRÁFICOS

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE IMPERATRIZ

Anexo C -

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SANTA INÊS

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SANTA INÊS

INFORMAÇÕES SOBRE A SESSÃO DE TRABALHO

LOCAL DE REALIZAÇÃO: Auditório do IFMA Campus Santa Inês
PRESIDENTE DA SESSÃO DE TRABALHO: Geraldo Cunha Carvalho Júnior
RESPONSÁVEL PELA APRESENTAÇÃO TÉCNICA: Paulo Henrique de Aragão Catunda
RELAÇÃO DE PARTICIPANTES: Em Anexo.
HORÁRIO DE INÍCIO: 14h e 56min
HORÁRIO DE TÉRMINO: 17h e 47min
TEMPO DE APRESENTAÇÃO TÉCNICA: 54min
TEMPO DE DISCUSSÃO E PATICIPAÇÃO POPULAR: 48min
RESPONSÁVEIS PELA LAVRATURA DA ATA: Florise Pereira Reis, Leticia Moura Ferreira e Raphaela Carvalho Pacheco

PAUTA PREVISTA

Apresentação Técnica do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão – Etapa Bioma Amazônico

1) As Audiências Públicas no Contexto do ZEE-MA
2) Diagnósticos Temáticos
3) Base de Dados e Caderno de Mapas
4) Zonificação do Território
5) Prognósticos e Cenarização

DISCUSSÕES TEMÁTICAS

Foi aberta a audiência pelo Secretário Adjunto: Geraldo Cunha Carvalho Júnior, com destaque ao trabalho realizado pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC e a Secretaria de Estado de Programas Estratégicos-SEPE, na realização da audiência pública do ZEE, etapa Bioma Amazônico Maranhense. Esse ZEE foi elaborado por técnicos em parceria com o IMESC, SEPE, Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, Serviço Geológico Brasileiro-CPRM, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropécuaria-EMBRAPA e Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Geraldo Cunha destacou que o ZEE é uma importante ferramenta de gestão territorial para a melhoria da qualidade de vida da população maranhense. A atual fase corresponde ao Bioma Amazônico que abrange 108 dos atuais 217 municípios do estado, o que equivale a 37% do território estadual no qual vivem 61,81% dos maranhenses, segundo dados do censo do IBGE 2010. A mesa de abertura da audiência contou com a participação de: Geraldo Cunha Carvalho, Secretário Adjunto de Programas Especiais da SEPE; Josiel Ribeiro Ferreira, Diretor de Estudos Ambientais e Cartograficos do IMESC (Presidente da mesa); Paulo Henrique de Aragão Catunda, Pró-Reitor de Extensão e Coordenador Executivo do ZEE pela UEMA; Vitor Hugo Sousa Moraes, Supervisor de Promoção de Direitos Humanos, Ações Afirmativas e Diversidades da SEDIHPOP; Arlete Viana dos Santos Guajajaras, Presidente da Associação Mainunay; Adalberto Cardoso Fraga Filho, Analista Técnico do SEBRAE-MA e o Professor Anderson Araujo Meireles, representando o Diretor Geral do IFMA, Campus Santa Inês. Foi feito o registro das seguintes autoridades presentes na audiência: Assessor Especial de Assuntos Indígenas da SEDIHPOP - Francisco das Chagas, Assessor Técnico do Instituo Sociedade, População e Natureza- ISPN - Luis Alberto Pereira, Vice-presidente da FAEMA - Jose Hilton Coelho e o Diretor Técnico do SENAR - Carlos

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SANTA INÊS

Antonio Feitosa. Com a palavra, o Secretário Adjunto da SEPE Geraldo Cunha abordou em que consiste o ZEE, os seus objetivos e a sua importância, destando que posteriormente resultará em um documento que será enviado à Assembléia Legislativa do Maranhão. Em seguida, foi passada a palavra a Josiel Ferreira que destacou a caracterização do Bioma Amazônico e que as pesquisas técnicas devem estar associadas ao olhar de quem vive no território e ressaltou o cumprimento do cronograma de pesquisa e o avanço para novas etapas. Posteriormente, foi realizada a leitura do Regimento das Audiências Públicas de Consulta do Zoneamento Ecológico-Econômico Etapa Bioma Amazônico pelo cerimonialista Gustavo Henrique Sampaio Martins. Depois houve a apresentação dos trabalhos técnicos pelo Pró-Reitor de Extensão e Coordenador Executivo do ZEE pela UEMA, Paulo Henrique de Aragão Catunda, que agradeceu a presença de todos e apresentou o ZEE como documento técnico-científico de planejamento estratégico, utilizado para subsidiar todos os programas estaduais; destacou para que serve o ZEE; resgatou o marco histórico do ZEE no Brasil; citou alguns Decretos e Leis regulamentadores dos documentos técnicos apresentados; destacou a estratégia da região (Bioma Amazônico Maranhense) em função dos recursos naturais ocorrentes e disponíveis; apresentou os quatros pilares que compõem o ZEE - proteção ambiental da natureza, desenvolvimento social e econômico, qualidade de vida da humanidade e conservação da biodiversidade; explicou, ainda, a articulação executiva do ZEE, falou do banco de dados produzidos e sua disponibilidade para toda a sociedade civil para consulta pública. Apresentou, ainda, a discussão dos resultados e desenvolvimento dos trabalhos técnicos, ressaltando a escala de trabalho e ampliação da escala cartográfica para 1:250.000, o grau de detalhe apresentado na Cartografia elaborada, a partir dos mapas produzidos. Além da apresentação das etapas e produtos entregues do ZEE, no que se refere à base de dados, deixando evidente a adequação dos bancos de dados produzidos para a elaboração de políticas ambientais de decisão dos Órgãos do Estado e também o fortalecimento das parcerias do IMESC com as Instiuições de Ensino e Pesquisa. Houve a apresentação dos diagnósticos temáticos: fins de critérios para a definição de categoria de análise geográfica do Bioma Amazônico, isto é, decisão de utilização do limite municipal para análise de trabalho; quantificação dos trabalhos de campo; redefinição da malha hídrica e bacias hidrográficas; análises físico-químicas de solos, para o entendimento das fragilidades dos solos; análise para entender a aptidão agrícola e biodiversidade; análise dos aspectos jurídico-institucionais para os apontamentos das áreas protegidas e não protegidas; destaque das zonas de pressão de usos e zonificação; análise da cobertura vegetal e os resultados dos índices de vegetação e usos no território; explicação das zonas de pressão de usos do território no Bioma Amazônico; explicação das áreas protegidas presentes nesse bioma; explanação dos resultados da sucetibilidade à lixiviação e erosão no território do bioma relacionando-as com as ocorrências de tremores, fraturas e falhas geológicas; e a utilização de tais estudos para visualização dos potenciais e disponibilidade hídrica; vulnerabilidade social, capital humano, taxa de alfabetização e "população nem nem". Além da discussão do Zoneamento do Território, a explicação de cada zona definida, a partir de pressão de usos, ativos e arranjos produtivos. Apresentação da Biodiversidade da Flora e Fauna do Bioma, destacando a importância da criação dos corredores ecológicos. Foram apresentados, para a concepção de cenários, os segmentos utilizados: cenas atuais, futuros, breves e longos caminhos a seguir. Além de cenários econômicos prospectivos e cada cenário projetado para o Bioma Amazônico. Evidenciou que os cenários elaborados apontam para falta de geólogos, arqueólogos, meteriologistas e destacou a elaboração, por parte da equipe de Climatologia, do calendário agrícola e de outras atividades econômicas. Houve a apresentação dos fluxos de trabalhos: relatório de mobilização social e audiências públicas; apresentação de minuta de Lei e trabalhos Legislativos. Depois dessa exposição, foi encerrada a apresentação técnica dos trabalhos e houve um intervalo para o coffee break de 15 minutos e só depois foram retomados os trabalhos com a mesa de debate composta por: Josiel Ribeiro Ferreira, Geilson Bruno Pestana Moraes, Ariadne Ennes Rocha, Gunter de Azevedo Reschke, Maria de Lourdes Silva e Breno Campelo Lima. Com essa formação, foram abertas as discussões para a contribuição do

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SANTA INÊS

público presente, a fim de tirar as dúvidas e apresentar sugestões para os resultados dos diagnósticos do Bioma Amazônico Maranhense. Assim como, oportunizar aos técnicos responderem aos questionamentos do público, bem como explicar e fazer considerações.

CONSIDERAÇÕES

Descrição	Responsável	Órgão / Vínculo
Falou que precisa corrigir os corredores ecológicos e reservas; Mapas de Cenarização: como será apresentado "Mosaico Gurupi" para o governo? O que resta do bioma está dentro de reservas? Deveriam retirar a vegetação de eucalipto e mostrar a realidade nos mapas. A escala de 1:250.000 fica muito distante da realidade. Precisa-se pensar na recuperação de florestas, conectando com os povos indígenas e a importância dos corredores ecológicos.	Luis Alberto Pereira	Assessor Técnico do ISPN
Respondeu que o mosaico Gurupi é evidenciado no mapa, e que as áreas preservadas estão em reservas indígenas, destacou também que ainda não se tem a resposta de como serão recuperadas essas áreas degradadas, mas o Gurupi estará em destaque quando se falar em Reserva Legal e recuperação. Pontos a serem discutidos: Mapas de áreas prioritárias precisam de uma aprimoração. O diagnóstico está correto, mas na cenarização não é evidenciado as áreas de assentamento e reservas.	Ariadne Ennes Rocha	Professora da UEMA e Pesquisadora do ZEE / Vegetação
As escalas do mapas e sua definição seguem regras de acordo com decretos. A escala é utilizada e as áreas de trabalhos são visíveis.	Maria de Lourdes Silva	Chefe de Departamento de Cartografia e Geoprocessamento / IMESC
"Falou que anos atrás foi madeireiro e desmatou muitas florestas, mas hoje ele é um protetor, e destacou que tem muitas serralherias clandestinas e fez um pedido ao Governo do Estado para proteção, para controlar o desmatamento em Governador Nunes Freire".	Manuel de Jesus Machado Oliveira	Agricultor e Ex-Madeireiro
Abordou a importância do estudo do ZEE. Perguntou qual a alternativa que pode ser tomada pela equipe para resolver o problema da delimitação territorial dos municípios de Tufilândia e Santa Luzia?"	Francisca das Chagas Aires	Secretária de Meio Ambiente no município de Tufilândia
"Como foi considerado os percentuais de reserva legal?"	Jose Hilton Coelho	Vice- presidente da FAEMA

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SANTA INÊS

As questões de Reserva Legal serão levadas para a Assembleia após ouvir as discussões nas audiências públicas.	Josiel Ribeiro Ferreira	Diretor de Estudos Ambientais e Cartográficos do IMESC
"Se há alguma estratégia para que possa acelerar a regulamentação dos assentamentos?"	Jonsson Jackson Matos dos Santos	Sindicato Rural
O IMESC está analisando como esses assentamentos estão sendo utilizados. O INCRA também analisa o comportamento dessas áreas, precisa-se realizar uma varredura nesses assentamentos socialmente, economicamente e ambientalmente.	Josiel Ribeiro Ferreira	Diretor de Estudos Ambientais e Cartográficos do IMESC
"Índice de vulnerabilidade (mapas). Faz uma crítica à legislação: Política Pública (áreas envolvendo o programa Minha Casa, Minha Vida). No Maranhão possui densidade demográfica baixa, sendo que o estado possui grandes extensões, assim teriam mais áreas com quintais contribuindo para uma melhoria climática. São muitas as variáveis que se inter-relacionam. Como vocês irão trabalhar esses fatores para apresentar na Assembleia? Como tornar o Zoneamento importante para captar recursos, já que o orçamento é curto?"	Jorge Luis Cardoso	IBGE
Respondeu que a descentralização dos investimentos está sendo proposto pelo ZEE.	Geilson Bruno Pestana Moraes	Chefe de Departamento de Estudos Regionais e Setoriais / IMESC
"É viável a implantação de uma área de inovação tecnológica no território de Santa Inês?"	Anderson Araujo Meireles	Professor de Física do IFMA Campus Santa Inês
Frisou que é importante replicar e descentralizar as tecnologias no território.	Josiel Ribeiro Ferreira	Diretor de Estudos Ambientais e Cartográficos do IMESC
"É preciso superar os índices de concentração fundiária." É necessário descentralizar as riquezas do estado. Regulamentação Fundiária x Política de regulamentação fundiária são coisas diferentes."	Francisco das Chagas	Assessor especial de assuntos indígenas da SEDIHPOP
Destacou que a definição das divisas territoriais é importante no que tange ao desenvolvimento das políticas públicas e que o IMESC está analisando essas problemáticas.	Josiel Ribeiro Ferreira	Diretor de Estudos Ambientais e Cartográficos do IMESC

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SANTA INÊS

Encerramento da Audiência Pública
Paulo Henrique de Aragão Catunda evidenciou a contribuição dos que estavam presentes, deixando o convite para que houvesse a participação da sociedade civil no ZEE através do envio de perguntas e sugestões, por meio do e-mail, para que possa haver troca de ideias. Ressaltou a importância dessa participação e contribuição para a construção do ZEE, pois o ponto chave desse estudo é a opinião da população que será de grande valia para esse processo.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS

Credenciamento

Mesa de Abertura

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SANTA INÊS

Apresentação dos resultados do ZEE

Mesa de Debates

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SANTA INÊS

Início dos Debates: Luiz Alberto / Assessor Técnico do ISPN

Manuel de Jesus Machado de Oliveira: ex-madereiro

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SANTA INÊS

Francisca Ares: Secretária de Meio Ambiente de Tufilândia – MA

Exposição de Mapas

Anexo D
ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

INFORMAÇÕES SOBRE A SESSÃO DE TRABALHO

LOCAL DE REALIZAÇÃO: Auditório da Ufma /Campus Grajaú
PRESIDENTE DA SESSÃO DE TRABALHO: Dionatan Silva Carvalho
RESPONSÁVEL PELA APRESENTAÇÃO TÉCNICA: Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias
RELAÇÃO DE PARTICIPANTES: Em Anexo.
HORÁRIO DE INÍCIO: 10h
HORÁRIO DE TÉRMINO: 12h e 56min
TEMPO DE APRESENTAÇÃO TÉCNICA: 57min
TEMPO DE DISCUSSÃO E PATICIPAÇÃO POPULAR: 01h e 25min
RESPONSÁVEIS PELA LAVRATURA DA ATA: Hanna Mikaely Ribeiro Rocha

PAUTA PREVISTA

Apresentação Técnica do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão – Etapa Bioma Amazônico

1) As Audiências Públicas no Contexto do ZEE-MA
2) Diagnósticos Temáticos
3) Base de Dados e Caderno de Mapas
4) Zonificação do Território
5) Prognósticos e Cenarização

DISCUSSÕES TEMÁTICAS

A mesa de abertura da audiência contou com a presença de: Dionatan Silva Carvalho, Presidente do IMESC; Leandro Donizete Serafim, Superintendente Regional de Grajaú-SECAP; Raimundo Coelho de Sousa, Presidente do SEBRAE; Professor Marco Aurélio da Silva Azevedo, Deputado Estadual e Ferdinan Bezerra dos Santos, Assessor Especial da SEDIHPOP. A palavra foi dada a Raimundo Coelho de Sousa, presidente do SEBRAE, que cumprimentou aos membros da mesa, externou sua alegria em ver o ZEE pronto para discussões e enfatizou a necessidade de se buscar o equilíbrio entre produzir e preservar o ambiente. A palavra foi dada a Marco Aurélio da Silva Azevedo, Deputado Estadual, que evidenciou a importância das discussões públicas da Região Sudoeste do bioma e as impressões do ZEE pela sociedade civil mediante suas considerações e discussões nas audiências. Ao fazer uso da palavra, Dionatan Silva Carvalho, presidente do IMESC, ressaltou a importância da apresentação dos resultados do ZEE e da consulta pública para a validação dos resultados obtidos e construção de novos resultados, uma vez que a população que reside na região tem maiores conhecimentos acerca do território, por isso a relevância da participação da mesma na elaboração da minuta de Lei do ZEE. Ressaltou, ainda, o avanço do ZEE com a participação no processo de elaboração, de Luís Fernando Silva, Secrétario de Estado de Programas Estratégicos (SEPE). Ademais, ressaltou o desenvolvimento econômico utilizando o menor quantitativo de recursos naturais, priorizando, além disso, o desenvolvimento sustentável. Após essas participações de representantes da mesa, foi considerada aberta a Audiência Pública. Depois disso, foi realizada a leitura do Regimento das Audiências de Consulta Pública do Zoneamento Ecológico-Econômico, etapa Bioma Amazônico, pela cerimonialista Luciana Barros Oliveira. Logo em seguida, foi realizada, pelo pesquisador Sênior Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias, a apresentação técnica dos resultados. Inicialmente, o pesquisador explicou a extensão do território e a grandiosidade

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

de seus recursos naturais, bem como o quantitativo da população que ocupa o Bioma Amazônico Maranhense. Destacou o limite municipal como categoria de análise utilizada pelo ZEE do Bioma Amazônico. Evidenciou a importância de não tomar decisões sem a consulta da opinião pública, a qual é ouvida durante as Audiências Públicas. Posteriormente, ressaltou a quem e a que segmentos a elaboração do ZEE servirá, considerando que o ZEE é um instrumento de planejamento territorial no histórico do Brasil, bem como pontuou o aumento da escala de trabalho para o detalhamento dos fenômenos, fatores e alvos que ocorrem no território do Bioma Amazônico. Apresentou, ainda, os principais regulamentos e arranjos Jurídicos Institucionais que regem o ZEE, bem como os objetivos para a elaboração e desenvolvimento dos seus trabalhos e efetivação das políticas públicas para o Bioma. Mencionou, ainda, a articulação executiva que desenvolveu os trabalhos do ZEE, bem como fez a apresentação da escala de trabalho de 1:250.000 do ZEE. Especificou cada etapa já realizada e, ainda, as previstas para o ZEE. Destacou a disponibilização do banco de dados de todos os trabalhos que foram realizados, estes em uma escala de 1:250.000 para toda a sociedade civil. Em seguida, explanou sobre os resultados temáticos obtidos pelas equipes: Geologia, Geomorfologia, Recursos Hídricos Superficiais, destacando o quantitativo de cursos d'água, além desses, os das Bacias Hidrográficas. Na discussão a cerca de Pedologia, ficou evidenciado a não aferição dos trabalhos pedológicos em Unidades de Conservação de Proteção Integral, tais como Terras Indígenas e Reserva do Gurupi. Houve destaque à aptidão agrícola que ocorre no Bioma e como foi realizada a organização do banco de dados. Expôs também sobre a cenarização do bioma em âmbitos sociais, ambientais e econômicos e os cenários prospectivos climatológicos, como chuva e temperatura do ar para as próximas três décadas, destacando os trabalhos de Biodiverdidade que incluem Cobertura Vegetal, Fauna e *Hot Spots*. Explicou a análise da Cobertura Vegetal e os percentuais de 25% de cobertura vegetal nativa e área florestal e também os percentuais que incluem áreas de cocais, vegetação secundária, silvicultura e outros usos. Falou sobre os resultados de Socioeconomia, Aspectos Jurídicos e Institucionais e, também sobre os padrões de Uso e Cobertura do solo atual do Bioma Amazônico. Além disso, explicou que foi feito uma comparação dos índices de cobertura vegetal entre os 2007 e 2017, para verificar os fragmentos de vegetação e os estratos vegetacionais, a partir das análises de Índice de Vegetação por Diferença Normalizada. Falou sobre as Zonas de Pressões e Áreas Protegidas, para então tratar das áreas de suscetibilidade Geoambientais e sua relação com as áreas de tremores, isto é, a tectônica da região. Evidenciou, também, os resultados de suscetibilidade sociais trazidos pelo Eixo da Socioeconomia. Além disso, falou sobre a Zonificação do território do Bioma Amazônico Maranhense, explicando cada Zona de Planejamento, a partir de suas características e usos, além de explicar o potencial biotecnológico de cada zona. A posteriori, tratou dos cenários propectivos traçados de médio e longo prazo para o Bioma Amazônico Maranhense, com destaque aos cenários econômicos, matriz morfológica e cenários tendenciais. Por fim, explicou sobre as etapas finais do ZEE, fez a descrição dos trabalhos das Audiências Públicas e esclareceu que após a realização dessas audiências, ocorrerão oficinas e capacitação para a gestão do banco de dados. Após essa apresentação técnica, foi aberto ao público o momento para perguntas, contribuições, pedido de explicação, esclarecimento de dúvidas sobre o ZEE, etapa Bioma Amazônico. Ao mesmo tempo, em que também foi dada a oportunidade aos técnicos de responder, esclarecer e explicar sobre as intervenções realizadas pelo público. Após as intervenções do público e corpo técnico, foi encerrada a sessão da Audiência Pública, com a palavra final dada pelo Presidente do IMESC, Dionatan Carvalho, que agradeceu a contribuição de todos os presentes que participaram da audiência.

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

CONSIDERAÇÕES

Descrição	Responsável	Órgão/Vínculo
"Bom dia a todos. Eu sou Rogério Ribeiro, funcionário público da Secretaria de Agricultura e Produção Familiar, mas também sou fundador e participante de uma cooperativa da agricultura familiar e economia solidária ligada à federação de CAFS e acompanhada pela SAF hoje dentro do Estado do Maranhão, mas eu queria me identificar aqui dentro desse trabalho como filho de origem quilombola que é uma área que está em conflito com os pecuaristas na região da Formosa, conhecida como 'bem feito" às margens do Rio Mearim, e que precisou morrer umas três pessoas pra dizer que aquela terra era nossa. E graças a Deus, o juiz deixou a gente em paz ali por enquanto, no municipio de Formosa, divisa com Grajaú. Estamos lutando pelo título de quilombolas, para sermos reconhecidos como quilombolas. Muito bem, a minha preocupação dentro dessse trabalho é dois: primeiro a questão dos lixões a céu aberto e aterro sanitário, dentro desse trabalho do ZEE como é que foi planejada essa questão dos consórcios intermunicipais pra resolver essa questão da problemática dos lixões dessa nossa região que está incluida a questão do bioma? Essa é a primeira questão. A segunda é que eu gostaria de saber, em relação aquele gráfico que foi colocado ali a questão da vegetação desses grandes empreendimentos que vieram para o município, a questão do reflorestamento, porque eu conheço de andar a pé essa região toda nossa de Formosa a Amarante, e eu gostaria de dizer para os companheiros aqui desse trabalho que de 1990 quando eu era adolescente e em 2000 na minha juventude, nós respirávamos o melhor ar na região, a gente bebia lá no sítio das freiras a melhor água mineral de Grajaú. Companheiros, e hoje viver no Grajaú, recentemente a médica identificou um problema seríssimo no meu sistema respiratório pulmonar, de respirar grandes quantidades de veneno que têm nessa região e as queimadas. Morar no Grajaú hoje não é mais beleza. Nós não podemos tampar o sol com a peneira, o negócio tá feio morar em Grajaú. Mostraram uns gráficos aí dizendo que diminuiram as queimadas, mas infelizmente é bravo, porque esses grandes empreendimentos, pecuária, depois veio as carvoeiras e agora poderia estar nessa discussão o pessoal do polo gesseiro. Quanto é que se consome de lenha, de mata nativa para produzir esse gesso que dizem que é a riqueza do Grajaú? Nós precisamos estar com esse povo aqui. E ai vem a monocultura, eucalipto, mas cadê o viveiro para recuperar as plantas que eles destruíram? Não se discute isso aqui, tem que se discutir isso aqui. Infelizmente a gente	Rogério Ribeiro	Funcionário da Secretaria de Agricultura e Produção Familiar e fundador da cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Grajaú

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

como comunidade da sociedade civil organizada, a gente cobra, a gente fala, a gente discute. Outra coisa, cadê o Ministério Público? Nosso Ministério Público, ele é ausente nessas coisas. Ele está ali na hora? Eu vou dar um exemplo aqui por vários irmãos que recentemente, a gente tem que triscar na ferida, porque a ferida tem que ser mostrada, retiraram o lixão da cidade, levaram para um povoado que é de agricultura familiar, aí está lá prejudicando os cajus da comunidade, as mangas, futuramente, o lençol freático porque é um lixão. Aí sabe o que o Ministério Público fez? Assinou um documento para jogar o lixão para uma área produtiva da agricultura familiar. Cadê o juiz aqui? Cadê o Ministério Público? Então eu gosto de dizer como representante da sociedade civil e como filho de Grajaú, a gente quer o bem para Grajaú, e esse povo não está aqui e eles que determinam isso. Cadê a Câmara de Vereadores? É eles que fazem essas leis. Não adianta a mobilização da comunidade. Eu lembro que o Juiz me processou, eu estava trabalhando a mais de 100 quilômentos aqui de Grajaú para o IBGE, que é outra pergunta que quero fazer. Por que o IBGE não fez parte ali daquela discussão? Porque ele tem um trabalho com relação ao Censo Agropecuário de 2019, e ele faz esse mapeamento econômico da região rigorosamente. E eu lembro que o Juiz da cidade me processou, eu trabalhando para lá, dez mil reais/dia se aquela mobilização em frente à entrada do lixão não fosse retirada, é coisa bizarra, de outro mundo, entendeu? E a gente precisa discutir isso aqui em Grajaú. O Governo do Estado, o Governo Municipal, o Ministério Público e Câmara de Vereadores para a gente deixar uma cidade melhor para as pessoas que virão depois de nós. Me desculpe aí, porque eu só acredito que se a gente tem uma dor a gente tem que gritar, eu sou dessa bandeira, se tem uma dor a gente tem que gritar. Então eu já deixei várias dores aqui nas minhas colocações. Obrigado.”		
“Bom dia a todos, me chamo Vânia Monteiro, apesar de todo o clamor do meu amigo Rogério, a gente tenta melhorar a cada dia. E eu quero só parabenizar a iniciativa do Governo do Estado do Maranhão por estar fazendo esse belíssimo trabalho e só reforçar toda a fala do meu amigo Rogério Ribeiro, que essa é uma verdade nua e crua aqui dentro de Grajaú. A ausência do Ministério Público, a ausência da nossa Câmara de Vereadores, esse mapeamento que foi colocado em relação a agronegócio, a produção que realmente está matando o nosso bioma aqui em Grajaú. E a gente está sofrendo muito com as queimadas, com esse ar poluído aqui de Grajaú. Inclusive eu também trabalho no Hospital Regional de Grajaú e a gente teve uma temática nas nossas reuniões sobre a poluição sonora que ela está em segundo lugar nas causas de doenças. Em primeiro lugar é a poluição	Vânia Maria de Souza Monteiro Moraes	Funcionária Pública da Prefeitura Municipal de Grajaú

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

do ar e em segundo a poluição sonora, que não só agride nós seres humanos, como também os animais e as plantas, que foi uma coisa que eu fiquei surpresa, foi em relação às plantas que a gente pensa que não afeta mas as plantas também sofrem com a poluição sonora. Então era isso, meu muito obrigado, e que a gente possa ter um grande trabalho esta manhã."		
"Primeiramente quero dar um bom dia a todos os participantes hoje nesse importante encontro, quero falar para vocês o meu nome é Roldão, vereador da cidade de Grajaú e presidente da CCJ. Quando eu recebi o convite achei de suma importância estar aqui como ouvinte para ouvir a participação do Governo. Quero dar os parabéns ao Governo por abrir esse leque de informações pelo que eu entendi ainda não visto no Maranhão e elas são do Governador Flávio Dino, pensando no futuro da humanidade, do Maranhão e da região. E queria deixar três perguntas para essa equipe que eu sei que são de profissionais e para a sociedade de Grajaú e é claro quero dar os parabéns ao Secretário de Meio Ambiente dos municípios que estão presentes, ouvindo também a situação e queria fazer três perguntas fundamentais. Grajaú hoje é o segundo polo gesseiro do Brasil, de onde as riquezas naturais estão sendo tiradas da localidade? Enriquecendo algumas pessoas, usando o trabalho dos grajauenses que, no final, a maioria vai parar no hospital. Ontem mesmo eu assisti um caso de um cidadão que estava com os rins parados por causa do serviço na gesseira. Sobre as empresas de carvão mineral, eucalipto, eu quero dizer para os senhores que eu estive em 1999 aqui, fui funcionário da G5 por mais de sete anos e eu queria fazer a pergunta. Qual é a contrapartida social de todas as empresas que estão instaladas em Grajaú para a população de Grajaú? Alguém pode dizer: "não, mas nós fazemos aquela questão social, vamos nas escolas e damos presentes e patrocinamos isso"', eu me refiro a uma situação mais ampla, profissionalizar os grajauenses, isso não acontece. Outra pergunta, a riqueza, se ela está saindo de Grajaú? Eu me refiro ao eucalipto, ao carvão, que como o Rogério também falou em 1999, eu conheci a área ao redor do Alto Brasil que era toda mata, e numa facilidade enorme, quem conhece hoje lá sabe que não tem mais mata, a mata é uma coisinha pouca, as águas daquela região, ela ficou mais aprofundada, inclusive quando é na estiagem os poços artesianos têm uma situação ruim para a região. Então minha pergunta é direcionada ao Deputado Marco Aurélio, que eu quero dar os parabéns para ele, por estar aqui hoje nessa região, e levar o anseio da população de Grajaú referente todo esse minério que é o chamado 'ouro preto' e esse minério que é o calcário, que é a gepsida, está saindo de Grajaú e não está tendo retorno específico	Roldão da Silva	Vereador e Presidente da CCJ

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

para a cidade. Por que, qual é o retorno? É enricar alguém e a gente só a mão de obra. Aí alguém pode dizer "ah, mas é empregar pessoas", mas você pode ir na casa da pessoa que vive com um salário mínimo no máximo e não tem uma estrutura, não tem empresas para qualificar as pessoas da cidade. Esses são meus questionamentos como vereador eleito pelo povo, saindo lá da roça, por isso que eu estou hoje aqui, porque eu quero saber de fato, eu quero me direcionar a vossa excelência que representa a voz do povo, para quando chegar lá o projeto de lei, buscar alternativas para o melhoramento das vidas das pessoas dessa região. Esse estudo é muito importante, mas também a gente tem que saber sobre o social daqui 20 e 30 anos. Obrigado pela oportunidade de me expressar e dizer que comungo da fala do Rogério e da Vânia Monteiro, e dizer que a Câmara está hoje aqui representada por minha pessoa como ser humano, cidadão que quer ver o bem dessa cidade. Muito obrigado."		
"Meu nome é Kurtis Bastos, o nome é estrangeiro, mas sou cearense, e estou aqui no comando da operação Maranhão 2019. Já é a segunda vez que estou na contenção de incêndio, queimadas principalmente aqui na região de Grajaú. Lembrar que aqui estivemos em 2016, a cidade de Grajaú estava debaixo de uma fumaça intensa, causando problemas sérios de saúde pública. Isso é só um ponto, mas os constantes incêndios estão acontecendo aqui nas terras, e não só nas terras indígenas, a gente fala que terra indígena pega fogo, mas em todas as terras pegam fogo, porque o não-índio também toca fogo nas suas próprias terras, causando incêndios florestais. Ao longo de um tempo, já há mais de 10 anos, o IBAMA vem trabalhando com terras indígenas, fazendo o manejo integrado do fogo, conhecendo um pouco da cultura deles e dessa forma tentando reduzir muito a questão dos incêndios. De 2016 pra cá houve redução, mas ainda há muitos incêndios. Só esse ano atendemos mais de 60 incêndios florestais aqui nas terras indígenas, desses mais de 180 mil hectares foram incendiados, pelo uso do fogo inadequado, alguns deles pela roça. E gente, contribuindo um pouco com esse trabalho, quando você mostra aquele quadro, eu vejo lá o alto Turiaçu, e aí eu percebo que o que restou de muita floresta está exatamente nessas áreas protegidas, e aí a necessidade talvez de avançarmos, saber exatamente onde estão os verdadeiros conflitos ambientais dentro do Estado e dentro do ZEE, e por sinal eu quero parabenizar a excelente palestra e entendimento. E sou do Ceará e vir pra cá e poder entender mais do Maranhão, me abre os olhos e me dá mais sabedoria. E aí talvez buscar o IBAMA, para saber quais são os conflitos para fazer uma outra matemática, aonde tem que	Kurtis F. T. Bastos	Comandante da Operação Maranhão 2019 PREVFOGO do IBAMA

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

investir. Essas áreas indígenas são invadidas constantemente, o IBAMA aciona, atende, queima caminhão, mas continuam. Claro que deve existir uma cobertura muito grande, mas são as florestas aqui que estão indo embora, e vão bater lá no meu Ceará, e vão bater no Brasil todo. O fortalecimento do sistema ambiental do Estado é importantíssimo e de forças de segurança que possam andar exatamente para isso. Ontem mesmo estive na base de combate a incêndio, não sou fiscal federal, nem somos da segurança pública, mas bateu na nossa base uma família pedindo socorro porque um caminhão tinha adentrado a sua propriedade desmatando e estavam carregando a madeira que eles tanto tinham na floresta e se sentiram impotentes ao bater numa delegacia de polícia, fazer reclamação e sair de lá sem uma ação. Pessoal, a população está pedindo um pouco disso, e aqui rogo ao deputado, parabéns deputado, fortaleça isso. E desejar que esse ZEE seja um grande passo, seja uma estrela a encaminhar todas as políticas dos gestores. E acho que os gestores vão sair daqui e quando começarem a ler esse ZEE e vão começar a direcionar suas políticas. Sucesso gente, estarei aqui constantemente, dependendo do nosso apoio, podemos auxiliar também os quilombolas na situação do fogo, que com certeza devem fazer também o uso do fogo e estamos aqui para auxiliar. Muito obrigado e parabéns.”		
“Bom dia, me chamo Ricardo, sou técnico na área de turismo e também estudante do curso de especialização de Gestão e Educação Ambiental aqui da UFMA. A minha preocupação é justamente a conservação e preservação dessas APP’s, temos um rio que passa pela cidade, vários rios que passam na área rural, e a gente percebe que o nível já baixou bastante desses rios, tanto do Rio Grajaú quanto do Rio Mearim. Sendo que no Grajaú isso é bem perceptível. E isso por vezes é porque, estou cogitando aqui, não sei se isso é real, são nascentes que secaram, áreas de APP’s, matas ciliares que foram devastadas e assim por diante. Eu queria ver como que a gente pode estar pensando com carinho essas áreas aqui na nossa região, porque é perceptível e na área urbana a gente tem uma área de nascente como o Rogerio falou, tem as nascentes do Olho d’água da Trizidela, são compostas por mais ou menos seis nascentes, e tem toda uma especulação imobiliária em volta e a população ainda não está muito preocupada com isso. A degradação aqui em cima no canoeiro pode afetar essas nascentes ali que vão para o Rio Grajaú, então a minha preocupação são essas áreas, e como a gente podia agir estrategicamente para que essas áreas não tenham tanta degradação como estão tendo? E é isso.”	Ricardo Tamanini	Técnico na área de turismo e estudante do curso de especialização em Gestão e Educação Ambiental da UFMA campus Grajaú e Sociedade Civil

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

"Bom, tivemos várias questões aqui que foram abordadas, que são de extrema relevância para o território e merecem essa discussão, mas a gente tem uma preocupação a ser colocada que é a escala de intervenção. O Zoneamento Ecológico Econômico, na escala de 1250.000 por mais que nós tenhamos dado esse zoom imenso no território como o professor Luiz Jorge mencionou, ainda assim questões locais merecem um tratamento mais adequado, e aí a gente fala de outros instrumentos de planejamento, como o Plano Diretor, porque são questões que devem ser abordadas no município. Agora sob a perspectiva do que foi mencionado, por exemplo, da ausência de determinadas instituições, uma já foi representada pelo vereador aqui presente, e nós fizemos convites para todas essas instituições mencionadas, é importante destacar isso. Me permita discordar do senhor no seguinte aspecto: a sociedade civil tem que estar presente sim, não adianta convidar a sociedade civil, antes de tudo os gestores públicos são representantes da sociedade civil, então as demandas, as dificuldades partem da sociedade civil. Então essa reivindicação sua, esses problemas que você levantou são legítimos, e só poderiam vir de você, então por isso a sociedade civil tem que se fazer presente nessas discussões de audiência. Ao mesmo tempo, complementando a questão que você abordou, sob uma perspectiva institucional, por que o IBGE não fez parte desse contexto das instituições presentes? Nós temos essa preocupação também, mas ao mesmo tempo a gente viu isso como uma oportunidade, nós temos um diálogo muito aberto com o Marcelo Virgínio que é o representante regional do IBGE, estivemos inclusive conversando com ele na semana passada. Vamos trabalhar juntos num evento para discutir o próximo Censo Demográfico, já está marcado inclusive, no dia 30, o evento que acontecerá no Palácio Henrique de La Roque. Ele fará juntamente conosco, IMESC, SEPE com o Governo do Estado, e ao mesmo tempo nós temos vários convênios com ele, convênio sobre a questão dos limites e divisas municipais que foi importante para esse trabalho, então ele não apareceu como as instituições no momento executoras do ZEE, mas ele é uma instituição conveniada conosco e muitos dos trabalhos e das informações que nós utilizamos são provenientes dessa instituição parceira do IMESC. Por exemplo, o cálculo do PIB Estadual, do PIB dos municípios é um trabalho feito em convênio com o IBGE, a questão das estimativas populacionais é outro convênio, e eu poderia citar vários outros, a ESTADIC é um trabalho que nós fazíamos junto com o IBGE com informações referentes ao estado, a gente discute junto a questão dos limites. E sobre essa perspectiva que eu falei, é que o IBGE será uma instituição que irá contribuir muito mais quando nós avançarmos, por exemplo, nos trabalhos da próxima	Dionatan Silva Carvalho	Presidente do IMESC

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

etapa, que nós queremos ir para o Cerrado, nós já tivemos essa conversa com ele inclusive. E na ocasião dessa conversa, por exemplo, você mencionou o Censo Agropecuário, claro, nós só temos informações de 2006, as informações de 2016 são informações preliminares, e agora são algumas informações já validadas que estão sendo divulgadas, mas nem todas as informações estão disponíveis e por isso não dava para usar todas as informações do Censo Agropecuário, muitas virão agora pro próximo ano de 2020. Mas nessa ocasião, inclusive, nós conversamos com ele para solicitar informações detalhadas por assentamentos, que já é uma nova discussão, vamos dar um zoom maior ainda no território, e ai a gente consegue discutir de forma mais qualificada essas questões. Eu vou encerrar minha fala por aqui, eu queria contextualizar só essas questões, mas tem dentro dessas questões das perguntas outros esclarecimentos, e eu queria passar para os coordenadores temáticos para contribuírem nesse debate.”		
“Respondendo o anseio do meu futuro colega Gestor Ambiental, sobre a questão da preservação das áreas de preservação permanente. Não existe indicativo, como o professor Luiz Jorge colocou de criação, porque as áreas de preservação permanente já são regidas pela lei maior, que é o nosso Código Florestal, então o que tem que haver é se pensar em conjunto com o Governo Municipal, principalmente a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, fazer um mapeamento dessas áreas e planejar uma recuperação e o que nós indicamos no documento é que essa recuperação, ela tem que ser prioritariamente com uso de vegetação nativa, espécies nativas, pra que a gente não contribua para uma desarmonia do bioma como um todo. Então a gente tem a dispersão de frutos, de animais, se a gente usar espécies que não sejam daqui, então a gente causa um impacto e não gera a recuperação como a gente gostaria. Então as áreas prioritárias, como o ZEE coloca, são as Terras Indígenas e as Unidades de Conservação, então esse teu questionamento a gente tem que buscar à luz da nossa legislação, o Código Florestal e o Código Municipal de Meio Ambiente, então cabe ao poder público, juntamente com a sociedade civil fazer um mapeamento e planejar a recuperação.”	Isabela Pinho de Lucena	Pesquisadora do ZEE- MA Eixo de Flora e Vegetação
“E aproveitando um gancho também, eu não anotei seu nome: Vânia Monteiro. A senhora falou de poluição do ar, poluição sonora, que é uma preocupação também do nosso vereador Roldão, como o presidente falou e na minha apresentação eu demonstrei, nós temos uma escala de trabalho que é de 1:250.000, o que significa isso, 1 centímetro no mapa significa 2,5 quilômetros no território, nós não conseguimos enxergar nessa dimensão o lixão por exemplo, o lixão	Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias	Pesquisador Sênior do ZEE - MA

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

vira apenas um pontinho, e nós não conseguimos também enxergar, pela limitação da escala cartográfica e da metodologia definida pelo Ministério do Meio Ambiente, nós não conseguimos definir poluição atmosférica e nem solos. Isso na verdade nós colocamos nas nossas considerações, nós fizemos uma ampliação por município da situação do saneamento ambiental. O saneamento ambiental envolve drenagem, envolve abastecimento público de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos. Nós fizemos uma breve indicação por município de como é que isso se comporta. Por que isso? Porque isso foge bastante da esfera do que é um Zoneamento Ecológico Econômico, mas os municípios de tempos em tempos precisam atualizar os seus Códigos Municipais Ambientais e sobretudo os seus Planos Diretores. Aí vem o trabalho do nosso Executivo e do nosso Legislativo Municipais. Lá no diagnóstico dessa parte do saneamento que é qualidade de vida, nós apresentamos o estado de todos os 108 municípios, e aí isso vai servir de pauta, de base para que vocês internamente no município, legislativo e executivo, possam fazer as atualizações possíveis da base de legislação, e claro do Executivo através da secretaria de obras, infraestrutura, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que tem poder de executar as políticas públicas previstas na legislação municipal. O ZEE dá um gancho, uma base. Bom, nosso amigo do IBAMA, Curtes Bastos, muito obrigado pela presença, eu sei que vocês estavam em uma outra operação, destinados para uma outra atividade com uma equipe maior, a Isabela fez o convite para vocês hoje de manhã, estávamos no mesmo hotel, e é muito bom ter vocês aqui conosco porque vocês é que estão na ponta, vocês é que estão de fato enfrentando esses problemas que o mundo inteiro está discutindo, o mundo inteiro voltou a atenção para a questão das queimadas, tem muito debate político, tem muito debate técnico-cientifico, mas quem está sofrendo na ponta além dos moradores são vocês, então vocês merecem todo o nosso reconhecimento e toda a colaboração possível. E pensando em vocês, isso já em 2017, início de 2018, nós começamos a fazer o que nós, na brincadeira, chamamos de dança do fogo. No nosso relatório de Uso e Cobertura nós temos um tópico especial mostrando a evolução das queimadas nos últimos anos, aqui no Estado do Maranhão inteiro e um recorte para o Bioma Amazônico, e nós vamos ver justamente o que o senhor falou, por isso também que nós chamamos de dança, porque isso vai acontecer justamente naquela zona de amortecimento de terra indígena de Unidades de Conservação de proteção integrada, então nós já sabemos como elas acontecem, quantidade, intensidade, e o passivo ambiental, social e econômico que isso gera. Está lá nos nossos relatórios.		

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

Evidentemente que nós não fizemos foi a modelagem, para indicar como é que isso vai se comportar daqui a 10 anos. Mas, olhando para a realidade, nós já temos condições de apontar com uma certa margem de segurança, quais são as nossas zonas mais críticas. Quais são os nossos verdadeiros pontos quentes. Para finalizar a minha fala nesse bloco, tem o nosso amigo Rogério, que fala da situação lá em Formosa de comunidade quilombola, que vocês estão no processo de reconhecimento de titularidade e tudo mais. Eu quero destacar o seguinte, infelizmente Formosa da Serra Negra não está inserida nessa etapa do Bioma Amazônico porque lá é 100% Cerrado. Mas o nosso Presidente agora há pouco também já falou, nós estamos nos preparativos para a próxima etapa: Cerrados. Já está na LOA, Lei Orçamentaria Anual, já foi para a Assembleia Legislativa, nós temos garantia para desenvolvermos os nossos trabalhos para terminarmos Cerrados até dezembro de 2021. Com o Secretário Luís Fernando e o Presidente Dionatan a gente andou e, continuando com eles, nós vamos andar, talvez até entregar um pouquinho antes do tempo, não muito porque a terra é muito grande, é a França inteirinha, são 240 mil quilômetros quadrados, são 109 municípios, 2/3 do território do Estado então é muita coisa, mas a gente tem a expertise que é o melhor. Então essa base de dados também está disponível, quem tiver condições dentro do IBAMA, dentro das suas reges de trabalho, pode pegar e acessar esses dados e trabalhar também com informação territorial, além dos relatórios, tem o banco de dados. E nessa etapa dos Cerrados, não se preocupe não, Formosa da Serra Negra tem contato com terras indígenas, comunidades quilombolas, sertanejos e comunidades tradicionais. A gente vai ter uma equipe e mobilização social que vai entrar em contato com vocês, vai visitar para conhecer, porque além de tudo a gente precisa varrer o território, quando eu digo varrer não é colocar para debaixo do tapete não, varrer é conhecer. Conhecer todos os segmentos, do grande produtor, ao pequeno produtor, ao camponês, das grandes cidades aos pequenos assentamentos. Nosso relatório jurídico institucional está aqui, a professora Aldrey pode falar mais um pouquinho, foi o relatório que mais nos deu trabalho, e é o que mais gerou produtos, nós temos um diagnóstico, gente, de 875 páginas só sobre a situação. Fala pra gente o que nós temos.”		
“Bom dia. Dando uma noção geral do que se trata esse eixo, no eixo jurídico institucional constam 4 temas de análise que foram abordados dentro de 7 áreas institucionais que são Unidades de Conservação, Territórios Indígenas, Quilombolas, Assentamentos, Distritos Industriais, Área de Segurança Nacional, que no caso, aqui no Maranhão só temos uma que é Centro de Lançamento de	Aldrey Malheiros Neves de Oliveira	Pesquisadora do ZEE – MA Eixo Jurídico Institucional

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

Alcântara e as Áreas de Portos e Retroportos. Dentro dessas áreas institucionais nós entramos com 4 abordagens que foram: as disposições jurídicas, como se desenvolvem, como estão as disposições legais referentes a essas definições no território; a cartografia, como está definido isso nos pontos geográficos; os programas e planos a partir das esferas federais e estaduais, o que está sendo abordado e aplicado nesses territórios e o último que é a existência de instituições públicas e organizações da sociedade civil nessas áreas que têm um caráter mais de como se organizam juridicamente esses grupos e quais são seus interesses nessas áreas. Sobre essa questão que o senhor abordou dos consórcios existentes, ele não esteve exatamente dentro desta categoria, estava mais voltada para as questões referentes aos interesses das comunidades, mais diretamente as questões sociais dos quilombolas, das Terras Indígenas, Unidades de Conservação, enfim seriam consórcios mais referentes às questões de meio ambiente ou de comitê de bacias hidrográficas, é mais amplo principalmente nessa questão dos recursos hídricos. Enfim, é como o professor Luiz Jorge já deu essa explanação inicial, o município de Grajaú tem sua maior porção inserida no bioma cerrado, então nessa segunda etapa de trabalho com certeza vai ser realizada essa varredura desse território.”		
“Bom dia, eu sou Antônio Caetano Neto, sou Engenheiro Agrônomo e estou aqui representando a AGERP. Como o Dr. Jorge fez a explanação ele fez referência às zonas indígenas, e ele disse, não sei se entendi bem, ele disse que não teve como coletar dados ou coisas desse tipo porque é do governo federal. Eu entendi que não houve uma coleta de dados nessas áreas. Aqui em Grajaú tem índio, mas não é só aqui no Grajaú, o Maranhão todo tem índio. Então a minha pergunta é: qual foi a metodologia, qual foi a forma que vocês encontraram para conseguir esses dados de forma que quando as políticas públicas que forem propostas através desse trabalho forem colocadas em prática, como é que essas pessoas, esses cidadãos brasileiros e maranhenses vão ser atingidos por essas políticas públicas?”	Antônio Caetano Neto	Engenheiro Agrônomo e representante da AGERP
“Boa tarde pessoal, eu sou Pedro Arruda, Secretário de Fazenda e Habitação. Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Dr. Jorge, na sua explanação o senhor falou que a empresa Suzano recuperou uma área que foi usada na plantação de eucalipto. A pergunta que eu quero fazer para o senhor é o seguinte: se nessa recuperação da área degradada, ela recuperou a floresta nativa ou ele plantou qualquer tipo de vegetação? Inclusive a Dra. Isabela quando respondeu a questão das APP’s, ela falou que a Secretaria do Meio Ambiente faça	Pedro Lima de Arruda	Secretário da Fazenda e Habitação de Grajaú

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

uma catalogação das áreas degradadas aqui do município e que faça uma recuperação e que use a vegetação nativa, a gente sabe que tem que ser feito dessa forma. Então a minha pergunta é essa: a Suzano usou a vegetação nativa nessa área que foi recuperada? Obrigado."		
"Na verdade não é só uma pergunta, primeiro eu gostaria de elogiar a equipe maranhense, porque eu participei do início desse trabalho, e o nó ficou na questão de quem faz, se é a equipe de Brasília se de outro lugar, e isso demorou muito tempo, terminou uma equipe maranhense tomando conta, e vocês estão de parabéns porque a gente vê que foi um trabalho com certeza mais minucioso do que se fosse alguém de fora. Em relação ao que foi colocado aqui nas perguntas anteriores talvez a questão dos quilombolas surgiu, porque às vezes a gente pensa que esse é o maior problema ambiental do Maranhão, mas não é. O maior problema é o fundiário, e esse problema fundiário reflete em toda reunião que a gente está, alguém fala dele embora indiretamente porque realmente é grave. Quantas pessoas nós temos no Maranhão que gostariam de ter seu título de terra e não têm, eles são posseiros, eles são ocupantes, e eles não conseguem recursos para investir e nem têm coragem de investir o que é seu em função da insegurança jurídica dessa questão fundiária. Então o que o ZEE está mostrando nessa área é que tem todo um estudo profundo nesse sentido, e que facilita o trabalho do poder local. E essa questão fundiária não fique esperando o Estado, a União, isso é preciso muito forte o poder local, cabe a câmara de vereadores e prefeitura municipal se organizar e procurar resolver essa questão fundiária, buscar as instituições e recursos para fazer esse trabalho, senão não vai haver desenvolvimento, O vereador falou aqui também a questão da capacitação, criticou um pouco o avanço das queimadas, mas olha, o conhecimento, gente, é um outro fator fundamental para o desenvolvimento, ou você busca capacitação ou você busca conhecimento tecnológico, ou você não vai conter o fogo. Quer dizer, que conter o fogo na lavoura, nas atividades agropecuárias é o conhecimento tecnológico, você faz agricultura sem fogo, e isso dá mais produtividade, dá mais renda, do que fazer com fogo, agora muitos fazem com fogo exatamente porque não têm conhecimento da tecnologia moderna e usam essa tecnologia antiga que é a limpeza através do fogo, então é isso mais ou menos que acontece. Em relação à questão de preparar a mão de obra, tem muitas instituições que fazem, aqui já tem o IFMA, aqui já tem as Universidades, tem o sistema S, que está ai a disposição: SENAR, SENAI, SENAC, SEBRAE todas essas instituições preparam mão de obra, é questão de se organizar no município e procurar essas	Raimundo Coelho de Sousa	Presidente do SEBRAE

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

instituições e tentar levar o conhecimento para todos, principalmente para aqueles que estão mais carentes, fazendo as pequenas roças, esses que precisam realmente de bastante capacitação. Às vezes se imagina, porque apresentou-se aqui nos estudos, 25% de floresta, isso nem é pouco nem é muito. Mas acontece que a obrigação de recomposição, no momento que se acrescenta a isso as APP's e as RL's aí, nesse momento, você vê que o volume passa a ser bastante grande ao somar com o 25%, isso dá muita área preservada. É por isso que é importante se pensar nesse debate, e principalmente na hora de fazer a minuta da legislação a questão da recomposição, como é que se vai fazer essa recomposição. Ela não pode prejudicar a atividade que já está sendo exercida, quer dizer, não se pode imaginar que alguém que tenha cultivo hoje de 1000 hectares, possa engessar 80% disso aí. E pode sim ser beneficiado com uma legislação, e isso acontecerá na Assembleia, se Deus quiser, em que se pode modificar esse percentual, em favor da produção de alimentos, em favor da sociedade, em favor do cumprimento da obrigação social de cada propriedade. Então eu acho que essa visão é muito importante a gente desenvolver. Muito obrigado."		
"Saudação a todos, sou Cristo Reis, estou aqui representando o PREVFOGO, sou chefe de brigada especializada de combate à incêndio no Maranhão, sou indígena, e achei bastante interessante a colocação do estudo. Tenho algumas perguntas, a primeira é sobre a validação desses dados que foram feitos, eu observei que a do solo foi validado, mas, por exemplo, a dos rios até que ponto teve essa validação, por exemplo, quase 13 mil rios no Estado, qual foi o grau de validação *in loco* dessa informação? E aí eu faço um paralelo, tanto nas áreas do Estado, como também foi colocado as terras indígenas, porque essa validação foi feita de forma diferente nessas áreas? E a terceira pergunta: se haveria a possibilidade de disponibilizar essas informações das terras indígenas, terras federais, porque elas não estão colocadas nos relatórios, para a comunidade ou mesmo para instituição. E aí eu faço a colocação da importância, porque nas nossa brigadas nas TIs é observado que muitos dos meus parentes colocam roças em um local, e depois colocam em outro, e vão avançando. E com essas informações principalmente do solo, a brigada já teria uma informação melhor, quando se coloca: olha, esse local aqui na TI é bom para agricultura ou dependente do que o meu parente quer utilizar dentro da terra. Então essa é minha colocação. Obrigado."	Cristo Reis F. da S. Guajajara	Chefe de Brigada do PREVFOGO - IBAMA e Indígena
"Só complementando a questão das queimadas, eu gostaria de saber de que forma a gente pode encontrar um meio de desenculturar, porque na verdade as queimadas é uma cultura que acho que já vem desde a época das cavernas. De que forma a gente pode	Vânia Maria de Souza Monteiro Moraes	Funcionária Pública da Prefeitura

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

desenculturar essa questão da cultura de queimar, porque é um problema sério, nas aldeias, no nosso meio, na sociedade, tudo o que vai se resolver é através do fogo. Como que a gente pode resolver essa situação?"		Municipal de Grajaú
"Bom, eu vou fazer essa ponderação, porque eu vou ter que pegar estrada, porque o meu almoço está daqui a duas horas e pouco, mas a verdade é que eu tenho compromisso em Imperatriz e de já eu agradeço a oportunidade de estar aqui e participar dessa discussão com vocês. O professor Luiz Jorge elogiou tanta gente, e eu gostaria de elogiar esse cara bom. E como um bom líder ele faz justiça em enaltecer o trabalho de todos, mas eu sei que sem o brilhantismo do seu trabalho também não se teria essa qualidade nesse trabalho. Então parabéns professor, parabéns a todos do IMESC, parabéns ao Presidente Dionatan, nosso respeito a todos que integraram. Para além do IMESC, e quando forem para o Bioma do Cerrado, não deixem ele voltar para a UEMA ainda, continuem segurando esse homem para que continue dando a sua contribuição, fez um trabalho diferenciado mesmo. Somente respondendo aqui ao vereador, no âmbito de Legislação eu não posso propor como Deputado, eu também já fui presidente da CCJ na Assembleia, eu não posso propor como Deputado um projeto de Lei que vá criar atribuições ou fazer ingerência na iniciativa privada, mas eu me coloco à disposição para, de repente, trazer alguma comissão aqui para Grajaú e a gente fazer um debate envolvendo iniciativa privada, envolvendo Associação Comercial, envolvendo Ministério Público, me coloco à disposição de vocês, deixarei meu telefone com vocês, terei satisfação em vir aqui para gente fazer discussões, tirar encaminhamentos e cobrar de todos, inclusive a nossa própria parte, a nossa atribuição. E deixar um encaminhamento, eu acho que a FAMEM pode participar mais de perto, a Federação dos Municípios Maranhenses, de repente vocês serem mais enfáticos na audiência de segunda lá em São Luís com o presidente Erlânio, com todos os membros da FAMEM, para que participem ou que de repente até tentem sintonizar com alguma agenda deles em que mobilizem muitos prefeitos, sobretudo dos municípios do Bioma Amazônico, para que possam ter esta participação. Eu acho que é pertinente, podem contribuir bastante e eu acho que passa a ter um alcance muito grande com essa participação da FAMEM, talvez até antes de ir o projeto de lei para a Assembleia. E reiterar meu compromisso, eu sou líder do maior bloco da Assembleia, que reúne 26 Deputados Estaduais, chegando a Assembleia daremos a devida celeridade, o projeto deverá chegar na metade do mês de Novembro, nós teremos pouco mais de um mês,	Marco Aurélio da Silva Azevedo	Deputado Estadual

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

talvez um mês para votarmos no exercício dessa sessão legislativa. Nós iremos alinhar as comissões para fazermos as devidas apreciações em conjunto, e levar ao plenário nos dois turnos, e a gente garantir a aprovação, respeitando os posicionamentos das audiências, respeitando todo o critério que vocês tiveram. E eu faço aqui um testemunho, ontem eu falei em Imperatriz que há mais de 1 ano uma empresa me procurou no meu gabinete lá na Assembleia, uma empresa que tem o interesse comercial em expandir a sua plantação, e ela não sabia nada do ZEE, então eu disse que estava sendo elaborado o ZEE pelo IMESC, e então eu marquei uma reunião, o professor os recebeu e eles demonstraram interesse em patrocinar, imagens via satélite, disponibilizar tudo que eles tinham, e patrocinar o que o IMESC precisasse, e eles não aceitaram, não aceitaram porque viria de uma empresa privada e perderia a isenção que eles precisariam ter na elaboração desse plano. Eles não aceitaram nada do acervo desta empresa, ficou mais caro, demorou mais, mas está tendo a devida isenção e isso é importante ressaltar. Me coloco a inteira disposição na Assembleia, fiquei muito feliz em estar aqui hoje. Obrigado pelo acolhimento de todos vocês.”		
“É só sobre a questão dos recursos hídricos, que o companheiro colocou ali, e tendo Grajaú como base, eu gostaria de saber como foi pensado essa questão dos esgotos na cidade? Grajaú, todo o perímetro urbano dela, todo o esgoto da cidade vai parar dentro do rio Grajaú, então o rio Grajaú é considerado um rio morto para nós, mas um bem público importante que morreu em Grajaú. E eu lembro que nos governos anteriores, foi discutido um projeto numa audiência pública aqui para retirar os esgotos desse perímetro, para fazer o tratamento e devolver para o rio novamente. Como está sendo pensado, não só em Grajaú, mas também da bacia hídrica do rio Mearim que passa por tantas cidades?”	Rogério Ribeiro	Funcionário da Secretaria de Agricultura e Produção Familiar e fundador da Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Grajaú
“Mais uma vez agradecer a oportunidade, e eu quero comunicar ao deputado e a essa reunião, desse projeto que é maravilhoso, de estudo que a câmara municipal de Grajaú, através de várias parcerias, foi aprovada na câmara municipal a questão das parceiras públicas e privadas. Voltando a questão do retorno à sociedade, porque eu vejo que muito se sai daqui e pouco se tem. Quando eu me refiro a essa situação, eu estive em Xambioá no Tocantins, onde fiz um curso de técnico em manutenção industrial promovido pela empresa Votorantim, ou seja, a empresa sabendo do impacto e já visando o futuro capacitou a população. Inclusive muitos dos que fizeram o curso hoje estão trabalhando na Suzano, em Imperatriz. Então a minha proposta é que o Deputado leve uma proposta na qual essas empresas que são capitalistas, que ganham muito com essa	Roldão da Silva	Vereador e Presidente da CCJ

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

situação, possam promover um retorno profissional, um retorno no quesito ambiental em Grajaú. A gente não vê um planejamento material para que a região seja reflorestada, ou um manejo adequado, estudo é a isso que eu queria me referir no assunto inicial. Mas quero dizer que a câmara vai produzir um documento sim, vamos buscar conhecimento com auxílio da Secretaria de Meio Ambiente, e é claro que o Legislativo não pode ordenar despesas, mas dar sugestão no âmbito da Câmara Legislativa tanto Estadual quanto Municipal, e isso eu tenho certeza que vai ser feito aqui na cidade. Obrigado, gente, pela oportunidade."		
"Bom, eu só quero agradecer a oportunidade de estar aqui participando, coloco o IBAMA à disposição de favorecer alguns estudos, principalmente da vulnerabilidade ambiental do Estado em cima do que nós temos de infrações. É interessante ter esses dados porque indicam novos caminhos. E pedir desculpas da minha saída agora, pois tenho outro compromisso. Agradecer a atenção e dizer que conheci bastante o Estado do Maranhão, através desse trabalho. Muito obrigado."	Kurtis F. T. Bastos	Comandante da Operação Maranhão 2019 PREVFOGO do IBAMA
"Bom, senhores, queria esclarecer alguns pontos e na verdade ampliar o entendimento sobre determinados aspectos. O que o comandante Kurtis mencionou sobre a questão das queimadas, vale a pena a gente colocar que esse material do ZEE, essa discussão sobre a dança do fogo como o professor colocou, todo esse material nos credenciou a fazer parte de uma discussão muito mais ampla, que é o mapeamento das áreas de risco aqui no Estado do Maranhão. Isso é uma coisa que está acontecendo que servirá para os senhores, para os trabalhos que serão desenvolvidos, e dentro dessa discussão a Secretaria de Saúde, Secretaria de Meio Ambiente juntamente com Corpo de Bombeiros e nós do IMESC, estamos contribuindo com esse trabalho para olhar não só a questão das queimadas, mas a questão dos desmoronamentos, e todas essas questões serão incorporadas nesse trabalho que é dos Mapas de Riscos, para disponibilizarmos para a sociedade de um modo geral. Contribuindo sobre a questão que o Deputado Marco Aurélio mencionou, ficou mais caro sob a perspectiva de que se nós não aceitamos recursos de instituições privadas, nós fizemos exclusivamente com recursos públicos. Nessa perspectiva de não aceitar doações, mas sobre a perspectiva de fazermos o ZEE usando instituições locais e contratarmos consultorias, que eram modelos anteriores, ficou muito mais barato, o que estava orçado anterior era outro número. E com uma vantagem como foi mencionado, todos os produtos do zoneamento, você não vai ter apenas o mapa em PDF, nós teremos também uma plataforma interativa. E além disso, todos os temas que	Dionatan Silva Carvalho	Presidente do IMESC

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

foram trabalhados, que montou o sumário executivo, que forneceu insumos para Zonificação e Cenarização também serão disponibilizados. O relatório do eixo institucional por exemplo, com mais de 800 páginas, depois vai ficar disponível todos os detalhes desse estudo que foi feito no território, assim como o socioeconômico também. Agora tem uma questão aqui, que vale a pena a gente destacar sobre esse trabalho, como o presidente Raimundo Coelho mencionou, segurança jurídica é um dos benefícios do trabalho do ZEE, e essa segurança jurídica pressupõe determinados aspectos. Claro que o zoneamento é um instrumento de planejamento ambiental e de longo prazo como foi mencionado, por isso que é uma política de Estado. Mas a gente tem que considerar, e nós consideramos os usos dos territórios, considerar a população, todos esses usos acontecem, sejam pelo setor empresarial, seja pelas famílias, acontecem e exercem pressão nos territórios. E essas pressões foram mapeadas em cada uma daquelas zonas, aqui estava colocando o potencial do extrativismo mineral, da questão do gesso. Agora dizer que tem o potencial é uma discussão, porque você tem esses recursos aqui, e como isso deve ser incentivado, essa é outra discussão. Assim como foi identificado, olha esse solo é propício para determinada atividade, essa atividade deve ser incentivada nesse território e como ela deverá ser incentivada. Agora por que nós não colocamos, por exemplo, as informações sobre as reservas, não é que nós não tenhamos essas informações, porque o uso dessas zonas é uso para preservação ambiental, e não para qualquer outra coisa, isso é lei federal, antes de tudo o principal benefício para aquela área é que ela se mantenha como área de preservação ambiental. Agora, para as outras áreas sim, olha qual o potencial desse solo, é para pecuária e assim sucessivamente. E o que nós temos que observar quando olhamos o uso dessas áreas, nós temos que observar que o ZEE como na minha fala inicial, não é uma ferramenta de desestruturação do território, desestruturação no seguinte aspecto, olha essa área aqui ela está ocupada, determinada atividade está sendo exercida, para tudo e tira todo mundo dessa área, não é assim, isso seria desestruturante para o território. O ZEE observa as pressões do território, pressões sob a perspectiva ambiental, observa os usos existentes e com base nessas questões estabelece uma política de planejamento territorial, aonde olha essa determinada atividade é exercida aqui, mas se ela for incentivada nessa outra área aqui você faz com que os conflitos sejam atenuados aqui. Então, quando foram discutidas essas zonas era para apontar as pressões existentes, e quando foi colocada aquela máscara em cima, foi justamente porque se entende que o melhor uso para aquela		

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

área é que ela continue como área de preservação permanente. Mas foram feitos estudos, vejam que aquela zona de calor, por exemplo, foi visto que lá tem biodiversidade que foi identificada. Os estudos foram feitos para aquela região. Como que a gente vai desenvolver políticas para essas zonas? É preciso conhecer."		
"O presidente respondeu a sua pergunta. Dr. Pedro Arruda. Eu não falei da recuperação ambiental, eu falei de aumento do número de cobertura florestal. Qual é a diferença? A recuperação ambiental é a reintrodução de espécies nativas em uma área que foi impactada, ou em uma área em estado de degradação. Existe uma diferença entre impacto e degradação. Impacto é todo aquele tipo de dado que a gente ocasionada no meio e que logo após determinado tempo com a retomada das atividades ambientais, há uma rebrota. Isso é uma degradação que é paga com serviços ambientais naturais. Agora quando nós pegamos aquela metodologia de trabalho, ela é chamada de Índice Diferenciado de Vegetação Normalizada, o que é isso, eu faço uma varredura do território, por imagens de satélite e a imagem me dá cinco classes: terra urbana, solo exposto, capoeira, pastagem e áreas de cobertura florestal. Isso é analisado pelo porte da vegetação, o satélite vai me dar vegetação de até 20cm é considerado solo exposto, 2 metros é outra coisa, e assim sucessivamente, a partir de 10 metros é considerado porte florestal. O que eu disse foi: houve uma perda de floresta nativa na ordem de 1% entre 2007 e 2017, porém no combino geral, nós tivemos um aumento de 14% de vegetação de porte florestal. Vegetação de porte florestal pode ser tanto nativa quanto plantada. Não significa dizer que eu tenho necessariamente floresta nativa, eu tenho floresta plantada que atingiu um porte que o satélite enxergou. Não é recuperação de área degradada, não é recuperação de área impactada, é recuperação de porte florestal. E isso não significa biodiversidade, isso é silvicultura, ou seja, não é reflorestamento, não é reintrodução de espécies nativas é florestamento, plantação de espécie exótica em área que antes foi de pastagem ou de solo exposto. Tem uma outra situação, que foi colocada pelo Cristo Reis, que foi sobre a validação dos dados de recursos hídricos, e também a disponibilização das informações para as terras indígenas. Bem rápido, o presidente Dionatan mencionou agora há pouco, nós temos as informações de tudo aquilo que vocês veem nas máscaras, nós sabemos o que tem embaixo, nós fomos às terras indígenas, nós fizemos análises de água, de vegetação, de fauna que é o principal indicador ambiental. Nós fizemos várias análises, nós sabemos o que tem embaixo, mas há um consenso, que está na legislação, que são áreas de não-uso, e por isso a gente não pode divulgar, porque se não vai fazer com que haja	Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias	Pesquisador Sênior do ZEE - MA

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

especulação de uso. E aí, o Dr. Raimundo Coelho coloca uma situação de que tem fazendeiros que ainda têm terras lá dentro, mas têm terra porque desde 1988, quando foi criada a Reserva do Gurupi, ou durante as décadas de 80, 90 e 2000, o cidadão já estava lá dentro e nunca foi desapropriado pelo Governo Federal, e isso gera conflitos fundiários. Esse cidadão tem o direito de uso da terra, ele tem o direito de usar a terra, mas ao mesmo tempo ele tem o dever de não usar, e isso gera insegurança do ponto de vista jurídico. E para evitar especulações, essas informações podem ser passadas sim, mas para órgãos oficiais fazerem as suas políticas. Evidentemente que não tenho condições de fazer validação de 13.000 canais de drenagem, o que nós fizemos foi amostragem estatísticas. Nós temos regras estatísticas na hidrologia que permite que nós escolhamos dentro de uma determinada região quais são os pontos que devem ser validados para que por nível de semelhança entre aquele pontinho e outros pontos iguais na imagem de satélite, a gente encontre o que nós chamamos de correlação, ou seja, eu posso ir num local, por exemplo, na confluência de algum tributário do Rio Grajaú, como o próprio Rio Grajaú saindo da zona urbana, então eu vejo que o padrão dele é muito semelhante, por exemplo, com o Rio Maracu aqui na Baixada Maranhense, aí eu pego mais outro ponto amostral muito semelhante e a partir disso eu gero uma validação estatística. Tudo bem são 13.000, nós fomos para 15% desse valor. Foram mais de 200 locais que nós tivemos que visitar, isso validando os dados. E além da validação, o presidente falou agora há pouco, nós vamos disponibilizar toda a base, o relatório de recursos hídricos não tem apenas essas bacias definidas. Nós temos parâmetros físico-químicos de todos os pontos onde foram feitas as validações. Evidentemente que eu não posso entrar no nível de saneamento básico da sede do município de Grajaú ou da sede do município de Vitória do Mearim ou da sede de Turiaçu ou mesmo de São Luís. O grau de detalhe da escala não me permite chegar, mas esse nível de detalhamento vai me permitir entender qual o tipo de poluente ou contaminante tem em determinados trechos dos nossos rios. Vou ser franco, esses mais de 200 pontos foram distribuídos em todas as bacias hidrográficas, todas elas, então nós temos hoje um perfil inédito no Estado do Maranhão, porque nós ainda não temos o nosso Plano Estadual de Recursos Hídricos, mas nós já temos um indicativo para que a SEMA possa fazer o trabalho dela com consistência para fazer outorga tanto de captação de água, quanto de lançamento de efluentes, porque agora a gente tem o marco base para se criar uma cultura de monitoramento. É inédito, também, no Estado do Maranhão.”		

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

"A gente fica confortável com relação aos gases de efeito estufa, porque a Cenarização mostra o futuro, aquilo que a gente pode esperar aqui no território maranhense, mas vamos falar sobre a questão das queimadas. Eu acho que uma medida fundamental é o conhecimento, que é o que está sendo apresentado aqui no Zoneamento e que o presidente Dionatan falou: a questão do zoneamento das áreas de risco. Como meteorologista, eu posso dizer para você que claro onde há fumaça há fogo, mas também quando tem chuva as queimadas diminuem bastante. Então a gente está analisando o período chuvoso e a estação seca dentro do bioma, para então nós começarmos a alertar as épocas/meses de maiores ocorrências e probabilidades de queimadas, fazendo um zoneamento dos riscos climáticos, além disso para ter também uma informação maior dos seus riscos reais. Para responder os seguintes questionamentos: A sua área é uma área propensa para queimadas? Apresenta maior probabilidade de ocorrência de queimadas? Então isso é um fator. Outro fator com relação à orientação que você perguntou, eu acho que tem sido passado a forma de manejo através da defesa civil, estadual e municipal. O pessoal do PREVFOGO, acho que tem trabalhado muito essa questão da orientação de uma forma melhor de conduzir o fogo, minimizando os riscos, a gente também sabe que a gente enfrenta um processo de mudanças climáticas, e quanto menos emissões de gases a gente estará menos sujeito a um transtorno climático. Então a gente tem a cenarização do futuro, nós temos a expectativa do zoneamento dos riscos de queimada e a orientação local por parte do PREVFOGO e da defesa civil com relação ao manejo desse fogo de forma mais acertada e que ofereça menos riscos à população. Da meteorologia, nós temos o monitoramento da situação climática pra que a gente possa ver como está o nosso período chuvoso, como está o nosso período seco, e quais as propensões maiores para que seja um ano de maior ou menor incidência de forma prévia. A equipe da meteorologia consegue fornecer essa informação para a sociedade, a gente vem trabalhando isso na conscientização, se a gente está num ano com indicativo de ser um ano com aspecto chuvoso ou com aspecto menos chuvoso, já dá para prevenir os agricultores como se manejar, e em consequência disso, embora o fogo esteja mais presente na estação seca, mas se nós tivermos um período chuvoso um pouco mais reduzido, é claro que o impacto é maior na questão do ambiente estar mais propenso durante a estação seca à formação de maior número de fogos. Então em cada ano se nós compararmos um ano chuvoso e um ano menos chuvoso, a gente vai perceber justamente esses picos, que são dados. Inclusive nós tivemos um ano chuvoso e	Márcio de Aquino Elói	Pesquisador do ZEE- MA Eixo de Climatologia

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

a gente pode falar com base em algumas matérias que nós demos para a imprensa, porque a gente se baseia no quantitativo mensal. Existem momentos de pico que você tem coisas alarmantes, nível de 3, 4, 5 dias, mas se você for no quantitativo mensal e comparar com a série histórica dos indicadores dos outros anos, você vai perceber que esse não foi um ano de recordes em termos de queimadas. Então eu espero ter respondido à altura, eu creio que haja cartilhas que orientam o manejo da queimada e a informação vai ser fundamental para que você se setorize, e veja que embora você esteja numa estação seca, mas se você tem maior propensão de formação de uma categoria de queimada um pouco mais grave e que demande um monitoramento, uma atenção um pouco maior, e isso vai facilitar bastante o manejo das queimadas. Espero ter correspondido às suas expectativas. Muito obrigado.”		

REGISTROS FOTOGRÁFICOS

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GRAJAÚ

Anexo E -
ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE PINHEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE PINHEIRO

INFORMAÇÕES SOBRE A SESSÃO DE TRABALHO

LOCAL DE REALIZAÇÃO: Auditório do IFMA
PRESIDENTE DA SESSÃO DE TRABALHO: Josiel Ribeiro Ferreira
RESPONSÁVEL PELA APRESENTAÇÃO TÉCNICA: Paulo Henrique Catunda
RELAÇÃO DE PARTICIPANTES: Em Anexo.
HORÁRIO DE INÍCIO: 15h e 3min
HORÁRIO DE TÉRMINO: 17h e 33min
TEMPO DE APRESENTAÇÃO TÉCNICA: 50min
TEMPO DE DISCUSSÃO E PATICIPAÇÃO POPULAR: 49min
RESPONSÁVEIS PELA LAVRATURA DA ATA: Florise Reis, Leticia Moura e Raphaela Pacheco

PAUTA PREVISTA

Apresentação Técnica do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão – Etapa Bioma Amazônico

1) As Audiências Públicas no Contexto do ZEE-MA
2) Diagnósticos Temáticos
3) Base de Dados e Caderno de Mapas
4) Zonificação do Território
5) Prognósticos e Cenarização

DISCUSSÕES TEMÁTICAS

Foi aberta a audiência por Geraldo Cunha Carvalho, com o destaque ao trabalho realizado pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) e a Secretaria de Estado de Programas Estratégicos (SEPE), na realização da audiência pública do ZEE, etapa Bioma Amazônico Maranhense elaborado por técnicos em parceria com o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), Secretaria de Estado de Programas Estratégicos (SEPE), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Serviço Geológico Brasileiro (CPRM), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropécuaria (EMBRAPA) e Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Destacou, também, que o ZEE é uma importante ferramenta de gestão territorial para a melhoria da qualidade de vida da população maranhense. A atual fase corresponde ao Bioma Amazônico que abrange 108 dos atuais 217 municípios do estado, o que equivale a 37% do território estadual no qual vivem 61,81% dos maranhenses, segundo dados do censo do IBGE 2010. A mesa de abertura da audiência contou com a participação de: Geraldo Cunha Carvalho, Secretário Adjunto de Programas Especiais da SEPE; Josiel Ribeiro Ferreira, Diretor de Estudos Ambientais e Cartográficos do IMESC; Paulo Henrique Aragão Catunda, Pró-reitor de Extensão da UEMA e Coordenador Executivo do ZEE; Danilson Cadete, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Cururupu; Rodrigo Santos, Gestor da Agência Estadual de Estudos Agropecuários e Extensão Rural; Geovane Melo, Representante do Secretário de Estado de Relações Institucionais e José Antônio Farias, representando o Diretor Geral do IFMA, campus Pinheiro. O Secretário Adjunto de Programas Especiais da SEPE, Geraldo Cunha Carvalho, deu as boas vindas para todos os presentes na audiência e fez um breve agradecimento para: Geovane Melo, Danílson Cadete, Rodrigo Santos, Airton Mota do IBGE, Sandra Moraes, Presidente do Sindicato da Agricultura Familiar da região, ao Professor Joelton Santos do Instituto de Educação de Pinheiro, Lúcia Costa, representante da Secretaria de Agricultura de Pinheiro, Rubens Durans, Secretaria de Agricultura, Pesca, Abastecimento e Agropecuária e a José Antônio Farias. Logo após, expôs o trabalho técnico do ZEE e destacou os múltiplos

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE PINHEIRO

profissionais que fizeram parte desse estudo. Afirmou, ainda, que o ZEE aborda o ordenamento e o planejamento, buscando compreender as particularidades territoriais do espaço geográfico. Sendo uma ferramenta de grande relevância para o Estado, devido aos grandes impactos ocasionados pelas atividades humanas de alto impacto de degradação, tornou-se indispensável à adoção de mudanças no planejamento estratégico territorial e no desenvolvimento econômico em comunhão com a preservação ambiental. O ZEE é um documento técnico-científico de caráter oficial que orienta a formulação das políticas públicas de desenvolvimento sócio-coletivo e ambiental, de modo a amparar o ordenamento territorial assim como servir para tomadas de decisões e investimentos por agentes privados. Consistindo na delimitação de Zonas ambientais e atribuição de uso e atividades compatíveis, seguindo as potencialidades de cada uma das regiões. Posteriormente, foi realizada a leitura do Regimento das Audiências Públicas de Consulta do Zoneamento Ecológico-Econômico, etapa Bioma Amazônico pelo cerimonialista Gustavo Sampaio. Depois, houve a apresentação dos trabalhos técnicos realizada pelo Pró-Reitor de Extensão e Coordenador Executivo do ZEE pela UEMA, Paulo Henrique de Aragão Catunda que, inicialmente, agradeceu a presença de todas as pessoas que estavam na audiência e ressaltou os seguintes pontos: explicou o que é uma audiência pública e a sua importância para essa etapa do projeto; fez a apresentação do ZEE como documento técnico-científico de planejamento estratégico, utilizado para subsidiar todos os programas estaduais; destacou para quem serve o ZEE; resgatou o marco histórico do ZEE no Brasil; citou alguns Decretos e Leis regulamentadores dos documentos técnicos apresentados; destacou a estratégia da região (Bioma Amazônico Maranhense) em função dos recursos naturais ocorrentes e disponíveis; apresentou os quatros pilares que compõem o ZEE - proteção ambiental da natureza, desenvolvimento social e econômico, qualidade de vida da humanidade e conservação da biodiversidade; explicou, ainda, a articulação executiva do ZEE e o banco de dados produzidos pelo ZEE e sua disponibilidade para toda a sociedade civil para consulta pública. Disse também que a palavra chave para o ZEE é o "equilíbrio" entre os fatores econômicos e socioambientais. Apresentou, ainda, a discussão dos resultados e desenvolvimento dos trabalhos técnicos, ressaltando a escala de trabalho e ampliação da escala cartográfica para 1:250.000, o grau de detalhe apresentado na Cartografia elaborada, a partir dos mapas produzidos. Além da apresentação das etapas e produtos entregues do ZEE, no que se refere à base de dados, deixando evidente a adequação dos bancos de dados produzidos para a elaboração de políticas ambientais de decisão dos Órgãos do Estado e também o fortalecimento das parcerias do IMESC com as Instiuições de Ensino e Pesquisa. Houve a apresentação dos diagnósticos temáticos: fins de critérios para a definição de categoria de análise geográfica do Bioma Amazônico, isto é, decisão de utilização do limite municipal para análise de trabalho; quantificação dos trabalhos de campo; redefinição da malha hídrica e bacias hidrográficas; análises físico-químicas de solos, para o entendimento das fragilidades dos solos; análise para entender a aptidão agrícola e biodiversidade; análise dos aspectos jurídico-institucionais para os apontamentos das áreas protegidas e não protegidas; destaque das zonas de pressão de usos e zonificação; análise da cobertura vegetal e os resultados dos índices de vegetação e usos no território; explicação das zonas de pressão de usos do território no Bioma Amazônico; explicação das áreas protegidas presentes nesse bioma; explanação dos resultados da sucetibilidade à lixiviação e erosão no território do bioma relacionando-as com as ocorrências de tremores, fraturas e falhas geológicas; e a utilização de tais estudos para visualização dos potenciais e disponibilidade hídrica; vulnerabilidade social, capital humano, taxa de alfabetização e população. Além da discussão do Zoneamento do Território, a explicação de cada zona definida, a partir de pressão de usos, ativos e arranjos produtivos. Apresentação da Biodiversidade da Flora e Fauna do Bioma, destacando a importância da criação dos corredores ecológicos. Foram apresentados, para a concepção de cenários, os seguintes segmentos: cenas atuais, futuros, breves e longos caminhos a seguir. Além de cenários econômicos prospectivos e cada cenário projetado para o Bioma Amazônico. Houve a apresentação dos fluxos de trabalhos: relatório de mobilização social e audiências públicas, apresentação de minuta de Lei e trabalhos Legislativos. Depois dessa exposição, foi encerrada a apresentação técnica dos trabalhos. Em seguida, as

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE PINHEIRO

dicussões foram abertas ao público presente para que desse sua contribuição, tirasse as dúvidas e apresentasse sugestões para os resultados dos diagnósticos do Bioma Amazônico Maranhense. Assim também foi oportunizada aos técnicos a possibilidade de responderem às considerações feitas pelo público. O encerramento da Audiência Pública ocorreu com a fala de Paulo Catunda que fez agradecimentos ao IFMA, por ter disponibilizado o espaço para a realização das audiências, aos professores, alunos e todos os parceiros que ali estavam. Deixou o convite para que haja a participação da sociedade civil no ZEE através do envio de perguntas e sugestões, através de e-mail, para que haja troca de ideias, sendo importante essa participação e contribuição para a constução do ZEE. Destacou também que o ponto chave desse estudo é a opinião da população que será de grande valia para esse processo.

CONSIDERAÇÕES

Descrição	Responsável	Órgão / Vínculo
"Depois de aprovado esse documento do ZEE, de quanto em quanto tempo os dados coletados serão atualizados?. No levantamento dos dados do ZEE executados, foram levados em consideração o manejo das Unidades de Conservação? Ou esses planos de manejo, já estipulados nessas áreas, sofrerão alterações de acordo com dados do ZEE?"	Hanna Vitória Meneses	Professora do curso de Meio Ambiente do IFMA - Pinheiro
"Sobre o Zoneamento Ambiental, as áreas de preservação, contemplará com o plano de manejo a APA da Baixada Maranhense?"	Nivaldo Luiz Nunes	Estudante de Engenharia de Pesca e representante do Instituto Ambiental Pericumã.
"Sou Mestre em Zootecnia e meu estudo é sobre a degradação do solo". O que fazer para conscientizar as pessoas que trabalham principalmente com a agricultura familiar para diminuírem o impacto sobre o solo?"	Joel Luiz Souza dos Santos	Mestre em Zootecnia
"É bem relativo ver a proporção, pois, algumas áreas têm o uso e a ocupação muito altos. Mas a média que é colocada está estimada em 10 (dez) em 10 (dez) anos para serem revistos os dados, devido a dinâmica do território."	Josiel Ribeiro Ferreira	Diretor de Estudos Ambientais e Cartográficos do IMESC
"Sobre os planos de manejo, no que segue a parte da fauna, boa parte dos dados que foi trabalhada, estão, concomitante, os relatórios de consultorias privadas, literaturas científicas e outros estudos que tivessem sua cobertura de espécies e que fossem confiáveis, já que muitas áreas protegidas não possuem plano de manejo principalmente no Bioma Amazônico. O que se espera é que esses dados de fauna possam estruturar o plano de manejo."	Breno Campelo Lima	Pesquisador do ZEE / FAUNA
"O que o Zoneamento fez nesse primeiro momento foi dar um indicativo de diagnóstico, havendo uma ação bem seletiva sobre a preservação da fauna, flora, solo, entre outros, e isso juntamente com	Ariadne Ennes Rocha	Professora da UEMA e

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE PINHEIRO

as medidas de cenários. Esses elementos irão fundamentar, auxiliar e compor o plano de manejo. Lembrando que o Zoneamento não dita como será elaborado esses planos, ele disponibiliza subsídios para essa ação."		Pesquisadora do ZEE / Vegetação
"Se identificarmos a onde estão as áreas degradadas torna-se um ponto importante para iniciarmos a elaboração de políticas. A recuperação das áreas degradadas não quer dizer também que será uma recuperação por fator improdutivo. Ela pode ser também por ação produtiva a exemplo dos sistemas agroflorestais, que integram o modo de produção e diversos aspectos. É importante pensarmos que os dados gerados irão apoiar a construção de políticas que levem processos de Educação Ambiental, Assistência Técnica, com base agroecológica. Precisa-se realmente ter essa assistência técnica, que é uma grande limitação do Estado do Maranhão. E sempre enfatizando, dentro dos diagnósticos, a necessidade de recuperar áreas degradadas e também conservar as áreas existentes, porque recuperar é torna-se caro."	Ariadne Ennes Rocha	Professora da UEMA e Pesquisadora do ZEE / Vegetação
"As políticas públicas que serão elaboradas para a agricultura, elas serão direcionadas para a agricultura convencional ou para o agronegócio?"	Emanuelle Penha Menezes	Estudante do Curso de Meio Ambiente – IFMA/Pinheiro
"Boa tarde. Primeiramente, quero parabenizar a equipe pelo trabalho que exige muita dedicação, pois o Estado do Maranhão possui potencialidades gigantescas, no entanto temos muitas lacunas relacionadas a estudos. Por exemplo, você se desloca para uma área da Baixada Maranhense, para outra no Sul do Maranhão você não encontra dados consistentes das mais diversas variáveis e esses dados não conversam de um instituto para outro. Ocasionando essas dificuldades no levantamento de informações. Já participei de muitas audiências públicas e eu fico triste em ver um auditório desses com um público pequeno sem os atores, mais representativos, da sociedade civil. Abordo o melhoramento da divulgação das audiências. Os agentes públicos de Pinheiro deveriam estar aqui, sendo de total importância que os Secretários e Secretarias estivessem presentes, pois aqui é a Central Regional da Baixada Maranhense. Pinheiro é a principal cidade e sentimos falta dessas discussões, diante de um estudo como esse que gera impacto significativo na vida das pessoas, deveria ser visto com um pouco mais de carinho pelas entidades públicas. Gostaria de destacar, o uso do termo Pré-Amazônico, acaba por cair em um marasmo de que nós não estamos na Amazônia de fato e de direito e impedem que muitas políticas públicas cheguem com força. Porque é uma área de transição, é aberta à Amazônia, mas se formos em Buriticupu, Bela Vista e Açailândia, podemos verificar quantos fragmentos existem e	Benedito Alex Marques de O. Santos	Professor de Geografia do IFMA/PINHEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE PINHEIRO

que a floresta é real e não essa Pré – Amazônia, como se isso fosse distante da realidade. Eu acho interessante usar o termo Amazônia Legal ou Amazônia do Estado do Maranhão. Sobre os limites da Amazônia Legal, só mostra que os limites da Amazônia se estendem do Norte até a região central do Estado e o Sul, e o termo Amazônia Maranhense dá a entender que ela contempla todo o Estado. Não seria mais interessante colocar no mapa de crescimento de cobertura vegetal, cobertura de áreas verdes naturais e cobertura de áreas verdes antropizadas? Pois fica tendencioso se achar que o Estado do Maranhão está sendo reflorestado. A desertificação por efeito do clima por mais que os documentos tenham 10 anos de validade, os impactos do clima serão sentidos daqui a 40 anos e ainda mais para frente. O mapa de áreas protegidas mostra esses 25% (vinte e cinco) de reserva, que não estão batendo com a realidade encontrada. Esse percentual foi analisando com estudos em campo ou apenas em gabinete? Pois as reservas do Estado do Maranhão, na sua grande maioria, se encontram bem menores.”		
“Existe algum estudo que envolva o desenvolvimento econômico dessa região?”	Nivaldo Luiz Nogueira Nunes	Estudante de Engenharia de Pesca e representante do Instituto Ambiental Pericumã.
“Já existem estudos e técnicas disponibilizadas que podem atender o pequeno agricultor disponibilizando mais oportunidades para se fixar na sua área produtiva. O apoio da gestão pública é essencial na assistência técnica e cooperativismo. Existem linhas agropecuárias que atendem a pequena agricultura. No Maranhão, temos duas Secretarias, a SAGRIMA e SAF. Existem linhas de recuperação de solo, de produção agrícola, assistência técnica de pequenos rebanhos, tudo isso está dentro de uma cartilha que o pequeno produtor pode ler e acessar esses recursos.”	Josiel Ribeiro Ferreira	Diretor de Estudos Ambientais e Cartográficos do IMESC
“Concordamos sobre a audiência pública, sobre a ausência dos representantes dos órgãos e de toda a sociedade mobilizada. A presença deles seria muito importante. O documento que foi gerado se encontra aberto e disponível para toda a sociedade. Ele não é feito para uma classe específica, ele é construído para todos os segmentos. Dessa forma, a importância é que os grupos precisam se organizar e se apropriar desse conhecimento, para solicitarem junto a gestores o uso desse documento. Nós nunca tivemos dados tão próximos da realidade do que temos agora nesse Zoneamento. Sendo o Maranhão uma colcha de retalhos, é importante conhecer os conceitos para que não haja essa confusão, identificar os limites do Bioma Amazônico e isso só será conhecido após a conclusão dos	Ariadne Ennes Rocha	Professora da UEMA e Pesquisadora do ZEE / Vegetação

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE PINHEIRO

estudos sobre o território maranhense. Sendo que Maranhão possui vários tipos de vegetação. Houve trabalho de campo no que tange as áreas de preservação: sendo 1 (um) ano de pesquisas sobre a flora existente. Temos 603 (seiscentos e três) áreas de amostragem, sendo distribuídas em 3 (três) equipes de vegetação. Sobre a cobertura de vegetação natural e antropizada, realmente é preciso explicitar esses dados, deixando-os mais claro, é uma consideração que levarei à equipe. O diagnóstico de biodiversidade de flora traz uma descrição de onde ainda ocorre vegetação primária dentro do Estado. O percentual de 25% (vinte e cinco por cento) de áreas protegidas compreende a área onde ainda existe vegetação, e está dito no diagnóstico que Unidade de Conservação não é sinônimo de preservação. Entendemos que quando é analisado apenas um fragmento das informações é natural que acabe por gerar dúvidas, por isso é importante verificar o relatório completo, onde se encontra mais detalhado. Quando se fala que uma área tem aptidão para pasto, é que essa área se encontra degradada e serve apenas para essa finalidade.”		
“Existe uma grande dificuldade no que diz respeito a dados climatológicos, ocorrem vazios no território maranhense correspondente às estações meteorológicas. Com base nos dados de precipitação e temperaturas foram realizados diagnósticos climáticos mais atualizados. Resolvemos coletar dados dos anos de 1987 a 2016, os cenários ao longo do tempo são totalmente diferentes no que tange às variáveis. O objetivo do estudo é elaborar os diagnósticos climáticos e montar os cenários, gerando probabilidades para um determinado evento. Podendo identificar anos que serão mais secos e chuvosos, assim os governantes terão um subsídio para agirem sobre o índice de queimadas quando ocorrem anos mais intensos de queimadas ou elevação do nível de rios, em períodos mais chuvosos.”	Gunter de Azevedo Reschke	Pesquisador de Climatologia NUGEO / UEMA
“Foi realizado um alinhamento nas regiões para verificar as demandas econômicas. Devem ser intensificados os processos de agricultura que é uma aptidão da região, mas a região ainda tem o seu PIB regido pelos bens e serviços.”	Geilson Bruno P. Moraes	Chefe de Departamento de Estudos Regionais e Setoriais/IMESC
Encerramento da Audiência Pública		
No encerramento da audiência, Paulo Catunda agradeceu ao IFMA por ter disponibilizado o espaço para a realização das audiências, aos professores, alunos e todos os parceiros que estavam presentes. Deixou o convite para que haja a participação da sociedade civil no ZEE através do envio de perguntas e sugestões, através do e-mail, para que seja realizada uma troca de ideias. Destacou a importância dessa participação e contribuição para a construção do ZEE. Lembrou, ainda, que o ponto chave desse estudo é a opinião da população que será de grande valia para esse processo.		

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE PINHEIRO

REGISTROS FOTOGRÁFICOS

Credenciamento

Entrevista: Paulo Catunda

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE PINHEIRO

Mesa de Abertura

Apresentação dos Trabalhos

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE PINHEIRO

Mesa de Debate

Nivaldo Luiz Nunes - Instituto Ambiental Pericumã.

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE PINHEIRO

Professor de Geografia do IFMA

Hanna Vitória Meneses - Professora de Meio Ambiente do IFMA.

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE PINHEIRO

Equipe ZEE

Anexo F -
ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE BACABAL

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE BACABAL

INFORMAÇÕES SOBRE A SESSÃO DE TRABALHO

LOCAL DE REALIZAÇÃO: Auditório da Uema Bacabal
PRESIDENTE DA SESSÃO DE TRABALHO: Dionatan Silva Carvalho
RESPONSÁVEL PELA APRESENTAÇÃO TÉCNICA: Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias
RELAÇÃO DE PARTICIPANTES: Em Anexo.
HORÁRIO DE INÍCIO: 09h e 45min
HORÁRIO DE TÉRMINO: 12h e 34min
TEMPO DE APRESENTAÇÃO TÉCNICA: 58min
TEMPO DE DISCUSSÃO E PATICIPAÇÃO POPULAR: 01h e 15min
RESPONSÁVEIS PELA LAVRATURA DA ATA: Giselle Chrystina do Vale Martins e Allana Pereira Costa

PAUTA PREVISTA

Apresentação Técnica do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão – Etapa Bioma Amazônico

1) As Audiências Públicas no Contexto do ZEE-MA
2) Diagnósticos Temáticos
3) Base de Dados e Caderno de Mapas
4) Zonificação do Território
5) Prognósticos e Cenarização

DISCUSSÕES TEMÁTICAS

A Audiência Pública foi iniciada com a composição da mesa pelos seguintes participantes: o presidente do IMESC, Dionatan Silva Carvalho; o presidente do SEBRAE, Raimundo Coelho; o representante da SEPE, Raimundo Florencio Monteiro Neto; a gestora regional da AGERP, Soloneide Resende e o Gestor Regional da AGED, Vicente Almeida Junior. Primeiramente, falou o presidente do SEBRAE, Raimundo Coelho, que destacou a importância da explanação e apresentação dos resultados do ZEE para que a sociedade possa dar sugestões, fazer questionamentos, tirar dúvidas e, também, para a composição da minuta de Lei. Em seguida, a palavra foi passada para o representante da SEPE, Raimundo Florencio Monteiro Neto, que se apresentou como representante do Secretário Luís Fernando Moura da Silva e evidenciou a importância do ZEE para nortear ações das pessoas tanto na esfera pública quanto na privada. Afirmou, ainda, que o ZEE, como ferramenta, auxiliará o crescimento do Maranhão. Depois dele, falou o presidente do IMESC, Dionatan Silva Carvalho, o qual apresentou a trajetória de elaboração do ZEE e destacou que as audiências públicas captarão a realidade de cada região, deixando claro o desafio de desenvolver os trabalhos do ZEE. Ainda ressaltou que as audiências dão validade aos trabalhos que já foram desenvolvidos e afirmou a importância da participação da sociedade civil na construção da minuta de Lei do

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE BACABAL

ZEE, que é o Plano de Estado válido por, no mínimo, dez anos e que trará benefícios para o Estado do Maranhão e para toda a sociedade. Destacou, ainda, a disponibilização de todos os trabalhos produzidos para consulta e utilização pública, tornando o ZEE participativo, evidenciando seu equilíbrio ambiental, econômico e social. Depois dessas considerações, foi aberta a Audiência Pública. Posteriormente, foi lido o Regimento da Audiência Pública para Consulta Pública do Zoneamento Ecológico–Econômico, etapa Bioma Amazônico do Estado do Maranhão. Na apresentação temática, o Pesquisador Sênior Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias destacou as Audiências Públicas como o princípio da participação informada de acordo com a Constituição Federal. Também explanou que as políticas públicas do Estado do Maranhão, para a captação de recursos que possam auxiliar no desenvolvimento de planos de viabilidade, considerando o desenvolvimento econômico local e regional, além de levar em consideração o equilíbrio ambiental e desenvolvimento social. Explicou que o ZEE serve para a Governança Estadual e Municipal e para suas articulações no que se refere às políticas públicas. Serve, ainda, para o setor privado para que se tenha um desenvolvimento durável, segurança técnica e jurídica, além de restrições sobre o território para a produção. Serve ao Poder Legislativo, ao Poder Executivo, Ministério Público, ONGS, Sindicatos e para todos os segmentos sociais. O Pesquisador Sênior Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias fez um breve histórico do ZEE pelo Brasil, evidenciando as normas para a metodologia unificada dos Macrozoneamentos e, mais tarde, Zoneamentos Ecológico–Econômicos com a ampliação das escalas de trabalho. Deu destaque às Lesgilações aplicadas ao ZEE, Planejamento e Convênios para a realização desses trabalhos. Apresentou os objetivos dos trabalhos do ZEE-MA para o Bioma Amazônico e, também, os pilares do ZEE, acrescentando a articulação executiva que foi realizada no ZEE. Além disso, explicou a escala de trabalho e a ampliação de 1:1000000 (a escala é de um para um milhão), antes utilizada, para 1:250.0000 (a escala é de um para duzentos e cinquenta mil) Apresentou as etapas já realizadas, assim como as que ainda estão previstas nos trabalhos do ZEE. Posteriormente, mostrou quais os temas trabalhados no ZEE, destacando que foram realizados 378 dias de trabalhos de campo para entender a realidade dos 108 municípios que compõem o Bioma Amazônico. Além desses trabalhos, foram feitas análises laboratoriais, elaboração cartográfica e consolidação de base cartográfica. O pesquisador destacou os resultados dos temas de recursos hídricos superficiais, análise e redefinição das bacias hídricas, mostrando como foram realizadas as amostras pedológicas, evidenciando que tais resultados do tema de pedologia foram utilizados para a definição da aptidão agrícola do Bioma Amazônico. Apresentou como foi organizado e articulado o banco de dados da cartografia elaborada. Depois, mostrou os cenários climatológicos levando em consideração a precipitação, evapotranspiração e temperatura. Enfatizou os resultados de biodiversidade, tais como a fauna e cobertura vegetal mostrando as áreas nativas e de vegetação secundária. Em seguida, foram mostrados os resultados do eixo temático de Socieconomia, como renda, população e economia, dentro desse eixo também foram destacados os aspectos jurídicos-insitucionais. Em seguida, foram apresentados os resultados de Índice Vegetal do Bioma Amazônico em uma comparação dos anos de 2007 e 2017. Nesse mesmo sentido, explanou sobre as áreas protegidas, sobretudo APPS e Unidades de Conservação presentes no Bioma Amazônico, para então mostrar os usos e pressão sobre o território do bioma como um todo. Foram demonstrados os resultados de Suscetibilidade Geoambiental à erosão e lixiviação, fazendo uma relação com a geotecnia do território. Destacou, ainda, a Suscetibilidade Socioeconômica e os problemas de políticas sociais no território. Realizou, também, a explicação de zonas que são definidas individualmente, segundo suas características específicas. Exibiu os cenários prospectivos, de curto e médio prazo, que foram traçados para atender os segmentos econômico, ambiental e social, de acordo com a matriz morfológica. A discussão técnica foi finalizada ao explicar as etapas finais que irão ser encaminhadas após as realizações das Audiências Públicas. Após essa primeira parte, a fala foi devolvida para o Presidente do IMESC, Dionatan Silva Carvalho, que abriu a discussão para perguntas, considerações e intervenções do público presente, assim como o direito de resposta do corpo

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE BACABAL

técnico presente que realizou os trabalhos técnicos do ZEE–MA. Dessa forma, foi encerrada a Audiência Pública com o agradecimento do Presidente Dionatan Carvalho ao público que se fez presente e destacando a responsabilidade de levar para as discussões do ZEE os anseios e considerações do público, da sociedade civil e representantes de órgãos, instituições e demais segmentos.

CONSIDERAÇÕES

Descrição	Responsável	Órgão / Vínculo
"Durante a apresentação do professor em relação ao ZEE foi mencionado o registro do Cadastro Ambiental Rural - CAR, hoje a agência atua muito timidamente em relação a efetivação do Cadastro Ambiental Rural nas propriedades da região, propriedades estas com até 240 hectares, corresponde a quatro módulos fiscais na nossa região, em outras regiões essa quantidade difere da nossa e nós estamos agora com uma ação a ser realmente efetivada no Estado do Maranhão que é a efetivação do Cadastro Ambiental Rural em áreas coletivas, então o professor explicou muito claramente e marca a efetivação, demonstrando as áreas de assentamento do ITERMA. Será montando nas regionais o que o Estado chama de ponto focal para que nessas áreas sejam feitas o Cadastro Ambiental Rural para que a gente possa estabelecer aí na região as APPS, só que esse trabalho ainda não foi feito, nós temos uma demanda muito grande, mas, também, nós não temos esses dados por isso que houve uma ação de fazer uma CP com o Governo Estadual, especificamente com BNDES para efetivação de montar essas epígrafes para que sejam feitas nas áreas de assentamento essas ações específicas de fazer o lugar das áreas coletivas uma vez que nós, e aqui falo pelos técnicos da agência não temos essa competência, então é um leque muito aberto, a nossa dúvida em relação a isso é: como que vai ser a efetivação? Como que está? Hoje existe no ZEE, nós temos esse percentual? Então por exemplo, meu coordenador tá me dizendo que nós temos que trabalhar com 32 mil áreas coletivas em todo o estado, como que já existe uma perspectiva? Já existe um panorama que o IMESC tem dessas áreas? O que que representa esse quantitativo que vem pra gente? Os CAR que nós fazemos semanalmente às quartas-feiras, somente às quartas porque nós temos outras atividades, então o IMESC já tem esse dado? Isso já dá pra gente visualizar o que ja foi feito, o que tem pra fazer e o que representaria	Solaneide Vieira Resende	Gestora da AGERP de Bacabal

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE BACABAL

a ação específica da agência nessa ação do Cadastro Ambiental Rural?"		
"Eu não queria fazer aqui uma pergunta específica, queria mais deixar registrado de fato aqui a minha alegria de estar vendo hoje o ZEE ser entregue porque, Luiz Jorge, em 2015 a 2018 eu estive na SAGRIMA como adjunto lá e a gente trabalhou com a equipe que fez o Macro ZEE e não tive o privilégio de estar ao lado da equipe que fez o ZEE, mas fico extremamente alegre de ver esse trabalho sendo entregue e Florêncio falou uma frase aqui, que às vezes quando a gente tá de frente da história a gente não se percebe, mas só percebe a importância do momento que tá no presente e acaba passando despercebido, mas esse momento é histórico e hoje a gente tá aqui em Bacabal, uma praça importante para a pecuária do Estado, Pedro Lustosa, Presidente do Sindicato Rural de Bacabal, Moura, representante do Sindicato Rural de Peritoró e a gente sabe da importância desse estudo do ZEE para a pecuária e para a agricultura, eu vi ali a Gestora da AGERP falando sobre o CAR e a gente fala bastante sobre a MP que prorrogou indefinidamente o prazo do CAR, um instrumento fantástico e eu fiquei muito feliz de ver o mapa que vai dar um marco pra 22 de julho ser feita as observações e assim, hoje eu tenho absoluta certeza que o Estado do Maranhão dá um passo importantíssimo com a entrega desse documento para a sociedade e espero realmente que a sociedade aproveite esse documento, porque aqui às vezes é difícil pra população que não consegue entender muito bem, mas o MacroZEE foi um documento que infelizmente a gente não se apropriou, foi feito, é importante, tá aí as bases de dados, mas a gente não se apropriou, e eu tenho absoluta certeza que o Zoneamento vai ser diferente, o Zoneamento na escala de 1:250.000, ainda mais pra minha surpresa hoje a SEPE ofereceu a possibilidade com o IMESC de fazer nas cidades onde o Zoneamento tá sendo apresentado, propôs uma espécie de curso, apresentar através de ferramenta do *ArcGis*, você se apoderar daquela informação, então eu realmente espero que toda a academia, toda a sociedade use a informação dos municípios principalmente, porque eu sinto falta que os prefeitos que não entendem a importância da região deles, eles peguem essas informações que são banco de dados fundamentais, a gente milita na área ambiental e aqui a Jane que sempre acompanha a gente nas audiências públicas e a gente realmente entende que o desenvolvimento tem que ser durável, não pode ser momentâneo, a gente sabe, eu falei que Bacabal é uma praça pecuária, mas essa pecuária tem que evoluir. As informações do ZEE são muito importantes com ela você vai construir todo um arcabouço que você não tem como (...). A gente tem realmente que	Emerson de Macêdo Galvão	Assessor da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Maranhão

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE BACABAL

evoluir e continuar crescendo, então parabéns Luiz Jorge, parabéns Dionatan, essa pessoa super-acessível. Obrigado, parabéns!"		
"Realmente dizer da felicidade desses resultados, porque posso falar pelo SEBRAE, não só aqui na região, mas também pelo Estado. Nós trabalhamos e através das nossas ações nós chegamos aos territórios e a gente consegue chegar até aquela comunidade, até aquele povoado mais isolado né, a gente consegue ter esses braços e nós agimos através de projetos e o que é interessante é que nós construímos os nossos projetos com base em informações geradas por dados e nós temos uma grande dificuldade por falta de informação, nós temos um comando de direção estratégica que conduz a estratégia no Estado em consonância com as regras do SEBRAE Nacional, mas também como nós propomos projetos localmente e o que nos falta para a tomada de decisão assertivas para atuação no território são essas informações. Então eu acredito que é um grande salto pro Maranhão, mas é um grande salto para a execução dos bons projetos, da aplicação dos nossos orçamentos é de fato atender, aí falo pelo SEBRAE, os pequenos negócios rurais e urbanos de maneira mais assertiva, o que causa um grande desenvolvimento econômico parra o nosso Estado, então parabéns pela iniciativa, eu fico muito feliz e acredito que será um grande divisor de águas."	Maria Cecília Salat	Representante do SEBRAE de Bacabal
"Eu tenho algumas dúvidas e faço uma pergunta: há anos atrás o Maranhão não era reconhecido nem como Nordeste e nem Norte, ele era Meio-Norte, na década de 70. Hoje estamos com essa divisão do ZEE onde me surgiu uma dúvida, nós temos nesse mapa que está inserido no Estado, mas o que me preocupa é saber as limitações desse mapa, por exemplo, como eu sou de Peritoró lá eu não sei se eu estou dentro do Bioma Amazônico ou em outro Bioma, então eu acho que deveria ter sido mais delineado em termo de município pra que a gente se localize melhor e saibamos onde que estão inseridos esses biomas, obrigado."	Antonio Moura	Pecuarista e Sociedade Civil
"Eu tenho algumas perguntas: a primeira é essa que o Moura levantou a questão: se eu chego lá no sindicato de Bacabal o pessoal me pergunta qual o bioma que estão enquadrados? Então há muito essa dificuldade por lá. A outra pergunta é se existe uma indicação do percentual dessa reserva pra nós aqui, se é 80, se é 60, se é 35, se já sai nessa audiência alguma coisa nesse sentido?"	Pedro Lustosa de Sousa	Sindicato Rural de Bacabal
"Primeiro, eu gostaria de agradecer os elogios, a forma como o trabalho está sendo desenvolvido e pegando um pouco que Leandro falou da questão da acessibilidade da equipe para esclarecimentos, esse é um dos pontos importantes porque vocês sabem que nós estamos onde as instituições estão e esse trabalho, as dúvidas, além	Dionatan Silva Carvalho	Presidente do IMESC

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE BACABAL

dessa discussão aqui podem ser discutidas a cada momento, vocês podem nos visitar, discutir e nós apresentaremos. Na verdade será uma honra nós apresentarmos o trabalho. Nada melhor do que a gente trabalhar com uma coisa que a gente acredita e trabalhar com gestores que nós admiramos como o Governador Flávio Dino, o Secretário Luís Fernando e o Vice-governador Carlos Brandão. Trabalhar com pessoas que a gente admira e trabalhar em coisas que nós acreditamos faz com que nós nos empenhemos a produzir um trabalho que seja nesse formato né, um trabalho com uma qualidade técnica e que nós não esconderemos nenhum dos detalhes que foram produzidos, ou seja, como eu havia falado antes, nós vamos disponibilizar detalhadamente todos os diagnósticos, todos os insumos e além disso faremos a capacitação para as pessoas se apropriarem mais ainda das informações presentes nesse material. Agora sobre essa questão que foi mencionada do Maranhão, por exemplo, ser visto como Meio-Norte é interessante porque sobre o ponto de vista da Amazônia Legal, a maior parte do Maranhão pega aí o Meridiano 44°, agora se for falar aí do bioma Amazônico nós estamos falando de 40% do território e essa parte foi a que foi discutida aqui. Agora, além desses mapas que nós estamos disponibilizando aqui, nós vamos disponibilizar numa plataforma onde você vai conseguir clicar num Município aí você vai saber o tipo de vegetação, saber cada uma das informações desse mapa aqui. A questão da vulnerabilidade social, a questão da renda per capita e assim sucessivamente, isso vai estar disponível e é uma plataforma que a gente pode chamar de interativa porque você pode alterar inclusive os intervalos de classe que nós estabelecemos. Com relação à sua pergunta, a questão da SUDAM e SUDENE isso é por causa de questão de qual fundo você vai acessar se é o FDNE ou se é o fundo gerenciado pela SUDAM. No nosso caso, é o fundo do Nordeste, mas ainda tem vinculação sim com a SUDAM por causa do bioma, como eu mencionei. A gente faz parte inclusive do PRDA-Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia, então nós contribuímos também com PRDN – Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste e com o PRDA, inserindo projetos de desenvolvimento para o Bioma Amazônico. Então eles podem desenvolver projetos que são orientados pelo Governo do Estado, mas a questão dos recursos para serem desenvolvidos são deles. Então esse que foi o formato para ser definido: o que é Norte e Nordeste, isso é uma perspectiva definida no nível Federal. Sobre a questão do Município, exatamente o município de Peritoró ele se encontra principalmente no Cerrado, inclusive, aproveitando aqui a ocasião, nós iremos trabalhar o Cerrado a partir do próximo ano,		

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE BACABAL

assim que nós concluirmos todos os produtos do ZEE do bioma Amazônico. Os recursos para desenvolver o ZEE do Cerrado já foram colocados inclusive na Lei Orçamentária do próximo ano. Nós avançaremos sim para o Cerrado. Sobre a questão da Reserva Legal que foi mencionado, a respeito de qual o percentual que vai ser tratado nessa questão e a gente tem que olhar principalmente para algumas informações. A zonificação é um produto importante a ser observado porque é um produto que está demonstrando quais são as pressões do território e o mapa de vegetação que foi apresentado pelo professor Luiz Jorge. Esse mapa de vegetação mostra principalmente qual tipo de vegetação que está ali. É esse tipo de vegetação que vai definir se pode avançar um percentual diferente do que está estabelecido, aí isso é uma discussão, mas essa discussão não cabe a nós enquanto técnicos, cabe aos senhores enquanto demandantes, enquanto residentes do território que sabem e que vivem as dificuldades que vocês enfrentam, mas essas solicitações são encaminhadas em virtude das audiências. Essas reivindicações de vocês serão encaminhadas com esse relatório técnico para compor a minuta de lei, para serem discutidos na minuta de lei, então, esse é o formato que nós estamos trabalhando.”		
“Em complemento a essa situação da Reserva Legal, o Governo do Estado, ao receber o Zoneamento com a minuta de lei que será discutida na Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico e Econômico, só vai ser elaborada, de fato, entre os dias 22 e 25, semana que vem. Por que isso? Porque nós não poderíamos desenvolver, seria muita pretensão da nossa parte desenvolver uma minuta de lei sem realizarmos as audiências públicas. As Audiências Públicas serão concluídas em São Luís, próximo dia 21, e os senhores estão convidados, quem não puder ir, envie representantes dos seus segmentos para São Luís, por favor. Podem convidá-los, todos serão muito bem-vindos, todos terão direito a voto, à fala. Então nós vamos fazer essa proposta e vamos encaminhar para todos os membros da Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico e Econômico. A FAEMA, por exemplo, está presente, além da FIEMA, FETAEMA, FETIEMA, SEMA, SEPE, IMESC, SAGRIMA, SAF e Secretaria de Ciência e Tecnologia. Vamos enviar essa minuta com antecedência para que vocês possam analisar e fazer as suas contribuições, porque as pessoas podem ir lá, todo mundo pode, mas apenas quem terá direito a voz e voto são os membros titulares e suplentes. Podem ir lá no local que vai anteceder a entrega dessa minuta de lei ao Governador do Estado. Evidentemente que essas discussões não vão parar ali, acabam as discussões do executivo no geral no dia 08 de Novembro, mas na Assembleia Legislativa nós	Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias	Pesquisador Sênior do ZEE - MA

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE BACABAL

vamos ter outras discussões que vão ser demandadas na Comissão Constitucional de Justiça, Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Meio Ambiente e que segundo o Deputado Marco Aurélio, que tem nos acompanhado, podem ser feitas reuniões conjuntas porque a meta que se tem na Assembleia é que tão logo receba esse conjunto de informações e essa peça por parte do executivo que eles deem à celeridade aos trabalhos. Também é de interesse, e se vocês tiverem associados, se vocês tiverem ligação com algum Deputado Estadual, nos procurem porque eles terão o direito e prerrogativa legal e poderão também fazer suas emendas e essas emendas serão suscitadas justamente nas bases. É uma contribuição importante, essa que a gente coloca. Só uma situação rápida sobre a questão das capacitações. É um software público, não é o ArcGis, a gente vai utilizar o *QGis*, porque a licença do ArcGis custa 30 mil reais, então nem todas as prefeituras, nem todos os sindicatos, produtores, se forem comprar terão que pagar 140 mil, mas o *QGis* só precisa ter 30 minutos de paciência para baixar na internet, depois a gente pode utilizá-lo livremente. Trabalha com qualquer plataforma e acaba sendo barata, está toda em português, então nós temos aqui uma equipe de jovens: Anny, Allana, Hanna, Giselle e Cosme, a nossa equipe de cartografia, o pessoal do NUGEO, o pessoal da UEMA. Enfim, gente do IMESC e gente da UEMA vão fazer capacitações nas regionais. Aí minha amiga da AGERP, isso se coaduna com a necessidade de nós termos uma análise mais aprofundada da nossa capacidade técnica. Nesses momentos de formação, não é que o ZEE vai ter uma resposta fechada para essas situações pontuais para dar à nossa região, mas vai dar instrumento para vocês analisarem melhor esse processo de validação ou consolidação do CAR, de elaboração também, levando em consideração algumas bases cartográficas que o estado até o presente momento ainda não dispunha. Aí, se nós tivermos de vocês também esse retorno mandando aquelas pessoas que já conhecem um pouco de informática para que possam ter acesso a essa formação, vai ser muito melhor para o desenvolvimento dos trabalhos de vocês. A plataforma vai ajudar bastante. A capacitação vai fazer com que vocês tenham essa questão da apropriação de dados e de informações para facilitar e acelerar o trabalho de vocês.”		
“Bom dia a todos, eu represento a Secretaria de Meio Ambiente do Estado e cumprimento a mesa, hoje o Luiz Jorge sabe da dificuldade de chegar até aqui, a SEMA até então ainda não havia estado presente nas audiências. Eu consegui chegar antes de ontem em Santa Inês e a previsão era seguir com essa comissão aqui mas não foi possível, a gente tem uma agenda muito tensa nesse momento no	Jane Cavalcante Rodrigues	Geógrafa e Representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE BACABAL

Maranhão por conta das queimadas, por conta das audiências públicas da comitiva florestal, mas pra mim, especificamente como geógrafa, eu acho extraordinário tudo isso que a gente está presenciando e aí toda vez que eu vejo Elienê, eu lembro da sofrência que foi esse processo todo porque com o advento do código florestal em 2012, ficou estabelecido que os estados que não tinham o seu ZEE tinham 5 anos pra cumprir e o Maranhão em 2013/2014 correu com seu MacroZEE, na época eu não representava, mas acompanhei a realização da pesquisa, mas fui muito bem representada pelos meus colegas da SEMA: 2 geógrafos, 1 agrônomo e 1 engenheira florestal, respectivamente, César Carneiro, Izabel Camisão, Renato Foicinho e Sérgio Lopes, e com o advento, com a aprovação do MacroZEE eu lembro bem que em 2015 nessa formação para o Zoneamento nessa escala de 1:250.000 a gente muito apreensiva na SEMA por várias questões, mas assim, com essa questão da Reserva Legal e eu lembro que Elienê falou no canto pra mim e pra Isabela que a gente se acalmasse que no ZEE isso seria resolvido e eu venho acompanhando quando Luiz Jorge veio marcando ali a agenda de cumprimento do ZEE, pelo menos eu consegui acompanhar ali em São Luís, fui pra Imperatriz no meio do ano pro lançamento do sumário executivo, então assim, desgaste absurdo físico de equipe de recurso, mas de ver que esse trabalho tá sendo de fato condizente com a realidade do Estado e eu lembro que nos conflitos internos da SEMA, eu colocava assim que na SEMA foi 17x2, a SEMA contra, mas depois que o IMESC assumiu todas as mãos vieram pra cima á medida que o IMESC ia entregando esses relatórios, aí a minha conclusão era: eu não tenho nenhuma dúvida que o produto cartográfico e os produtos de relatório que o IMESC vai entregar pra sociedade Maranhense são excelentes. Então todos eles eu aprovo e registro tudo com muita satisfação mesmo porque eu sei da dificuldade que é conseguir isso e esses conflitos que estão postos no estado e que chegam na SEMA toda hora, por exemplo, a colega da AGERP colocou a questão do CAR que é preocupante demais, porque o CAR a gente ainda está em fase inicial, módulo de inscrição, o Maranhão não detém ainda um módulo de análise, no caso a SEMA é signatário do SICAR que é o Sistema Nacional, esses trabalhos, essas reflexões e principalmente esses dados que o IMESC está entregando pra gente vão facilitar o trabalho de todas as secretarias do Estado. Então fazer esse registro, o Emerson pautou a questão do Código de Floresta e eu falo que tudo conspirou porque nem a SEMA chegou para o IMESC, e nem o IMESC chegou para SEMA que a gente ia colocar as nossas audiências em consonância, então vocês vão para a audiência dia 21 e dia 30, no mesmo local vai ser a nossa,		Estado do Maranhão

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE BACABAL

então a gente conclui praticamente junto. Ontem fui informada que os Deputados pediram mais uma audiência na Assembleia, então essa questão ambiental está sendo apreciada muito de pertinho, então o trabalho cartográfico, o trabalho que vocês estão entregando vai subsidiar ecologicamente e economicamente o nosso Estado então, meus parabéns."		
"Só fazer uma pergunta aqui pegando o gancho do Pedro e também do Moura, talvez até ajude vocês a entenderem um pouco do contexto da reserva legal aqui em Bacabal, o porquê dessa pergunta talvez deles, o que acontece, quando foram fazer o CAR no município aqui de Bacabal, você têm o Meridiano 44° passando aqui dentro do município literalmente e eu não tenho a origem dessa informação, não sei se foi a SEMA ou um mapa do IBGE que apontaria o Rio Mearim no sentido Caxuxa - Peritoró seria de fato Cerrado e do Rio Mearim pegando a sede do município de Bacabal até Santa Inês, já estaria dentro do Bioma. Então o que que acontece? Você tem propriedades dentro do limite de Bacabal, não sei se de fato a divisão é essa do rio, se o meridiano 44° faz o corte assim dessa forma, mas tem propriedades aqui que estariam metade no 45°, metade nos 80°. Então, por isso, esses produtores têm muita dúvida e acabam até impactando a questão do CAR e é nesse sentido, sobre essa área de transição e se Bacabal assim de fato o Rio Mearim foi contemplado nesse divisor de águas literalmente, né?"	Emerson de Macêdo Galvão	Assessor da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Maranhão
"Eu gostaria de dizer que é motivo de orgulho e que todos nós devemos estar orgulhosos, se fosse um instituto de fora, com certeza era motivo de inveja, eles chegariam aqui mostrariam tudo bonitinho e puxa vida eles sabem, e nós não sabemos. Agora não, é motivo de orgulho porque é uma equipe nossa, do Estado, que aprendeu e disponibilizou pra nós aprendermos. Abordando a questão do CAR que o rapaz levantou, duas coisas não estão sendo pra acontecer: era o CAR ser um dia prorrogado permanentemente para que a gente esperasse o ZEE do Estado do Maranhão acontecer nessa região e isso eu defendi desde quando numa reunião do CEMA, ainda no primeiro mandato do Governador, o CEMA- Conselho Empresarial Maranhense, da agricultura do estado onde lá eu já colocava para o Governador que preside aquela reunião, dizer pra ele que sem a definição do ZEE na região não tem como fazer e aí foi lá dentro do CEMA que se tomou a decisão de que nós iríamos fazer primeiro o bioma Amazônico, por quê? Porque lá foi apresentado um orçamento, e esse orçamento era milhões 16/17 milhões então ali inviabilizou economicamente por conta do orçamento que o estado tinha para essas finalidades, então retornamos as discussões e essa discussão foi longa até que amadureceu e você já apresentou. Aí então,	Raimundo Coelho de Sousa	Presidente do SEBRAE

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE BACABAL

realmente, deu certo e está sendo usado pelos cientistas nossos e nós temos o orgulho de ser daqui. Agora em relação ao CAR, aconteceu. Foi prorrogado, vai sair a lei e essa lei é que vai dizer pra nós como é que nós vamos fazer esse CAR de forma definida, então eu acho que nós temos que esperar, esperar um pouquinho mais, de repente tem documento coletivo, de repente esse é o coletivo que tem que fazer. Vai que esse assentamento tem várias pessoas assentadas ali sem documento, quem sabe não fazer individual que é melhor, eu acho que é uma discussão que vale a pena começar agora antes de concluir esse instrumento importante. Quanto ao caso que o Emerson apontou que é a questão de uma lei de corte que se discute para encaminhar à Assembleia por isso ele citou meu nome, ele chegou pra mim, participei de uma reunião e lá eu me posicionei: calma gente, pra que essa lei na frente do ZEE? Espera o ZEE, o ZEE não é um instrumento político, mas ele é um instrumento técnico que vai dar base pra essa legislação, por que fazer duas? Uma hoje e outra amanhã? Faz uma só, junta as duas e faz com base em informações técnicas que acabou de ser apresentado aqui. Parabéns a todos vocês mais uma vez.”		
“Eu queria saber se além do Macro, vocês almejam as cidades do Maranhão, por exemplo, se vocês desejam fazer diagnóstico em cada cidade, eu acho que seria bem mais rico pro Maranhão como um todo, por exemplo, em trabalhos feitos pela região ter um embasamento para fazer esses trabalhos, trabalhos ricos de flora, de fauna, eu acho que seria interessante e queria saber a opinião de vocês.”	Bruna do Nascimento Silva	Graduanda do curso de Biologia UEMA/ Campus Bacabal e Sociedade Civil
“Só colocar aqui essa questão em relação ao que foi colocado pelo companheiro do Sindicato. Nós temos diversas discussões nesse sentido, porque, por exemplo, a regional de Bacabal trabalha com 11 municípios, que são municípios que geograficamente estão mais distantes, por exemplo, do que o município de São Mateus, do que o município de Alto Alegre, do que Peritoró e assim sucessivamente, e nós temos muitas discussões com proprietários de propriedades que estão em São Mateus, mas que moram em Bacabal. E do ponto de vista de reserva, o percentual de reserva da regional de Codó é diferente do percentual de reserva da regional de Bacabal. Então nós temos vários impasses nesse sentido porque às vezes não há um entendimento que eu acho que o ZEE vá poder abrir esse leque de informações e de clareza das ações, então a regional de Codó até pra emissão do próprio Cadastro Ambiental Rural nós temos essa dificuldade de discussão, porque Bacabal está a 30/40km de São Mateus ou Alto Alegre porque que nós não podemos atender a regional? Só pode atender os 11 municípios especificados por essa divisão que foi feita em relação à divisão de 19 regionais que	Solaneide Vieira Resende	Gestora da AGERP de Bacabal

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE BACABAL

compõem o Estado do Maranhão, então é uma discussão relevante, é uma discussão que sempre há em relação a esse percentual e a esse atendimento. Às vezes as pessoas não entendem porque os técnicos da agência não podem atuar em São Mateus e Codó é muito longe. Enfim, essa discussão é muito importante para a previsão que o ZEE vai dar até do ponto de vista do desenvolvimento econômico pra fins de financiamento, que é uma coisa que a gente está atendendo muito. Então é importante essa colocação porque abre precedentes para a discussão de quem vai atender, aonde vai atender e isso pode sim melhorar o nosso entendimento para atender melhor o nosso público da agricultura familiar também."		
"A minha pergunta é com relação às áreas indígenas e assentamentos. Eu gostaria de saber se isso é preocupante para o ZEE por causa da falta de informações e autorização, como o Jorge Luiz falou, que essas áreas indígenas e de assentamento são uma área que é pertencente ao Governo Federal, ao qual o Zoneamento não tem autorização sobre ela, então eu gostaria de saber se essa falta de informação é algo preocupante a respeito do zoneamento?"	Josemira dos Santos de Sousa	Graduanda do curso de Biologia UEMA/ Campus Bacabal e Sociedade Civil
"Antes eu não posso deixar de manifestar a minha satisfação em ver sendo resgatado um trabalho utilizando metodologias sacramentadas pela ciência, até porque nós estamos vivendo um momento de negação da ciência em nosso país, basta ver o questionamento dos dados do INPE que é uma instituição respeitadíssima em todo o mundo e da própria fundação FIOCRUZ também sendo questionado o trabalho e instituições que muito nos orgulham e continuam nos orgulhando, dada a sua capacidade técnica e da credibilidade de seus trabalhos. Fico feliz aqui com a apresentação e observando atentamente a metodologia que foi utilizada, eu tenho uma sugestão e uma pergunta. Com relação à sugestão, eu sempre utilizo, desde quando eu era estudante e até a vida profissional, dados do solo, aquele do Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solos, utilizava o mapa de solos com a "precisão" de escala do projeto Radam. Eu pego, aqui, muitos projetos que utilizaram aqueles dados porque a disponibilidade deles era fácil de ser encontrada, e minha sugestão é que se faça um trabalho com aquela eficácia. Minha pergunta é porque quando eu vejo um trabalho sendo feito dessa natureza que costuma ter participação de políticos, que cada um define os interesses de suas bases, e dada à experiência com projetos, se o o Zoneamento não vai criar uma camisa de força, por determinados bancos financiar, mesmo tendo a indicação do Zoneamento se aquela cultura se adequa perfeitamente à região. Então eu queria saber se tem algum mecanismo pra evitar que se crie	Raimundo Cirino	Professor da UEMA/Campus Bacabal e Sociedade Civil

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE BACABAL

essa camisa de força lá pra ponta que vai utilizar, que é o produtor rural? Parabéns à equipe."		
"Eu gostaria de começar agradecendo o professor Cirino: Professor Cirino, muito obrigado por suas colocações no contexto do ZEE. Todos os nossos relatórios já estão disponíveis na forma de relatório, mas todos eles vão virar e-books (livros eletrônicos), mas nós vamos fazer impressões de todos esses volumes, criar os pacotes de mapas como esses aqui impressos, porque nós temos recursos para serviços gráficos para as instituições de pesquisa, sindicatos das regiões que nós estamos trabalhando, além do banco de dados nós vamos fazer esses envios a posteriori. Isso está no nosso planejamento, inclusive a Universidade vai ganhar um pacote com todos esses mapas já nas próximas semanas. Depois, até o início do ano que vem deve chegar pra vocês aqui para compor a biblioteca da UFMA e IFMA. Vão chegar também alguns volumes impressos, infelizmente o recurso é pouco para que nós possamos fazer impressões em larga escala para comercialização. Sobre a situação dos investimentos, o ZEE, enquanto documento técnico, leva em consideração a cena atual, ou seja, a cena atual é um diagnóstico de tudo aquilo que nós temos: biodiversidade, fauna, flora, solos, relevo, geologia, abalo sísmico, vários outros temas. Essa cena atual não pode mostrar um território engessado, porque o território é dinâmico por natureza e definição. Eu mantenho o pé na análise dessa categoria que é o território, o território tem bicho, tem gente, tem planta, tem clima, tem água, tem relevo, tem solo, tem um monte de coisa mais, e, isso, ou lentamente na história geológica ou rapidamente pelas histórias de ocupação e uso que a gente chama de zonas de pressão humanas proporcionam que eles tenham uma dinâmica diferenciada de lugar pra lugar. Escala de 1:250.000, colocam, eu chego na escola municipal, mas eu não consigo ver o lixão ou o problema de saneamento básico do bairro tal, mas eu consigo ver essas informações estratégicas e elas foram e são importantes para que nós pudéssemos propor os nossos caminhos críticos que são os pactos de consenso que nós devemos assumir para não engessar o território, para que a gente não valorize um ou outro segmento. Então nós temos segmentos que foram colocados como opções, mas não significa dizer que os segmentos presentes foram desprezados e isso justamente para evitar que haja má interpretação por parte dos agentes financiadores e até quebrando com toda uma dinâmica econômica que pode ser familiar ou pode ser de mercado. O não uso do território é um uso. Eu consigo enxergar na escala de trabalho, mas para chegar nesses mapas impressos nós tivemos que trabalhar com 17 mapas regionais e as regiões são	Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias	Pesquisador Sênior do ZEE - MA

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE BACABAL

compostas por municípios, por isso eu disse na minha fala que foram 378 dias de trabalho de campo, 45 trabalhos de campo, 108 municípios visitados, mas não significa dizer que a fauna visitou todo mundo, mas que visitou mais de 65 municípios, isso visitou. Aí eu finalizo minha fala e passo para o professor Edilei, dizendo o seguinte, nós temos hoje um conjunto de informações que vai permitir que o estado do Maranhão tenha a formatação, a consolidação, a mudança de hábitos culturais e a formatação de políticas públicas. Quando eu digo mudança de hábitos culturais, eu digo mudança de mentalidade. O ZEE é um ganho até nisso, a partir de agora nós temos uma mudança de mentalidade em uso que vai permitir com que vocês, nós todos, possamos ter uma perspectiva acerca do que vem a seguir, que são os cenários de inclusão social, proteção ambiental e desenvolvimento econômico. Eu passo a palavra para o professor Edilei e depois a Aldrey para falar um pouquinho sobre a questão política-institucional, e tem uma complementação que o presidente gostaria de fazer. ”		
“Bom dia, respondendo as alunas Bruna e Josemira, o trabalho de fauna foi feito tanto na duração do projeto quanto na elaboração do banco de dados que foi realizado pelo corpo técnico, basicamente formado por profissionais da UEMA. Então nós temos aí para a fauna mais de 20 mil registros dentre os grupos mais representativos tais como aves e mamíferos. Então foi um trabalho muito extenso e hoje nós temos como mapear as áreas onde estão localizadas as maiores concentrações de espécies, sejam elas ameaçadas ou não, e os nossos trabalhos mostram que com as baixas concentrações, elas estão localizadas nas áreas protegidas, notadamente, na região do complexo do Gurupi e as áreas indígenas adjacentes. É um trabalho que foi feito de forma muito árdua para compilar essas informações e hoje usar essas estratégias de proteção a essas espécies, e é um trabalho conjunto também com a flora porque tudo que você tem de animal em um local é basicamente reflexo do que você tem de vegetação. Então os remanescentes íntegros dizem respeito a uma qualidade maior e essa qualidade maior diz respeito ao papel ecológico que essas espécies podem desempenhar e não em simplesmente quantitativo de espécies, porque vocês podem ter áreas especiosas, mas com muita pauperização quanto ao papel que essas espécies podem estar efetuando naquele ambiente. Então, não é somente o número de indivíduos, nesse caso, mas sim a qualidade ou o efeito que eles podem exercer de cima para baixo na cadeia ou com os outros elos. Então, está sendo um trabalho extenso, complicado, mas que consegue dar pra gente um raio-x de todas as potencialidades que possam ser feitas aqui para que você possa	Odley Quixaba Oliveira	Pesquisador do ZEE – MA Eixo Fauna

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE BACABAL

preservar e manter ali a conectividade entre as áreas remanescentes devido aos problemas do Estado que dizem respeito à perda e fragmentação. E em relação à ferramenta, o ZEE vem justamente pra isso, pra apontar, pra fazer com que esse conhecimento seja direcionado para que você mantenha a conservação, mas também evitar que impeçam o desenvolvimento sustentável, é basicamente isso.”		
“Bom dia a todos! Esclarecendo a questão da Josemira, representando o eixo jurídico-institucional e eu como uma das pesquisadoras digo que foi um desafio muito grande pra gente porque na escala desse projeto, que foi pioneiro no Estado, no MacroZEE não existia esse eixo de trabalho então, pra gente, a partir do termo de referência das subcategorias foi desafiador. Dentro desse trabalho nós dividimos quatro áreas cartográficas que abrangiam tudo que estava disposto nas áreas institucionais, foram as unidades de conservação, as terras indígenas, as áreas quilombolas, distritos industriais, assentamentos e áreas de portos e aeroportos e o Centro de Lançamento de Alcântara. Dentro dessas áreas cartográficas nós delimitamos quais eram os limites dessas áreas de exposições legais, jurídicas e como isso está definido na lei, quais são os planos, programas, projetos a partir tanto da união quanto do estado dentro dessas áreas de interesse, principalmente nas questões etnoracial e por último as instituições públicas atuantes nessas áreas, as organizações da sociedade civil. A nossa principal fonte foi o Instituto Socioambiental Indígena. Enfim, esse é um trabalho novo para o ZEE e eu espero que ajude bastante as organizações interessadas e que proporcione avanços nesse bioma Amazônico do Maranhão. ”	Aldrey Malheiros Neves de Oliveira	Pesquisadora do ZEE – MA Eixo Jurídico-Institucional
“Dessa vez, com os pesquisadores do estado e a relação com esses pesquisadores permitiu que a gente fizesse esse trabalho com o ZEE de forma bem criteriosa, conjunta, trabalhamos tudo integrado para que o resultado fosse o melhor possível para o Estado. Então, eu fico feliz quando você aceitou nosso trabalho, aplaudiu nosso trabalho que a gente fez com muito cuidado e é bom que continue assim, que agora em Cerrados a gente possa continuar esse trabalho.”	Elienê Pontes de Araújo	Coordenadora do Eixo Temático de Pedologia do ZEE-MA
“Os biomas não respeitam os limites das propriedades, assim como as propriedades não respeitam os limites do município. Então, assim como CAR cai numa propriedade onde o percentual é maior e diferente a respeito de arrecadação de valor adicionado, por exemplo, na atividade. No caso dos limites, o Meridiano de 44° vai funcionar da mesma forma, a propriedade que tem percentual é onde a propriedade automaticamente cairá e vai se estabelecer qual é o percentual de área que deve ser trabalhada naquela propriedade. Então senhores, diante disso, eu gostaria de agradecer a contribuição	Dionatan Silva Carvalho	Presidente do IMESC

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE BACABAL

de todos, esses três dias foram muito exaustivos, agradeço a equipe técnica pelo empenho e por chegar hoje aqui com o mesmo ânimo do primeiro dia, aos professores: Elienê, Isabela, Rafael, Aldrey, Elói, Anny, Allana e Cosme, obrigado a todos pela contribuição, e voltando aos senhores e senhoras aqui presentes, população de modo geral, agradeço a todos, essas contribuições que vocês deram aqui, tenho certeza que esse material levará a seriedade, futuramente entrar para o plano de Governo. Parabéns ao estado do Maranhão e parabéns a todos que estão contribuindo, obrigado.”		

REGISTROS FOTOGRÁFICOS

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE BACABAL

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE BACABAL

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE BACABAL

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE BACABAL

Anexo G -

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GOVERNADOR NUNES FREIRE

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE GOVERNADOR NUNES FREIRE

INFORMAÇÕES SOBRE A SESSÃO DE TRABALHO

LOCAL DE REALIZAÇÃO: Complexo Educacional Professor Hamilton Werneck
PRESIDENTE DA SESSÃO DE TRABALHO: Josiel Ribeiro Ferreira
RESPONSÁVEL PELA APRESENTAÇÃO TÉCNICA: Paulo Henrique Aragão Catunda
RELAÇÃO DE PARTICIPANTES: Em Anexo.
HORÁRIO DE INÍCIO: 09h e 36min
HORÁRIO DE TÉRMINO: 12h e 18min
TEMPO DE APRESENTAÇÃO TÉCNICA: 55min
TEMPO DE DISCUSSÃO E PATICIPAÇÃO POPULAR: 48min
RESPONSÁVEIS PELA LAVRATURA DA ATA Florise Pereira Reis, Leticia Moura Ferreira e Raphaela Carvalho Pacheco

PAUTA PREVISTA

Apresentação Técnica do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão – Etapa Bioma Amazônico

1) As Audiências Públicas no Contexto do ZEE-MA
2) Diagnósticos Temáticos
3) Base de Dados e Caderno de Mapas
4) Zonificação do Território
5) Prognósticos e Cenarização

DISCUSSÕES TEMÁTICAS

Foi aberta a audiência com o destaque ao trabalho realizado pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) e a Secretaria de Estado de Programas Estratégicos (SEPE), na realização da audiência pública do ZEE, etapa Bioma Amazônico Maranhense elaborado por técnicos em parceria com o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), Secretaria de Estado de Programas Estratégicos (SEPE), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Serviço Geológico Brasileiro (CPRM), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropécuaria (EMBRAPA) e Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Destacou, também, que o ZEE é uma importante ferramenta de gestão territorial para a melhoria da qualidade de vida da população maranhense. A atual fase corresponde ao Bioma Amazônico que abrange 108 dos atuais 217 municípios do estado, o que corresponde a 37% do território estadual no qual vivem 61,81% dos maranhenses, segundo dados do censo do IBGE 2010. A mesa de abertura da audiência contou com a participação de: Geraldo Cunha Carvalho Júnior, Secretário Adjunto; Josiel Ribeiro Ferreira, Diretor de Estudos Ambientais e Cartograficos do IMESC (Presidente da mesa); Paulo Henrique de Aragão Catunda, Pró-reitor de Extensão e Coordenador Executivo do ZEE pela UEMA; Francisco Nascimento, Vereador; José Araújo, da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária de Extensão Rural do Maranhão (AGERP); Sostone da Silva (IBGE); José Wilson, da Agência de Defesa Agropecuária de Zé Doca; Adroaldo Saldanha, Presidente da Associação Adjunta de Apicultura do Junco do Maranhão e Vanderlei Moraes, Secretário de Meio Ambiente. Além disso, foi registrada a presença das seguintes autoridades: Idelfrance Oliveira Abreu/SEMED, Luzenilde de Jesus Ferreira/SECAP, Carlos Quemel/SECAP,

Raimydeison de Lima e Lima/Secretário da Mulher de Junco do Maranhão, Maria da Anunciação/Associação de Mulheres Artesãs e Agricultoras de Junco do Maranhão, Dávila Mesquita/Secretária de Assistência Social, João Siqueira/Secretário de Agricultura de Boa Vista do Gurupi, Ivonete Reis/Secretária de Assistência Social de Amapá do Maranhão, José Francisco de Sousa/Secretário de Meio Ambiente de Amapá do Maranhão, Zéca da Praia/Secretário de Meio Ambiente de Centro Novo do Maranhão, Deivid Rodrigues/Representante da Secretaria de Meio Ambiente de Governador Nunes Freire, Jarivanio Alencar Santos/Representante da Secretaria de Obras de Governador Nunes Freire, Antônio Filho/Prefeito de Junco do Maranhão. O Secretário Adjunto de Programas Especiais da SEPE, Geraldo Cunha Carvalho, dá as boas vindas para todos os presentes na audiência, expôs o trabalho técnico do ZEE e os múltiplos profissionais que fizeram parte desse estudo. Afirmou, ainda, que o ZEE aborda o ordenamento e o planejamento, buscando compreender as particularidades territoriais do espaço geográfico. Sendo uma ferramenta de grande relevância para o Estado, devido aos grandes impactos ocasionados pelas atividades humanas de alto impacto de degradação, tornou-se indispensável à adoção de mudanças no planejamento estratégico territorial e no desenvolvimento econômico em comunhão com a preservação ambiental. Disse, ainda, que o ZEE é um documento técnico-científico de caráter oficial que orienta a formulação das políticas públicas de desenvolvimento sócio-coletivo e ambiental, de modo a amparar o ordenamento territorial assim como servir para tomadas de decisões e investimentos por agentes privados. Consistindo na delimitação de Zonas ambientais e atribuição de uso e atividades compatíveis, seguindo as potencialidades de cada uma das regiões. Posteriormente, foi realizada a leitura do Regimento das Audiências Públicas de Consulta do Zoneamento Ecológico-Econômico Etapa Bioma Amazônico pelo cerimonialista Gustavo Sampaio. O presidente da mesa, Josiel Ribeiro Ferreira, destacou a importância das audiências públicas para o ordenamento territorial. Depois disso, o Prefeito do município Governador Nunes Freire, Indalecio Wanderlei Vieira Fonseca, destacou que o Zoneamento é importante para a sobrevivência da economia e fator ecológico. Ressaltou que existem muitas opções de produtos para serem produzidos como o Açaí e a Mandioca, mas para isso é importante que haja investimento e parcerias com as Universidades. Para ele, tem que haver investimento em pesquisas para superar o atraso econômico e que essas análises não podem ser deixadas no papel. Ressaltou que o Programa PREVFOGO foi implantando no município com o intuito de proteger a produção de mel, mas o Governo suspendeu a ajuda de custo do projeto e a prefeitura arcou sozinho com os custos. Só conversas e reuniões não resolverm, precisa ter parcerias e continuidade nos projetos. O Governo deve assumir a sua responsabilidade e colocar em prática as ações. Após esse pronunciamento, foi realizada a leitura do Regimento das Audiências Públicas de Consulta do Zoneamento Ecológico-Econômico, Etapa Bioma Amazônico, pelo cerimonialista Gustavo Sampaio. Depois, houve a apresentação dos trabalhos técnicos, realizada pelo Pró-Reitor de Extensão e Coordenador Executivo do ZEE pela UEMA, Paulo Henrique de Aragão Catunda que, inicialmente, agradeceu a presença de todos e ressaltou os seguintes pontos: apresentação do ZEE como documento técnico-científico de planejamento estratégico, utilizado para subsidiar todos os programas estaduais; destacou para quem serve o ZEE; resgatou o marco histórico do ZEE no Brasil; citou alguns Decretos e Leis regulamentadores dos documentos técnicos apresentados; destacou a estratégia da região (Bioma Amazônico Maranhense) em função dos recursos naturais ocorrentes e disponíveis; apresentou os quatros pilares que compõem o ZEE - proteção ambiental da natureza; desenvolvimento social e econômico, qualidade de vida da humanidade e conservação da biodiversidade; destacou a articulação executiva do ZEE, ressaltando, ainda, a disponibilidade, para a consulta pública, dos bancos de dados produzidos para toda a sociedade civil. Em seguida, foi feita a apresentação dos diagnósticos temáticos destacando os fins de critérios para a definição de categoria de análise geográfica do Bioma Amazônico, isto é, decisão de utilização do limite municipal para análise de trabalho; quantificação dos trabalhos de campo; redefinição da malha hídrica e bacias hidrográficas; análises físico-químicas de solos para o entendimento das fragilidades dos solos; análise para entender a aptidão agrícola, biodiversidade; aspectos jurídico-institucionais para os apontamentos de áreas protegidas e não protegidas; destaque às zonas de pressão de usos e zonificação; análise da cobertura vegetal e resultados dos índices de vegetação e usos no território; explicação das zonas de pressão de usos do território no Bioma Amazônico; discussão do zoneamento do território; explicação de cada zona definida, a partir de pressão de usos, ativos e arranjos produtivos; apresentação da Biodiversidade da Flora e Fauna do Bioma, destacando a importância da criação dos corredores ecológicos. Apresentação da concepção de cenários, explicando os segmentos utilizados, tais como, cenas atuais, futuros, breves e longos e caminhos a seguir. Apresentação de

cenários econômicos prospectivos e cada cenário projetado para o Bioma Amazônico. Apresentação dos fluxos de trabalhos: relatório de Mobilização social e audiências públicas e apresentação de minuta de Lei e trabalhos Legislativos. Assim ocorreu a apresentação técnica. Houve um intervalo para o coffee break de 15 minutos. Após esse momento, foram abertas as discussões para a contribuição do público presente a fim de tirar as dúvidas e apresentar sugestões para os diagnósticos do Bioma Amazônico Maranhense. Para essa etapa, a mesa foi composta pelos técnicos: Josiel Ribeiro, Geilson Pestana, Ariadne Ennes Rocha, Gunter de Azevedo Reschke, Maria de Lourdes Silva e Breno Campelo para responderem aos questionamentos dos participantes da audiência e fazerem as considerações necessárias.

CONSIDERAÇÕES

Descrição	Responsável	Órgão / Vínculo
"Por que o Governo do Estado não deixa de investir nos eucalipto e começa a investir em outras culturas que conservem a água? Por exemplo, o açaí".	Francisco Soares	Vereador
Perguntou sobre a regionalização.	Sóstenes Alves da Silva	IBGE
"Seu Francisco, sobre a questão do eucalipto, eu conversava com os outros colegas que o documento construído do diagnóstico de vegetação, uso do solo, todo este diagnóstico, toda essa proposição de avaliação, projeção de cenários para daqui a vinte anos são instrumentos para construção de políticas. Em nenhum momento há um indicativo no instrumento de que a solução é o plantio de eucalipto né, as duas áreas que trabalharam biodiversidade tanto fauna e flora, fazem um indicativo da necessidade de recuperação de áreas degradadas e inclusive sinalizando para a necessidade que esta recuperação seja feita com espécies nativas, porque o objetivo é o equilíbrio ecológico, e também com a possibilidade deste equilíbrio ecológico ser associado ao econômico como, por exemplo, os modelos produtivos de base ecológica, a exemplo dos sistemas agroflorestais. Existem de fato investimentos de empresas particulares tentando uma ampliação no mercado da silvicultura de monocultura. Existe a vantagem da planta do eucalipto se adaptar a diversos ambientes e do próprio domínio da taxa de manejo que já tem uma cadeia produtiva estabelecida, então de fato a produção florestal da planta do eucalipto só para vocês terem uma ideia, é a cultura de árvores que os seres humanos estudam há mais tempo, então temos mais de cem anos de estudo do eucalipto, mas não temos do angelim, não temos da própria juçara, então são coisas mais recentes, por isso ele acaba de fato ganhando esta colocação de pesquisa, de mercado e de adaptação do solo. Mas dentro dos documentos está sinalizado que a recuperação de áreas degradadas deve ser de forma prioritária com o uso de espécies nativas, com finalidade de aumentar a biodiversidade, buscar a proteção do solo, habitação da fauna, habitat da fauna. Então estes elementos estão sendo considerados sim, mas, o que nós realmente gostaríamos e que a gente nunca conseguiu	Ariadne Ennes Rocha	Professora da UEMA e Pesquisadora do ZEE / Vegetação

visualizar foi as potencialidade e fragilidades do Bioma Amazônico nos municípios desse bioma, como é possível agora, após este instrumento pronto. O município precisa se apropriar deste conhecimento, verificar suas potencialidades e fragilidades e daí fazer a composição do que precisa e em que precisa investir."		
"O IMESC está tentando buscar um método que case com as pesquisas de outras instituições. Sóstenes, só para esclarecer, o IMESC concluiu em 2007, se não me engano, uma regionalização que ainda está em vigor, são 32 regiões de planejamentos, e, esta, casando com a regionalização do IBGE. Elas têm divergências, na verdade não são 32 são 28, mas por questões políticas houve aumento de uma. Houve a necessidade de mais alvos nesta regionalização que agora estamos chamando de regiões de desenvolvimento e daí vai pra mais 22. Nesta linha que combina com a do IBGE, estamos procurando uniformizar também com outras regionalizações, como da saúde, da educação. Inicialmente, o princípio da regionalização é: regionaliza-se o que você quer no seu contexto de influência e operacionalidade, a saúde regionaliza hospitais, escolas de saúde, educação das escolas. Já uma regionalização administrativa, no caso estadual, ela tem uma abrangência muito maior, ela tem que se organizar como as outras e esse propósito é o que estamos procurando. Ela já foi usada pela SEPLAN e fora esta questão de moldar ela (Regiões de Planejamentos) em forma de lei, aí entra a questão de sancionar."	Josiel Ribeiro Ferreira	Diretor de Estudos Ambientais e Cartográficos do IMESC
"Bom dia a todos, neste momento eu quero parabenizar pela ideia belíssima de vir para esta região discutir algo tão importante para essa gente. Parabenizar o governo do estado por ter o respeito a todo povo da região do alto Gurupi. Quero dizer a todos os senhores que compõem o povo desta região, que somos privilegiados por estarmos numa região rica, na Amazônia, onde todos os países estão centrados em vir para cá. E diante de uma região rica o povo que pensa nos pequenos. Esta sala está cheia de prefeitos, vereadores, associações, quero parabenizar o prefeito Antônio Filho, quero uma salva de palmas, por estar aqui conosco e lamentar por esses grupos que servem o país destruírem o nosso povo. Fico me questionando o que nós vamos fazer diante de uma cultura de um povo que quer ser respeitado ou no eucalipto ou no buriti e diante dos fatos novos como o açaí ou juçara, dependendo da região, o cupuaçu, a maior riqueza que o povo do Maranhão tem, mesmo com esta riqueza no Maranhão, onde está o povo que se preocupa em tentar cuidar da cultura do povo? Só temos estes quatros, cadê o povo? Por que ele não está aqui? Mas a coisa mais certa que se tem é fazer vista de um ciclo vicioso e vocês olham pra mim com essa carinha cheia, porque o Maranhão é o lugar mais rico deste Brasil. O Maranhão teve livre arbítrio para fazer parte desta jornada e todos sabem que é certo quando as coisas movem, todos estão de olho nas riquezas deste país e o capitalista tem o capitalismo afetado por isso, mais eu quero parabenizar os senhores, pois mesmo com esta bancada tão pequena tiveram coragem de vir discutir algo tão precioso que é a cultura de um	Iracema Carvalho Alves	Superintendente da Secretaria Adjunta de Articulações Regionais.

povo, a sua vivência. É viver seus pequenos rios, lagoas, lagos que tanta gente que não conhece, mas por vocês está bem representado."		
"Sou Professor em Geografia e diretor de educação ambiental no município de Centro Novo que é um dos municípios que também faz parte da região que foi mapeada e eu gostei muito do que eu vi do estudo da potencialidade e fragilidade do espaço geográfico. Diante da situação do estudo econômico foi realizada uma análise sobre a relação homem e natureza? E se há algum trabalho para ser feito juntamente com as comunidades para desenvolver essas potencialidades?"	Carlos Santinho Sacretti	Diretor de Educação Ambiental do Município de Centro Novo
"Os estudos mostram as atividades desenvolvidas nas áreas, a parte de versificação e de proposição está aparecendo no nosso trabalho no diagnóstico e nos principais produtos que fizemos na área e também na parte de cenários. Na parte de diagnóstico tem uma observação importante que é, por exemplo, a produção de mel onde ¼ da produção do estado está aqui e isso já está mapeado pelo estado e em relação a parte de cenários a propensão desta região é áreas de pastoreio, agricultura, silvicultura, extrativismo, turismo e lazer."	Geilson Bruno Pestana Moraes	Chefe de Departamento de Estudos Regionais e Setoriais/IMESC
"O estudo será feito sobre os assentamentos."	Josiel Ribeiro Ferreira	Diretor de Estudos Ambientais e Cartográficos do IMESC
"Bom dia! Primeiramente quero agradecer a Deus por este momento tão importante para a nossa região. Eu sou colonizador dos sindicatos de produtores rurais de Bom Jardim, muito distante daqui, mas fiz questão de estar aqui presente, pois não pude estar presente na audiência lá em Santa Inês por motivo de viagem e por isso eu estou aqui, a minha pergunta é sobre áreas degradadas. Como o governo pretende realmente fazer isso, porque até então eu já ouvi, já observei e não consigo entender como o governo vai fazer em relação às áreas degradadas ou se é somente um sonho, ou uma fantasia ou alguém que foi lá no Canadá, acha que está certo, porque o povo lá fora destruiu tudo deles e agora tão dando lição para nós. Como o Governo pretende agir sobre a recuperação das áreas degradadas?"	Iranildo	Mobilizador do Sindicato dos Produtores Rurais de Bom Jardim
"O que o Governo pode fazer para as pessoas que trabalham com a roça de toca? (Queimadas)".	Josival Pereira de Oliveira	Vereador do Município de Maracaçumé
"Foram mapeadas as áreas de desmatamento? Sobre o roubo de madeira na região, há um plano de ação para reverter essa situação nas comunidades e se há alguma parceria?"	Maria José Almada	SEMED
"O que o Governo pretende fazer para que a produção de mel se torne legal no Estado do Maranhão? Pois o produto é levado para outros Estados. Será feito o aperfeiçoamento para tomar medidas para a produção? É importante o selo de inspeção e as parcerias para o melhoramento da escoação de mercadoria."	Francisco da Chagas do Nascimento (Castelo)	Vereador
A recuperação está direcionada à Reserva Legal e áreas de APPs (identificação de áreas prioritárias). A importância do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o uso de metodologia já consolidadas (instrução das populações para recuperar as áreas).	Ariadne Ennes Rocha	Professora da UEMA e Pesquisadora do ZEE / Vegetação

As projeções indicam que o clima subúmido e seco poderá se intensificar.	Gunter de Azevedo Rescike	Pesquisador de Climatologia NUGEO / UEMA
É uma preocupação do Estado, pois, ele adotou um programa que entregou kits com materiais para uso na preparação do plantio.	Josiel Ribeiro Ferreira	Diretor de Estudos Ambientais e Cartográficos do IMESC
A ferramenta do ZEE mostra a cenarização gerando dados em que ainda serão vistas as soluções.	Ariadne Ennes Rocha	Professora da UEMA e Pesquisadora do ZEE / Vegetação
Encerramento da Audiência Pública		
Paulo Catunda agradeceu a receptividade e a presença de todos os envolvidos na realização das audiências: professores, alunos e todos os parceiros que ali estavam presentes. Destacou que o ZEE é uma ferramenta que não está fechada, pois esse estudo deve ser discutido, sendo trabalhado com vereadores, deputados e prefeitos que vão decidir e divulgar as informações. Então, o ZEE não finaliza aqui, tem mais encaminhamentos e todos podem dar opiniões. Os técnicos geram os dados e todos devem monitorar, pois esse documento vai se tornar lei. Tem que ser um esforço coletivo para que fique do jeito que todos almejam, por isso as consultas são realizadas para atender às necessidades da população.		

REGISTROS FOTOGRÁFICOS

Credenciamento

Exposição de Mapas

Mesa de Abertura

Apresentação dos Trabalhos

Mesa de Debates

Vereador Castelo

Iracema Carvalho Alves **-** Superintendente das Regionais

Professor de Geografia

Equipe ZEE e autoridades presentes

Anexo H -
ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

INFORMAÇÕES SOBRE A SESSÃO DE TRABALHO

LOCAL DE REALIZAÇÃO: Auditório Palácio Henrique de La Roque
PRESIDENTE DA SESSÃO DE TRABALHO: Dionatan Silva Carvalho
RESPONSÁVEL PELA APRESENTAÇÃO TÉCNICA: Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias
RELAÇÃO DE PARTICIPANTES: em anexo.
HORÁRIO DE INÍCIO: 10h e 6min
HORÁRIO DE TÉRMINO: 13h e 20min.
TEMPO DE APRESENTAÇÃO TÉCNICA: 54min
TEMPO DE DISCUSSÃO E PATICIPAÇÃO POPULAR: 01h e 32min.
RESPONSÁVEIS PELA LAVRATURA DA ATA: Allana Pereira Costa, Hanna Mikaely Ribeiro Rocha e Gisele Chrystina do Vale Martins

PAUTA PREVISTA

Apresentação Técnica do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão – Etapa Bioma Amazônico

1) As Audiências Públicas no Contexto do ZEE-MA
2) Diagnósticos Temáticos
3) Base de Dados e Caderno de Mapas
4) Zonificação do Território
5) Prognósticos e Cenarização

DISCUSSÕES TEMÁTICAS

A mesa de abertura da audiência contou com a presença de: Luís Fernando Silva, Secretário de Estado de Programas Estratégicos; Rafael Leitoa, Deputado Estadual; Dionatan Carvalho, Presidente do IMESC; Walter Canales, Vice-Reitor da UEMA; Raimundo Coelho, Presidente do SEBRAE; Marcelo Vigílio, Chefe da Unidade Estadual do IBGE; Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias, Pesquisador Sênior do ZEE – MA; Paulo Henrique Catunda, Pró-Reitor de Assuntos Estudantis da UEMA e Valter José Marques, pesquisador Sênior do Serviço Geológico do Brasil. O presidente do IMESC, Dionatan Silva Carvalho, iniciou a sessão da Audiência, evidenciando as atividades realizadas nas seis audiências públicas ocorridas no interior do Estado, destacando que houve a participação de, aproximadamente, 488 pessoas. Explicou, ainda, que o ZEE é um planejamento de longo prazo e que o traballho do ZEE tem que ser elaborado de forma conjunta e, portanto, agradece a presença de todos. Depois, falou Rafael Leitoa destacando que o ZEE reúne o desenvolvimento econômico e sustentável. Garantiu, ainda, que o ZEE terá a devida atenção ao chegar à Assembléia Legislativa. Também falou o vice-reitor da UEMA, Walter Canales que cumprimentou os convidados da mesa e ponderou que o ZEE vai permitir que o Maranhão se conheça melhor e que os investidores conheçam mellhor o Maranhão. Finalizou agradecendo a parceira do projeto do ZEE entre a Universidade Estadual do Maranhão com o Governo do Estado, agradeceu também a todos os envolvidos na construção do trabalho. Com a palavra, Luís Fernando Silva desejou boas vindas a todos os presentes e destacou que a construção do ZEE não é uma tarefa fácil, é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento econômico e social levando em consideração a sustentabilidade e reafirmou o desejo de que o ZEE possa ter a afeição da sociedade civil, classes produtoras e, de forma geral, da população que está inserida no Bioma Amazônico. Ademais, explicou que a série de escuta nas audiências públicas realizadas sobre questioamentos a cerca de percentuais de Reserva Legal irão ajudar na sugestão de definições de percentuais dessas reservas para minuta de

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

Lei, levando em consideração as sugestões dos estudos do ZEE e consultas da sociedade de forma geral, tudo isso em conjunto com o Governador. Evidenciou, também, que o ZEE foi elaborado com os pesquisadores do Estado e não contratou empresa de consultoria externa. Posteriormente, realizou-se a leitura do Regimento das Audiências Públicas de Consulta do Zoneamento Ecológico-Econômico, Etapa Bioma Amazônia. Em seguida, o Pesquisador Sênior Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias fez a apresentação dos trabalhos técnicos, destacando que não seria possível concluir os trabalhos do ZEE se não fosse o empenho do Secretário Luiz Fernando e do Presidente do IMESC Dionatan Carvalho. Evidenciou que as audiências públicas permitem a participação informada da sociedade, para que se possa escutar os anseios dela, diluir dúvidas e verificar a contribuição em geral. Explanou sobre o quantitativo dos pesquisadores que elaboraram todos os trabalhos temáticos e explicou que o ZEE propõe um planejamendo para a década de 20, permitindo ganhos sociais e instrumento para os entes do Executivo Municipal, Estadual e Federal. Isso do ponto de vista ambiental, econômico, social e dentre outros, com respaldo legal. O ZEE dá maior valor agregado para o Estado com desenvolvimento sustentável e durável; informa onde e como deve investir o setor privado; onde o Estado pode atuar de forma mais qualificada. O pesquisador apresentou um resumo do histórico ZEE no Brasil com os marcos regulatórios e as primeiras metodologias. Explanou sobre os instrumentos legislativos que foram aplicados e que regulamentaram como deveria trabalhar o ZEE, considerando o aparato legal. Destacou os objetivos do ZEE, evidenciando os pilares que foram considerados nas discussões de sua eleboração e a articulação executiva que ajudou a consolidar esses trabalhos. Destacou a escala de trabalho que foi factível para representar a realidade, no caso 1:250.000. Ponderou sobre as etapas já concluídas e as que ainda estão previstas para entrega. Apresentou os eixos temáticos que foram trabalhados e o quantativo dos dias de trabalhos de campo realizados e trabalhos laboratoriais. Destacou os trabalhos de Geologia, Recursos Hídricos e Potenciais Hídricos que influenciaram, diretamente, nas outorgas de águas. Ainda mostrou os resultados dos trabalhos de Pedologia, com amostras de mais de 500 perfis de solos para verificar a aptidão agrícola e deixou claro: com exceção as Áreas Proteção Integral e TIs. Salientou, posteriormente, os cenários climatológicos considerando temperatura de ar e precipitação, destacou a biodiversidade de fauna, com áreas de maior concentração no bioma e indicação de corredores ecológicos. Também destacou o levantamento de flora e formações vegetais. O pesquisador explanou sobre os resultados da Socioeconomia e os apectos juridíco-institucionais, bem como os padrões de usos. Posteriormente, destacou os índices de vegetação por diferença normalizada, para mostrar a densidade e porte de cobertura vegetal do bioma Amazônico. Destacou a configuração de APPS que estão inseridas nesse bioma e apresentou os resultados de suscetibilidades geoambientais, avaliando também a tectonia do bioma. Enfatizou a Vulnerabilidade Social traçada pelo eixo socieconomia, indicadores que ajudarão a melhorar os índices sociais do Estado. Destacou cada zona com suas características. Logo após, falou sobre a cenarização para o bioma Amazônico, com cenários econômicos prospectivos e a indicação de cenários para curto e médio prazo. Posteriormente, mostrou as etapas posteriores à realização das audiências públicas. Em seguida, as dicussões foram abertas ao público presente para que desse sua contribuição, tirasse as dúvidas e apresentasse sugestões para os resultados dos diagnósticos do Bioma Amazônico Maranhense. Assim também foi dada aos técnicos a possibilidade de responderem às considerações feitas pelo público. A Audiência Pública de consulta da sociedade para ZEE foi encerrada com agradecimentos do presidente Dionatan Silva Carvalho aos que se fizeram presentes e pelas considerações feitas.

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

CONSIDERAÇÕES

Descrição	Responsável	Órgão/Vínculo
"Bom dia a todos, primeiramente quero saber quantos minutos eu tenho, 2 minutos, 3 minutos? Três. Pois bem, então em primeiro lugar quero parabenizar o Estado do Maranhão pelo trabalho feito, a gente deu uma olhada em todo o material e a minha pergunta final é sobre os cenários construídos. E primeiramente, eu quero comentar que a gente também tem feito algumas audiências que têm muito a ver com a consonância do ZEE, que são as audiências da Política Florestal, então dia 30 de outubro nós estaremos aqui neste mesmo auditório às 8:30 da manhã, também ouvindo a população em geral, para poder ver quais seriam esses nuances, inclusive do ZEE com a Política Florestal. Pois bem, dando proseguimento a minha fala, quero ser bem rápida para não atrapalhar, o que a gente tem visto né, que na construção dos cenários, de todos os cenários que foram construídos, fala-se muito da necessidade de restauração das áreas, de recuperação das áreas degradadas. Eu entendo que esse ponto é primordial e ver que todos os atores têm interesse nesse tema, então independente do grande, do pequeno produtor rural, todos eles querem restaurar suas áreas, querem recuperar suas áreas de preservação permanente, querem restabelecer a qualidade dos seus recursos hídricos. Então vejo, muito importante esse tema como fonte de geração de renda e de emprego, quando você inicia uma cadeia de restauração florestal para o Estado, você tem desde o período das coletas das sementes, quando da produção de viveiros e das mudas, então é um potencial, eu vejo também que nós não temos que pensar na vegetação como empecilho, nós temos um Estado rural e que nós podemos sim pensar como uma nova geração de renda, desde que essas cadeias produtivas sejam ordenadas e organizadas, o que hoje nós não vemos muito no Estado. Nós temos as produções que ocorrem no Estado, mas essas produções muitas das vezes são desordenadas, então a gente sabe que as pessoas fazem o extrativismo, mas elas não entram do Estado como receitas e são cadeias que estão na ilegalidade, então é importante trazer essas cadeias para o Estado, trazer a formalização legal do uso desses recursos naturais, que hoje é muito pouco realizado. Só uma para completar, para não tomar tanto tempo, a cadeia florestal também, a gente entende que hoje ela é desordenada e que ela poderia ser muito melhor utilizada se ela estivesse legalizada e que cumprisse com a agregação de valor, porque hoje a gente exporta muito, tudo muito *in natura*, pouco industrializado, pouco agroindústria e, é essa a importância de gerar renda e emprego para as pessoas,	Isabel Cruz Camizão	Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA)

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

principalmente, para aqueles que não têm do que nós já temos, desse potencial que nós temos. Por fim, quero fazer uma pergunta que é, diante do exposto, do cenário que foram construídos, é que vocês comentam um pouco desse cenário ideal para o Maranhão e que posturas elas precisam ser alteradas para atingir esse fim, até porque nós sabemos se não mudarmos nossos comportamentos em nossas causas a gente não atinge uma mudança. É isso, muito obrigada."		
"Então primeiro, bom dia, muito obrigado por esta oportunidade de falar nessa consultoria pública, então vamos direto ao assunto. Em vários locais no relatório, está claramente escrito que o modelo de desenvolvimento atual e do passado recente do Maranhão é insustentável e que gera muita pobreza e destruição ambiental, e a gente sabe, pelo menos quem acompanha minimamente esse ZEE, sabe que a principal motivação para esse Governo fazer o ZEE é reduzir a reserva legal na Amazônica de 80% para 50%, então é claro que essa pressa para levar o ZEE para Assembleia Legislativa é um das estratégias que o Governo está utilizando para passar por cima da sociedade e para essa redução de 50% da Reserva Legal, que vai, obviamente, com as principais recomendações do ZEE. Como o colega acabou de falar, o Governo e o setor produtivo, obviamente, considerou a reserva legal como uma limitação para o desenvolvimento econômico, mas isso porque essas não são as escolhas certas que estão sendo feitas para o desenvolvimento econômico, tem um potencial imenso de restauração florestal com várias ferramentas que existem na Legislação, que existem nos resultados da pesquisa no Brasil e fora do Brasil. Então, a Reserva Legal é o potencial de desenvolvimento da Amazônia maranhense e vai, se for escolhido assim, vai trazer mais bem-estar, mais água e mais resiliência frente às mudanças climáticas, que são extremamente aceleradas e que no contexto atual, do cenário atual vão levar a falta de água ou desertificação no Maranhão, que já está em curso. Então eu pergunto para as autoridades, por que tanto empenho do Governo do Maranhão para reduzir essa Reserva Legal, enquanto ela é um dos principais elementos para proporcionar o desenvolvimento econômico sustentável? Uma palavra que é usada o tempo todo e que nunca é implementada na prática. Segunda pergunta, é com relação ao mapa de aptidão agrícola, eu já levantei essa questão aqui e a conclusão para mim não ficou muito clara, foi feito um trabalho enorme de levantamento de solos e esse levantamento não, os resultados desse levantamento não estão sendo utilizados de forma suficiente para construir o mapa de aptidão agrícola, basicamente se utilizaram do Sistema Brasileiro de Classificação do Solo, que não representa as características dos solos maranhenses e, consequentemente, levou a uma aptidão	Guillaume Rousseau	Professor da pós-graduação em Agroecologia da Universidade Estadual do Maranhão e Sociedade Civil

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

agrícola que parece boa na maioria dos lugares, mas que na realidade não é boa, principalmente por causa da textura do solo. Então, isso é um problema muito sério e a Assembleia Legislativa não pode aprovar um ZEE e um mapa de aptidão de solos baseados nesses resultados, precisa trabalhar mais, foram feitas as representações, trincheiras ao longo do Maranhão, precisa ser utilizado esses dados, para criar mapas realmente sólidos de aptidão agrícola. Então, outra coisa que é muito gritante no relatório, o mapa que foi mostrado aqui rapidamente, a suscetibilidade à erosão da metade da Amazônia Maranhense, altíssima suscetibilidade a erosão que não está sendo levado em conta no mapa de aptidão agrícola, pois se o solo é altamente erosivo, a gente não podia recomendar a agricultura mecanizada de grande porte, a não ser que o Poder Público delimite, claramente, quais são as práticas controladas que devem ser utilizadas de forma obrigatória para essa indústria, essa agricultura industrializada, por exemplo, não se pode fazer agricultura mecanizada no Maranhão, na maioria dos lugares, sem utilizar o pronto Direito, onde estão o pronto Direito? No Maranhão? Eu nunca vi. Os colegas que também trabalharam com solos, nunca viram, a não ser em experimento de pesquisas. E para terminar, sobre esse mapa de aptidão, no capítulo não tem nenhuma referência maranhense, ou seja, os pesquisadores aqui do Estado já publicaram vários artigos em revistas internacionais, que apontam para soluções sustentáveis para agricultura do Maranhão, em particular, a gestão desses solos e essa literatura tem que entrar no ZEE, tem que ser considerada pelo Poder Público, senão para quem a gente paga uma Universidade Estadual e Federal e centenas de pesquisadores, se a gente não lê, não vê o que eles estão fazendo. Muito obrigado. ”		
“Bom dia, eu me contei a dois itens da apresentação até agora, que eu, nesse momento que me desperta o interesse. Eu sou quilombola do quilombo Iaxuí na Baixada Maranhense, que se enquadra ali nas áreas de Reentrâncias e é a nossa área mais pobre, que se pode assim dizer do Maranhão, a gente roda aquela área ali, a gente conhece a pobreza de perto. Eu gostaria que os colegas que fizeram o mapa de definição de comunidades, assentamentos, quilombolas, pudessem me dizer quais foram os critérios levados em conta para definir aquelas comunidades, porque eu gostaria que isso fosse visto, porque existem leis específicas sobre benefícios e regulamentos para comunidades quilombolas e para assentamentos e outras comunidades rurais e, uma vez que aquele território, aquela comunidade, perdendo essa garantia institucional na sua identidade, pode gerar problemas futuros no impacto de seu registro institucional. Então, eu gostaria de dizer isso, porque na região da Baixada Maranhense existem muitas comunidades tradicionais que são tidas	Ronald Chaves	Quilombola, Integrante da Comissão do CONSEMA

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

como assentamentos, simplesmente pelo fato de elas não terem o visto da Palmares como uma instituição quilombola, e isso pode implicar em longos administrativos e técnicos. Então, eu gostaria que fosse explicitado um pouco mais quais foram esses critérios, para que nós pudéssemos, em reunião na baixada, dizer: olha de acordo como ZEE, nós comunidades estamos enquadrados em tais pontos, porque as Instituições Federais irão usar esses dados, para dizer quem somos e onde estamos para que nós possamos de fato ter direito de nos manifestar quanto a isto. Algumas falas já foram contempladas, mas eu gostaria de fazer um ponto sobre a questão da minuta, eu sei que a equipe que está trazendo a discussão, elaborando a minuta é equipe extremamente competente, mas aí eu ajudo na fala, o Código Florestal não está sendo discutido, então acho que seria interessante haver uma discussão paralela na sobreposição do que diz o ZEE e o Código Florestal Maranhense, para que nós não venhamos a ter, talvez, no futuro divergências entre colocações e entre pesquisas, favorecendo um polo, uma equipe e desfavorecendo outras. Então eu proponho, nesse momento, que as duas equipes, tanto que está elaborando o processo de minuta do Código Florestal quanto a do ZEE, que conversem e que mesmo sem poder de voto, de aprovação, a sociedade civil possa estar presente, porque digo isso aos senhores, que por vivência de práticas e por conhecimento das Políticas Públicas no Estado do Maranhão no sentido do meio ambiente, nós temos muito a contribuir, podemos não estar como técnicos, mas que podemos estar como pessoas que contribuam para o processo, tanto na visão econômica, social como jurídica, porque a gente entende o seguinte, se a gente não fizer essa discussão agora, a gente pode correr o risco de levar um produto da Câmara, para a Assembleia Legislativa e ter um produto delicado sendo aprovado. Obrigado. ”		
“Bom dia, bom dia a todos, meu nome é Emerson Macêdo, sou advogado, produtor rural, Assessor da Federação da Agricultura do Estado do Maranhão e queria também fazer uma rápida colocação, aproveitando aqui as falas da Isabel Camizão, nossa colega de Conselheira do CONSEMA, e Ronald, também do CONSEMA, sobre algumas temáticas que foram levantadas aqui especialmente na fala do professor de Agroecologia da UEMA. Eu entendo que o trabalho do Zoneamento Ecológico-Econômico feito por toda a equipe do IMESC, da CESPE, levou em consideração todos os aspectos, eu não posso deixar de fazer essas considerações, porque trabalhei e acompanhei o Macrozoneamento no período de 2011 a 2015, quando estive como Secretário Adjunto de Agricultura do Estado e é um trabalho exaustivo, é um trabalho que considerou muitos aspectos e até surpreendeu. Aqui também lembrando nosso presidente da	Emerson Mâcedo	Advogado, produtor Rural e Assessor da Federação da Agricultura do Estado do Maranhão

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

Comissão do Agronegócio da OAB Rodrigues Fernandes, então essas discussões têm sido bem criteriosas e o zoneamento ele não é uma política que vai reduzir percentual de Reservas Legais de forma indiscriminada, que acho como é erroneamente colocado. O Zoneamento, que está no Código Florestal de 12661, Art. 13, inciso 1º, vai indicar possibilidade de regularização de áreas e a gente não pode deixar de entender que o Maranhão é um Estado que precisa ter suas áreas de Reserva Legal regularizada e o Código Florestal prevê a compensação, regeneração, então não é um fator de redução de percentuais de Reserva Legal, de forma indiscriminada, sem levar tudo isso em consideração. Professor Saviano sempre fala e a gente tem que entender isso, o Maranhão não é um vazio demográfico, a gente acompanhou na expedição com o Professor Luiz Jorge, nós temos ali mais de 3 milhões de habitantes na Região Amazônica e essas populações têm que ser ouvidas, tantas populações tradicionais quanto as populações que fizeram o povoamento recente. A gente sabe que essas populações contribuíram muito e essas contribuições têm que ser analisadas. Então minha pergunta, a minha consideração nesse contexto, até, talvez, mesmo ouvir a EMPBRAPA, não sei se tem alguém da EMBRAPA aqui na mesa, mas a UEMA, com certeza, pode contribuir em relação a como os percentuais de Reserva Legal vão ser utilizados para recomposição dessas áreas e como o Código Florestal fala para não deixar a impressão para a sociedade que o Zoneamento está sendo feito de forma assoldada para atender qualquer pressão que de fato não existe, o que há é uma pressão pelo desenvolvimento como o professor Luiz Jorge fala, desenvolvimento durável do Estado. Obrigado!”		
“Bom dia a todos! Gostaria de parabenizar toda a equipe do Governo e das universidades envolvidas no processo desse mapeamento, desse estudo do ZEE. Eu acho que chega um momento em que nós maranhenses devemos nos unir para melhorar cada vez mais o Estado. Acredito que esse instrumento é uma grande ferramenta para nós todos. Diante das informações que estão sendo colocadas, pelo que consta, quase 4 mil laudas de documentos e 8 mil, além de mapas. Eles serão interessantes para que todos os entes, público ou privado, interessados em desenvolver o Estado se utilizem dessas informações. É claro que, na medida que as colocações são feitas, a gente distorce algumas coisas ou então não analisa corretamente. Eu gostaria, se fosse possível, colocasse nos primeiros slides o que coloca o percentual de 25% de áreas protegidas no mapa, que me chamou a atenção e eu me preocupei com essa informação. Ela faz parte dessa discussão. Nesse slide, ele está dizendo que 25% da área do Estado, da Amazônia Legal, do bioma que nós estamos	Antônio Fernandes Cavalcante Júnior	Presidente da Comissão do Agronegócio da OAB-MA

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

discutindo aqui, ele é Unidade de Conservação de Proteção Integral. Se eu tenho 25% de Unidade de Conservação Integral eu sei que não posso fazer nada, além de estudos científicos, então me sobra 75%. Só que esse slide está dizendo que 75% seria de áreas produtivas e pelos meus cálculos não são de áreas produtivas, significa áreas remanescentes, ou seja, em cima desses 75% eu vou aplicar 80% de reserva legal e aí vai me sobrar 15%, e em cima desses 15% de áreas efetivas, eu vou ter aqui APP's, áreas quilombolas, vou ter 10km de zonas de amortecimento dessas unidades, ou seja, no final dessa história toda, se a gente for computar vão sobrar 5% efetivamente de áreas a serem produzidas. Então eu tenho que pensar que nessa região aqui eu tenho 50% da população do Estado, eu vou ter 5% de área a ser produzida? Então tenho que pensar duas coisas: ou todos nós vamos nos unir para utilizar essa área de Reserva Legal com projetos sustentáveis que de fato vão gerar crescimento no Estado, porque até agora a gente não vê isso, a gente vê simplesmente os IDHs mais baixo do Estado. Mas ninguém aqui está dizendo que essas áreas têm que ser diminuídas, não concordo que deva haver diminuição das reservas legais, agora das áreas que já estão degradadas, o próprio Código Florestal permite que para efeito de regeneração dessas áreas que já estão degradadas, é possível que sejam colocadas 50%, desde que o Estado necessite para que haja um crescimento e desenvolvimento pelo que nós estamos vendo por aí só nos sobrou 5%. Essa região é uma das regiões mais pobres, uma região que precisa se desenvolver, que precisa gerar qualidade de vida, portanto, é necessário sim que nós pensemos, discutamos e cheguemos a um acordo com relação a essa questão que é prioritária, que nós precisamos desenvolver o Estado, todos nós, as universidades, as instituições devemos utilizar esse instrumento e fazer projetos viáveis, pois não adianta a gente só reclamar, tem que partir para ação. Muito obrigado."		
"Então, respondendo a primeira questão da nossa colega Isabel, Engenheira Florestal na SEMA, eu vou te responder com poucas palavras do Papa Francisco a respeito dessas colocações, mas também baseadas na palavra do Sax, que é um ambientalista de primeira categoria mundial, com base numa perspectiva, que teve bons exemplos na Itália, que é chamado terceiro guia, que é o desafio do século XXI, que é implementação de cadeias econômicas ou de atividades econômicas, cuja a Economia não se baseia na renda, no PIB, mas se baseia na construção de um ambiente sustentável. Então esses e outros autores e os nossos discursos o do projeto, que encaminhamos nesse sentido, chamamos ou denominamos as recuperações ambientais. A questão das populações tradicionais como também outras questões sociais como eixos de	Valter José Marques	Pesquisador Sênior da CPRM

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

desenvolvimento tão importante quanto os eixos que atendem a economia do mercado como bem explícito na palestra do nosso coordenador. Então, o que a gente analisa em nosso país, no Maranhão e fora do Maranhão, é que nós temos tentado resolver questões sociais através de medidas mitigatórias, quando a gente fala de exclusão social, por exemplo, logo se pensa em cadeirante, cegos, surdos, os excluídos por sua opção sexual, mas na verdade nós temos uma exclusão que é do emprego e o mais indigno de todos os tipos de exclusão, são aquelas pessoas, aquela parcela da sociedade que o modelo capitalista se baseia, sobretudo em mercados, não incluem, porque eles acerbam a eficiência, não os custos ambientais, porque não incluem, por quê? Porque não quisemos incluir, essa é uma opção nossa. Talvez, uma reflexão que fique, é que o Zoneamento não vai acabar quando o projeto for entregue. O Zoneamento tem que ser uma atividade, porque senão muitas das questões que foram colocadas aqui, parece que nós vamos, tipo Moisés, baixar mais dez grandes mandamentos e não é verdade. O zoneamento já foi encarado, como tipo: a então quer dizer que agora vai validar. Como vai validar? Podem chegar novas informações, tem que ser um pouco diferente, aí o cenário entra nessa discussão, ele coloca o que governabilidade, entendida por capacidade de dar respostas aos problemas identificados, para que venham ser melhores identificados. Então, quase falei agora se na semana seguinte surge uma outra questão ou se quer discutir o zoneamento por uma evidência que parece, ele então tem que ser uma atividade. O que significa dizer que as equipes, Secretarias foram muito bem, bastante mobilizadas, isso acontecia no passado nos projetos contratados, uma citação a pessoas por melhor que fossem de caráter de competência, até da Nova Zelândia. Eu presenciei isso na nossa prezada Rondônia, então esse tipo de coisa que escreveu no certo texto, está escrito no Zoneamento e é possível que os Estado Unidos ganhassem uma licitação para o Zoneamento Ecológico, mas não fazem, talvez porque não tenham coragem de fazer e aí tem as empresas brasileiras ou chinesas porque fazem um menor preço. Eu participei de um zoneamento com um orçamento de 14 a 5 milhões de dólares que foi ganho por um banco holandês e que reuniu 500 técnicos brasileiros e o presidente desse consórcio, do qual participou a CPRM, porque como os holandeses iriam fazer o zoneamento do Brasil disse esse projeto é nosso banco faremos de graça para os brasileiros porque vamos com todas as informações para tomar decisões com respeito a nossos investimentos do Brasil, quer dizer ele nos chamou, em outras palavras, de ignorantes, insensatos. Então nossos senhores, nós estamos no alvorecer de uma nova época, acho que ficou muito claro os discursos dos nossos gerentes		

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

maiores. A questão da recuperação das florestas tem que ser um assunto tratado como um eixo de desenvolvimento e aí que vamos alocar os que não estão incluídos no grande negócio, é aí que vamos criar cadeias, fazer plantios de árvores ou de cobertura vegetal, que possam trazer, agregar valor econômico também, mas isso exige um outro valor subjacente que é o valor de preservação ambiental. E por que nós temos que trabalhar sem isso? Onde está escrito? Talvez porque lá na Europa detonaram tudo mesmo, parece que tinha hipopótamo na Inglaterra. Onde estão os hipopótamos deles e outras questões faunísticas? Não existem mais. Então não vamos mais ter onde beber conhecimento, que é uma prática nacional, literatura estrangeira, não tem literatura para explicar. Como dizia nosso sábio Sax, o Brasil é o maior laboratório do planeta, no que diz respeito a desenvolvimento sustentável, porque são muitíssimas situações. Bom, eu penso que com isso tudo, eu já estou dando uma dica, que é a terceira guia é uma das estratégias que se está pensando em se aplicar no ZEE."		
"Bom dia, meu nome é Elienê, eu coordeno a equipe de Pedologia, eu vou responder à pergunta do professor Guillaume sobre o mapa de aptidão agrícola. Professor, uma das primeiras providências que nós fizemos para fazer o mapeamento de solos na região do Bioma Amazônico, foi fazer todo um levantamento de literatura para ver o que já existia na região do bioma. Feito isso, foi feito uma análise criteriosa de cada informação que nós obtivemos, para saber se poderíamos utilizar, porque para isso existem critérios, tem que ter a análise física, tem que ter análise química, tem que ter a profundidade, e nós levantamos no IBGE, levantamos na EMBRAPA, levantamos junto à internet, aonde a gente poderia fazer o levantamento nós fizemos. E, após esse levantamento, nós estabelecemos locais que estavam descobertos para serem amostrados para que o bioma fosse totalmente coberto pelas informações, assim nós fizemos para mais de 300 perfis com profundidade de mais de 1,5 metros e foi feito a análise física e análise química. Posterior a isso, nós geramos o mapa de aptidão agrícola das terras, considerando a metodologia de Ramalho Filho de 1995 e manual do IBGE de 2015. Então para fazer a aptidão agrícola das terras, nós consideramos que no bioma foram encontradas mais de 20 classes de solo, mas nesses predominaram 5 classes que foram: os Argissolos, os Plintossolos, Latossolos e os Gleissolos. Feito isso, a gente usou a metodologia para gerar o mapa de aptidão agrícola, considerando o relevo, considerando a rede de drenagem, considerando a profundidade dos solos e a textura deles, anexando a isso as análises químicas que ainda não estão incorporadas no relatório, mas que serão incorporadas no relatório final. Lá tem todas	Elienê Pontes Araújo	Coordenadora do Eixo Temático de Pedologia

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

as análises feitas em cima de mais de 500 amostras de solos coletados, então o mapa obedeceu todo um critério e ele está sim bem pautado na metodologia utilizada, tanto pelo IBGE, quando pela EMBRAPA."		
"Bom dia ou boa tarde a todos e a todas. Nós coordenamos o eixo jurídico-institucional do ZEE Bioma Amazônia e esse eixo tinha como meta analisar as áreas institucionais. O que significa áreas institucionais? São aquelas que a partir de decisões jurídicas e legislação estão delimitadas e definidas seu uso, as características de uso. Então, nesse sentido, entra as Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Comunidades Quilombolas, Distritos Industriais, Áreas de Segurança Nacional, para cada uma dessas áreas, foram analisadas no ponto de vista da cartografia, examinando exatamente a relação entre o processo de demarcação cartográfica das áreas, a partir dos diplomas legais e os programas de Políticas Públicas no nível Federal, Estadual e Municipal relativos a essas áreas e às estruturas institucionais voltadas para o atendimento dessas áreas. Então respondendo à questão colocada pelo Ronald, com relação às comunidades quilombolas a gente tem que esclarecer que as comunidades quilombolas estão incluídas na Constituição de 1988, de maneira marginal. Muitos estudiosos analisam que, diferentemente, dos indígenas, os quilombolas entraram apenas no ato de exposições constitucionais transitórias e que depois, a partir disso, foram regulamentadas pelo Decreto Federal de 2003, que determinou todo o procedimento de reconhecimento das áreas remanescentes de quilombolas. Então, no que se refere a esse procedimento foi determinado que o órgão responsável por isso é o INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, e há procedimento que primeiro é a manifestação da comunidade solicitando seu reconhecimento, ou seja, ela se auto-considerando remanescentes e a instituição federal que analisa isso é a Fundação dos Palmares, que está ligada ao Ministério da Cultura, e que emite um parecer que é seguido de laudo antropológico, esse laudo antropológico é fundamental, porque ele que vai determinar a delimitação física para então nós termos uma cartografia oficial daquela comunidade. E a partir daí, surgem as questões ligadas à necessidade de desapropriações, desintrusão, enfim, toda uma série de políticas, um processo longo, do ponto de vista burocrático, com custos significativos, muitas das áreas estão em locais de conflitos fundiários, muitas das áreas pelo longo tempo estiveram à margem da legislação, estão ocupadas, várias e não apenas no bioma Amazônico, mas também no Cerrado. Existem estas situações então nós, temos uma situação bastante variável. Apesar do Maranhão ter o segundo maior número de lugares quilombolas, depois da Bahia,	Frederico Lago Burnett	Coordenador do Eixo Jurídico Institucional

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

são pouquíssimas as comunidades que concluíram e que tem a titulação de suas terras, porque isso demanda destinações de recursos, aí você sai do canto, do reconhecimento da comunidade para o investimento do INCRA tudo isso tem levado a problemas, porque o INCRA tem adotado uma política de assentamento inclusive para comunidades quilombolas. Nós sabemos que são coisas completamente diferentes, que existem alguns locais. Na verdade, não há como o Estado assumir o reconhecimento à medida que é uma atribuição Federal, o que o Estado pode fazer é contribuir com política, tanto o município quanto do Governo do Estado, a partir de políticas em geral para a produção agrícola de trabalhadores rurais, pequenos agricultores ou de agricultura familiar."		
"Responder algumas questões que foram mencionadas, porque, por exemplo, a pressa do ZEE. O primeiro questionamento da SEMA sobre reflorestamento, preservação ambiental, teve um questionamento também sobre os conflitos no território e principalmente a pressão que é exercida pelo território pelo contingente populacional existente. É o bioma que tem o maior número de habitantes por quilômetro quadrado, todas essas questões e foi também mencionado sobre os cenários que foram apresentados, os cenários tendenciais se nada foi feito no território, para onde nós estamos caminhando, isso mostra que, pelo tempo que se vem discutindo o ZEE pelo Estado, mostra que a pressa na verdade é uma demanda do território, das pessoas que residem no território, essa discussão já é antiga aqui no Estado e o território há muito tempo demanda do Estado esse instrumento de planejamento ambiental, é importante destacar isso. A discussão antes da questão econômica pressupõe o ambiental e o objetivo dessa discussão é pensar como podemos gerar um território mais harmônico no Estado, ou seja, lembrando que nenhuma Lei vem para prejudicar, ou seja, não podemos gerar um processo que seja desestruturante para o território, pela quantidade de habitantes existentes encerra determinada atividade produtiva, que desloca todas aquelas pessoas que residem naquela área, seria um custo inviável. Agora a discussão é, olhando as pressões sobre o território o que se precisa fazer para que aquelas áreas de preservação permanentes continuem com a biodiversidade, com a flora, com a fauna existentes de uma forma que as atividades econômicas que vão acontecer ainda no território, ou seja, onde devemos estimular para que essas atividades aconteçam e onde devemos ter uma preocupação ambiental maior no Estado. Como o professor Valter colocou, a discussão não se encerra aqui, o Zoneamento tem uma validade de 10 anos, mas qualquer alteração que seja para restringir ainda mais o território pode acontecer antes, se tiver um estudo que esclareça a necessidade disso. Então, são	Dionatan Silva Carvalho	Presidente do IMESC

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

coisas que devem ser levadas em consideração, agora essa demanda do território, que é uma pressa do território, não poderia passar despercebida pelo Governo do Estado. O Governador Flávio Dino quando determinou que nós fizéssemos o ZEE e que priorizássemos o Bioma Amazônico, é importante destacar isso. Por que priorizar o Bioma Amazônico? Justamente por causa dessas demandas e dessas pressões do território. Ele exigiu da nossa equipe um comprometimento nesse trabalho. Então, ao mesmo tempo que temos a obrigação de fornecer esse instrumento de planejamento a longo prazo para a sociedade, nós temos o compromisso com os prazos e as instituições parceiras UEMA, CPRM, UFMA e EMBRAPA abraçaram conosco esse prazo. Nós fomos desenvolvendo esses trabalhos de forma que cada trabalho fosse divulgado previamente, isso para que a sociedade já pudesse se apropriar desse material, utilizar como instrumento de planejamento inclusive antes de nós apresentarmos todos os produtos finais para então avançarmos na Lei do Zoneamento. Então, é importante dizer que este trabalho já está sendo construído desde antes para a sociedade. Só para esclarecermos essas discussões e apresentarmos a metodologia de como nós estamos trabalhando.”		
“Boa tarde, meu nome é Francisca Helena Muniz, sou Bióloga, professora da UEMA e fiz parte do ZEE, no levantamento da flora. Bom, quero fazer algumas considerações e depois eu quero solicitar uma correção no documento que nos foi apresentado aqui. Primeira coisa, que me causa estranheza muito grande, primeiro que as políticas estaduais como a exposição do Código Florestal que deveria até ser um subsídio para o ZEE, então eu acho muito estranho, quero mostrar a minha estranheza por não ter ninguém da SEMA nessa mesa, nesse grupo de trabalho, tocando nessas discussões junto ao pessoal do IMESC, então esse é um ponto que eu gostaria de levantar. O outro ponto, professor Dionatan, é a questão do toque de caixa, o senhor falou que é uma demanda do povo, das pessoas que vivem naquele território, eu quero acreditar e eu fiz parte desse trabalho e vou fazer parte sempre que for chamada, porque acredito no ZEE como instrumento de política justa, de política ambiental e política de desenvolvimento sustentável, não de política excludente, porque eu não faço parte disso. Então assim, eu fico só preocupada de que essa demanda, de qual setor da Amazônia, daquele território, de que setor veio ou vem essa demanda, porque eu trabalho na região da Amazônia, no Bioma Amazônico, desde de 1991 quando comecei a trabalhar no meu mestrado, depois no meu doutorado e agora de novo no ZEE, então eu conheço aquelas pessoas, eu trabalhei na REBIO Gurupi, fiz parte do Conselho da REBIO do Gurupi, então conheço aqueles povos que tem ali e sei que tem	Francisca Helena Muniz	Bióloga, professora da UEMA, eixo temático de Vegetação

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

pessoas muito ricas e sei que tem pressões de grupos muito fortes sobre as pessoas, a grande maioria das pessoas que vive naquele território. Então, quero acreditar que o documento que está sendo gerado, ele esteja voltado para essas pessoas, para mais de 13 milhões de pessoas que vivem ali, que vivem daquele território, sem precisar de mais terras e mais terras. Essas pessoas não precisam de mais terras, elas precisam só que as terras delas sejam regularizadas, quem precisa de mais terras são os grandes empreendedores que estão naquela região. Então eu espero sinceramente, que em grande respeito pelo Governador do Estado Flávio Dino, e tenho a confiança até hoje de que as políticas dele vão ser voltadas para essas pessoas mais pobres e que mais precisam dessas políticas e não para determinados grupos que sei que têm naquela área, que inclusive com representantes na Assembleia Legislativa, na Câmara dos Deputados lá em Brasília, no Senado, eu sei disso. Então eu espero que as pressões que venham para que esse processo ande rápido, não sejam para atender esses interesses. Bom, então tendo colocado isso, eu solicito uma correção urgente, imediata, que o senhor falou que isso vai constar nas atas, no que diz respeito que 25% do Bioma Amazônico, que estão em áreas protegidas, são áreas protegidas, isso não é verdade! Não corresponde à verdade e que 75% de áreas são áreas produtivas, também, não são áreas produtivas, pelo contrário, são áreas detonadas, são áreas degradadas na grande maioria que precisa sim de que as pessoas, as políticas, para que essas áreas voltem a se tornar áreas produtivas. Agora quando a gente diz que 25% do Bioma Amazônia, ele está em áreas protegidas naquele mapa que foi mostrado, não sei quem fez esse mapa. Não fui eu e eu acho que não foi ninguém da vegetação, também, porque a única Unidade de Proteção Integral da Amazônia Maranhense se chama REBIO do Gurupi, as outras áreas são Terras Indígenas, que também não entram nesse cálculo, e as outras áreas que por ventura possam chegar a esse 25%, porventura, eu não estou nem me arriscando a dizer isso, são APAS Áreas de Proteção Ambiental que não protegem nada, absolutamente nada, então toda aquela área das reentrâncias maranhenses, tudo aquilo é uma grande APA, mas que não protege, não é uma Unidade de Conservação. Então como eu digo que 25% do Bioma está protegido? Onde? Como? Quem está protegendo? Não está protegendo! Não estão protegidos ou, então, pelo menos a gente tem que colocar lá que tantos por cento estão em Terras Indígenas, que é uma outra política, tantos por cento estão na REBIO do Gurupi que é a única Unidade de Proteção Integral e que também o pessoal da REBIO tem muita dificuldade de proteger essas áreas e o resto está em uma APA, que é a APA da Baixada, que é um Unidade		

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

de Uso Sustentável, mas que não é feito uso sustentável, coisa nenhuma. Então solicito, eu como bióloga, professora, cidadã e participante desse ZEE bem aqui, eu solicito que essa correção seja feita imediatamente, porque esse documento, do jeito que está, não pode ir para a Assembleia Legislativa, não pode referendar uma Lei para o Bioma, não pode pelo amor de Deus chegar na cabeça de quem quer que seja, tanto das pessoas que têm o interesse imediato nessas unidades produtivas, quanto nas pessoas que não têm essa compreensão de distinguir o que é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral e uma de Uso Sustentável, então isso para mim ou é um erro que a gente pode corrigir ou é má fé."		
"Bom professora, muito obrigado pelas suas intervenções. Primeiro eu quero deixar bem claro para todas as senhoras, senhoritas e senhores, que não houve, não há e nem haverá má fé técnica, científica e muito menos política no contexto do ZEE. Eu não falo apenas por mim, eu falo também pelo professor Paulo Catunda, que é um pesquisador que é respeitado estadual e nacionalmente. Eu falo também pelas 145 outras pessoas, algumas aqui representadas pelos coordenadores temáticos, a senhora também faz parte da equipe. Então eu só quero rememorar uma situação, não vou citar nomes, para não sermos antiéticos, mas há mais ou menos 1 ano e meio, o IMESC foi procurado por uma certa empresa, para que a empresa pudesse fornecer todos os seus dados, e consequentemente nós utilizássemos os dados dessa empresa para a configuração do nosso ZEE, nós dissemos: não. Uma coisa que é testemunhada por vários de todos nós, é que o ZEE do Estado do Maranhão é imparcial, ele não defende este grupo ou aquele grupo ou qualquer orientação política ou aquela orientação empresarial ou aquela orientação do terceiro setor. Não, o ZEE obedece a dois pressupostos, falo por mim e pelo professor Catunda que diuturnamente estamos a discutir isso. Primeiro pressuposto, nós temos um atraso histórico de 20 anos, não é professor César Viana? Professor César Viana tem nos acompanhado há bastante tempo, 20 anos para a conclusão e apresentação do nosso ZEE região para um que fosse, essa foi a primeira coisa. Segunda coisa, nesses 20 anos muita coisa se alterou no nosso território, como foi dito três milhões e poucos de habitantes, 108 municípios, o que nós analisamos no contexto do diagnóstico, aí que coloco equipe de flora, equipe de fauna, coloco a equipe de arranjos jurídicos e institucionais, hidrografia, geomorfologia, foi uma cena atual, claro que em algumas perspectivas nós tivemos a audácia de buscar esse evolutivo. Eu vou ser muito sincero, o professor Valter pode até falar melhor do que eu, porque é um dos autores das metodologias do Zoneamento Ecológico Econômico do Brasil e por muitas vezes esteve lá no Consórcio ZEE do Brasil representando o	Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias	Pesquisador Sênior do ZEE - MA

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

serviço Geológico Brasileiro. É um dos autores da metodologia de cenários utilizada na América Latina, não apenas no Brasil. Uma coisa é certa, quando nós pegamos o nosso ZEE, começamos a olhar não apenas a cena atual, mas começamos a olhar o filme que começa na nossa devastação, com as nossas zonas de pressão de uso ou as nossas formas de evolução dos fluxos migratórios dentre outras coisas, nós alteramos para melhorar a metodologia que é estabelecida pelo Decreto Federal 4297/2002 que faz com que deixe de existir o Zoneamento Ambiental no contexto nacional e ele vira Zoneamento Ecológico e Econômico. Dito isso, nos vários produtos dentre os quais nós temos o relatório de Zonificação do território, veja que na nossa fala nós deixamos claro três situações em específico: primeiro nós não trabalhamos apenas com uma coisa chamada de uso e cobertura, trabalhamos com Zonas de Pressão de Usos. Qual é a diferença entre a Zona de Pressão de Usos e Uso e Cobertura? Uso e Cobertura mostra apenas o cenário que nós observamos a partir de uma imagem de satélite, Zonas de Pressão de Uso é uma observação realizada em campo de todos os padrões de Uso e Cobertura associados às atividades materializadas no contexto do território e quais são seus impactos atuais e previstos. Aqui não tive tempo de dissecar isso com vocês, mas nós fomos para questões relacionadas à evapotranspiração, padrões de zonas de conflitos, chegando até mesmo a uma modelagem de queimadas, isso tem lá no estudo. E isso é bom para que a gente possa indicar que aqueles 25% de áreas protegidas, que nós colocamos, realmente diferem daquilo que vocês colocam, mas não difere daquilo que a Legislação Federal dispõe em termos de mosaicos de áreas protegidas. A lei 9985 de 2000 estabeleceu Sistema de Unidades de Conservação Ambiental da Natureza, lá diz o seguinte que quando nós temos contiguidade ou conectividade ecológica, Terras Indígenas com Unidades de Conservação de Proteção Integral devem ser observadas com um mosaico e existem trabalhos publicados por pesquisadores maranhenses, pesquisadores que atuam no nosso território que falam, por exemplo, de um mosaico chamado Gurupi e esse mosaico Gurupi envolve dois grandes blocos, que para nós são os blocos Gurupi especificamente com a Reserva Biológica do Gurupi, a única Unidade de Conservação de Proteção Integral no continente porque a outra do bioma está no oceano que é o Parque Estadual Marinho de Manuel Parcel de Luís, aí ao outro nós chamamos de mosaico Araribóia-Guajajaras-Canela, isso é traduzido naquilo que nós vamos chamar de Zonificação do território. Quando nós colocamos um valor de 75% no território nós temos uma legenda de 25 categoriais de zonas de pressão de uso, não significa dizer que esses 25% tenha gente ali dentro. Mas veja, a senhora coloca em sua		

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

fala que é muito interessante, está aí a professora Jane, nós nos conhecemos há quase 15 anos, trabalhamos juntos na SEMA e nós sempre discutimos se o Estado do Maranhão tem APA demais e a APA na Legislação Federal, tudo nela é permitido desde que se aumente o grau da intensidade da fiscalização da saúde ambiental e controle, então ela não entra nesse cômputo, nem áreas de preservação permanentes, nem manguezais, nem áreas de preservação permanentes associadas às margens de rios, nem as áreas de preservação associados a vertentes de morros com mais de 45º de inclinação, dentre outras definidas ali. Nos artigos 4 a 6 da Lei 12651/2002 do Código Florestal. Se eu for 25% daquele mosaico, dá 25% do bioma daquele mosaico mais uma coisa que a gente coloca um buffer de 10km, correspondente ao que chamamos de zonas de amortecimento que está presente na Legislação, também. Não é o que nós temos, isso são as áreas consideradas diplomadas como áreas protegidas. Se a senhora pegar o relatório de zonificação do território, a senhora vai perceber que o número é bem maior de áreas protegidas, se a senhora for pegar o jurídico-institucional, da própria vegetação, a senhora vai perceber que é bem mais a vegetação, a senhora está totalmente ciente, os números praticamente batem. Professora, nós colocamos de forma bem clara. Só para finalizar, quando nós colocamos no relatório áreas protegidas, são áreas diplomadas, aquelas que por Lei ou por Decreto foram tituladas como Território Indígena, Unidades de Proteção de Conservação Integral, esse ponto dá 24,90% de território, 25% arredondada, evidentemente que nós temos outras remanescentes florestais e, evidentemente, que dentro dessas áreas protegidas temos pressões de usos, só que essas pressões de uso precisam ser mascaradas, não dizer colocar um máscara por cima, mascarada é um termo técnico que nós utilizamos em Cartografia, para evitar que aquela informação gere especulações de usos, o que é muito ruim para todo o contexto da área protegida, isso está bem claro no capítulo específico da Zonificação, falando disso e pegamos dados de cobertura vegetal para testemunhar exatamente como acontece essa mancha de destruição do bioma que passou nos últimos 70 anos.”		
“Só para complementar a discussão, onde foi perguntado sobre a SEMA, a SEMA sim faz parte do contexto do ZEE, inclusive ela faz parte tanto que ela está na Comissão Estadual do ZEE. Então, todas as discussões também são feitas em conjunto com a SEMA. E como o professor Luiz Jorge esclareceu pressões no território acontecem de todos os setores institucionais, nós temos famílias, sociedade civil e empresas, ou seja, as demandas do ZEE são dos dois setores: famílias e empresas. Com ele relatou, não existiu parceria público-privada na elaboração do ZEE, todos os trabalhos do ZEE foram feitos	Dionatan Silva Carvalho	Presidente do IMESC

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

com recursos públicos, não foi só a questão de disponibilização de dados não, porque disponibilização de dados não pressupõe recursos, mas de alguma forma poderia ser impedido que o trabalho de campo poderia ser minimizado de alguma forma pressupunha implicitamente o recurso, mas não, nós fizemos tudo com recursos públicos. E complementando ainda mais essa discussão, vale destacar que o trabalho do Zoneamento aqui sobre essa questão dos subsídios e essa discussão pra dispor para esse trabalho, a gente vê por exemplo no cenário nacional se discutindo planejamento de longo prazo, tem vários estados discutindo isso, no Nordeste, por exemplo, nós podemos observar que a maior parte dos Estados está discutindo planejamento de longo prazo, o Ceará 2030, 2035 tem estado com 2040 até 2050, então tem várias décadas de planejamento. E essa discussão toda de planejamento de longo prazo que os Estados estão avançando, como o Secretário Luis Fernando mencionou, quatro estados têm o ZEE, que é um planejamento de longo prazo, e eu já estou considerando que o nosso ZEE é um realidade aqui no estado. E vejam só, discutir em longo prazo pensando sobre a perspectiva econômica que muitos estados estão fazendo, ou seja, vamos pensar no crescimento econômico, quais as atividades nós devemos atrair, Aqui está se discutindo antes de pensar nesse planejamento econômico fazer um instrumento de planejamento ambiental, ou seja, o ZEE está vindo antes mesmo de crescimento econômico de longo prazo, porque se pressupõe que para acontecer o desenvolvimento, e quando se fala de desenvolvimento não é uma palavra que se fala isolada, sempre se fala junto com outra palavra, desenvolvimento social, desenvolvimento econômico, e quando se fala de desenvolvimento econômico está se pressupondo a utilização nacional dos recursos naturais ou socioambinetal, toda essa discussão, então para se pensar dessa forma, tem que se produzir o ZEE, antes de falar por exemplo Maranhão 2040, 2030, pensamos primeiro no ZEE e assim nos foi demandado, e assim nós estamos fazendo.”		
“Boa tarde, sou professor Leonardo, fiz parte da equipe junto como professor Fred no eixo Jurídico Institucional, na verdade eu só queria registrar em ata, a importância, para você também, Deputado Wellington, que ainda se faz presente, a importância de se compatibilizar o Zoneamento que está sendo feito, um documento muito volumoso, acho que o documento mais significativo da história do Estado do Maranhão em termos de diagnósticos para um bioma em escala de detalhe com outras políticas que a gente precisa avançar também e aqui eu vou destacar três: o Plano Estadual de Bacia Hidrográfica que o Maranhão está atrasado e é uma demanda da sociedade, que está sendo discutido e avançado então precisamos	Leonardo S. Soares	Professor da UFMA, Eixo Jurídico - Institucional

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

avançar nisso, precisamos avançar na Política Estadual de Gerenciamento Costeiro haja vista toda a problemática que estamos vivendo que está acontecendo no Brasil e a gente teve só um pequeno exemplo do que pode acontecer no Estado do Maranhão pela magnitude, e se vier estaremos despreparados porque não temos uma Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, e também avançar nos Instrumentos de Gestão das Unidades de Conservação, porque temos mosaicos significativos, temos o litoral com o maior número de áreas protegidas do Brasil, o Litoral Maranhense é todo um mosaico de UC's, mas que possuem um nível de efetividade muito baixo, então, por exemplo, se a gente fizer um recorte do zoneamento com o litoral do Maranhão, do Gurupi a São Luís a gente vai ter a metade do território com diagnóstico com escala de 1:250000, então temos instrumentos para avançar no Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e também no Plano de Manejo de Unidade de Conservação. Quero deixar registrado aqui que o Estado não gaste mais dinheiro com diagnósticos nessas áreas, que se utilize o que foi gerado no ZEE para que esses recursos não sejam sobrepostos, sejam aplicados em outras coisas, para a conservação para efetivação das políticas, para ampliação das governanças nas comunidades, então é disso que estamos precisando, avançar nesse sentido. E deixar aqui também meus parabéns ao Luiz Jorge, meus parabéns ao Dionatan, pela condução desse processo, ao professor Catunda, que foi muito difícil, acompanhei desde o princípio e espero de fato que a Assembleia Legislativa faça o seu papel, que saia uma Lei justa e que a gente consiga gerenciar esse território tão importante que é a Amazônia Maranhense."		
"Eu só gostaria de antes de finalizar, realmente parabenizar o IMESC, parabenizar o Luiz Jorge, eu participo de algumas equipes que estão estudando esse ZEE, se fosse do interesse do agronegócio o ZEE não estaria sendo estudo do Bioma Amazônico e sim no Bioma Cerrado, mas o Estado decidiu que seria o Bioma Amazônico porque é lá que está a pobreza e é lá que precisa crescer. Então eu quero aqui ratificar que realmente essa equipe trabalhou com muita seriedade no papel e cumpriu todos os prazos. Disponibilizou esses documentos, nós nos debruçamos e analisamos e vimos que realmente eles são verídicos e ele seguem uma metodologia correta e nós estamos muito satisfeitos com o resultado desse trabalho. Muito obrigado!"	Antônio Fernandes Cavalcante Júnior	Presidente da Comissão do Agronegócio da OAB-MA
"Boa tarde, para quem não estava de manhã eu sou o professor Guillaume Rousseau, da Pós-Graduação em Agroecologia, da Universidade Estadual do Maranhão. Eu quero ressaltar para o público aqui que não é governo, que não participou do ZEE para o público mesmo, que fique bem registrado que tem um duplo discurso	Guillaume Rousseau	Professor da Pós-graduação em Agroecologia da UEMA e Sociedade Civil

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

desse governo que há vários anos já durante o Governo Temer via PGE solicitou a redução da Reserva Legal de todo o Bioma Amazônico de 80% para 50%, então isso tem documento oficial da PGE, eu vi esse documento. Tem um consenso atualmente que está tramitando dentro do próprio Governo, a PGE pediu para a SEMA um parecer sobre a redução da Reserva Legal, a SEMA negativou, e a PGE recusou esse parecer da SEMA e pediu um novo parecer, isso é realidade, ou seja, o Governo está atendendo aos interesses econômicos de sempre, a gente sabe quem são, e nessa mesa a gente não tem representante das Comunidades Indígenas, a gente não tem representantes do povo mesmo, ou de todas as associações que representam o povo, a gente tem o governo, a gente tem um corpo técnico e a gente tem os empresários que estão aqui representados. Então tem um duplo discurso, o ZEE tem contribuições muito interessantes para trazer, mas ele não está finalizado, dois anos para levantar os dados de uma região tão diversa e tão complexa como a Amazônia Maranhense é muito pouco. Então eu vi hoje muita parabenização por parte do governo, então eu vou deixar registrado aqui que precisa trabalhar muito sobre isso e tem que sanar esse duplo discurso. Obrigado!”		
“A título de esclarecimento com relação ao que o professor Luiz Jorge colocou, o mosaico do Gurupi, ele não se compõe em mosaico e institucionalmente a gente trabalha para compor esse mosaico, existe uma iniciativa do Conselho Gestor da Rebio Gurupi e instituições como SEMA, ICMBio. Enfim, várias instituições com uma proposta de pré-mosaico compreendendo a importância de gestão dessa região que necessita tanto dessa presença de Estado quanto institucional e a título da participação da SEMA no IMESC, em conjunto com o IMESC, a SEMA compõe a Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico e Econômico e o comitê técnico, então a nossa participação foi até aí junto a Comissão Estadual, e acho que foi o Ronald que colocou a questão da necessidade de ter alguém da SEMA ou de ser consultado em relação a essa agenda do Código Estadual de Floresta que encontra-se em audiência, a Isabel falou aqui: dia 30 nós estaremos em audiência, eu estava conversando com o professor Luiz Jorge lá em Bacabal na audiência que nós não agendamos, mas houve uma conspiração maior para que o ZEE saia primeiro porque a nossa lei Estadual é muito mais restritiva que o código florestal levando em consideração as especificidades que o Maranhão tem, nós estamos trabalhando muito em nossas audiências públicas e o ZEE estando da forma como ele está apresentado colabora conosco na nossa defesa de 80% do nosso posicionamento. Como o professor bem colocou pelo acesso que ele teve me parece pela PGE, e não é uma temática fácil e dentro da gestão e dos conflitos de interesse a	Jane Cavalcante Rodrigues	Geógrafa e Representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado do Maranhão

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

gente milita por uma razoabilidade. Então eu gostaria de fazer essa ressalva com todo respeito ao corpo técnico e aos trabalhos que a professora bem colocou, o quanto que a gente já trabalhou nessa Amazônia Maranhense. Muito obrigada!"		
"Eu agradeço Dionatan a palavra, eu só queria fazer as considerações finais, mas antes não podia deixar de parabenizar a colega que me antecedeu, falou um pouco antes sobre o Plano de Gerenciamento Costeiro, o aproveitamento das informações que o ZEE disponibiliza, isso só ratifica realmente a importância desse documento para o Estado, em relação a Reserva Legal, a gente tem que trazer a sociedade, o que foi pedido ao professor a clareza dos fatos, eu não quero tomar a fala da mesa, a mesa tem professores de cátedra que podem realmente fazer a defesa, mas é preciso ponderar um pouco, porque eu vou pedir pra ler um texto da lei que trata do percentual de Reserva Legal quanto ao indicado pelo Zoneamento, fala o seguinte: Art. 13: reduzir exclusivamente para fins de regularização, mediante recomposição, regeneração ou compensação da Reserva Legal de móveis com área rural consolidada, situados em área de floresta localizada na Amazônia Legal, para até 50%, e o texto continua, no inciso II ele fala também da possibilidade de ampliação. Então eu faço esse apelo e também peço que registrem que o Zoneamento não vai reduzir de 80% para 50% a Reserva Legal da Amazônia, não é isso, o texto não fala isso, fala que há possibilidade de regularização, então nós temos dentro da Floresta Amazônica, dentro do Bioma Amazônico nas áreas de floresta nós temos uma ocupação demográfica muito grande, áreas que foram ocupadas de forma legal instituídas por decreto, por lei, para que as ocupassem, há um marco temporal: 22 de Julho de 2008 e esse marco temporal legal tem que ser observado e se aquelas áreas foram ocupadas e a Legislação prevê a possibilidade de regularização você tem que fazer isso porque se você não fizer e aqui eu faço um apelo até do ponto de vista ambiental, você vai permitir que a desorganização do bioma continue, e a gente não quer que ela continue. Você tem que ponderar os interesses da população tradicional que existe e são legítimas, e da população que chegou depois porque o nosso Estado é assim, nosso país é assim, a gente não pode ter uma visão apegada, além de compaixão, senão a gente vai tornar o nosso estado inviável para as outras gerações então, a gente precisa de sustentabilidade que é um conceito que compreende questões econômicas e ambientais. Então eu faço um apelo para que essa questão da regularização ela realmente, na questão do percentual, não seja levantada como bandeira do agronegócio, não é isso, se fosse a gente estaria lá em Balsas porque lá você tem a pressão de um agronegócio diferente, você tem áreas de até 4	Emerson Mâcedo	Advogado, produtor Rural e Assessor da Federação da Agricultura do Estado do Maranhão

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

módulos fiscais. Você pode ver no mapa um estado com muitos assentamentos e essa política no Maranhão precisa ser revista. Peço perdão se me estendi, mas eu precisava fazer esse apelo e parabenizar esse trabalho que foi feito pela equipe do ZEE e como foi dito, uma produção bibliográfica que enaltece a produção científica do Maranhão e a gente tem absoluta certeza que é um trabalho sério. Parabéns! Obrigado!"		
"A gente fez parte da revisão do código florestal ano passado e com a SEMA fizemos uma revisão de interesses, fizemos uma proposta, uma minuta que precisou ir para a PGE e ir para as audiências públicas, a gente teve preocupações e embates fortíssimos em relação a isso, acompanhamos também o ZEE. E a nossa preocupação maior é como vai aprovar primeiro que o código florestal, e eu fiz essa solicitação na fala anterior, e essas discussões, eu me preocupo com isso porque assim a gente está trabalhando o Plano Estadual de Recursos Hídricos que faz parte da região costeira no mosaico Parcel Manoel Luís e nada de gente mesmo e eu gostaria de ter essa consideração quando o ZEE for aprovado, ter esse debate com consideração para que a gente saiba o que fazer. Parabéns, mais uma vez obrigado, sucesso para vocês!"	Ronald Chaves	Quilombola, Integrante da Comissão do COSEMA
"Sobre essa questão que foi mencionada que 2 anos é muito pouco, vale a gente mencionar que as instituições que a gente trabalhou foram instituições que há muito tempo trabalham no desenvolvimento do Estado, que há muito tempo discutem o Bioma Amazônico, isso não é um material que foi produzido agora, são discussões que há muito tempo já vinham acontecendo, que trabalham território, discussões sobre todo o trabalho que foi realizado em todo trabalho de campo, 378 dias de trabalhos, 45 trabalhos de campo, vejam que esse trabalho de campo não é em um dia, nós trabalhamos o bioma Amazônico de uma forma bem exaustiva, ou seja, 2 anos de trabalho com todo esse conjunto de informações. Além disso, vale destacar que, essa discussão sobre o que foi produzido não foi uma instituição que veio e depois vai embora, foram instituições que estão aqui no Estado, e cada um sabe onde estão essas instituições e podem nos procurar, eu inclusive faço esse convite aos senhores, fiquem à vontade para nos visitar, para conhecer de uma forma mais detalhada o trabalho, e digo mais ainda, além de nós apresentarmos previamente de estar fazendo aqui esse convite pros senhores nos visitar, todo esse produto com as capacitações que nós iremos fazer no território, faz com que a sociedade se aproprie ainda mais dessas informações, ou seja, nós vamos qualificar as pessoas pra conhecerem de uma forma mais detalhada os trabalhos, pra usarem os produtos do ZEE de uma forma mais adequada, isso vai acontecer em cada um dos municípios onde houve as audiências públicas,	Dionatan Silva Carvalho	Presidente do IMESC

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

então isso é um ganho enorme para o Estado, vejam que o índice de vulnerabilidade social que o professor Luiz Jorge apresentou que foi composto pela equipe socioeconômica, ou seja, uma das questões aqui é o capital humano, uma das questões que tem que ser discutida no território, uma das prioridades também e isso a gente está levando em consideração: capacitar as pessoas para a ampliar as discussões sobre a representatividade. Vale destacar que eu falei no início, com exceção de hoje aqui, já participaram mais de 488 pessoas, sendo que foram pessoas das mais diversas instituições, eu falei aqui por exemplo de sindicatos rurais, falei de ONG's, povos indígenas, todas essas instituições participaram das audiências, a audiência do ZEE não é só essa aqui, foram 7 audiências, nós fizemos questão de fazer o ZEE de uma forma mais ampliada, como foi falado no início. Antes estava previsto apenas 3 audiências e nós fizemos 7, buscando ampliar a representatividade desse público todo que demanda representatividade. Sobre a questão dos recursos hídricos, essa questão realmente é pertinente que nós estamos também pensando e discutindo essa questão nas audiências e vamos ampliá-la. Então, senhores, agradeço a presença de todos."		

REGISTROS FOTOGRÁFICOS

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO – ETAPA BIOMA AMAZÔNICO

REGIÃO DE SÃO LUÍS

ANEXOS J –
Contibuições Recebidas por e-mail

Contribuições para a Valorização da Floresta nativa no ZEE-Amazônia

Na construção dos cenários e dos programas de governo propostos para o ZEE - Amazônia sugere-se **o apoio e fortalecimento da Gestão dos Recursos Florestais** com a finalidade de valorizar a Floresta e as demais vegetações Nativas.

Como relatado no diagnóstico do Zoneamento Ecológico Econômico, danos irreversíveis podem ocorrer caso não haja contensão do desmatamento e das queimadas no Estado.

A manutenção da vegetação nativa "em pé" é primordial para amparar a região amazônica em sua vocação natural. A inclusão de projetos que fomentem o uso sustentável da floresta nativa por meio de planos de manejo de produtos madeireiros e, principalmente, não madeireiros, ampliarão a sustentabilidade do ecossistema e a geração de renda e economia a médio e longo prazo no Estado.

Devido ao grande percentual de áreas abandonadas, subutilizadas e degradadas na região, não haveria razões para incentivar a expedição de novas autorizações de supressão de vegetação para fins silviculturais, pecuários e agrícolas, sendo primordial conforme estabelece o Código Florestal o bom uso das áreas já abertas (anteriormente suprimidas).

O estado do Maranhão é predominantemente rural, diversos povos e comunidades tradicionais, dentre eles, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, vivem da coleta e extração de produtos florestais.

A agricultura familiar no estado, no mesmo sentido, garante parte de sua segurança alimentar atrelada ao consumo de frutos nativos, como a juçara, o babaçu, o buriti, o bacuri, o cupuaçu. O excedente é comercializado muitas das vezes a valores abaixo do mercado.

A valorização da floresta nativa é de extrema importância para o Estado. Diversos compromissos internacionais têm sido firmados pelo Maranhão, dentre eles, programas de Redução do Desmatamento e da Degradação Ambiental (REDD+), sendo primordial o apoio a esses povos e a manutenção destes nas terras em que habitam.

Estimular a conservação florestal, por meio de ações concretas, como a restauração florestal, inclusive das áreas de preservação permanente e das reservas legais será um novo estímulo para o desenvolvimento e fortalecimento de um ramo econômico que poderá alçar mudanças nos índices de desenvolvimento humano no estado.

A estruturação, legalização e efetivação das cadeias de produtos madeireiros e não madeireiros nativos são fundamentais.

Atualmente, as condições destas cadeias produtivas são irregulares, pouco agregam valores aos produtos, sendo a venda muitas das vezes *in natura*, sem certificação dos

órgãos de agricultura e meio ambiente e não arrecadam dividendos fiscais, já que toda a comercialização ocorre à margem do sistema econômico.

A indústria madeireira no estado (serrarias e movelarias), em boa parte funcionam ilegalmente, com baixo rendimento de produção, baixíssima infraestrutura, e precária, inclusive, quanto às condições de trabalho, agravadas pelo consumo de produtos madeireiros obtidos de terras indígenas e unidades de conservação, sendo primordial que esta atividade econômica seja substituída por outras não degradantes.

De acordo com os estudos do ZEE (IMESC, 2019):

> "*A promoção de políticas de reflorestamento com essências nativas, e predomínio de frutíferas, pode ocasionar a reintrodução de fauna nos ambientes citados, bem como, a salvaguarda de serviços ecossistêmicos de proteção microclimática, manutenção de ciclos hidrológicos e de sedimentação, assim como também a estabilização de solos e configuração de arranjos produtivos locais pautados na fruticultura e atividades derivadas*".

Ainda neste contexto, o diagnóstico do ZEE afirma:

> *É necessária a garantia de manutenção da integridade das florestas nativas presentes no contexto territorial do Mosaico Gurupi, bem como, para a recuperação de áreas associadas, condição factual para a sustentabilidade real das comunidades humanas tradicionais e manutenção da geobiodiversidade. Mais um motivo para eleger-se técnica e cientificamente o território do Alto e Médio Pindaré para esse fim.*
>
> *Os resultados demonstram que os principais padrões de uso do Bioma Amazônico Maranhense são as atividades pecuárias e agrícolas itinerantes, já que correspondem a mais de 50% do uso e ocupação do solo.* **Faz *necessário o aumento de áreas prioritárias para conservação das áreas remanescentes de vegetação característica do bioma, para a integração do equilíbrio ambiental***

> ***<u>e da qualidade de vida das populações</u>*** *(IMESC,2019, p.62)*[1].
>
> *Assim, processos adversos são colocados em discussão, como a análise da perda de cobertura vegetal, uso inadequado das terras, queimadas, meteorização (intemperismo, erosão e sedimentação), bem como para uma perda dos atributos de sua geodiversidade, o que reflete diretamente na biodiversidade de suas regiões naturais/ecorregiões.*

Como mencionado, o fomento ao manejo comunitário de produtos não madeireiros são de extrema importância. A coleta de sementes para a produção de mudas nativas e de material genético da própria região para a restauração florestal das áreas degradadas no estado, inclusive, nas áreas de assentamentos, são um novo viés essencial tanto para o cunho social quanto ambiental e econômico.

Diversos setores e atores convergem para o apoio à restauração florestal, ao entendimento da necessidade de reabilitação e recuperação das áreas com alto índice de degradação ambiental, da melhoria da qualidade dos recursos hídricos por meio do restabelecimento das áreas de preservação permanente.

O Plano Estadual para Prevenção e Controle de Desmatamento e Queimadas do Maranhão apresenta no EIXO III- uma série de propostas de fomento às atividades produtivas sustentáveis que auxiliam na redução do desmatamento e das queimadas. Neste sentido, recomendamos que sejam utilizadas as ações estabelecidas no referido plano para fins de execução junto ao ZEE. Dentre as ações elencam-se:

a) Programa de Pesquisa para atividades produtivas sustentáveis - Realizar estudos com vistas à preservação da flora e da fauna nativa em assentamentos, terras indígenas e áreas ocupadas por populações tradicionais;
b) Certificação de cadeias produtivas: Criar e fortalecer sistemas de certificações das cadeias produtivas florestais, extrativistas e orgânicas; Estruturar processo de certificação participativa de origem em cadeias produtivas já estabelecidas, como andiroba, bacuri babaçu, buruti, carnaúba, cupuaçu, juçara (açaí), pequi, murici; Investimentos e fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis em assentamentos e em áreas da agricultura familiar;
c) Programa de Agricultura e pecuária de baixo impacto- Incentivo à adoção/transição para o sistema de plantio direto na agricultura e de plantio rotacionado. Incentivar a produção e o consumo de produtos orgânicos no

[1] Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC. Zonificação do território – etapa Bioma Amazônico. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC. São Luís: IMESC, 2019.

Estado; Incentivar a adoção de sistemas agrosilvopastoris; Capacitação em técnicas de baixo impacto para a agricultura.

d) Estimular e difundir a cultura florestal;
e) Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo e Silvicultura Sustentável - Estabelecer critérios para a sustentabilidade socioambiental do Manejo Florestal de Uso Múltiplo e silvicultura sustentável no Estado; Estimular o reflorestamento e a recuperação de áreas degradadas com espécies nativas e o manejo florestal sustentável comunitário;
f) Turismo Sustentável e Turismo Rural - Desenvolver estudos sobre o potencial turístico de áreas protegidas no Estado e selecionar áreas nos polos de turismo; b) Elaborar roteiros especializados para o turismo sustentável.
g) Realizar ações de capacitação e educação ambiental;
h) Incentivos Fiscais para a Sustentabilidade Ambiental: a) Estabelecer mecanismos de redução parcial da tributação e/ou incentivos fiscais para empresas que destinem recursos para o desenvolvimento de ações do Plano (semelhante aos programas de incentivo à cultura e aos esportes);
i) Elaborar projetos de REDD para áreas de interesse público e privado. a) Buscar fontes de financiamento e implementar projetos de REDD em áreas de interesse público e privado.

Como mencionado outras políticas públicas estaduais firmadas pelo governo do Estado, primam pela redução do desmatamento, das queimadas e pela conservação do bioma Amazônia.

Neste sentido, entendemos que a manutenção da vegetação nativa – floresta em pé e ainda a restauração das mesmas, não seriam entraves, mas uma das soluções para o Maranhão. A implementação dos programas e ações planejados deve ser urgente.

São Luís, 25 de outubro de 2019.

Isabel Cruz Camizão
Engª Florestal/Mestre em Direito Ambiental.

Contribuição do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia da UEMA para o ZEE Maranhão, etapa bioma Amazônia

Acreditamos que o trabalho realizado no âmbito do ZEE é valioso e pode contribuir para o desenvolvimento do Estado. No entanto, entendemos que alguns temas ainda precisam ser analisados de forma mais aprofundada e amplamente discutido com a sociedade Maranhense antes que esse documento possa servir de base para a construção de políticas públicas. Resumimos a seguir alguns pontos críticos identificados.

1. Restauração Florestal

A aptidão do Bioma Amazônia é florestal, e o desmatamento intenso dessa região (> 75% da cobertura original) já resulta em problemas ambientais e socioeconômicos graves, em particular quanto à regulação do ciclo hidrológico que afeta o Estado todo, e quanto a problemas de degradação severa do solo com erosão e voçorocas em muitas localidades (Sumário Executivo do ZEE, 2019). Considerando os cenários de mudanças climáticas do IPCC, nosso estado está em uma das regiões do globo que irá ter a maior redução de precipitação. Dessa forma, a resiliência social e o desenvolvimento econômico a longo prazo dependem da conservação e restauração dos recursos naturais. Em particular das florestas primárias e secundárias. No entanto, embora os documentos de zonificação e cenarização façam menções a termos como recuperação e conservação, o documento não propõe um planejamento estratégico nesse sentido. Além dos benefícios ambientais acima citados, a cadeia produtiva da restauração florestal tem potencial de gerar muito mais empregos e renda do que a pecuária ou a agricultura de mono-cultivos. Recentemente, em artigo de repercussão internacional a Amazônia Maranhense foi classificada como um hotspot mundial para a restauração (Science Advances 2019; 5: eaav3223).

2. Redução da reserva legal no bioma Amazônia do Maranhão

É de conhecimento público que uma das principais intenções do ZEE (escala 1:250.000) é permitir a redução da Reserva Legal (RL) de 80% para 50%, mesmo depois da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) ter dado parecer negativo sobre essa pretensão levando em conta a situação da cobertura florestal do bioma no Estado, a legislação em vigor e a literatura científica sobre o assunto (Land Use Policy 2017, 68: 692-698; Estudos Avançados 2018, 32 (92): 10.5935/0103-4014.20180021). A redução da RL no Bioma contradiz peremptoriamente os principais resultados e recomendações dos estudos técnicos do próprio ZEE (Sumário Executivo do ZEE, 2019), inclusive negando as recomendações dos cientistas, sejam locais ou nacionais (Perspect Ecol Conserv. 2019, 10.1016/j.pecon.2019.07.002). Diferente do que está sendo aclamado nas audiências públicas, a RL não é um entrave ao desenvolvimento econômico do Estado, pelo contrário é a garantia de um desenvolvimento no longo prazo com provisão de serviços ecossistêmicos essenciais ao desenvolvimento. Os estudos técnicos do ZEE confirmam que o atual modelo económico que prevalece na Amazônia, baseado em grandes projetos industriais e no agro-negócio, não é sustentável e gera benefícios para poucos e pobreza para muitos. Entre os principais prejuízos para a sociedade está a degradação ambiental generalizada (desmatamento, fogo, perda de solo e de recursos hídricos). A Amazônia Maranhense precisa de um novo paradigma de desenvolvimento, onde a floresta deve ser considerado um elemento-chave. Os Sistemas Agroflorestais, assim como o reflorestamento com espécies nativas ou mistos (com exóticas e nativas) entre outros, são sistemas de uso do solo comprovadamente sustentáveis e rentáveis que podem ocupar a área da RL (Restoration Ecology 2009,

17, 4, 451–459: 10.1111/j.1526-100X.2009.00570.x).

Com base nos resultados da ciência, a redução de RL para 50% é uma péssima opção para o Maranhão porque é mais um sinal do poder público em direção aos infratores dizendo que respeitar a lei não é preciso já que o crime ambiental poder ser perdoado. Essa política ambiental se mostra muito perversa e é em grande parte responsável pelo aumento recente do desmatamento na Amazônia após a aprovação do novo código florestal que anistiou o desmatamento ocorrido até 2008 (Nat Conservacao. 2016: 10.1016/j.ncon.2016.03.004). A literatura cientifica aponta claramente que a recuperação da RL tem um grande potencial económico e social (Estudos Avançados 2018, 32 (92): 10.5935/0103-4014.20180021) e que a RL traz enormes benefícios à própria agricultura, que se tornaria insustentável sem ela (Perspect Ecol Conserv. 2019: 10.1016/j.pecon.2019.07.002).

3. Aptidão agrícola (Capitulo Pedologia do Sumário Executivo do ZEE, 2019)

P145 e 152: Os Sistemas Brasileiros de Classificação de Solos (SBCS) ou de Aptidão (Santos et al., 2013) não podem ser utilizados no Maranhão sem levar em conta especificidades derivadas das Formações Geológicas que deram origem aos solos da região. Tais especificidades podem ser encontradas em descrição detalhadas em vários trabalhos publicados por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia da UEMA, (Sustainability 2016, 8, x: doi:10.3390; Recent Patents on Food, Nutrition & Agriculture, 2013, 5 , 000-000: doi 1876-1429/13 $100.00+.00) . Portanto, a não utilização do conhecimento sobre os solos do Maranhão gerado na própria UEMA pode ser considerada uma grande deficiência desse trabalho uma vez que os Sistemas Brasileiros não levam em conta as variações locais o que conduz a uma interpretação equivocada da aptidão agrícola. Por exemplo, a textura da maioria dos solos citados (Argissolos, Latossolos, Plintossolos e Gleissolos) é dominada por areia fina e consequentemente sem estabilidade estrutural, propensão à coesão e com altíssima susceptibilidade a erosão. Consequentemente, muitos dos solos classificados com boa aptidão para a agricultura e para a pecuária não tem boas propriedades físicas e tem alta susceptibilidade à erosão.

Nesse sentido o mapa de aptidão do capitulo de pedologia não leva em conta o mapa da fig. 5 do documento de Zonificação do território do próprios ZEE que identifica toda região de "boa aptidão agrícola" como muito suscetível à erosão. Existe uma contradição flagrante entre os resultados que precisa ser esclarecida junto com o método adoptado para a avaliação da aptidão agrícola.

P145: Confecção do mapa de aptidão. "práticas agrícolas com alto nível tecnológico"? De que prática se trata e a onde estão as referências? Existem várias referências do Maranhão já citadas que não foram consideradas. O uso de práticas adaptadas aos solos locais é imprescindível, assim os resultados da pesquisa e extensão do local devem ser utilizados para elaboração das diretrizes do ZEE. As técnicas agrícolas permitidas devem ser claras, até para direcionar o financiamento e o credito agrícola.

Agradecemos a atenção e esperamos que essas considerações importantes serão lavadas em conta na discussão da Lei do ZEE na Assembleia do Maranhão.

Os professores do PPG em Agroecologia da UEMA estão a disposição para contribuir no que for necessário para melhorar o ZEE para o beneficio de todos.

São Luis, 25 de Outubro de 2019

Guillaume Xavier Rousseau
Danielle Celentano
Emanoel Gomes de Moura
Christoph Gehring
Francisca Helena Muniz
Fabricio Reis de Oliveira
José Ribamar Gusmão Araújo

Professores Permanentes do Programa de Pós-graduação em Agroecologia da UEMA

Considerações sobre a proposta de ZEE para o estado do Maranhão

Numa perspectiva de propor um ZEE que dê respostas as novas transformações antrópicas que vem gerando crises e catástrofes no clima e regimes pluviométricos em todo o planeta, propomos que o Maranhão se afirme como símbolo de respeito ao meio ambiente e protagonista em ideias e planejamento frente esses novos desafios.

Uma das primeiras ressalvas que gostaríamos de fazer em relação ao processo de construção do ZEE refere-se à baixa participação de populações indígenas e tradicionais, além de agricultores familiares em todas as discussões que resultaram na proposta apresentada pelo governo. O Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) é uma ferramenta essencial para a definição de estratégias compartilhadas de gestão do território entre governo e sociedade. Tal ferramenta tem como atribuição o fornecimento de subsídios para orientar políticas públicas voltadas para o planejamento, uso e ocupação do território, considerando as características do meio físico, biótico e socioeconômico – suas limitações e potencialidade - devendo ter como eixo norteador o **desenvolvimento sustentável**. Nesse sentido, a participação da sociedade civil é fundamental para a construção de uma proposta consistente de gestão territorial que inclua distintos modelos de desenvolvimento, em especial, aqueles orientados por um uso e ocupação sustentável de territórios, como é o caso das terras indígenas e unidades de conservação.

Ressaltamos que não se pode conceber um ZEE apenas da faixa do Maranhão pertencente ao bioma amazônico, sem levar em consideração o bioma Cerrado, que cobre mais de 60% do estado. Elaborar esses zoneamentos e eventualmente implementar políticas a partir desses instrumentos, sem considerar a articulação dos dois biomas, resultará em estratégias equivocadas e desconectadas, podendo inclusive gerar maior ônus para o Cerrado, bioma já fortemente impactado historicamente.

No âmbito do governo do estado do Maranhão, a formulação do ZEE tem sido executada por etapas, definidas pelos biomas Amazônia e Cerrado. Essa orientação metodológica

não deve desconsiderar a relação sistêmica entre os biomas. O Maranhão possui áreas de Cerrado que compreendem 64% do território estadual, áreas do bioma Amazônia (35%) e Caatinga (1%) (Embrapa, 2016). A preservação da biodiversidade associada a esses ambientes está diretamente atrelada às áreas protegidas que incidem no estado. São 16 terras indígenas que, juntas, somam mais de 2 milhões de hectares e uma população de mais de 34 mil indígenas: Alto Turiaçu, Awá, Caru, Rio Pindaré, Krikati, Governador, Porquinhos, Kanela, Rodeador, Bacurizinho, Geralda Toco Preto, Urucu/Juruá, Lagoa Comprida, Morro Branco, Krenyê e Araribóia. Algumas dessas TIs ainda estão em processo de regularização fundiária, como, por exemplo: Krikati, Governador, Bacurizinho, Porquinhos e Kanela-Memortumré.

Também incidem no estado importantes unidades de conservação federal e estadual: Parque Nacional da Chapada das Mesas, Reserva Extrativista da Mata Grande, Reserva Extrativista Ciriaco, Reserva Biológica do Gurupi e Parque Estadual do Mirador.

Essas TIs e UCs desempenham um papel de extrema relevância para a garantia da sociobiodiversidade existente no estado. Portanto, este complexo territorial e sociocultural deve ser amplamente considerado no processo de formulação do ZEE, de modo a alçar o estado do Maranhão para a vanguarda política, por meio da elaboração e fomento de políticas públicas ambientais, sociais e fundiárias que reflitam os anseios e desafios relacionados aos direitos dos povos indígenas e populações tradicionais e seus modos de vida.

A porção do bioma Cerrado do estado do Maranhão, e as TIs incidentes nessa região, vem historicamente sofrendo pressões ambientais e fundiárias em razão da expansão da fronteira agropastoril. Estima-se que mais de 60% da cobertura original do Cerrado já tenha sido destruída, no lastro dos latifúndios para monoculturas de grãos e abertura de pastagens para pecuária extensiva, o que tem gerado a especulação fundiária sobre áreas tradicionalmente ocupadas por indígenas e expulsando agricultores familiares para os núcleos urbanos.

Há uma impressão errônea de que o cerrado é um bioma biologicamente pobre. Ao contrário, é uma das regiões de maior biodiversidade do planeta e cobre 22,2% do território nacional. Estimativas apontam mais de 6000 espécies de árvores e 8800 de aves, além de grande variedade de peixes e outras formas de vida. Calcula-se que mais de 40% das espécies de plantas lenhosas e 50% das espécies de abelhas sejam endêmicas, isto é só ocorrem nas savanas brasileiras. Devido a esta excepcional riqueza biológica, o cerrado, ao lado da Mata Atlântica, é considerado um dos 25 *Hotspots* mundiais, ou seja, é um dos biomas mais ricos e ameaçados do planeta.[1]

Para termos uma idéia do tamanho do problema, o desmatamento identificado no Maranhão entre os anos de 2004 e 2018 foi de 810.300 hectares (PRODES, jul/19). Nesse mesmo levantamento, o estado do Maranhão está posicionado como o quarto maior desmatador da Amazônia Legal.

Deflorestamento dos municípios do Maranhão que tem Terras Indígenas incidentes

Fonte: http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php

Município/Ano	Área total do município (km2)	Deflorestamento até 2018 (Km2)	Percentual Deflorestado até 2018
Açailândia	5846	5339,2	91.33%
Barra do Corda	7962	3261,1	40.96%
Amarante do Maranhão	7733	2341,9	30.28%
Bom Jesus da Selva	2700	2257,4	83.61%
Zé Doca	2438	2020,5	82.88%
Buriticupu	2568	1991,4	77.55%
Turiaçu	2603	1943,6	74.67%
Arame	3075	1923,4	62.55%
Alto Alegre do Pindaré	1951	1865,5	95.62%
Grajaú	7625	1506,3	19.75%

[1] Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal. MMA, FUNATURA, Conservation Internacional, Biodiversitas, Unb; junho 1999; Brasília, DF

Área total dos municípios (km2)	Área total deflorestada (km2)
44501	22450,3

Área total dos municípios (ha)	Área total deflorestada (ha)
4.450.100	2.245.030

Nesse contexto, as Terras Indígenas são um importante espaço de conservação de áreas nativas, tornando-se extremamente necessárias a implementação de estratégias e ações para sua proteção. Cabe reforçar que o Brasil é signatário dos Acordos de Redução do Desmatamento da Convenção do Clima de Paris.

Uma das estratégias que estamos propondo para garantir a integridade e proteção dessas TIs é a criação dos chamados “corredores ecológicos ou de biodiversidade”, viabilizando a construção de mosaicos de unidades de conservação (Parques Nacionais, Resex, Apas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Monumentos Naturais, etc.) articulados com áreas de proteção existentes (Terras Indígenas). A criação desses mosaicos leva em consideração aspectos como a importância biológica de espécies da região, a pressão dos grandes projetos, o desenvolvimento sustentável, e a participação das populações tradicionais e indígenas nesse processo.

Essa área relevante compreende as bacias dos Rios Mearim e Pindaré, ligando APPs, TIs e UCs, formando um arco que vai da Terra Indígena Alto Turiaçu, no noroeste do Estado, integrado ao Mosaico do Gurupi, cobrindo todas as Terras indígenas até a TI Kanela, no município de Fernando Falcão, incluído também o Parque do Mirador, onde ocorrem as nascentes do Rio Itapecuru.

Prever a proteção de nascentes dos principais rios do Estado é imprescindível para criação de um ZEE ambientalmente responsável que incorpore e respeite as populações tradicionais que habitam esse recorte. Para tanto, é necessário um estudo dessas bacias hidrográficas, levantando seus atuais estados de degradação, indicando metas para sua restauração e regulamentando o uso responsável dos seus recursos naturais.

Entre os principais rios do estado estão o Pindaré, o Itapecuru, o Grajaú e o Mearim. Todos com as nascentes localizadas em ecorregiões de cerrado transicional. Trata-se, enfim, de mais um aspecto extremamente relevante para se contestar a iniciativa de elaboração de um ZEE apenas para o bioma amazônico, pois boa parte de importantes rios, como o Pindaré por exemplo, nascem no Cerrado e se encaminham para a Amazônia.

Figura: Mapa das bacias hidrográficas do Maranhão. As cores cinza e amarelo representam as bacias do Mearim e do Itapecuru, respectivamente.

Fonte: http:// www.ma.gov.br.

No caso das terras Timbira, temos o exemplo das TIs dos Canela-Memortumré e Canela-Apãnjekra que são limítrofes com o Parque Estadual do Mirador, importante UC do Maranhão, de onde nascem os principais rios que abastecem a capital São Luís. Outro exemplo significativo refere-se às TIs Apinajé e Krahô, que estão nas extremidades de um "corredor" situado entre os estados do Tocantins e do Maranhão, possuindo entre elas o Parque Nacional Chapada das Mesas, criado anos atrás no município de Carolina.

Para que estas e outras questões sejam incorporadas e aprofundadas no ZEE, é necessário que haja ampla participação e consulta às comunidades indígenas e tradicionais do estado, bem como à sociedade civil. As audiências públicas, embora sejam espaços fundamentais, não são suficientes para garantir a plena participação destas populações. A proposição e apropriação do ZEE para essas comunidades deve considerar processos específicos e

diferenciados, considerando a importância do ZEE e sua implicação para a qualidade de vida destas populações e a garantia dos seus meios próprios de subsistencia.

Recomendações finais

1 - Que seja considerada no ZEE a criação de corredores ecológicos ou mosaicos de biodiversidade, conforme mapa da área relevante anexo;

2 – Que no entorno das áreas protegidas existentes e a serem criadas se mantenham os critérios vigentes no Código Florestal para o estabelecimento de Reservas Legais, APPs etc;

3 – Que seja criada uma zona de amortecimento ou proteção etnoambiental no entorno das Terras Indígenas do estado do Maranhão;

4 – Que sejam previstas áreas para reassentamento de ocupantes não indígenas com perfil de reforma agrária que ainda permanecem em territórios indígenas, considerando que há TIs em estágios diferentes de regularização fundiária no estado.

5 – Que sejam consideradas no ZEE as reivindicações territoriais dos povos indígenas do Maranhão e seus processos de regularização fundiária;

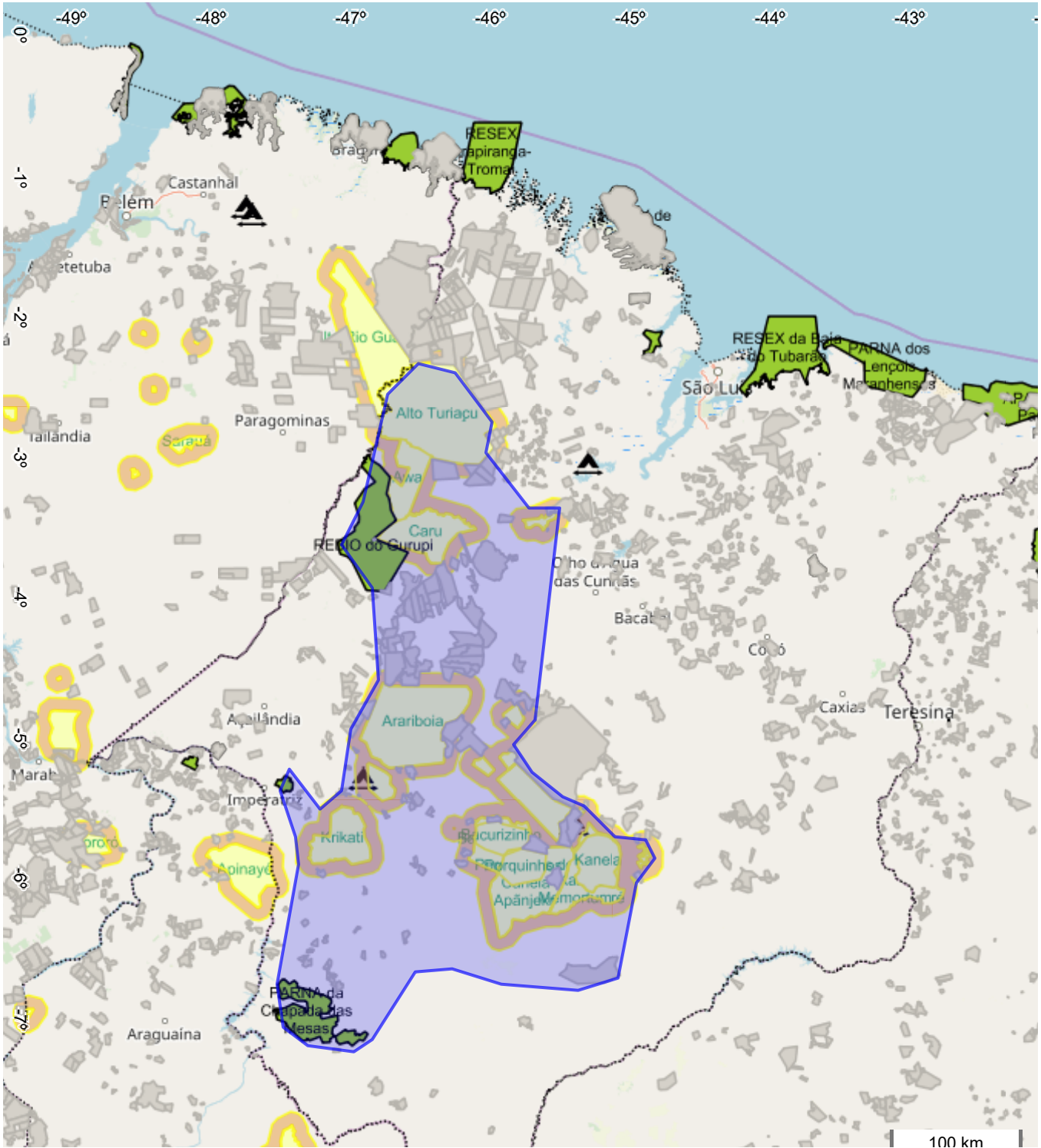
6 – Que, no âmbito do ZEE, sejam criados espaços específicos de participação dos povos indígenas e populações tradicionais do Maranhão, considerando seu direito a consulta livre, prévia e informada, conforme Convenção 169 da OIT.

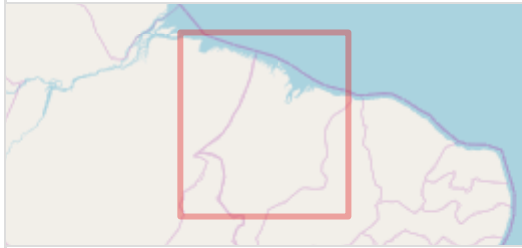
7 – Que a definição das agendas das audiências públicas seja construída conjuntamente com a sociedade civil organizada;

8 – Que o ZEE seja discutido e validado no âmbito da Comissão Estadual de Políticas Indigenistas – COEPI.

9 – Que a formulação do ZEE considere, em sua metodologia, a sinergia entre os biomas Cerrado e Amazônia, não podendo ser considerados como zonas territoriais estanques.

Centro de Trabalho Indigenista - Carolina – MA, 26 de outubro de 2019.





Centro de Monitoramento Remoto - Fundação Nacional do Índio

SISTEMA DE INTEGRAÇÃO DE DADOS GEOESPACIAIS DAS TERRAS INDÍGENAS

ÁREA RELEVANTE - MOSAICOS/CORREDORES ECOLÓGICOS - ESTADO DO MARANHÃO

Legenda

- Terras Indígenas
- Terra Indígena em Estudo
- Buffer de TI (10 Km)
- Unidades Federativas
- Unidades de Conservação Federal
- Assentamentos Rurais
- Polígonos não salvos

Bases cartográficas:

- Limite das Terras Indígenas presentes no território brasileiro (Fonte dos dados: http://geoserver.funai.gov.br), 20/10/2019
- Localização das Terras Indígenas em Estudo presentes no território brasileiro (Fonte dos dados: http://geoserver.funai.gov.br), 20/10/2019
- Faixa de contorno (buffer) de 10 quilômetros a partir dos limites das TIs presentes na Amazônia Legal Brasileira (Base: Limite de TI - http://geoserver.funai.gov.br/), 20/10/2019
- Limite das Unidades Federativas do Brasil (Fonte dos dados: ftp://geoftp.ibge.gov.br/), 13/06/2019
- Limite das Unidades de Conservação Federal (Fonte dos dados: http://www.icmbio.gov.br/portal/geoprocessamentos/51-menu-servicos/4004-downloads-mapa-tematico-e-dados-geoestatisticos-das-uc-s), 11/06/2019
- Acervo Fundiário de Imóveis Rurais. Assentamentos Rurais (Fonte dos dados: http://acervofundiario.incra.gov.br/), 07/06/2019

CENTRO DE MONITORAMENTO REMOTO - http://cmr.funai.gov.br
Data da impressão: 26/10/2019

Centroide do mapa: -3.96290º, -45.65369º

Leaflet | © OpenStreetMap contributors | Mapa não oficial

As informações podem apresentar distorções em função das bases cartográficas utilizadas.
Modelo de mapa adaptado para formato A4.

Conselho de Gestão Integrada Mosaico Gurupi

O **Mosaico Gurupi** é um fórum de 14 entidades governamentais, não governamentais e representações indígenas que desenvolvem ações integradas para a conservação da **REBIO Gurupi e Terras Indígenas Awá, Carú, Alto Turiaçu, Rio Pindaré, Araribóia e Alto Rio Guamá** (no Estado do Pará). No conjunto, essas áreas protegidas representam o principal remanescente da floresta amazônica do Maranhão, com mais de 2 milhões de hectares.

Desde 2014 esse fórum vem discutindo ações integradas para a proteção territorial, para a restauração da paisagem e para a valorização da cultura indígena, nas áreas protegidas do Mosaico Gurupi.

Considerando a relevância do Mosaico para o componente ecológico e econômico da Amazônia maranhense, e imbuídos da responsabilidade de garantir a proteção da floresta, da biodiversidade e dos povos da floresta da Amazônia Maranhense, as representações do Mosaico Gurupi abaixo subscritas trazem suas contribuições com a proposta de ZEE da Amazônia do Maranhão nessa fase de discussão com a sociedade.

A cobertura da floresta amazônica maranhense estava até 2016 (CELENTANO et al., 2017) reduzida a 25% de sua área original. 75% da área original com floresta foi convertida principalmente para o desenvolvimento de atividades como pecuária e agricultura. Trata-se ainda de uma região gravemente degradada devido à ação de queimadas, assim como toda a região amazônica.

O Mosaico Gurupi representa aproximadamente 70% dos remanescentes atuais da floresta amazônica maranhense. Suas florestas abrigam **46 espécies de aves e mamíferos de especial interesse para conservação**, algumas ameaçadas de extinção, inclusive espécies endêmicas. **4 espécies estão criticamente ameaçadas de extinção**. A perda do habitat florestal é a principal ameaça que contribui para esse grande número de espécies em risco de extinção.

Os encartes de diagnósticos apresentados como uma etapa do ZEE, trazem a riqueza existente na região do Mosaico e destacam a importância desse conjunto de áreas protegidas para a conservação da biodiversidade. Apontam ações necessárias como a criação de outras áreas protegidas e de corredores ecológicos para contribuir com a viabilidade das populações naturais ao longo do tempo.

O Mosaico apoia essa ideia com a proposta de corredor visando restabelecer a conectividade entre os grandes fragmentos de floresta amazônica que integram o Mosaico Gurupi. O estabelecimento desse corredor é essencial para a conservação da rica biodiversidade da Amazônia Maranhense. Os corredores têm papel ecológico reconhecidamente fundamental por possibilitar/facilitar o fluxo de animais/plantas/genes entre fragmentos de áreas naturais; ou seja, por estabelecer a conectividade da paisagem.

A proposta de um corredor na região do Mosaico também tem por objetivo restaurar a antiga conexão que havia entre os povos indígenas das TIs Alto Rio Guamá, Alto Turiaçu, Awá, Carú, Rio Pindaré e Araribóia, principalmente entre estas duas últimas áreas com as demais. Além de permitir a conectividade entre os *Harapé* (caminhos de circulação) inter-territorial dos povos Indígenas Awa-Guajá, a etnia mais ameaçada do mundo, que vive em isolamento voluntário, sem contato com os *karaí* (homem branco), e que possuem hábitos caçadores-coletores. Estes grupos isolados de Awá-Guajá ocorrem nas TIs Carú, Alto-Turiaçu e Araribóia, e é com grande senso de responsabilidade que as diferentes etnias que compõem o Mosaico, buscam a proteção dos 'parentes' isolados. Os guerreiros e guerreiras da floresta, como são intitulados os indígenas que fazem incursões em seus territórios, vêm desenvolvendo um grande trabalho de vigilância para a proteção da floresta e de seus povos.

Portanto, o Mosaico Gurupi tem a proposta de um corredor etnoambiental ligando as TIs Araribóia e Rio Pindaré, com o bloco formado pela REBIO Gurupi e TIs Awá, Carú, Alto Turiaçu, e Alto Rio Guamá. Deste modo, é fundamental que o zoneamento ecológico-econômico proposto para a Amazônia Maranhense, contemple uma zona com usos e incentivos diferenciados visando a implementação do corredor.

Nossa proposta de corredor etnoambiental considera como referencial os cursos d'água que existem ligando naturalmente terra indígena Araribóia com o bloco formado pela REBIO Gurupi e TI's, por serem conexões naturais entre os fragmentos. Os Rios Gurupi, Pindaré, Buriticupu e Rio Zutiwa são os referenciais para definição da zona para o corredor etnoambiental. Esta região conta com grande potencial de vegetação

secundária que pode ser utilizada estrategicamente como alternativa econômica e ecológica.

Grande parte do uso e ocupação do solo nessa região é formada por reflorestamentos de eucalipto, agropecuária, mas também densa ocupação de assentamentos rurais, que provocam grande pressão ambiental e conflitos sociais no entorno das áreas protegidas do mosaico. Nossa proposta enfoca o desenvolvimento socioeconômico dessa região pautada no incentivo para desenvolvimento de atividades que façam parte da vocação da população local convergindo com a qualidade ambiental e restauração de paisagens. Nesses assentamentos rurais estão grande parte das pessoas que historicamente trabalham como operários da exploração clandestina de madeiras das terras indígenas e da REBIO Gurupi, e boa parte deles também são agricultores. Uma proposta de crescimento socioeconômico para a região deve necessariamente enxergar as características e as habilidades dessas comunidades. Portanto, manejo e extrativismo florestal, agricultura orgânica, agroflorestas e restauração florestal são exemplos de possibilidades convergentes com a aptidão dos moradores da região e com o uso de solo desejável para a zona do corredor ecológico.

O extrativismo e manejo de florestas nativas devem ser incentivados por meio dos planos de manejo comunitários em reservas de desenvolvimento sustentável a serem criadas a partir de mecanismos como compensação de reserva legal.

O Mosaico enxerga que o plano de manejo florestal comunitário e familiar (Decreto nº 6.874/2009) deveria ser incentivado pela política florestal do estado do maranhão. Esse manejo comunitário de florestas beneficiaria a economia e diminuiria as desigualdades, trazendo para a legalidade os artesãos moveleiros, extrativistas de óleos, açaí e outros produtos florestais, diminuindo o conflito trazido pelo comércio de madeira ilegal que historicamente ameaça as áreas protegidas do Mosaico. Além da importância social do plano de manejo comunitário, há de se destacar a importância de fortalecer atividades que preservem a floresta amazônica em pé. Coleta de sementes, produção de mudas nativas para a restauração da floresta também são atividades com potencial para desenvolvimento nessa região, considerando a importância da proteção

de nascentes e cursos d'água. O incentivo a restauração das APPs dessa região, traduziria os benefícios da restauração em serviços ambientais.

Essas propostas para o uso e ocupação do solo nessa zona do corredor do mosaico Gurupi, são exemplos factíveis para a melhoria da qualidade ambiental e cobertura do solo da região, considerando as vocações sociais do local, e resultariam numa paisagem com maior potencial de conectividade entre os fragmentos de floresta da terra indígena Araribóia e o bloco formado pela REBIO Gurupi e TI's contíguas, configurando-se no corredor etnoambiental proposto para o Mosaico Gurupi.

No Corredor Ecológico da Amazônia Maranhense podem-se fortalecer políticas públicas e de incentivos para apoiar a transição da agricultura e da pecuária na região para práticas sustentáveis, assim como fomentar a restauração florestal – atividade que pode converter a região mais ameaçada da Amazônia em um exemplo de conservação e sustentabilidade econômica e social.

Proposta de zona para o corredor etnoambiental do Mosaico Gurupi

ANEXOS K – Demonstrativos de Peças de Comunicação Social

LEVANTAMENTO DAS PUBLICAÇÕES DO ZEE-MA

ZEE/IMESC

Imagem 1 – Divulgação no Site do ZEE-MA - Imesc assina termo para elaboração de plano de trabalho do Zoneamento Ecológico-Econômico do Maranhão

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/3

Imagem 2 - Divulgação no Site do ZEE-MA - Imesc lança site institucional do Zoneamento Ecológico-Econômico do Maranhão

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/1

Imagem 3 - Divulgação no Site do ZEE-MA - Imesc e Uema firmam parceria para elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/2

Imagem 4 - Divulgação no Site do ZEE-MA - Comissão Estadual e Comitê Técnico-Científico do ZEE-MA realizam encontro para ajustes e planejamento de ações

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/4

Imagem 5 -MA - A convite da Suzano, Imesc apresenta evolução dos trabalhos do ZEE-MA

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/6

Imagem 6 - Divulgação no Site do ZEE-MA - Imesc avança nas tratativas de parceria com o SINRURAL para execução do ZEE/MA

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/5

Imagem 7 - -MA - Pesquisadores do ZEE/MA participam de capacitação em mapeamento geomorfológico ministrado pelo
Serviço Geológico Brasileiro

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/7

Imagem 8 - Divulgação no Site do ZEE-MA - Imesc realiza o minicurso “Introdução ao ZEE-MA” para estudantes e professores da UemaSul

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/11

Imagem 9 - MA - Imesc fortalece construção do Zoneamento Ecológico Maranhense com participação da Sociedade

Página Inicial | Apresentação | ZEE-MA | Publicações | Softwares | Notícias | Receba nosso informativo

Imesc fortalece construção do Zoneamento Ecológico Maranhense com participação da Sociedade

Publicado em 11.05.2018 - 00:00

O Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc) vem fortalecendo o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado (ZEE/MA), um importante instrumento de gestão territorial de natureza técnico-científica e política. Com novas parcerias e convênios, o Instituto trabalha para que a sociedade civil tenha ampla participação na construção das políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e do meio ambiente.

Para o presidente do Imesc, Felipe de Holanda, a participação da sociedade ajuda a fortalecer o papel do ZEE-MA para o Maranhão. "O Zoneamento Ecológico-Econômico do Maranhão funciona como a pedra angular do planejamento estratégico do Estado", pontuou.

Segundo o presidente do Imesc, o ZEE é "fundamental para o Maranhão" e permitirá um profundo conhecimento do Estado, a partir de um conjunto de estudos, de fotografia de imagem de satélites, "além de possibilitar um planejamento de uso e ordenamento do solo," completou.

Por meio de novas parcerias, o Imesc busca, ainda, colaborações com companhias, empresas, instituições de ensino superior e sindicatos para o fornecimento de dados e informações que ampliem o

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/8

Imagem 10 - Divulgação no Site do ZEE-MA - Imesc aplica novas metodologias de pesquisa em municípios do Bioma Amazônico Maranhense

Página Inicial | Apresentação | ZEE-MA | Publicações | Softwares | Notícias | Receba nosso informativo

Imesc aplica novas metodologias de pesquisa em municípios do Bioma Amazônico Maranhense.

Publicado em 14.05.2018 - 00:00

A Limnologia é a pesquisa científica das extensões de água doce (pântanos e lagos, por exemplo) que verifica as dimensões e concentração de sais e nutrientes presentes nas águas em relação aos fluxos de matéria e energia, além de estudar suas comunidades bióticas. O estudo é uma das linhas de frente do Zoneamento Ecológico-Econômico do Maranhão (ZEE-MA), e contou com uma equipe técnica que aplicou novas metodologias de pesquisa em dois municípios maranhenses: Rosário e Axixá.

Nessa quinta-feira (10), o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc), que gere o ZEE-MA, recebeu o Profº Dr. Clovis Ferreira do Carmo, do Instituto de Pesca de São Paulo.

O professor apresentou à equipe técnica do ZEE-MA as novas metodologias que serão utilizadas no zoneamento do Maranhão, explicando detalhes sobre os tipos de sonda que podem ser aplicados em campo e, ainda, quais serão as análises que podem ser feitas das águas dos rios do Bioma Amazônico.

As metodologias expostas na apresentação foram aplicadas nesta sexta-feira (11), nos municípios de Rosário e Axixá. Segundo o chefe do departamento de estudos ambientais do Imesc, Ribamar

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/12

Imagem 11 - -MA - Imesc leva discussão sobre o Zoneamento Ecológico Econômico para Imperatriz

Página Inicial | Apresentação | ZEE-MA | Publicações | Softwares | Notícias | Receba nosso informativo

Imesc leva discussão sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico para Imperatriz

Publicado em 28.05.2018 - 00:00

O município de Imperatriz recebeu neste sábado (26) a palestra de encerramento do curso de Preparação para Elaboração de Cenários e Prognósticos do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão (ZEE-MA), realizada pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc), pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM).

Realizada no auditório do Sebrae de Imperatriz, a palestra foi ministrada pelo professor e geólogo Valter Marques, do CPRM, e teve como tema "Cenários e Prognósticos para a Amazônia Maranhense". Além de discutir os cenários para o Bioma Amazônico Maranhense, durante o encontro também foram discutidas as perspectivas de políticas públicas que devem ser pensadas para entrarem em atividade a partir de 2020.

O grande tema do evento foi a discussão do desenvolvimento socioeconômico, como o melhor aproveitamento dos recursos naturais para a produção de riqueza e bem-estar para as pessoas que vivem hoje no território do bioma amazônico. O presidente do Imesc e coordenador geral do ZEE/MA, Felipe de Holanda, falou da importância de levar o tema para discussão em Imperatriz. "Estamos muito contentes com a receptividade da Associação Comercial e Industrial de Imperatriz, Sindicato Rural, Ministério Público, Sebrae, e todos os entes que se mobilizaram para nos receber em Imperatriz. Aqui pudemos, através da palestra do professor Valter Marques, discutir com a comunidade como se faz a cenarização do território e como que as pessoas podem intervir a partir de seus interesses", explica.

Para o presidente da Associação Comercial e Industrial de Imperatriz, Guilherme Maia, fazer parte desse cenário de discussões ajuda o crescimento do estado como um todo. "O governo levar a sociedade e as entidades de classe a participar dessa integração ajuda a construir o futuro do Maranhão para que a gente cada vez mais possa crescer", comenta.

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/15

Imagem 12 - Divulgação no Site do ZEE-MA - Curso de Preparação para Elaboração de Cenários e Prognósticos do ZEE-MA capacita profissionais do Imesc

Página Inicial | Apresentação | ZEE-MA | Publicações | Softwares | Notícias | Receba nosso informativo

Curso de Preparação para Elaboração de Cenários e Prognósticos do ZEE-MA capacita profissionais do Imesc

Publicado em 28.05.2018 - 00:00

Desde a última segunda-feira (21), foi iniciado em São Luís o curso de Preparação para Elaboração de Cenários e Prognósticos do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão (ZEE-MA), voltado para os profissionais do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc) que atuam no Bioma Amazônico.

Realizado no campus São Luís da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), o curso é uma parceria da instituição com o Imesc e o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), órgão do Ministério de Minas e Energia.

Com foco na elaboração dos cenários e prognósticos do ZEE-MA e, ainda, na composição das diretrizes e políticas públicas que serão desenvolvidas até o ano de 2030, o curso é ministrado pelo Prof. Me. Valter José Marques, pesquisador sênior do Serviço Geológico Brasileiro e co-autor da Metodologia de Cenarização Aplicada ao ZEE em âmbito nacional e adotada por países latino-americanos.

"Estamos disponibilizando a todos os interlocutores interessados, a possibilidade de entender a metodologia da cenarização, de modo a se prepararem para intervir da maneira mais eficaz, na fase participativa dos trabalhos de elaboração do ZEE, com alto nível técnico, governança inovadora, transparência, democratização da informação e da participação com muita efetividade", afirma o presidente do Imesc, Felipe de Holanda.

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/14

Imagem 13 Divulgação no Site do ZEE Imesc, UEMA e CPRM promovem palestras no evento “Cenários e Prognósticos para a Amazônia Maranhense”

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/13

Imagem 14 - Divulgação no Site do ZEE-MA - Imesc realiza semana de debates sobre Cenários e Prognósticos do ZEE/MA

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/16

Imagem 15 - Divulgação no Site do ZEE-MA - Comissão Técnica do ZEE/MA realiza reunião de planejamento para 2019

ZEE Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Maranhão | GOVERNO DO MARANHÃO | IMESC INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

IMESC INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS | UEMA

Página Inicial | Apresentação | ZEE-MA | Publicações | Softwares | Notícias | Receba nosso informativo

Comissão Técnica do ZEE/MA realiza reunião de planejamento para 2019

Publicado em 07.03.2019 - 15:02

A Comissão de Coordenadores Técnicos do Zoneamento Ecológico-Econômico do Maranhão (ZEE-MA) realizou, nesta terça-feira (26), a reunião de ajustes e planejamento, com o objetivo de alinhar as ações estratégicas para desenvolvimento das atividades em 2019.

O presidente do Imesc, Felipe de Holanda, ressaltou a importância do ZEE como ferramenta para o desenho e a gestão de políticas públicas no território do Bioma Amazônico, localizado na Região Oeste do Estado do Maranhão: "O Imesc e a Uema têm papel fundamental no ZEE, como instituições gestoras. No caso do Imesc, destaco a realização dos diagnósticos socioeconômicos e também a elaboração dos cenários, além da colaboração na realização de estudos sobre temas ambientais e institucionais".

O ZEE está em fase de conclusão, estão concluídas 60% das atividades do Diagnóstico. Segundo o Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Estudantis da Uema e coordenador do Projeto ZEE pela Universidade, Paulo Catunda, faltam algumas equipes concretizarem suas visitas de campo para a conclusão do trabalho. "Estamos finalizando as coletas de dados, algumas análises, para posteriormente entrarmos na fase de cenarização. Essa é a fase em que os

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/21

Imagem 16 - Divulgação no Site do ZEE Avanços do ZEE-MA são tema de pauta em reunião do Conselho de Meio Ambiente da FIEMA

ZEE Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Maranhão | GOVERNO DO MARANHÃO | IMESC INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

IMESC INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS | UEMA

Página Inicial | Apresentação | ZEE-MA | Publicações | Softwares | Notícias | Receba nosso informativo

Avanços do ZEE-MA são tema de pauta em reunião do Conselho de Meio Ambiente da FIEMA

Publicado em 07.03.2019 - 15:04

Nessa quarta-feira (28), os avanços do Zoneamento Ecológico do Maranhão (ZEE-MA), importante instrumento de gestão territorial de natureza técnico-científica e política, coordenado pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos (IMESC), foram destaque na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA).

Representando o IMESC, o coordenador técnico do ZEE-MA, Luiz Jorge Dias, destacou as etapas já concluídas pelo zoneamento, que tem como fortes características a formulação e a espacialização das políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e de meio ambiente.

A reunião foi coordenada pelo Presidente do Conselho, Benedito Mendes. Além da atual situação do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Maranhão etapa bioma amazônico, o Plano Diretor de São Luís também foi debatido pelos conselheiros.

ZEE/MA

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/22

Imagem 17 - Divulgação no Site do ZEE-MA - Governo debate ações para avanço do Zoneamento Ecológico e Econômico do Maranhão

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/23

Imagem 18 Divulgação no Site do ZEE-MA Zoneamento do Maranhão avança com fortalecimento de ações e participação da sociedade

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/27

Imagem 19 - Divulgação no Site do ZEE-MA - IMESC faz tratativas para ações de fortalecimento do ZEE-MA

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/28

Imagem 20 - Divulgação no Site do ZEE ZEE-MA é tema de palestra sobre Workshop Ambiental em Penalva

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/30

Imagem 21 - Divulgação no Site do ZEE-MA - “Fundamental e organizado”, parabeniza deputado Marco Aurélio sobre avanço do Zoneamento Ecológico e Econômico do Maranhão

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/31

Imagem 22 - Divulgação no Site do ZEE-MA - Avanços do ZEE-MA reforçam importância da metodologia de cenarização para o Bioma Amazônico do Maranhão

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/32

Imagem 23 - Divulgação no Site do ZEE-MA - Governo Apresenta Sumário Executivo do ZEE-MA Bioma Amazônico

Página Inicial | Apresentação | ZEE-MA | Publicações | Softwares | Notícias | Receba nosso informativo

Governo Apresenta Sumário Executivo do ZEE-MA Bioma Amazônico

Publicado em 05.07.2019 - 14:28

O Governo do Maranhão apresentará na próxima terça-feira (9), o Sumário Executivo do Zoneamento Ecológico Econômico do Maranhão (ZEE-MA) referente a etapa Bioma Amazônico. O Encontro acontecerá dentro da Programação da 51ª Exposição Agropecuária de Imperatriz (Expoimp).

O ZEE-MA é uma importante ferramenta de gestão territorial para melhoria da qualidade de vida da população. O documento a ser apresentado contém os relatórios técnicos com as características Bioma Amazônico, que compreende 108 municípios e é ocupado por mais de 61% da população maranhense. Fruto de trabalho que reúne mais de 100 pesquisadores maranhenses, o Sumário Executivo é o primeiro produto entregue à sociedade, dentro da composição do Cenário desse território.

Na apresentação do documento, o pesquisador sênior do programa, Luiz Jorge Dias, apresentará os detalhes técnicos e as próximas ações para a finalização do ZEE-MA nesta etapa.

"A partir desse documento teremos condições de avaliar três situações: a integridade do Bioma Amazônico, em todos os seus contextos ambientais e econômicos, avaliar os tipos de políticas públicas que esse bioma necessita tanto para promover a proteção ambiental quanto para promover as questões relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico e produtivo do território. Esse documento vai permitir que haja um diálogo franco entre vários segmentos da sociedade", explica Dias.

O Bioma Amazônico Maranhense abrange 108 dos atuais 217 municípios, o que corresponde a 27% do território estadual, no qual vivem 61,81% dos maranhenses, segundo dados do Censo IBGE 2010. O Bioma concentra 53,84% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado.

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/33

Imagem 24 - Divulgação no Site do ZEE IMESC finaliza trabalho de campo para atualização das divisas de municípios do Gurupi Maranhense

Página Inicial | Apresentação | ZEE-MA | Publicações | Softwares | Notícias | Receba nosso informativo

IMESC finaliza trabalho de campo para atualização das divisas de municípios do Gurupi Maranhense

Publicado em 10.07.2019 - 08:27

Pesquisadores do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) concluíram uma ampla campanha de campo para atualização de divisas cartográficas em mais de 10 municípios que fazem parte da Região de Desenvolvimento do Gurupi Maranhense.

A campanha, iniciada no dia 30 de junho e concluída no último domingo (7), teve como objetivo garantir o processo de consolidação de limites nos municípios que compõem o Bioma Amazônico na região.

O trabalho de consolidação das divisas municipais é uma ferramenta de ordenamento territorial que leva em consideração questões culturais como o sentido de pertencimento das comunidades, além de auxiliar na gestão municipal, uma vez que com as divisas legalmente definidas, os gestores podem planejar melhor o investimento de recursos e o recolhimento de tributos.

O trabalho da equipe técnica do IMESC, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), teve início com reuniões para a exposição da real situação da área territorial dos municípios. Depois disso, foram feitos

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/34

Imagem 25 - Divulgação no Site do ZEE-MA - Governo do Estado apresenta Sumário do ZEE do Bioma Amazônico durante Expoimp

Página Inicial | Apresentação | ZEE-MA | Publicações | Softwares | Notícias | Receba nosso informativo

Governo do Estado apresenta Sumário do ZEE do Bioma Amazônico durante Expoimp

Publicado em 10.07.2019 - 14:58

O Governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado de Programas Estratégicos (Sepe) e Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), apresentou o Sumário Executivo do Zoneamento Ecológico Econômico do Maranhão (ZEE-MA), referente a etapa Bioma Amazônico, durante a programação da 51ª Exposição Agropecuária de Imperatriz (Expoimp), na terça-feira (9), no Tatersal de Leilões Rafael Almeida.

O Sumário Executivo do ZEE-MA reúne o resumo dos relatórios que compõem o Diagnóstico Situacional do Bioma Amazônico, formado por 108 municípios e que é ocupado por mais de 61% da população maranhense. Imperatriz é a primeira cidade maranhense a receber a apresentação, que é um produto do trabalho desenvolvido dentro das pesquisas do ZEE-MA.

O secretário de Estado de Programas Estratégicos, Luis Fernando Silva, destacou a relevância da Região Tocantina para o desenvolvimento do Maranhão. "A apresentação do sumário técnico em Imperatriz é uma determinação do governador Flávio Dino, em virtude das potencialidades do município e de toda a região. O ZEE é um instrumento de

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/35

Imagem 26 - Divulgação no Site do ZEE MA - Apresentação do Sumário Executivo do ZEE Bioma Amazônico é destaque na Assembleia Legislativa do Maranhão

Página Inicial | Apresentação | ZEE-MA | Publicações | Softwares | Notícias | Receba nosso informativo

Apresentação do Sumário Executivo do ZEE Bioma Amazônico é destaque na Assembleia Legislativa do Maranhão

Publicado em 11.07.2019 - 10:45

Apresentado durante a realização da 51ª Exposição Agropecuária de Imperatriz na terça-feira (8), o Sumário Executivo do Zoneamento Ecológico do Maranhão (ZEE-MA), referente ao Bioma Amazônico foi destaque na Assembleia Legislativa do Maranhão em discurso proferido pelo Deputado Estadual Marco Aurélio na manhã desta quarta-feira (10).

O parlamentar parabenizou a equipe técnica responsável pela conclusão dos relatórios referentes ao Diagnóstico dos territórios do Bioma.

"O ZEE Bioma Amazônico é fundamental para o desenvolvimento sustentável, feito de maneira totalmente isenta, de maneira responsável, com a mais alta qualificação técnica do IMESC, da Secretaria de Programas Estratégicos, da UEMA, e de tantos outros colaboradores", comentou.

Durante a apresentação do Sumário Executivo, o pesquisador sênior do ZEE-MA, Luiz Jorge Dias explicou a importância da sociedade para a construção de um Zoneamento que possa colaborar para qualificar a tomada de decisão dos entes públicos e privados.

Para o deputado Marco Aurélio, a oportunidade de apresentação do Sumário Executivo do Bioma Amazônico durante a Expoimp foi fundamental para ampliar o debate sobre a importância dessa ferramenta de ordenamento territorial.

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/36

Imagem 27 - Divulgação no Site do ZEE-MA - Governo apresenta Base de Dados do ZEE-MA do Bioma Amazônico, nesta quinta-feira (29)

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/38

Imagem 28 - Divulgação no Site do ZEE Governo entrega mais uma etapa técnica do ZEE do Bioma Amazônico Maranhense

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/42

Imagem 29 - Divulgação no Site do ZEE-MA - IMESC promove encontro de alinhamento estratégico para Audiências sobre Zoneamento da Amazônia Maranhense

Página Inicial | Apresentação | ZEE-MA | Publicações | Softwares | Notícias | Receba nosso informativo

IMESC promove encontro de alinhamento estratégico para Audiências sobre Zoneamento da Amazônia Maranhense

Publicado em 09.10.2019 - 09:48

Na tarde desta terça-feira (8), o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) realizou, juntamente com pesquisadores do projeto, um encontro de alinhamento para a realização das audiências públicas do Zoneamento Ecológico-Econômico do Maranhão (ZEE-MA) do Bioma Amazônico, que ocorrerão a partir do dia 16 de outubro, em sete cidades do Maranhão.

O encontro objetivou a revisão dos resultados obtidos com as pesquisas que resultaram nos Diagnósticos Temáticos, Prognóstico e Cenarização, na Base de Dados em ambiente digital, com respectivo Caderno de Mapas, além de Relatório de Zonificação do território.

"Todos esses produtos serão apresentados à população com as possíveis políticas a serem adotadas para o planejamento e ordenamento do território para a década de 2020", pontuou o pesquisador sênior do ZEE-MA, Luiz Jorge Dias.

Com foco em ouvir a população maranhense residente no território que compõe o Bioma Amazônico do Estado, as consultas públicas, de acordo com o presidente do IMESC, Dionatan Carvalho, são uma forma de "garantir o amplo debate sobre os estudos técnicos que vão compor a Proposta do ZEE-MA nesta primeira etapa do programa.

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/44

Imagem 30 - Governo promove Audiências Públicas para consultar sociedade sobre Zoneamento da Amazônia Maranhense

Página Inicial | Apresentação | ZEE-MA | Publicações | Softwares | Notícias | Receba nosso informativo

Governo promove Audiências Públicas para consultar sociedade sobre Zoneamento da Amazônia Maranhense

Publicado em 11.10.2019 - 10:54

A partir da próxima quarta-feira, 16 de outubro, o Governo do Maranhão vai começar a ouvir a população residente no território que compõe o Bioma Amazônico do Estado. O objetivo das consultas públicas é garantir o amplo debate sobre os estudos técnicos que vão compor a Proposta de Zoneamento Ecológico Econômico do Maranhão (ZEE-MA), nesta primeira etapa do programa. As audiências, abertas a todos, ocorrerão nos municípios de São Luís, Imperatriz, Grajaú, Bacabal, Santa Inês, Governador Nunes Freire e Pinheiro, de modo a garantir encontros em todas as regiões que compõem o Bioma.

De acordo com o secretário de Estado de Programas Estratégicos, Luis Fernando Silva, é fundamental a participação da população nesta etapa dos trabalhos para a continuidade do processo de aprovação do ZEE. "Encerramos as etapas de Estudos Técnicos e agora nos preparamos para dialogar com a população sobre esses resultados. É, sem dúvida, um importante momento desse trabalho e contamos com a colaboração de todos para o aprimoramento dessa ferramenta que vai garantir um salto de qualidade na construção de políticas sustentáveis de desenvolvimento", ressaltou.

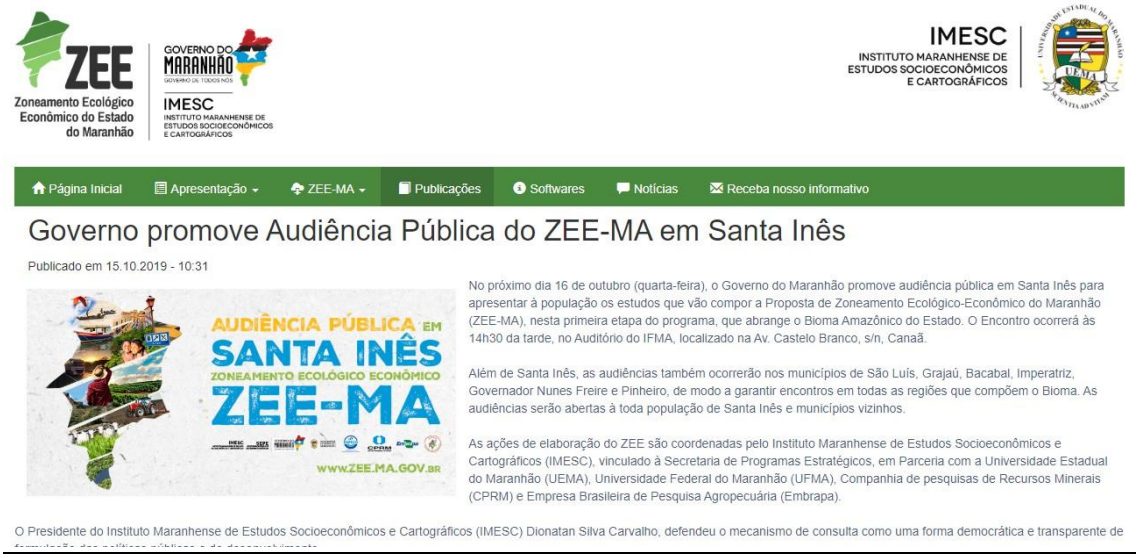
Nesses encontros, o Governo apresentará os resultados obtidos com as pesquisas que resultaram nos Diagnósticos Temáticos, Prognóstico e Cenarização, Base de Dados em ambiente digital, com respectivo Caderno de Mapas, além do Relatório de Zonificação do Território. Esses produtos serão apresentados à população com as possíveis políticas a serem adotadas para o planejamento e

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/45

Imagem 31 - Divulgação no Site do ZEE-MA - Governo promove Audiência Pública do ZEE-MA em Imperatriz

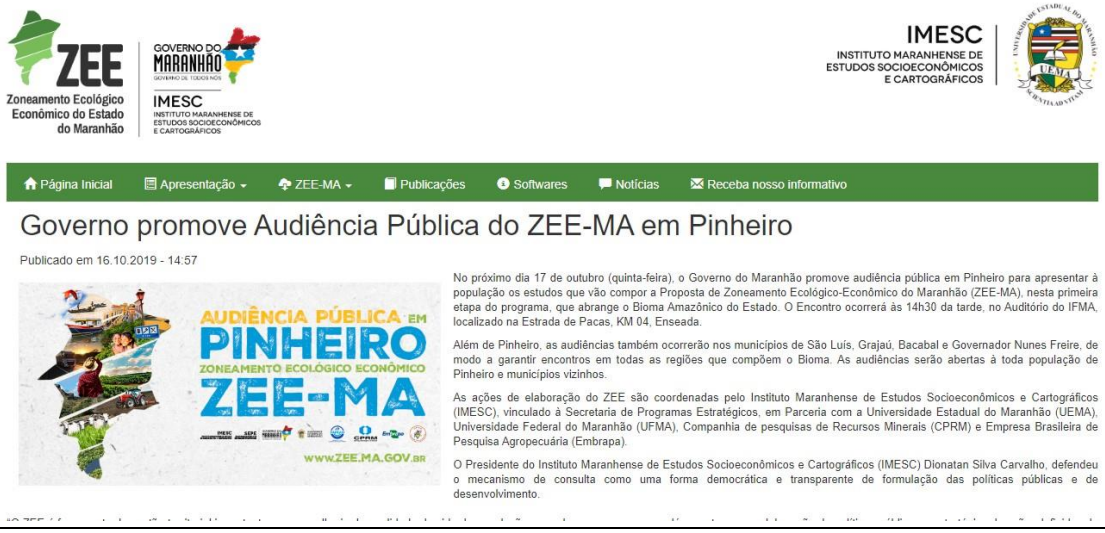
Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/46

Imagem 32 – Governo promove audiência pública do ZEE-MA em Santa Inês



Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/47

Imagem 33 - Divulgação no Site do ZEE-MA - Governo promove Audiência Pública do ZEE-MA em Pinheiro



Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/48

Imagem 34 - Governo promove audiência pública do ZEE-MA em Grajaú

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/50

Imagem 35 - Divulgação no Site do ZEE-MA - Lideranças de Imperatriz destacam importância de Audiência Pública para formulação do ZEE do Bioma Amazônico Maranhense

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/51

Imagem 36 - Governo promove audiência pública do ZEE-M em Governador Nunes Freire

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/52

Imagem 37 - Divulgação no Site do ZEE-MA - Governo promove Audiência Pública do ZEE-MA em Bacabal

Página Inicial | Apresentação | ZEE-MA | Publicações | Softwares | Notícias | Receba nosso informativo

Governo promove Audiência Pública do ZEE-MA em Bacabal

Publicado em 17.10.2019 - 16:01

No próximo dia 18 de outubro (sexta-feira), o Governo do Maranhão promove audiência pública em Bacabal para apresentar à população os estudos que vão compor a Proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico do Maranhão (ZEE-MA), nesta primeira etapa do programa, que abrange o Bioma Amazônico do Estado. O Encontro ocorrerá às 9h00 da manhã, no Auditório da UEMA, Rua Teixeira de Freitas.

Além de Bacabal, as audiências também ocorreram nos municípios de Grajaú, Imperatriz, Santa Inês e Pinheiro, de modo a garantir encontros em todas as regiões que compõem o Bioma. As audiências serão abertas à toda população de Bacabal e municípios vizinhos.

As ações de elaboração do ZEE são coordenadas pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), vinculado à Secretaria de Programas Estratégicos, em Parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Companhia de pesquisas de Recursos Minerais (CPRM) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O Presidente do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) Dionatan Silva Carvalho, defendeu o mecanismo de consulta como uma forma democrática e transparente de formulação das políticas públicas e de desenvolvimento.

"O ZEE é ferramenta de gestão territorial importante para a melhoria da qualidade de vida da população maranhense, uma vez que dá suporte para a elaboração de políticas públicas e estratégias de ação, definidas de acordo com as realidades territoriais de cada localidade. É muito importante que o governo ouça a população, que é a maior interessada no aprimoramento dessas políticas", destacou.

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/53

Imagem 38 - Divulgação no Site do ZEE-MA - Lideranças de Imperatriz destacam importância de Audiência Pública para formulação do ZEE do Bioma Amazônico Maranhense

Página Inicial | Apresentação | ZEE-MA | Publicações | Softwares | Notícias | Receba nosso informativo

Lideranças de Imperatriz destacam importância de Audiência Pública para formulação do ZEE do Bioma Amazônico Maranhense

Publicado em 17.10.2019 - 16:28

Sindicatos, Comunidade Acadêmica, Organizações Sociais e demais representantes da Sociedade Civil, participaram da Audiência Pública, promovida pelo Governo, para a implantação do Zoneamento Ecológico Econômico do Maranhão (ZEE-MA), referente ao Bioma Amazônico, nesta terça-feira (16), em Imperatriz.

Segunda maior cidade do Maranhão, Imperatriz tem importância estratégica no debate para a formulação das políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Região Tocantina. Por essa razão a cidade foi uma das escolhidas para sediar os debates referentes às demandas dos municípios que compõem o Bioma Amazônico no referido território.

Durante a audiência, os presentes receberam informações detalhadas sobre os estudos técnicos referentes aos 108 municípios que compõem o Bioma, resultantes do trabalho realizado por mais de 140 pesquisadores, além de acompanharem todas etapas que compõem o ZEE.

O secretário de Estado de Programas Estratégicos, Luis Fernando Silva, ressaltou a importância desse processo para o desenvolvimento sustentável da Região Tocantina, ressaltando a importância de ouvir a sociedade nesse momento de formulação do Zoneamento.

"Para nós este é o momento mais importante, uma vez que ouvir a população é fundamental para que o ZEE seja de fato um instrumento de planejamento indispensável para que o Estado possa avançar. Foi uma determinação do governador Flávio Dino que Imperatriz fosse a primeira cidade a receber as audiências, tanto por sua importância econômica, já que é a cidade que lidera a área de maior potencial agropecuário do Estado, como pela pluralidade das comunidades envolvidas no processo do Zoneamento. É muito valiosa e importante a participação da sociedade", destacou o

http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/54

Imagem 39 - Divulgação no Site do ZEE-MA - Lideranças de Imperatriz destacam importância de Audiência Pública para formulação do ZEE do Bioma Amazônico Maranhense

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/55

Imagem 40 - Divulgação no Site do ZEE-MA - Audiência Pública em São Luís encerra ciclos de debates sobre Zoneamento da Amazônia Maranhense

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/56

Imagem 41 - Divulgação no Site do ZEE-MA - Governo do Maranhão encerra etapa das audiências públicas para formulação do ZEE do Bioma Amazônico, em São Luís

ZEE Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Maranhão | GOVERNO DO MARANHÃO | IMESC INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

IMESC INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

Página Inicial | Apresentação | ZEE-MA | Publicações | Softwares | Notícias | Receba nosso informativo

Governo do Maranhão encerra etapa das audiências públicas para formulação do ZEE do Bioma Amazônico, em São Luís

Publicado em 21.10.2019 - 16:47

Com participação de mais de 750 pessoas, dentre elas, representantes de organizações da sociedade, sindicatos, prefeituras, câmaras municipais e demais instituições, o ciclo de audiências públicas para discussão da Proposta de Zoneamento Ecológico Econômico do Maranhão (ZEE-MA), etapa Bioma Amazônico, foi encerrado nesta segunda-feira (21), com realização de escuta aberta aos moradores de São Luís e cidades vizinhas.

Durante a apresentação, realizada no auditório do Palácio Henrique de La Rocque, os presentes conheceram os detalhes das pesquisas realizadas por mais de 140 técnicos e pesquisadores coordenados pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), ligado à Secretaria de Programas Estratégicos (SEPE), em parceria com as Universidades Estadual (UEMA) e Federal (UFMA), e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Além de São Luís, as escutas ocorreram em Imperatriz, Bacabal, Governador Nunes Freire, Pinheiro, Grajaú e Santa Inês.

Ronald Chaves, quilombola e representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, pontuou a importância de ampliação do debate sobre o Zoneamento da Região, como forma de aprimorar o planejamento do Estado. "Essas discussões são muito importantes porque temos a preocupação de acompanhar de forma mais aprofundada o que o Governo está discutindo, assim colaboramos para ampliar as ferramentas de planejamento e, nesse sentido, o Governo está de parabéns pela iniciativa de trazer o debate para o público".

Para Antônio Fernandes Cavalcante Júnior, presidente da Comissão de Agronegócios da OAB Seccional Maranhão, o Governo priorizou a análise aprofundada do Bioma Amazônico com foco na superação das desigualdades no Estado. "Nós, que discutimos a questão do agronegócio, tínhamos o entendimento de que o Governo deveria iniciar as pesquisas com foco no Bioma do Cerrado, mas

Link: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/news/57

Repercussão:

O IMPARCIAL

Imagem 42 - Divulgação no Site do O Imparcial - Zoneamento Ecológico-Econômico terá início este ano

NOTURNO

O IMPARCIAL

últimas notícias política opinião cidades esportes entretenimento gastronomia concursos

MARANHÃO

Zoneamento Ecológico-Econômico terá início este ano

Serão contemplados 11 municípios localizados no bioma Amazônia para o ordenamento territorial e a formulação de políticas públicas para o setor agropecuário

Link: https://oimparcial.com.br/noticias/2017/05/zoneamento-ecologico-economico-terainicio-este-ano/

Imagem 43 - Divulgação no Site do O Imparcial - Governo do Maranhão discute desenvolvimento sustentável em Belém

NOTURNO

O IMPARCIAL

últimas notícias política opinião cidades esportes entretenimento gastronomia concursos

AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

Governo do Maranhão discute desenvolvimento sustentável em Belém

O evento é realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em parceria com o Banco da Amazônia, que teve como tema "Diálogo Público – Amazônia sustentável: desafios para o desenvolvimento socioeconômico"

Link: https://oimparcial.com.br/noticias/2017/06/governo-do-maranhao-discutedesenvolvimento-sustentavel-em-belem/

Imagem 44 - Divulgação no Site do O Imparcial - Maranhão receberá R$ 35 milhões para combater incêndios florestais

O IMPARCIAL

política opinião cidades esportes entretenimento gastronomia concursos

FUNDO AMAZÔNIA

Maranhão receberá R$ 35 milhões para combater incêndios florestais

A verba foi aprovada na 25ª Reunião do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), em Brasília, com a participação do secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais, Marcelo Coelho

Por: Da Redação, com informações da Agência de Notícias do Estado
16 de Novembro de 2018

Foi aprovada a quantia de R$ 35 milhões do Fundo Amazônia para prevenir e combater incêndios florestais e queimadas não autorizadas no Maranhão. A verba foi aprovada na 25ª Reunião do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), em Brasília, com a participação do secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais, Marcelo Coelho.

Link: https://oimparcial.com.br/noticias/2018/11/maranhao-recebera-r-35-milhoes-paracombater-incendios-florestais/

EMBRAPA

Imagem 45 - Divulgação no Site da Embrapa - Zoneamento Ecológico-Econômico do Maranhão terá início este ano

Notícias / Busca de Notícias / Zoneamento Ecológico-Econômico do Maranhão terá início este ano

Notícias

28/04/17 | Estudos socioeconômicos e ambientais Gestão Estratégica Zoneamento Agroecológico

Zoneamento Ecológico-Econômico do Maranhão terá início este ano

Tweetar Compartilhar 0 Imprimir

SEPLAN, SAGRIMA, Embrapa Cocais, Embrapa Monitoramento por Satélite, IMESC e UEMA, definem plano de trabalho para a execução do ZEE do Bioma Amazônia do MA em escala 1:250.000, que orientará a ocupação e uso sustentável do território.

Foi dado mais um passo para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão – ZEE-MA (escala 1:250.000), que será quatro vezes detalhado que o Macro ZEE-MA (escala 1:1.000.000), finalizado em 2014. As Instituições executoras (Embrapa, Universidade Estadual do Maranhão – UEMA e Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC) e coordenadoras (Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – Seplan e Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca – Sagrima) do projeto se reuniram nos dias 23 e 24 de abril para discutir e harmonizar o Plano de Trabalho. Na ocasião, foi celebrado termo para traçar responsabilidades e estabelecer o orçamento para elaboração, execução e implementação do ZEE do Bioma Amazônia do Maranhão.

Serão contemplados 11 municípios localizados no bioma Amazônia (região oeste) para o ordenamento territorial e a formulação de políticas públicas para o setor agropecuário. O assunto é considerado fundamental para o aprimoramento do planejamento do Estado, com ênfase nos temas ambientais e no desenvolvimento das cadeias produtivas e setores de produção. Informações minuciosas sobre o ZEE-MA podem ser obtidas pelo site http://www.zee.ma.gov.br/

Para o presidente da Embrapa, Maurício Lopes, "é importantíssimo que o Maranhão tenha um zoneamento com uma resolução superior a um macrozoneamento. E é papel da Embrapa oferecer suporte a essa demanda

Link: https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/21886678/zoneamentoecologico-economico-do-maranhao-tera-inicio-este-ano

FAPEMA

Imagem 46 - Divulgação no Site da Fapema - Zoneamento do Maranhão avança com fortalecimento de ações e participação da sociedade

Link: https://www.fapema.br/index.php/zoneamento-do-maranhao-avanca-comfortalecimento-de-acoes-e-participacao-da-sociedade/

Imagem 47 Divulgação no Site da Fapema - Zoneamento do Maranhão é tema de reunião entre Governo e UEMA

Link: https://www.fapema.br/index.php/zoneamento-do-maranhao-e-tema-de-reuniaoentre-governo-e-uema/

UEMA

Imagem 48 - Divulgação no Site da Uema - Primeira etapa do Zoneamento Ecológico do Maranhão é entregue em São Luís

Link: https://www.uema.br/2019/10/primeira-etapa-do-zoneamento-ecologico-domaranhao-e-entregue-em-sao-luis/

Imagem 49 - UEMA e SEPE realizam reunião para apresentação das atividades do Zoneamento Ecológico e Econômico do Maranhão

Link: https://www.uema.br/2019/05/uema-e-sepe-realizam-reuniao-para-apresentacaodas-atividades-do-zoneamento-ecologico-e-economico-do-maranhao/

Imagem 50 - UEMA e Embrapa discutem o Zoneamento Econômico-Ecológico do Maranhão

Link: https://www.uema.br/2018/05/uema-e-embrapa-discutem-o-zoneamento-economicoecologico-do-maranhao/

Imagem 51 - UEMA e IMESC assinam convênio para Implantação do ZEE-MA

Link: https://www.uema.br/2017/11/uema-e-imesc-assinam-convenio-para-implantacaodo-zeema/

Imagem 52 - UEMA e Governo do Maranhão realizam I Workshop sobre a Amazônia Maranhense

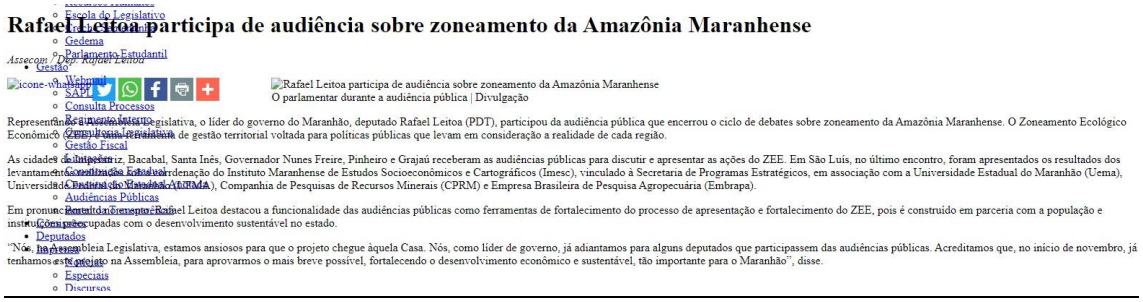
Link: https://www.uema.br/2019/09/uema-e-governo-do-maranhao-realizam-i-workshopsobre-a-amazonia-maranhense/

Imagem 53 - Governo do Estado lança ZEE-MA na UEMA

Link: https://www.uema.br/2019/08/governo-do-estado-lanca-zee-ma-na-uema/

ALEMA

Imagem 54 - Divulgação no Site da Alema - Rafael Leitoa participa de audiência sobre zoneamento da Amazônia Maranhense



Rafael Leitoa participa de audiência sobre zoneamento da Amazônia Maranhense

Assecom | Dep. Rafael Leitoa

Rafael Leitoa participa de audiência sobre zoneamento da Amazônia Maranhense
O parlamentar durante a audiência pública | Divulgação

Representando a Assembleia Legislativa, o líder do governo do Maranhão, deputado Rafael Leitoa (PDT), participou da audiência pública que encerrou o ciclo de debates sobre zoneamento da Amazônia Maranhense. O Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) é um instrumento de gestão territorial voltada para políticas públicas que levam em consideração a realidade de cada região.

As cidades de Imperatriz, Bacabal, Santa Inês, Governador Nunes Freire, Pinheiro e Grajaú receberam as audiências públicas para discutir e apresentar as ações do ZEE. Em São Luís, no último encontro, foram apresentados os resultados dos levantamentos realizados sob coordenação do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc), vinculado à Secretaria de Programas Estratégicos, em associação com a Universidade Estadual do Maranhão (Uema), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Em pronunciamento, o deputado Rafael Leitoa destacou a funcionalidade das audiências públicas como ferramentas de fortalecimento do processo de apresentação e fortalecimento do ZEE, pois é construído em parceria com a população e instituições preocupadas com o desenvolvimento sustentável no estado.

"Nós, na Assembleia Legislativa, estamos ansiosos para que o projeto chegue àquela Casa. Nós, como líder de governo, já adiantamos para alguns deputados que participassem das audiências públicas. Acreditamos que, no início de novembro, já tenhamos este projeto na Assembleia, para aprovarmos o mais breve possível, fortalecendo o desenvolvimento econômico e sustentável, tão importante para o Maranhão", disse.

Link: http://www.al.ma.leg.br/noticias/39215

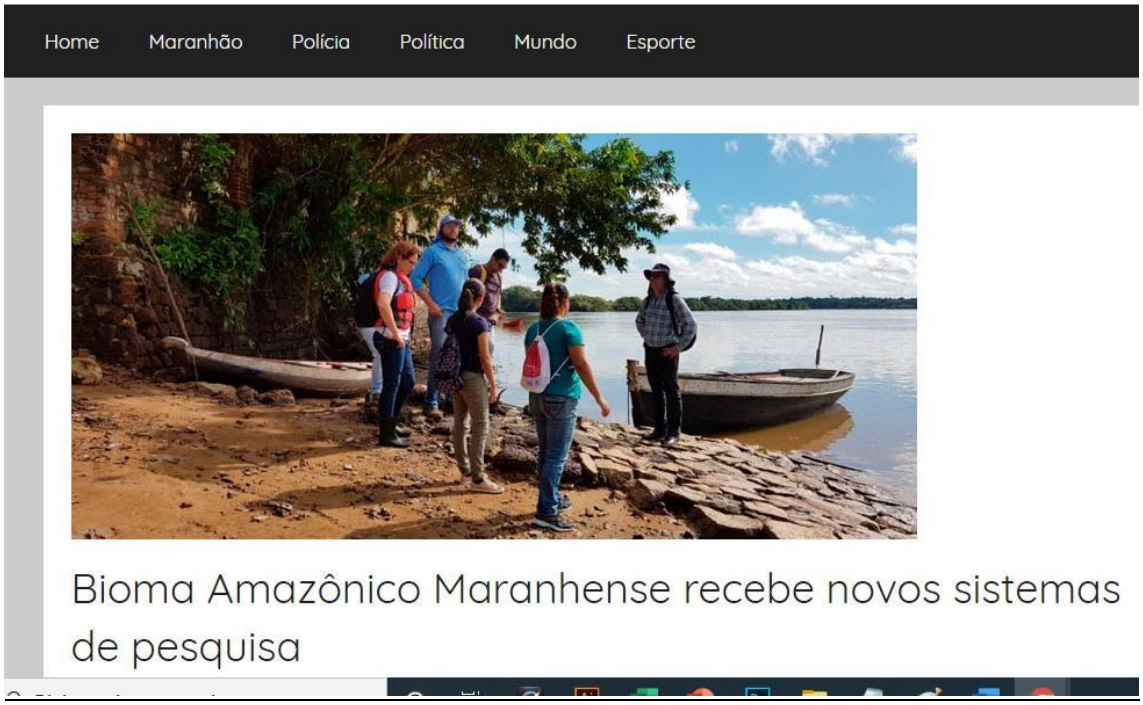
Imagem 55 - Divulgação no Site da Alema - 12/06/2019 - Pequeno Expediente Professor Marco Aurélio

O SENHOR DEPUTADO PROFESSOR MARCO AURÉLIO (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, imprensa, João Cutrim, Marco D'Eça, Caio Hostilio, Henrique, querido Álvaro Luís, o repórter Félix, a diretora a princípio a imprensa e que estão neste momento aqui no comitê, nosso respeito. Venho tratar um assunto de enorme relevância para o povo do Maranhão que o Governo do Estado está encaminhando algo esperado há muitas décadas, mas que não conseguia avançar. Aqui há vários produtores que estão hoje na Assembleia Legislativa e conhecem muito bem esta causa não só para os grandes produtores, mas também para o pequeno produtor, para a agricultura familiar rural. Trata-se do zoneamento ecológico e econômico daqui do Estado do Maranhão, o ZEE. O Governador Flávio Dino quando assumiu o estado, em 2015, estava pronto pela gestão passada o Macro ZEE. E o Governador Flávio Dino ao chegar nesta Casa, esta Casa aperfeiçoou, fez uma série de alterações e foi aprovado aqui o Macro ZEE, lembro feito ainda na gestão anterior do Governador Flávio Dino. Entretanto só o Macro ZEE não resolveria. O Maranhão precisa ter o Zoneamento Ecológico e Econômico para que tenhamos um planejamento rural. Um planejamento de desenvolvimento da produção. E essa garantia do ZEE é fundamental para o desenvolvimento sustentável do estado do Maranhão. E muitas tratativas foram feitas e nenhuma avançou e o governo trabalhou nesses últimos anos de forma organizada e sem fazer alardes. O IMESC conduziu muito bem essas tratativas e esses estudos. Observem que o Governo do Estado poderia muito bem contratar uma instituição de fora do estado do Maranhão, mas preferiu acreditar, confiar na expertise do IMESC, que é o instituto próprio e com total competência em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão, a UEMA, para elaborar o Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado do Maranhão. E o Governador Flávio Dino deu todas as condições e foram buscados parceiros, mas elaborar o ZEE não é uma missão fácil e nem uma missão que seja rápida. O Governador Flávio Dino optou por fazer em partes, fazer por cada bioma presente aqui no Estado do Maranhão. E nessa divisão em fazer por biomas optou-se por fazer primeiro o Bioma Amazônico, que é exatamente Imperatriz e a nossa região Tocantina grande parte está dentro desse Bioma Amazônico, que corresponde a 33%, aproximadamente, do território maranhense, o Bioma Amazônico. E o que é importante que eu venho compartilhar com todos os

Link: http://www.al.ma.leg.br/discursos/discurso.php?cod=18980

MA10 - DIFUSORA

Imagem 56 - Divulgação no Site do MA10- Bioma Amazônico Maranhense recebe novos sistemas de pesquisa



https://www.ma10.com.br/2018/05/15/municipios-do-bioma-amazonico-maranhenserecebem-novos-sistemas-de-pesquisa/

Imagem 57 - Divulgação no Site do MA10- Amazônia Legal é tema de entrevista no Bom Dia Maranhão

Amazônia Legal é tema de entrevista no Bom Dia Maranhão

Publicado em 27. de agosto 2019 às 15:10 por Mayara Sarayva

Link: https://www.ma10.com.br/2019/08/27/amazonia-legal-e-tema-de-entrevista-no-bomdia-maranhao/

JORNAL PEQUENO

Imagem 58 - Divulgação no Site do Jornal Pequeno - Governo do Maranhão aprova R$ 35 milhões para combate a incêndios florestais

Governo do Maranhão aprova R$ 35 milhões para combate a incêndios florestais

Foram aprovados apoio aos estados da Amazônia Legal para a prevenção e combate de incêndios florestais e queimadas não autorizadas

Fonte: Da Redação / Assessoria
Data de publicação: 16/11/2018

https://jornalpequeno.com.br/2018/11/16/governo-do-maranhao-aprova-r-35-milhoespara-combate-a-incendios-florestais/

PORTAL GUARÁ

Imagem 59 - Divulgação no Site do Portal Guará - Mapeamento hidrográfico encontra mais rios no Maranhão

Link: https://portalguara.com/mapeamento-hidrografico-encontra-mais-rios-no-territoriodo-maranhao/

VÍDEOS YOUTUBE

Imagem 60 - Divulgação em vídeo no YouTube - Encerramento da proposta de Zoneamento Ecológico Econômico do Maranhão (ZEE/MA)

Link: https://www.youtube.com/watch?v=_3NZrEqRrzM

Imagem 61 - Divulgação em vídeo no YouTube - Governo entrega mais uma etapa técnica do ZEE do Bioma Amazônico Maranhense

Link: https://www.youtube.com/watch?v=x09qfqp5v3E

Imagem 62 - Divulgação em vídeo no YouTube – Zoneamento Ecológico Econômico do Maranhão é tema de audiência pública em Bacabal

Link: https://www.youtube.com/watch?v=md3mLkz_BsY

Imagem 63 Divulgação em vídeo no YouTube - Primeira etapa do Zoneamento Ecológico do Maranhão é entregue em São Luís

Link: https://www.youtube.com/watch?v=QgjuGRnTCFE

Imagem 64 - Divulgação em vídeo no YouTube - (EDIÇÃO 10/11) - Imesc lança portal do Zoneamento Ecológico do MA

Link: https://www.youtube.com/watch?v=iNi51EyT2cY

Imagem 65 - Divulgação em vídeo no YouTube - CNA na Expoimp e o Zoneamento Econômico e Ecológico da Amzônia Legal

Link: https://www.youtube.com/watch?v=mYPG8bpBAMg

Imagem 66 - Divulgação em vídeo no YouTube - TV Remanso - AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ZONEAMENTO

Link: https://www.youtube.com/watch?v=Kaw7kPC_Pro

Imagem 67 Divulgação em vídeo no YouTube - Sessão Em Destaque: Transporte em São Luís e zoneamento ecológico e econômico no estado

Link: https://www.youtube.com/watch?v=1c97jBwViTA

Imagem 68 - Divulgação em vídeo no YouTube - Lançamento do Banco de dados e o Caderno de mapas do Bioma Amazônico

Link: https://www.youtube.com/watch?v=hEySy5tvWoo

G1 MARANHÃO

Imagem 69 - Divulgação em vídeo no G1 Maranhão - Audiência discute proposta de zoneamento ecológico-econômico no Maranhão

Link: https://globoplay.globo.com/v/8038361/

Imagem 70 - Divulgação em vídeo no G1 Maranhão - Santa Inês realiza audiência pública sobre zoneamento ecológico econômico

Link: https://globoplay.globo.com/v/8009564/

Imagem 71 - Divulgação em vídeo no G1 Maranhão - Santa Inês realiza audiência pública sobre zoneamento ecológico-econômico do Maranhão

Link: https://globoplay.globo.com/v/8006347/

BLOG DO NED

Imagem 72 - Divulgação em vídeo no Blog do Ned - CARLOS BRANDÃO DESTACA AÇÕES DO GOVERNO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Link: https://blogdoned.oimparcial.com.br/carlos-brandao-destaca-acoes-do-governopara-o-desenvolvimento-economico-sustentavel/

MARCO AURÉLIO

Imagem 73 - Divulgação no blog do Marco Aurélio - Deputado Marco Aurélio destaca avanço na elaboração do Zoneamento Ecológico e Econômico do Maranhão – ZEE

Deputado Marco Aurélio destaca avanço na elaboração do Zoneamento Ecológico e Econômico do Maranhão - ZEE

Professor Marco Aurélio 'Teorema' 5 months ago Notícias,

Link: http://marcoteorema.blogspot.com/2019/06/deputado-marco-aurelio-destacaavanco.html

Imagem 74 - Divulgação no blog do Marco Aurélio - Deputado Marco Aurélio destaca realização da 51ª Expoimp

Deputado Marco Aurélio destaca realização da 51ª Expoimp

Professor Marco Aurélio 'Teorema' 5 months ago Notícias,

Link: http://marcoteorema.blogspot.com/2019/07/deputado-marco-aureliodestaca_10.html

BLOG DO FERNANDO NASCIMENTO

Imagem 75 - Divulgação no blog do Fernando Nascimento - Prefeito Antônio Filho participou da Audiência Pública do ZEE-MA em Governador Nunes Freire

Prefeito Antonio Filho participou da Audiência Pública do ZEE-MA em Governador Nunes Freire

Gestor sempre aproveita as oportunidades para buscar apoio para o município de Junco do Maranhão

Jornalista Fernando Nascimentho | Postado em: 22/10/2019

Link: http://www.fernandonascimentho.com/artigo/prefeito-antonio-filho-participou-daaudiencia-publica-do-zee-ma-em-governador-nunes-freire

PORTAL DO GUIGUI

Imagem 76 - Divulgação no blog do Gui Gui - 1ª audiência pública para discutir o Zoneamento Ecológico e Econômico no Maranhão ocorre em Imperatriz

Link: http://portaldoguigui.com.br/2019/10/20/1a-audiencia-publica-para-discutir-ozoneamento-ecologico-e-economico-no-maranhao-ocorre-em-imperatriz/

Imagem 77 - Divulgação no blog do Gui Gui - Relatório de Zoneamento Ecológico e Econômico no Maranhão é apresentado durante a 51ª Expoimp

PORTAL DO GUIGUI
O SEU PORTAL DE NOTICIAS AO VIVO

INÍCIO | CIDADE | ENTRETENIMENTO | ESPORTE | NOTÍCIAS EM GERAL | POLÍCIA | POLÍTICA | FALE CONOSCO

Relatório de Zoneamento Ecológico e Econômico no Maranhão é apresentado durante a 51ª Expoimp

Link: http://portaldoguigui.com.br/2019/07/13/relatorio-de-zoneamento-ecologico-eeconomico-no-maranhao-e-apresentado-durante-a-51a-expoimp/

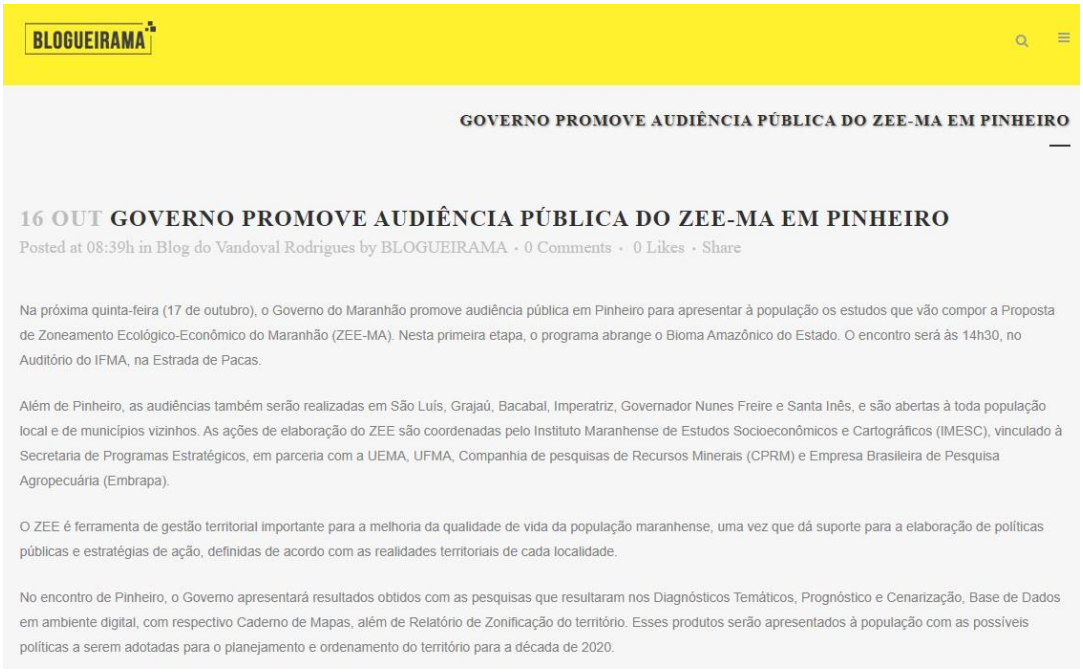
PORTAL R10

Imagem 78 - Divulgação no Portal R10 - Rafael Leitoa participa de Audiência Pública sobre ZEE

Link: https://www.portalr10.com/noticia/35627/rafael-leitoa-participa-de-audienciapublica-sobre-zee

BLOGUEIRAMA

Imagem 79 - Divulgação no Blogueirama - GOVERNO PROMOVE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ZEE-MA EM PINHEIRO


BLOGUEIRAMA

GOVERNO PROMOVE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ZEE-MA EM PINHEIRO

16 OUT GOVERNO PROMOVE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ZEE-MA EM PINHEIRO

Posted at 08:39h in Blog do Vandoval Rodrigues by BLOGUEIRAMA · 0 Comments · 0 Likes · Share

Na próxima quinta-feira (17 de outubro), o Governo do Maranhão promove audiência pública em Pinheiro para apresentar à população os estudos que vão compor a Proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico do Maranhão (ZEE-MA). Nesta primeira etapa, o programa abrange o Bioma Amazônico do Estado. O encontro será às 14h30, no Auditório do IFMA, na Estrada de Pacas.

Além de Pinheiro, as audiências também serão realizadas em São Luís, Grajaú, Bacabal, Imperatriz, Governador Nunes Freire e Santa Inês, e são abertas à toda população local e de municípios vizinhos. As ações de elaboração do ZEE são coordenadas pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), vinculado à Secretaria de Programas Estratégicos, em parceria com a UEMA, UFMA, Companhia de pesquisas de Recursos Minerais (CPRM) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O ZEE é ferramenta de gestão territorial importante para a melhoria da qualidade de vida da população maranhense, uma vez que dá suporte para a elaboração de políticas públicas e estratégias de ação, definidas de acordo com as realidades territoriais de cada localidade.

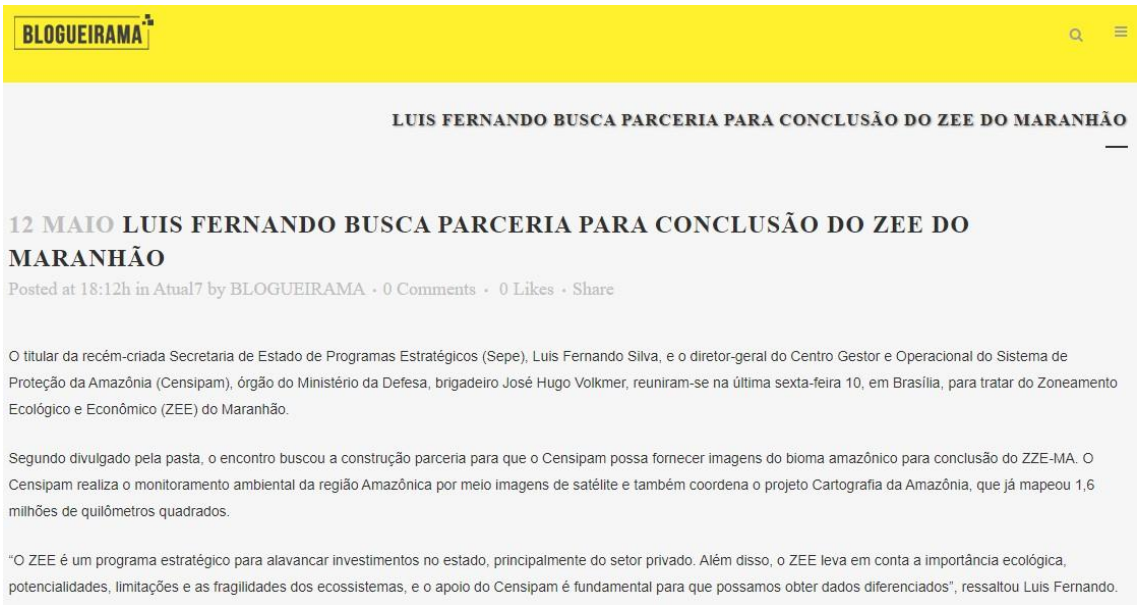
No encontro de Pinheiro, o Governo apresentará resultados obtidos com as pesquisas que resultaram nos Diagnósticos Temáticos, Prognóstico e Cenarização, Base de Dados em ambiente digital, com respectivo Caderno de Mapas, além de Relatório de Zonificação do território. Esses produtos serão apresentados à população com as possíveis políticas a serem adotadas para o planejamento e ordenamento do território para a década de 2020.

Link: https://www.blogueirama.com.br/blogueiramateste2/governo-promove-audienciapublica-do-zee-ma-em-pinheiro/

Imagem 80 - Divulgação no Blogueirama - GOVERNO DO ESTADO APRESENTA SUMÁRIO DO ZEE DO BIOMA AMAZÔNICO DURANTE EXPOIMP

Link: https://www.blogueirama.com.br/blogueiramateste2/governo-do-estado-apresentasumario-do-zee-do-bioma-amazonico-durante-expoimp/

Imagem 81 - Divulgação no Blogueirama - LUIS FERNANDO BUSCA PARCERIA PARA CONCLUSÃO DO ZEE DO MARANHÃO



BLOGUEIRAMA

LUIS FERNANDO BUSCA PARCERIA PARA CONCLUSÃO DO ZEE DO MARANHÃO

12 MAIO **LUIS FERNANDO BUSCA PARCERIA PARA CONCLUSÃO DO ZEE DO MARANHÃO**

Posted at 18:12h in Atual7 by BLOGUEIRAMA · 0 Comments · 0 Likes · Share

O titular da recém-criada Secretaria de Estado de Programas Estratégicos (Sepe), Luis Fernando Silva, e o diretor-geral do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), órgão do Ministério da Defesa, brigadeiro José Hugo Volkmer, reuniram-se na última sexta-feira 10, em Brasília, para tratar do Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE) do Maranhão.

Segundo divulgado pela pasta, o encontro buscou a construção parceria para que o Censipam possa fornecer imagens do bioma amazônico para conclusão do ZZE-MA. O Censipam realiza o monitoramento ambiental da região Amazônica por meio imagens de satélite e também coordena o projeto Cartografia da Amazônia, que já mapeou 1,6 milhões de quilômetros quadrados.

"O ZEE é um programa estratégico para alavancar investimentos no estado, principalmente do setor privado. Além disso, o ZEE leva em conta a importância ecológica, potencialidades, limitações e as fragilidades dos ecossistemas, e o apoio do Censipam é fundamental para que possamos obter dados diferenciados", ressaltou Luis Fernando.

Link: https://www.blogueirama.com.br/blogueiramateste2/luis-fernando-busca-parceria-paraconclusao-do-zee-do-maranhao/

Imagem 82 - Divulgação no Blogueirama - RAFAEL LEITOA PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ZONEAMENTO DA AMAZÔNIA MARANHENSE

BLOGUEIRAMA

RAFAEL LEITOA PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ZONEAMENTO DA AMAZÔNIA MARANHENSE

21 OUT **RAFAEL LEITOA PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ZONEAMENTO DA AMAZÔNIA MARANHENSE**

Posted at 23:39h in Marco Aurélio D'Eça by BLOGUEIRAMA · 0 Comments · 0 Likes · Share

Link: https://www.blogueirama.com.br/blogueiramateste2/rafael-leitoa-participa-deaudiencia-publica-sobre-zoneamento-da-amazonia-maranhense/

CLIC B1

Imagem 83 - Divulgação no Clic B1 - Governo promove Audiência Pública do ZEE-MA em Pinheiro

Link: http://clicb1.blogspot.com/2019/10/governo-promove-audiencia-publica-do.html

BLOG DO RENATTO COSTA

Imagem 84 - Divulgação no Renatto Costa - Prefeito Antônio Filho participou da audiência Pública do ZEE-MA em Governador Nunes Freire.

Prefeito Antonio Filho participou da audiência Pública do ZEE-MA em Governador Nunes Freire.

Renato Costa terça-feira, outubro 22, 2019 Nenhum comentário

Link: http://www.rennatocosta.com/2019/10/prefeito-antonio-filho-participou-da.html

BLOG DO LUDWIG

Imagem 85 - Divulgação no Blog do Ludwig - Governo realiza audiência do ZEE-MA em Imperatriz

Link: http://www.blogdoludwig.com/2019/10/governo-realiza-audiencia-do-zee-ma-em.html

Imagem 86 - Governo entrega base de dados inédita sobre o Bioma Amazônico maranhense

blog do Ludwig
poder e cotidiano

domingo, 1 de setembro de 2019

Governo entrega base de dados inédita sobre o Bioma Amazônico maranhense

Importante instrumento de ordenamento territorial e de subsídios para o planejamento de políticas públicas para melhoria da qualidade da população, o Zoneamento Ecológico Econômico do Maranhão (ZEE-MA) teve mais uma etapa técnica concluída pelo Governo do Maranhão, com o intermédio da Secretaria de Programas Estratégicos (SEPE), nesta

Link: http://www.blogdoludwig.com/2019/09/governo-entrega-base-de-dados-inedita.html

Imagem 87 - Secretário Luis Fernando firma parceria com Ministério para conclusão do Zoneamento Ecológico Econômico

blog do Ludwig
poder e cotidiano

domingo, 12 de maio de 2019

Secretário Luis Fernando firma parceria com Ministério para conclusão do Zoneamento Ecológico Econômico

O secretário de Estado de Programas Estratégicos, Luis Fernando Silva, e o diretor-geral do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam),

Link: http://www.blogdoludwig.com/2019/05/secretario-luis-fernando-firma-parceria.html

Imagem 88 - Rafael Leitoa participa de Audiência Pública sobre Zoneamento da Amazônia Maranhense

blog do Ludwig
poder e cotidiano

segunda-feira, 21 de outubro de 2019

Rafael Leitoa participa de Audiência Pública sobre Zoneamento da Amazônia Maranhense

O deputado Rafael Leitoa confirmou o apoio da Assembleia Legislativa para criação da lei

Representando a Assembleia Legislativa, o líder do governo do Maranhão, deputado

Link: http://www.blogdoludwig.com/2019/10/rafael-leitoa-participa-de-audiencia.html

BLOG DO LUIS CARDOSO

Imagem 89 - Divulgação no Blog do Luís Cardoso - Com foco na produção de conhecimento, Expoema 2019 terá início domingo

Com foco na produção de conhecimento, Expoema 2019 terá início domingo

Data: 16 de Out de 19 às 12:41 **Categoria:** Maranhão Sem Comentários

Facebook Twitter WhatsApp

A 61ª Exposição Agropecuária do Estado do Maranhão (Expoema) será aberta oficialmente neste domingo (20), às 17 horas, e prossegue até dia 27, com uma vasta programação de palestras e cursos, leilões de animais, rodeios e oferta de serviços aos visitantes, no Parque Independência. A intenção dos organizadores é realizar um evento inovador, com foco na produção de conhecimento, na promoção de oportunidades de negócios e na inclusão social.

Link: https://luiscardoso.com.br/maranhao/2019/10/com-foco-na-producao-deconhecimento-expoema-2019-tera-inicio-domingo/

BLOG DO CLODOALDO CORREA

Imagem 90 - Divulgação no Blog do Clodoaldo Correa - Expositores, criadores e visitantes movimentam a Expoema 2019, aberta ontem

Expositores, criadores e visitantes movimentam a Expoema 2019, aberta ontem

Com uma vasta programação de palestras e cursos, rodeios, exposição e leilões de animais, stands de instituições e comercialização de equipamentos e produtos agropecuários, teve início neste domingo a 61ª Exposição Agropecuária do Estado do Maranhão (Expoema 2019), no Parque Independência, em São Luís. O evento foi aberto oficialmente pelo presidente da Associação dos Criadores do Estado do Maranhão, Ivaldeci Mendonça, e pelo vice-governador Carlos Brandão.

Também presentes à solenidade da abertura o presidente da Empresa Maranhense de Administração (Emap), Ted Lago, o representante da Federação dos Municípios do

Link: http://clodoaldocorrea.com.br/2019/10/expositores-criadores-e-visitantes-movimentama-expoema-2019-aberta-ontem/

BLOG DO DANIEL MATOS

Imagem 91 - Divulgação no Blog do Daniel Matos - Com foco na produção de conhecimento, Expoema 2019 terá início domingo

Com foco na produção de conhecimento, Expoema 2019 terá início domingo

Por **Daniel Matos** • sexta-feira, 18 de outubro de 2019 às 14:55

Tweetar Curtir 19 0 comentário

A 61ª Exposição Agropecuária do Estado do Maranhão (Expoema) será aberta oficialmente neste domingo (20), às 17 horas, e prossegue até dia 27, com uma vasta programação de palestras e cursos, leilões de animais, rodeios e oferta de serviços aos visitantes, no Parque Independência. A intenção dos organizadores é realizar um evento inovador, com foco na produção de conhecimento, na promoção de oportunidades de negócios e na inclusão social.

Link: https://www.blogsoestado.com/danielmatos/2019/10/18/com-foco-na-producao-deconhecimento-expoema-2019-tera-inicio-domingo/

BLOG DO PAULO ROBERTO

Imagem 92 - Divulgação no Blog do Paulo Roberto - Rafael Leitoa participa de audiência sobre zoneamento da Amazônia Maranhense

Rafael Leitoa participa de audiência sobre zoneamento da Amazônia Maranhense

12

Link: https://blogdopauloroberto.com.br/2019/10/rafael-leitoa-participa-de-audiencia-sobrezoneamento-da-amazonia-maranhense/

BLOG DO MARCO SILVA

Imagem 93 - Divulgação no Blog do Marco Silva - Com Zoneamento da Amazônia, maranhenses ajudam a unir natureza e economia

Link: https://www.blogdomarcosilva.com.br/com-zoneamento-da-amazonia-maranhensesajudam-a-unir-natureza-e-economia/

BLOG DO WILLIAN MARINHO

Imagem 94 - Divulgação no Blog do William Marinho - 1ª audiência pública para discutir o Zoneamento Ecológico e Econômico no Maranhão ocorre em Imperatriz

Link: http://www.willianmarinho.com.br/2019/10/1-audiencia-publica-para-discutir-o.html